



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**FLÁVIO VINÍCIUS SOARES DE SOUZA**

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DISTANCIAMENTO SOCIAL DO  
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ NA COMUNIDADE DE CAJUEIRO,  
MARANGUAPE (CE)**

**FORTALEZA**

**2022**

FLÁVIO VINÍCIUS SOARES DE SOUZA

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DISTANCIAMENTO SOCIAL DO  
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ NA COMUNIDADE DE CAJUEIRO,  
MARANGUAPE (CE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: políticas públicas e mudanças sociais.

Orientador: Prof. Ph.D. Francisco Silva Cavalcante Junior.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S238a Souza, Flávio Vinícius Soares de.  
Avaliação da Política Pública de Distanciamento Social do Governo do Estado do Ceará na Comunidade de Cajueiro, Maranguape (CE) / Flávio Vinícius Soares de Souza. – 2022.  
174 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2022.  
Orientação: Prof. Dr. Francisco Silva Cavalcante Junior.
1. Avaliação de políticas públicas. 2. Sindemia. 3. Comunidade. 4. Sistema Único de Saúde. 5. Políticas públicas. I. Título.

CDD 320.6

---

FLÁVIO VINÍCIUS SOARES DE SOUZA

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DISTANCIAMENTO SOCIAL DO  
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ NA COMUNIDADE DE CAJUEIRO,  
MARANGUAPE (CE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: políticas públicas e mudanças sociais.

Aprovada em: 04/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Ph.D. Francisco Silva Cavalcante Junior (orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Renata Rocha Barreto Giaxa  
Universidade de Fortaleza (Unifor)

À memória de Francisco Airton de Souza,  
contador de histórias.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Francisco Silva Cavalcante Junior. A capacidade do pesquisador-poeta Cavalcante em unir ciência e poesia são inspirações para uma academia transformada e transformadora. Com palavras, o escritor Cavalcante tem o poder de alterar o estado das coisas;

À professora Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante e à professora Renata Rocha Barreto Giaxa, pela amabilidade em aceitar a participação na banca examinadora desta pesquisa;

A Benilton Pontes, pela ajuda e pelo encorajamento diários, alguém cuja capacidade de adaptação é, para mim, um estímulo e um incentivo, uma pessoa a quem eu dedico a minha admiração e ao lado de quem cada dia é uma data a ser celebrada;

À minha família de Feiticeiro, principalmente minha mãe, Aداutina, meu pai, José Rubens, ambos guarnecidos pelo dom do cuidado e do incentivo: obrigado pelo muito que fizeram e fazem por mim;

A meus irmãos, Rubens César, Marcos Bruno e Caio Régis, com quem posso sempre debater a teoria e a prática da política cotidiana; minhas cunhadas, Meible, Dayane e Alice; e meus sobrinhos;

À minha família do Cajueiro, cuja cooperação possibilitou a ocorrência desse trabalho, em especial Narly Andrade, paciente, atenciosa, amorosa e dedicada;

Aos cajueirenses que dispuseram do seu tempo para cooperar com esta pesquisa, abriram os seus corações, descortinaram as suas histórias, o meu eterno agradecimento;

A tia Marilene e José Nomar, com quem pude contar quando mais precisei;

À minha amiga Deinair Oliveira, desde os tempos de Aprendizagem Cooperativa;

Aos meus colegas do Departamento de Morfologia, que viabilizaram a minha participação no PPGAPP/UFC;

A todos os professores do PPGAPP/UFC pelos valiosos ensinamentos que carregarei por toda a vida.

## RESUMO

A avaliação da política pública de distanciamento social do governo do Ceará, implementada a partir de 2020 como medida de combate à disseminação do vírus Sars-CoV-2, causador da Covid-19, insere-se no paradigma pós-construtivista, com foco na experiência e na subjetividade, e se contrapõe à avaliação de políticas públicas do tipo hegemônico, dito positivista. Essa avaliação contempla: o contexto de criação da política pública, os marcos legais, a trajetória institucional e uma avaliação da vivência da política na comunidade do Cajueiro, Maranguape (CE), sob a perspectiva do *sentiment* pós-construtivista. Dentre os resultados: o conceito de Estado dentro do capitalismo se provou incapaz de fornecer os meios básicos de proteção à vida e à saúde das pessoas, levando o país inteiro a circunstâncias abissais de ampla disseminação da doença e da morte.

**Palavras-chave:** Avaliação de políticas públicas; sindemia; comunidade; Sistema Único de Saúde; políticas públicas.

## ABSTRACT

The evaluation of the public policy of social distancing of the government of Ceará, implemented from 2020 onwards as a measure to combat the spread of the Sars-CoV-2 virus, which causes Covid-19, is inserted in the post-constructivist paradigm, focused on experience and subjectivity, and it is opposed to the hegemonic evaluation of public policies, known as positivist. This evaluation includes: the context of creation of the public policy, legal frameworks, the institutional trajectory and an evaluation of the experience of the policy in the community of Cajueiro, Maranguape (CE), from the perspective of the post-constructivist sentiment. Among the results: the concept of State within capitalism proved incapable of providing the basic means of protecting people's lives and health, leading the entire country to abysmal circumstances of widespread the disease and the death.

**Keywords:** Public policies evaluation; syndemic; community; Unified Health System; public policies.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>O CAJUEIRO.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>A menina-anjo.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>A placa errada.....</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>A POLÍTICA.....</b>	<b>29</b>
<b>3.1</b>	<b>O vírus.....</b>	<b>29</b>
<b>3.2</b>	<b>Medidas e protocolos de enfrentamento a infecções.....</b>	<b>31</b>
<b>3.3</b>	<b>Lições deixadas pelo surto de 2003.....</b>	<b>38</b>
<b>3.4</b>	<b>Trajectoria institucional da política de distanciamento: a luta pelos conceitos.....</b>	<b>40</b>
<i>3.4.1</i>	<i>Da China ao Ceará: trajetória das políticas de distanciamento contra a Covid-19.....</i>	<i>41</i>
<i>3.4.2</i>	<i>Os pronunciamentos presidenciais em cadeia nacional de rádio e televisão.....</i>	<i>53</i>
<b>3.5</b>	<b>Marcos legais: os conceitos da política.....</b>	<b>58</b>
<i>3.5.1</i>	<i>A igualdade como valor.....</i>	<i>59</i>
<i>3.5.2</i>	<i>Combate à Covid-19 e desarranjo federativo no Brasil.....</i>	<i>62</i>
<i>3.5.3</i>	<i>A Lei da Quarentena.....</i>	<i>65</i>
<i>3.5.4</i>	<i>Os marcos legais cearenses.....</i>	<i>69</i>
<b>3.6</b>	<b>O contexto: neoliberalismo e destruição dos direitos sociais.....</b>	<b>75</b>
<i>3.6.1</i>	<i>“Copa não se faz com hospital”.....</i>	<i>76</i>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>81</b>
<b>4.1</b>	<b>Avaliação de políticas públicas: do positivismo à emergência de um <i>sentiment</i> pós-constructivista.....</b>	<b>81</b>
<b>4.2</b>	<b>Conceitos.....</b>	<b>91</b>
<i>4.2.1</i>	<i>Experiência.....</i>	<i>91</i>
<i>4.2.2</i>	<i>Sindemia.....</i>	<i>96</i>
<i>4.2.3</i>	<i>Comunidade.....</i>	<i>98</i>
<i>4.2.4</i>	<i>O SUS como vitória coletiva dos brasileiros.....</i>	<i>100</i>
<i>4.2.5</i>	<i>Estado em Marx e Mészáros.....</i>	<i>104</i>
<b>4.3</b>	<b>Objetivos.....</b>	<b>111</b>

<b>4.4</b>	<b>Método para coleta de dados.....</b>	<b>111</b>
<i>4.4.1</i>	<i>As entrevistas.....</i>	<i>112</i>
<b>4.5</b>	<b>Método de análise dos dados.....</b>	<b>115</b>
<b>5</b>	<b>OS CAJUEIRENSES.....</b>	<b>117</b>
<b>5.1</b>	<b>Com direito a banda de forró.....</b>	<b>117</b>
<b>5.2</b>	<b>A sentinela é quase uma festa.....</b>	<b>118</b>
<b>5.3</b>	<b>Histórias.....</b>	<b>119</b>
<b>5.4</b>	<b>Política é cotidiano.....</b>	<b>120</b>
<i>5.4.1</i>	<i>Efeito da vacina.....</i>	<i>135</i>
<b>5.5</b>	<b>Uma enxurrada de desinformação.....</b>	<b>137</b>
<b>5.6</b>	<b>Estado e combate à Covid-19.....</b>	<b>141</b>
<b>5.7</b>	<b>Palavras.....</b>	<b>145</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>147</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>150</b>
	<b>APÊNDICE A - O CAJUEIRO EM IMAGENS.....</b>	<b>168</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No final de 2019 uma virose atingiu a cidade de Wuhan, na China, e rapidamente se espalhou por todo o planeta, de maneira que no final de 2021 o número de contaminados pela Covid-19, doença causada pelo Sars-Cov-2 (*Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*, Coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2), já supera os 271 milhões<sup>1</sup> em todo o mundo, segundo dados da John Hopkins University (2021).

A Covid-19 é uma doença nova, com elevadas taxas de transmissão e capacidade para rapidamente levar ao caos sistemas de saúde de todo o mundo. As medidas de enfrentamento, sugeridas por estudos como o do Imperial College de Londres, indicam a necessidade de se efetivar o distanciamento social de toda a população, combinado com isolamento e quarentena domiciliar, inclusive com fechamento de escolas, universidades, entre outros estabelecimentos que possibilitem a aglomeração de indivíduos (FERGUSON et al., 2020).

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a confirmar casos do novo coronavírus, no dia 25 de fevereiro de 2020 (PEDROSA & ALBUQUERQUE, p. 2462, 2020). No Ceará, o alerta governamental ocorreu em 16/3/2020, quando o Governo do Estado decretou suspensão de aulas em escolas e universidades públicas e recomendação de suspensão de aulas em escolas e universidades privadas; determinação de estado de emergência; suspensão de eventos com mais de 100 pessoas apoiados pelo ente público; obrigatoriedade de higienização dos transportes públicos; pedido à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) de suspensão de voos internacionais para o Ceará; suspensão de férias de servidores da saúde do estado; entre outras medidas. Na data, o Ceará contava com nove casos confirmados de Covid-19, dos quais oito na capital e um em Aquiraz (GOVERNO DO CEARÁ..., 2020).

Desde essa data, em média a cada 15 dias o governo do Estado renovou os decretos de distanciamento social até chegar ao ápice das medidas de distanciamento, o chamado *lockdown*. Em 8/5/2020, Fortaleza iniciou a fase do chamado isolamento social rígido, o *lockdown*, em português: bloqueio total. Após Fortaleza, outras cidades cearenses também estiveram em bloqueio total em 2020: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo, Iguatu, Sobral, Tianguá, Maracanaú, entre outras (JOGOS..., 2020).

Em 4/3/2021, após detectar um “avanço preocupante da doença em diversos

---

<sup>1</sup> Dados do Painel COVID-19 da Universidade John Hopkins, em 15/12/2021:  
<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

municípios do Estado nas últimas semanas, especialmente em Fortaleza” (CEARÁ, 2021a), foi instituída na capital cearense, novamente, a política de isolamento social rígido, com o Decreto 33.965. Uma semana depois, em 12/3/2021, o governo do Estado adotaria a medida inédita, no Ceará, de ampliar o isolamento social rígido para todo o território estadual, considerando “o cenário preocupante da pandemia que se vem observando também em praticamente todos os municípios do Estado” (CEARÁ, 2021b). A medida foi publicada no Decreto 33.980.

Junto à crise sanitária causada pela gravidade da doença, uma crise social e econômica a dilacerar o país inteiro, “com brutal piora nas condições de vida do povo, sobretudo dos mais pobres” (CEBES et al., 2020. p. 2). Essa dissertação é, então, a avaliação da política pública apresentada pelo Governo do Estado do Ceará para o enfrentamento da Covid-19. Para tanto, escolhi uma comunidade específica, uma típica comunidade distante dos grandes centros, para avaliar não os dados numéricos, mas, sobretudo, a memória e o vivenciamento diário do público-alvo atingido pela política, de maneira que “a política e a nossa análise sejam avaliadas pelo teste de nossa experiência” (LEJANO, 2012, p. 14).

Para experiência, utilizei o debate de Paulo Freire de um saber de experiência feito, que “aponta para a valorização da palavra do povo, daqueles e daquelas que sofrem um conjunto de opressões que culmina no calar-se (ser calado) diante do mundo” (PEREIRA, 2017, p. 114). Nessa discussão, mulheres e homens aparecem como sujeitos políticos não no ato de silenciar suas vozes, mas “no momento em que dizem a sua palavra” (PEREIRA, 2017, p. 114).

Observei o conteúdo referente ao distanciamento social requerido pela política, de modo a tentar compreender os efeitos desse distanciamento na comunidade do Cajueiro. O conceito de comunidade é o de *Gemeinschaft* de Ferdinand Tönnies conforme entendimento de Brancaleone (2008): comunidades cuja origem remonta à “consciência da dependência mútua determinada pelas condições de vida comum, pelo espaço compartilhado e pelo parentesco” (BRANCALEONE, 2008, p. 100), e que se constituem como “comunidade de bens e males, esperanças e temores, amigos e inimigos, mobilizada pela energia liberada por sentimentos envolvidos como afeto, amor e devoção” (BRANCALEONE, 2008, p. 100).

O Brasil vive um contexto de grave crise econômica e precarização do trabalho, o que dificulta e, em alguns casos, até mesmo inviabiliza a implementação de uma política pública de distanciamento social que não vislumbre a precariedade em que vive a população brasileira atualmente, pois, com efeito, “com quase a metade da população vivendo na informalidade, desemprego e precariedade, não parece fácil impor o isolamento sem criar, ao

mesmo tempo, redes socioeconômicas de proteção compensatórias” (CAPONI, 2020, p. 209). Para a classe trabalhadora, na pandemia do novo coronavírus, “além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade” (ANTUNES, 2020, p. 7).

Pela abordagem da Covid-19 como sindemia, e não apenas pandemia, entende-se a imprescindibilidade das interações entre as ciências biológicas e as ciências sociais para a execução de tratamentos e prognósticos e para a formulação de políticas de saúde (HORTON, 2020).

Não importa quão eficaz seja um tratamento ou quão protetora seja uma vacina, a busca por uma solução puramente biomédica contra a covid-19 vai falhar. A menos que os governos elaborem políticas e programas para reverter profundas disparidades sociais, nossas sociedades nunca estarão verdadeiramente protegidas da covid-19 (HORTON, 2020).

É indispensável, portanto, a consciência de que “existem imensas dificuldades que devemos enfrentar hoje, particularmente no Brasil, para construir uma política de gestão da pandemia que respeite os direitos humanos aceitando as necessárias restrições impostas pelo isolamento” (CAPONI, 2020, p. 210). Cabem as indagações: como os integrantes da comunidade de Cajueiro experienciaram, cotidianamente, a política de distanciamento social? Como as discussões sobre o conceito de Estado se apresentam e se entrelaçam na capacidade de efetivar, enquanto país, uma resposta de controle para a pandemia da Covid-19?

Iniciativas como a do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro trabalharam na tentativa de recolher, virtualmente, testemunhos, com o objetivo de reunir “informações sobre esse período histórico a partir da ótica dos indivíduos e seu cotidiano” (AGCRJ, 2020), iniciativa importante para a formulação de “uma leitura mais abrangente desse evento” (AGCRJ, 2020). Outra iniciativa criada na época do distanciamento, Inumeráveis é um memorial online “dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil” (INUMERÁVEIS, 2021), constituindo-se como uma memória desses tempos infelizes e turbulentos. Ambas as iniciativas me serviram de inspiração.

Maranguape é o município do qual a comunidade de Cajueiro faz parte. A cidade integra a Região Metropolitana de Fortaleza e tem 113 mil habitantes, segundo dados do Censo de 2010, e população atual estimada em 128 mil (IBGE, 2020). 12,8% da população maranguapense estão formalmente ocupadas e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,659, abaixo da média nacional (0,727) e da média cearense (0,682).

Dados do Atlas Brasil de 2010 informam que em Maranguape 57,64% da

população são vulneráveis à pobreza, enquanto 8,52% são extremamente pobres. Dados do Data SUS de 2010 indicam que o índice de Gini maranguapense estava na faixa de 0,46, enquanto municípios como Fortaleza (Gini 0,627) e Brasília (Gini 0,6370)<sup>2</sup> são ainda mais desiguais.

A comunidade do Cajueiro fica à 30 km da sede municipal e à 70 km da capital Fortaleza. É uma comunidade formada majoritariamente por agricultores, trabalhadores autônomos, pequenos comerciantes, aposentados e trabalhadores informais, muitos dos quais praticando a migração pendular Cajueiro/Fortaleza/Cajueiro ou Cajueiro/Maranguape (sede)/Cajueiro. Segundo levantamento do agente comunitário de saúde local, Leandro de Lima Silva, atualmente 250 famílias vivem na comunidade.

A primeira vez que estive no Cajueiro foi há mais de dez anos, em junho de 2011. Naquela vez, e em todas as demais vezes em que lá estive, o que me levou foi o Amor. Jamais fui levado até lá por interesses financeiros ou atormentado por obrigações, sempre foi o Amor que me conduziu. O Amor me fez pegar aquele ônibus lotado ao anoitecer daquela sexta-feira, há mais de uma década. Esse gesto se repetiria várias vezes, em muitas outras sextas-feiras de expectativa pelo final de semana naquela terra - que, já àquela época, era ao mesmo tempo tão desconhecida e tão familiar. Em junho de 2020, quando fugi da mistura de morte e caos que afligia Fortaleza, foi no Cajueiro que me abriguei. Aqueles foram dias de angústia seguidos por uma obstinada e necessária esperança.

No capítulo 1, apresento a descrição da comunidade do Cajueiro a partir da minha visão, como alguém que é de fora mas, em algum sentido, também é um cajueirense. No capítulo 2, a trajetória da política de distanciamento social, contemplando a luta pelos conceitos da política, os marcos legais, o contexto de surgimento e um breve histórico das medidas de contenção de vírus. No capítulo 3, a descrição dos métodos e da metodologia utilizadas, inseridas num paradigma de avaliação de políticas descrito como pós-construtivista, com foco na experiência e na subjetividade. No capítulo 4, a experiência de viver em distanciamento na comunidade do Cajueiro, com destaque para o cotidiano, o contexto de desinformação e a discussão sobre o Estado e a resposta à Covid-19.

---

<sup>2</sup> Dados do Índice de Gini de 2010 fornecidos pelo Data SUS:  
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>

## 2 O CAJUEIRO

### 2.1 A menina-anjo

Lá do alto a menina podia ver a praça da igreja e parte da comunidade, apesar de ser noite. Ela podia ver tudo: a multidão aglomerada na amplidão da praça; uma e outra pessoa mais afastada e em conversa animada, esses estavam ali pela distração; as luzes dos bares acesas no outro lado da rua, alguns fregueses, mas sem música, em respeito à celebração da igreja; o vento balançando as folhas das árvores que cercavam a praça, o vento agitando as pétalas das muitas flores do altar montado naquela tarde, depois de uma trabalhadeira sem tamanho, em frente à fachada da igreja. Eram muitas, muitas flores, quase um jardim deslocado para aquela celebração campal.

A menina podia ver tudo, mas não via nada. O olhar estava fixo na cruz imensa no final da praça. “Isso me ajudava a não ficar com tanta vergonha e travar na hora de cantar”, ela lembraria depois. Muita coisa poderia dar errado: ela poderia claudicar na letra, no tom, na melodia da música. Se desafinasse todos iriam reparar, não tinha como passar despercebido. Também o pior poderia acontecer. Ela poderia cair daquela altura e a desgraceira estaria feita.

Lá embaixo, a multidão comentava:

- Acho que esse ano o palco está com mais de dois metros.
- Eu boto para mais de quatro.
- Que nada! Eu perguntei! Esse ano o palco tem quase cinco metros!
- Deus nos proteja! Uma queda daí e as anjinhas se vão todas.

Os pés da menina, vestidos apenas com meião, tremiam ao tentar se equilibrar na madeira do palco, armado em formato de degraus. Cada degrau com uma menina, mais de dez anjos, ademais de Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora de Fátima, todas com vestidos de seda, coroas de cartolina e pés cobertos apenas por meião. As coroas eram adornadas com areia prateada para os anjos e dourada para as santas. As asas dos anjos, de papelão, papel crepom e areia prateada, puxavam a cada rajada de vento. Era como se por provocação alguém estivesse cutucando as asas das anjinhas.

Um quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em estilo bizantino e do tamanho das meninas figurava bem no meio do palco, coroado por flores no cimo. Ao centro e na parte de baixo, flores vermelhas faziam o formato de um coração emoldurado por flores brancas. Cestos de flores espalhados pelo chão da praça coloriam a solenidade.

Ali estava ela, Naelly, filha da Narly e do Fabiano, neta da dona Nair. Ali estava ela no segundo degrau mais alto, vista e ouvida por toda a comunidade do Cajueiro. Naelly

era superada apenas pela coroante, que era quem ficava no degrau mais alto de todos porque cumpriria o papel máximo de coroar Nossa Senhora.

A tarefa de Naelly não era fácil: cantar. A voz tinha que sair alta, bem entonada, as sílabas da canção pronunciadas com perfeição. A visão das pessoas aglomeradas lá embaixo, com a cabeça voltada para onde Naelly estava, também não ajudava. “Todos me apoiavam”, Naelly lembraria anos mais tarde. “Quando eu era pequena eu era desenrolada”.

Ademais de cantar, Naelly deveria entregar a coroa de flores para a outra menina, a menina coroante, no gesto de arrebatamento que dava significado à festa: Nossa Senhora coroada com flores, para lembrar a pureza da mãe de Jesus, a figura materna sem manchas a habitar no Céu. Em outras eras e lugares, a data marcava o enaltecimento da primavera no hemisfério Norte. No Cajueiro de antes de 2020, quando ainda não se falava em pandemia de Covid-19, era noite de homenagear aquela que amou e criou o Menino Jesus.

“Ave Maria/  
Mãe de Deus Jesus/  
Nos dê força e coragem/  
Pra carregar a nossa cruz”.

Foi começar a cantar e as palavras vieram fácil. Esqueceu a tremedeira nos pés, a madeira rija do palco, a aglomeração de olhos voltados para ela, os ouvidos vigilantes à sua voz. Esqueceu o vento cutucando as asas de papelão, não sabia mais o que era o medo de errar letra, tom, melodia. Nem mesmo a mão, que segurava a coroa de flores, existia. Só havia ela e a sua voz, ela e aquele momento único, ela e a música saindo feito borboletas coloridas da boca da menina-anjo, a menina-cantora deslumbrando a comunidade inteira. “Não sei explicar”, ela diria anos depois. “Era meio que uma dormência no corpo. Tipo, várias pessoas te olhando, você a mais ou menos 5 metros”.

Nos anos seguintes ela repetiu o feito. Várias e várias vezes. Até ficar grande demais para ser anjo, quando passou a ser santa. Depois, grande demais até para santa, foi ofertante: “Por 2 anos eu entregava as flores para o anjo mensageiro”. Da entrega das flores passou para a entrega dos símbolos: coração, cruz, terço, ... “Esperava o ano todo por esse momento tão importante que era o dia de prestigiar Nossa Senhora”. Hoje não é mais uma menina-anjo, mas continua cantora: “Às vezes, quando o coordenador me convida, eu canto o salmo e no coral”.

Todos os anos, por volta do final do mês de maio, quem chega à comunidade do Cajueiro poderá encontrar um grande palco armado em formato de degraus e enfeitado com panos e flores. Ali deverá ocorrer, durante a noite, a coroação de Nossa Senhora. Ainda não é

a festa da padroeira da comunidade, que só acontece no começo do mês de agosto, para celebrar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

A Coroação de Nossa Senhora é um momento de festejo comunitário aguardado com grande expectativa pelos cajueirenses. Como todos os anos a celebração chama atenção pela beleza, moradores das comunidades vizinhas vão para o Cajueiro para acompanhar o momento. Assim, além dos cajueirenses, moradores da Vassouras, do Melão, do Olho D'água, do Retiro também estão presentes na festa. “Vem gente até do Amanari e Itapebussu”, diz Narly Andrade. “O comentário espalha que a gente faz algo bonito, aí as pessoas vêm, realmente é um dia muito, muito bonito na comunidade”, ela diz.

Tanto na montagem das flores, quanto na montagem do altar, que fascina pela altura, e o cuidado na elaboração das vestimentas, a qualidade do canto das anjinhas e dos moradores da comunidade que fazem a oferta, o momento é descrito como um dos pontos mais altos de reunião comunitária no Cajueiro. “Todo mundo espera pelo mês de maio pra coroar Nossa Senhora. É um momento tão lindo, tão emocionante! A gente se emociona, se prepara muito para aquele dia acontecer, e é muito lindo, muito bonito mesmo, muito participado”, diz Narly Andrade.

Outro momento importante é o da festa da padroeira, que acontece no mês de agosto, e, na fé católica, representa “nove noites de um retiro espiritual”, diz Narly. A festa atrai moradores de várias comunidades vizinhas, e culmina no nono dia de novena, quando deve acontecer um leilão, cujos fundos arrecadados são, em parte, utilizados pela igreja para atividades como reforma e manutenção do prédio.

Além da parte religiosa, na festa da padroeira é organizado um show de forró. No Cajueiro há uma quadra cimentada em que ocorrem esses shows, tendo recebido bandas nacionalmente conhecidas, como Forró Real e Solteirões do Forró. Há dois espaços onde comumente acontecem esses shows de bandas grandes: a quadra cimentada, que é o mesmo espaço onde há campos de futebol privados, o Clube Society Cajueiro; e um terreno parte cimentado e parte campo de grama e terra, localizado numa casa no centro do Cajueiro, ao lado da igreja católica.

Nos últimos anos, as festas vinham acontecendo geralmente na quadra cimentada, onde há uma estrutura de palco, banheiros e bar, uma estrutura que é utilizada quando acontece uma festa. Foi nessa quadra que também foi organizada a Primeira Corrida de Rua do Cajueiro, ocorrida no começo de 2020 e em que se reuniram corredores de toda a região, inclusive do Maranguape, de Fortaleza e de outras cidades do Ceará, para percorrer o trajeto pela rodovia estadual que atravessa o Cajueiro. A corrida era paga, e os corredores foram

recebidos com frutas, água de côco, café da manhã, massagens - tudo isso nas primeiras horas da manhã e após terem percorrido o trecho da corrida. Ao final do evento esportivo, que também contemplou a modalidade do paratletismo, os corredores que finalizaram o trecho receberam medalhas, e os primeiros colocados foram agraciados com troféus. Criada antes da pandemia, a corrida pretendia ser anual.

Outra festa comunitária, a Páscoa é quando os cajueirenses percorrem as vilas do Cajueiro encenando a Via Sacra. A escola e a igreja se unem e, na terça-feira ou na quarta-feira que antecedem a Sexta-feira da Paixão, os cajueirenses fazem um momento celebrativo na igreja, com alunos, familiares e pessoas da comunidade. Depois saem nas vilas do Cajueiro: Vila da Castanhola, Vila das Flores, Vila do Benfica, Vila do Campo. Em cada vila, os cajueirenses param e leem uma estação.

Muitas vezes a gente fazia dramatizando também, vestia os alunos e fazia toda aquela encenação de Cristo. Cada estação a gente encenava, havia ensaio com os alunos que iam participar da Via Sacra, e tinha toda aquela encenação do que aconteceu com Cristo (NARLY ANDRADE, 2021).

A tradição de encenar o caminho seguido por Jesus Cristo até a Crucificação é antiga (NASCIMENTO, 2019). São 14 estações, cada estação representando um episódio da Via Crucis, em alguns casos sendo acrescida uma 15ª estação: a ascensão de Jesus aos Céus (NASCIMENTO, 2019). Cada estação é uma parada e uma encenação: na 1ª, Jesus é condenado; na 2ª, Jesus carrega a cruz; na 3ª, Ele cai, assim até a 14ª ou 15ª estação.

No Dia de Finados, o cemitério público do Cajueiro fica lotado por moradores de vários lugares, que vão homenagear os parentes e amigos falecidos. O espaço do cemitério fica coberto por flores e arranjos de todos os tamanhos. Acendem-se velas de todos os tipos, e durante o dia e até de noite o cemitério é visitado por aqueles que pretendem demonstrar que se lembram dos que se foram.

À noite, as velas iluminam o caminho de quem percorre as trilhas entre as covas: ao invés da costumeira escuridão, o cemitério fica totalmente aceso, como se fochos de luz estivessem sendo usados para clarear o espaço. Iluminados pelas velas, os visitantes se aglomeram pelas trilhas estreitas entre uma cova e outra: rezam terços, cantam, fazem orações. A multidão só desaparece nas horas mais avançadas da noite, quando a corrente do portão de ferro do cemitério é finalmente trancada, embora a luz das velas continue a iluminar o espaço vazio deixado pelos vivos.

## 2.2 A placa errada

Foi de noite. Estava escuro, o Sol já havia se escondido por trás das serras ao longe. O carro não ia tão devagar a ponto de eu conseguir enxergar, ler e meditar sobre as placas que via na estrada. Ademais, eu ia cansado depois de uma semana inteira de trabalho e uma viagem de mais de uma hora de carro. Só queria chegar o quanto antes, nem a música que tocava me animava mais. Eu só pensava em chegar.

Estávamos naqueles momentos finais da viagem, em que ao viajante só interessa saber o quanto ainda resta do caminho: já não há mais ânimo para percorrer a estrada, já se passaram os primeiros momentos de euforia, a alegria causada pela novidade da viagem já se dissipara. Tudo o que restava era a vontade de chegar, e talvez dor de cabeça ou dor no pescoço pela permanência numa mesma posição.

Mas eu vi. A placa estava lá. Já havia passado por aquela placa inúmeras vezes, já faziam mais de dez anos que eu frequentava aquelas estradas numa frequência maior que mensal. Na verdade, não era aquela placa de fato que vira nesses dez anos, era a placa antiga, anterior àquela. De todo modo, eu poderia muito bem ter passado por ali e não ter notado nada, poderia ter passado despercebido. Por isso imagino que a placa poderia já ter sido instalada há algum tempo, nada garante que foi instalada um dia ou um mês antes. No entanto, sei que não havia sido colocada há muito tempo.

O material novo, sem máculas do tempo ou causadas por alguém, o material azul e branco estava em perfeito estado, se fosse possível sentir o cheiro acho que seria o de objeto recém tirado da caixa. As letras brancas se destacavam no fundo de um azul brilhante, como nuvens se destacam num dia de céu limpo. Quando o carro passou, a luz dos faróis iluminou a placa durante breves segundos. E eu vi. Estava lá a placa nova que dizia: Povoado de Cajueiro.

Menos mal que pelo menos dizia: Zona Urbana, reconhecendo que existia ali alguma infraestrutura. Mas não se podia negar, claramente o Cajueiro estava sendo classificado como um Povoado, mero amontoado de residências, território por acaso habitado, terra que, talvez de repente, foi povoada. Era como se dissesse: ali tem um amontoado de pessoas, por casualidade reunidas. Era um erro espantoso. Uma agressão.

O Cajueiro é uma comunidade que conta com um posto de saúde, chamado Merandolina Januário de Paula em homenagem a uma das fundadoras do local. O posto Merandolina não é uma UBS (Unidade Básica de Saúde), mas funciona como ponto de apoio à UBS mais próxima, que fica na comunidade da Forquilha. Embora o Cajueiro seja

configurado como ponto de apoio, o fato é que, segundo os cajueirenses, o posto do Cajueiro é melhor estruturado do que o da Forquilha, e, além disso, a população cajueirense é maior.

Atualmente são 250 famílias, um número grande para uma comunidade que ainda não é classificada administrativamente como distrito. O Cajueiro tem, de fato, ares de cidade pequena de interior, com praça, ruas, cruzamento de ruas e quarteirões, uma área mais central onde está localizado o comércio e áreas mais afastadas e residenciais. Segundo o cajueirense Benilton Pontes,

a comunidade do Cajueiro é pequena mas, ao mesmo tempo, muito desenvolvida. As casas são bem arrumadinhas e tudo, as pessoas têm um senso de comunidade, todo mundo se conhece, todo mundo foi criado junto, desde a infância. Estudaram no mesmo colégio, frequentam a mesma unidade de saúde, então todo mundo se conhece (BENILTON PONTES, 2021).

O Cajueiro é informalmente dividido em vilas, uma criação da agente comunitária de saúde do local, Toinha Luz, hoje aposentada, que dividiu o Cajueiro para facilitar o trabalho que desenvolvia. “Ela começou a apelidar o nome das vilas, pra ficar mais fácil de identificar”, diz Narly Andrade. É a Vila da Castanhola, Vila do Society, Vila do Benfica, Vila das Flores, Vila do Campo, Vila da Igreja. Os pontos de referência ajudam os cajueirenses a especificar os locais numa comunidade que não é dividida em ruas. A única rua nomeada é a rua principal, que hoje é constituída pela rodovia estadual CE 354.

Já o município do Maranguape é, formalmente, dividido em 16 distritos, ademais do Distrito-Sede: Sapupara, Penedo, Ladeira Grande, Lajes, Umarizeiras, Jubaia, Cachoeira, Papara, Tanques, Amanari, Manuel Guedes, Vertente do Lajedo, São João do Amanari, Antônio Marques, Itapebussu e Lagoa do Juvenal (MENDES, 2006). O distrito do qual o Cajueiro está mais próximo é o distrito do Tanques, e é por esse distrito que os cajueirenses descrevem o endereço deles oficialmente: bairro Tanques, rua Cajueiro.

Em geral, as descrições de endereço ainda estão atreladas à descrição de endereços de cidades grandes, por isso é necessário fazer essa adaptação: ao invés de se dizer a localização do distrito, usa-se o espaço do bairro; ao invés de comunidade, usa-se rua. Esse tipo de descrição do endereço é exigido, embora cidades médias e pequenas, e comunidades como o Cajueiro, não sejam divididas em bairros. Assim, por exemplo, quando um cajueirense compra um móvel em Maranguape e esse móvel deve ser entregue no Cajueiro, para identificar o local da entrega o endereço é descrito como: bairro Tanques, rua Cajueiro, embora, na prática, essa descrição de endereço não faça muito sentido.

Apesar de estarem mais próximos do Tanques, é principalmente para o distrito do

Amanari que os cajueirenses vão quando precisam fazer alguns tipos de compras (de móveis, por exemplo) ou resolver certos assuntos: cartórios, caixas eletrônicos automáticos, postos de gasolina são lugares que os cajueirenses encontram no Amanari.

A comunidade do Cajueiro é guarnecida com comércios de vendas de itens variados, de alimentos a brinquedos. O comércio de peças de vestuário, cosméticos e acessórios (como pulseiras, cordões, brincos e bijuterias), é muitas vezes feito de casa em casa por vendedores da comunidade, que revendem as mercadorias passando nas residências uma por uma. O uso das redes sociais potencializou esse tipo de comércio, o vendedor só precisa apresentar os itens em aplicativos como Instagram e Facebook e depois deixar as encomendas na moradia do comprador.

O acesso à internet é um item que não pode faltar: “Praticamente acredito que não existe nenhuma casa que não tenha acesso à internet no Cajueiro. É mais fácil faltar outra coisa do que faltar internet. Quando não tem internet, pede a do vizinho, e é assim que funciona”, diz Benilton Pontes.

A comunidade tem três mercantis, dois dos quais são mais antigos e possuem mais de trinta anos; outro é mais recente, existe há cerca de quinze anos. Ainda é usual a compra no fiado, ou seja, por meio da confiança, numa relação cara a cara, sem a necessidade de um intermediário financeiro. Numa caderneta, o dono do mercantil escreve à mão o nome dos compradores que costumam comprar fiado, seguido da descrição dos produtos comprados e dos valores. Para muitos, aquela conta deve ser zerada pelo menos até 31 de dezembro: é sinônimo de azar passar a virada do ano com uma conta não paga.

No Cajueiro são vendidos peixes, principalmente tilápia, traíra e curimatã. Não há açougue, quando se quer comprar carne é preciso ir até o Amanari, ou então abater um animal de criação própria. Muitas pessoas criam galinhas em casa, e o abate de uma galinha de criação significa um evento: aniversário, casamento, batizado, catecismo, crisma. De noite, alguns moradores vendem pratinhos (geralmente arroz, creme de galinha, batata palha), nos bares são vendidos espetinhos; uma saída para quem não quer cozinhar.

Não existe padaria na comunidade. Por mais que a comunidade conte com uma variedade de comércios, ainda não conta com uma padaria propriamente dita, nem depósito de material de construção, nem farmácia. No entanto, diariamente chegavam pães vindos do Amanari, e também pães ensacados, o “pão de pacote”, que em geral é feito de forma mais industrial.

Essa realidade mudou há alguns anos, quando um dos comerciantes fez um curso de padeiro ofertado pelo Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e realizado na

escola do Cajueiro. A partir do curso, o comerciante passou a produzir o próprio pão, que vende no mercantil. Segundo Benilton: “Geralmente tem muitas oficinas oferecidas lá pela associação, e uma dessas oficinas foi de fazer pães, salgados, e ele aprendeu a fazer o próprio pão”. O comerciante “tem o forno lá e tudo, pra massa, e faz o pão e vende”, diz Benilton. Na época do curso, muitos cajueirenses fizeram as aulas sobre a feitura de pães e salgados, uma cajueirense até começou a vender salgado, porém, acabou desistindo.

Outros cursos do Senac ofertados no Cajueiro foram os de eletricitista, apicultura e pintura de tapetes. “Até hoje ainda tem umas pessoas que têm todo o equipamento para tirar o mel e vende”, diz Narly Andrade. Alguns dos que se formaram como eletricitista atualmente exercem a profissão em Fortaleza, e, “se precisar, eles fazem também na casa da gente [no Cajueiro]”, diz Narly. Os cursos foram oferecidos no Cajueiro a partir de um acordo feito entre a associação de moradores e o Senac.

A Associação de Moradores de Cajueiro existe desde 1998, e atualmente é presidida pela cajueirense Francisca Luz Cavalcante Alves, conhecida como Toinha. A presidência da associação é renovada a cada dois anos, por meio de eleição entre os 73 membros associados. É voltada prioritariamente para atividades relacionadas à agricultura, mas também oferece, eventualmente, cursos e atividades em áreas diversas, desde curso de formação de eletricitista até curso de padeiro. “Nós já fizemos mais de dez cursos pra comunidade: curso de pães, de doces, curso artesanal. Curso que já foi feito aqui também: de apicultura. Foi muito bom, veio todo o material para os apicultores”, diz Toinha.

Um dos problemas apontados pela presidente é a dificuldade de levar os cursos até a comunidade, distante dos grandes centros, e também a dificuldade que os cajueirenses encontram em exercer as profissões depois de terem concluído o aprendizado. “Você sabe que está muito difícil, tem que ter um planejamento. Vamos supor: de trinta alunos que fizeram o curso de eletricidade, três estão no mercado de trabalho”, ela diz. “Mas eu fico feliz de, pelo menos de trinta, pelo menos três arranjar um emprego. Eu fico feliz. Já é alguma coisa”.

Por meio da associação, que é mantida inteiramente com a contribuição dos sócios, Toinha conta que tenta engajar a comunidade em projetos e programas do governo, corre atrás de amizades para conseguir cursos e atividades que levem desenvolvimento para a comunidade. “Apesar de que eu sou uma dona de casa, tenho meus trabalhos, meus afazeres, mas eu gosto de trabalhar com essa coisa. Eu me doo muito em prol da comunidade. Eu gosto da vivência disso”, Toinha diz. “Eu acho que uma associação não é pra estar parada, de maneira alguma. A gente tem a função de buscar melhoria pra comunidade”, diz a presidente.

Toinha conta que foi na sede da associação que muitos agricultores da

comunidade aprenderam a ler. A aprendizagem se deu por meio do Brasil Alfabetizado, um programa do Ministério da Educação realizado desde 2003, cujo foco é a alfabetização de adultos e idosos.

Tinha mais ou menos uns vinte alunos. Não é fácil [para os alunos] voltar à sala de aula. Eles já tinham um conhecimento de mundo, então a gente trabalhava muito a autoestima deles. Eu já tinha o costume de trabalhar com EJA [Educação de Jovens e Adultos] e era agente de saúde. Então o aluno que faltava, no outro dia eu já estava na casa dele, já estava cutucando, incentivando: “você faltou à aula ontem por quê, meu amor?” (TOINHA LUZ, 2021).

A escola do Cajueiro é mantida pelo município do Maranguape, oferece educação até o 9º ano do ensino fundamental e foi intitulada em homenagem a um dos responsáveis pela fundação do lugar, Antonio Januário de Oliveira. O território que hoje se constitui como o Cajueiro integrava a fazenda do Seu Januário, e “essa fazenda até hoje ainda existe, faz parte lá dos herdeiros e tudo”, diz Benilton Pontes.

Hoje em dia, principalmente a esposa do seu Januário, a Dona Merandolina, falecida há alguns anos, é querida pelos moradores: ela doou muitos dos terrenos onde atualmente vivem os cajueirenses, sem cobrar nenhuma quantia em troca. Não apenas terrenos para as pessoas construírem as casas: Dona Merandolina cedeu até mesmo os locais onde hoje estão localizados muitos dos prédios públicos. “A vila dos moradores do Cajueiro, na avenida principal, foi toda doada por ela, o terreno”, diz Benilton. O Cajueiro é de ocupação recente, ainda estão vivos alguns dos primeiros moradores da comunidade: Dona Nair, Seu Valdimiro, Seu Frasquim, Seu Plácido, Seu Lozim.

Na escola Antonio Januário, a maioria dos professores é do Cajueiro: “As pessoas foram crescendo, se formando, foram começando a ocupar o espaço que lá tem de serviços públicos”, afirma Benilton. Segundo o cajueirense, “a grande maioria dos professores é de lá [do Cajueiro], as pessoas que trabalham no posto de saúde também são de lá”.

Três das técnicas de enfermagem do posto de saúde são do Cajueiro e uma é do Amanari. O auxiliar de serviços do posto de saúde é do Retiro, a enfermeira é do Maranguape e o médico, de Fortaleza. Até pouco tempo, a médica que atuava no Cajueiro era cubana, uma profissional muito simpatizada pelos cajueirenses e teve de deixar o Brasil quando Cuba desfez o acordo que tinha com o governo federal. O acordo foi desfeito após a vitória do presidente Bolsonaro nas eleições de 2018. Depois de ficar algum tempo sem atendimento médico, o Cajueiro agora conta com um profissional que é de Fortaleza.

A escola do Cajueiro é constituída como escola-polo, o que significa que os

estudantes das comunidades vizinhas, Melão, Forquilha e Vassouras, precisam se dirigir até lá para resolver assuntos administrativos. “Toda documentação, se os pais precisarem e quiserem, têm que vir pegar aqui na escola do Cajueiro. Nada se resolve só lá, por exemplo, na Vassouras, não se resolve só lá”, diz Narly, cajueirense e professora na escola Antonio Januária.

Algumas décadas atrás, não apenas os documentos tinham de ser pegos em outras comunidades, mas os próprios alunos tinham de se deslocar e estudar em escolas distantes de onde moravam, e sem contar com um transporte escolar público. O transporte era de bicicleta ou a pé. Os alunos precisavam, por exemplo, se dirigir a pé ou de bicicleta até o Amanari para estudar o ensino médio, num trajeto que poderia ser de mais de 8 km diários, contando a ida e a volta. “Hoje já tem ônibus escolares que levam os estudantes das comunidades próximas”, diz Benilton.

A escola do Cajueiro é polo por ser uma escola maior, tanto em estrutura física quanto em quantidade de estudantes matriculados. Assim, aos poucos foi sendo constituída como uma escola que centraliza os serviços administrativos. “Daqui da região é a maior, é a escola que tem a maior quantidade de alunos”, diz Narly.

Muitos desses estudantes, que precisavam deslocar-se todos os dias para ir à escola, hoje ocupam postos de trabalho em outros distritos e municípios, e continuam tendo de deixar o Cajueiro todos os dias para trabalhar. São cajueirenses que trabalham na fábrica da Dakota na sede do Maranguape, por exemplo. Esses trabalhadores “acordam cedo, seis horas da manhã, pegam ônibus no Amanari”, diz Benilton Pontes. No Amanari, um ônibus da empresa pega os trabalhadores para levá-los até a sede do município. Ao fim do dia, o ônibus os leva de volta para o Amanari, a partir de onde os cajueirenses percorrem o trecho de 4 km de volta para casa.

Quando um problema de saúde não pode ser resolvido no posto do Cajueiro, é necessário contactar a ambulância, um veículo que fica à disposição da comunidade. Na maioria das vezes, o problema pode ser solucionado na sede do município, à 40 km do Cajueiro, mas também pode ser necessário ir para hospitais mais especializados no Maracanaú ou em Fortaleza.

Antigamente, a tarefa de levar os pacientes para outras localidades era do Chico do Nena, que fazia o transporte no próprio veículo. “Chama o Chico do Nena” era, então, uma expressão equivalente ao que hoje se diz “Chama o SAMU”. Ver a passagem do carro do Chico do Nena era sinal de que alguém estava mal. Quanto maior a velocidade com que Chico do Nena passava, maior a probabilidade de que o cajueirense estivesse pior. “O Chico do

Nena, quando passava muito voado lá na rua do Cajueiro, correndo bastante, era porque ele ia socorrer alguém pra levar pro Maranguape”, diz Benilton.

O transporte público no Cajueiro é realizado por uma linha de ônibus, que faz cotidianamente o trajeto entre a comunidade e as comunidades vizinhas, com ponto de chegada na sede municipal. O coletivo é chamado de Vieiras, e constitui-se de dois ônibus empresariados por uma moradora da comunidade da Vassouras.

O trajeto dos dois ônibus é o seguinte: 5h sai da comunidade de Olho D’água, retornando da sede municipal às 10h30 (chega no Cajueiro por volta das 11h30); 6h30 sai o outro ônibus do Vieiras (do Vieiras sendo o nome como é chamado o ônibus) para a sede do Maranguape, retornando meio dia. À tarde, os ônibus do Vieiras passam pelo Cajueiro novamente indo em direção ao Maranguape, de onde um dos ônibus retorna às 14h e o outro, às 16h.

A região do Cajueiro sofre com grande concentração de terras. Praticamente todo o território onde está assentada a comunidade é cercado pelos terrenos de dois proprietários, incluindo açudes, terras de plantações e de criação de animais. Em algumas partes do terreno, é realizado o arrendamento, em que aquele que planta ou cria paga o dono da terra com produtos do cultivo ou da criação. “Por exemplo, se eles colherem dez sacos de feijão ou de milho, tem uma parte que eles têm que dar pro dono da terra. É dessa forma que funciona. Eles arrendam, aí combinam: se você colher tantos sacos, tanto é meu e tanto é do dono da terra”, diz Narly.

A relação dos moradores com os proprietários de terra pode se dar de modo mais amistoso, como é a relação entre os moradores e a Dona Merandolina, já falecida, que ainda hoje é tida como uma pessoa de destacada generosidade. Um dos proprietários de terras atual é considerado “uma pessoa muito boa, de muito bom coração”, por deixar a propriedade dele com as entradas abertas. Então, por exemplo, na época da manga, os cajueirenses entram nos terrenos das mangueiras e podem pegar as frutas para consumir ou mesmo vender a outros moradores. A relação se dá de forma menos cortês quando o proprietário decide fechar todo o terreno, impedindo a entrada dos cajueirenses, inclusive com a instalação de cerca elétrica.

A pescaria é outra atividade desenvolvida. A região do Cajueiro conta com uma associação de pescadores (a qual não é sediada no Cajueiro), que deve ser paga pelos profissionais para, entre outros direitos, garantirem uma aposentadoria. A pescaria é realizada na comunidade do Retiro, onde há um açude público, construído em terras oriundas de doação. Outro grande açude das redondezas, o açude da comunidade da Forquilha, também foi construído em terras doadas ao Estado, há décadas.

Em outros tempos, no Cajueiro eram desenvolvidos artesanatos com palha (vassouras, chapéus), crochês, bordados. Segundo Narly, as pessoas que praticavam esses artesanatos foram falecendo e ninguém aprendeu com elas o ofício. São atividades que foram se perdendo com o tempo.

A Davina, que era a pessoa que dava esses bordados para as pessoas bordarem, ela faleceu, ela era minha prima do Tanques. A minha tia Jacinta da Vassouras ela também dava bordados para as pessoas, mas também faleceu. Tudo isso vai caindo, essa fonte de renda já não vai existindo tanto (NARLY ANDRADE, 2021).

Os cajueirenses contam com uma igreja católica, que fica situada na praça, no centro da comunidade, e com uma igreja evangélica, também localizada na rua principal, que é como os cajueirenses chamam a rodovia estadual que corta o Cajueiro. Algumas das principais atividades comunitárias são realizadas a partir da religião: celebrações, missas, cultos, festas de padroeira, são eventos em que os cajueirenses se reúnem.

O campo público, como é nomeado pelos moradores, é um terreno cedido por um proprietário de terras local, onde os cajueirenses instalaram traves de futebol e, diariamente, à tardinha, se reúnem para praticar esportes, principalmente futebol. Também há um campo privado, acessível a partir do pagamento de uma taxa. O campo privado é bem iluminado por refletores, possibilitando jogar a qualquer hora do dia ou da noite, e o terreno é coberto por grama. No mesmo espaço onde há o campo privado, também há uma ampla quadra cimentada, que é usada para a realização de festas, geralmente com bandas de forró, mas também, eventualmente, outros tipos de atividades: corridas de rua, bingos.

Há uma amplidão de bares no Cajueiro. São o principal tipo de comércio ao qual os cajueirenses costumam se dedicar: “Tem muitos bares também, bares tem bastante”, confirma Benilton. Com caixas de som ou organizando festas com bandas de forró e seresteiros, os bares atraem moradores das comunidades vizinhas, concentrando atividades principalmente aos domingos, mas também garantindo a presença de clientes em dias da semana. Não sei se a grande quantidade de bares é causa ou consequência do fato de o Cajueiro ser conhecido nas redondezas como uma terra de festas. A padroeira local atrai pessoas de várias localidades, shows com bandas de forró nacionalmente conhecidas acontecem por lá.

O Cajueiro conta com serviço de água encanada que não apresenta falhas. Do serviço de distribuição de energia, no entanto, não se pode dizer a mesma coisa. Na primeira vez que estive no Cajueiro, há dez anos, fui para a festa de forró que haveria após o término

do último dia da novena da padroeira.

A banda já estava instalada na quadra de forró, ensaiava os acordes com os instrumentos apropriadamente instalados no palco. De qualquer lugar da comunidade se ouvia alguém que, de cima do tablado, testava os microfones: “Alô, som! Um, dois, três! Alô, som! Som! Um, dois!” Vez por outra, era tirada uma nota da sanfona. O baterista puxava alguns acordes.

Dentro de casa, as pessoas experimentavam as melhores roupas, amarravam os cadarços dos tênis recém comprados. Uma festa de forró, principalmente de padroeira, é o momento de estrear roupa. Com a banda de forró instalada, acordes musicais troando pelo Cajueiro, tinha gente já ensaiando os passos de dança.

No entanto, o inesperado aconteceu. A luz faltou de repente. Não só o ensaio da música vindo da quadra parou: todas as luzes se desligaram, ficamos no breu. O meu susto não foi pequeno: na minha ignorância, pensei que tudo havia sido em vão, a festa haveria de ser cancelada. Como poderia acontecer um forró se não havia energia? Não apenas o show de luzes não poderia atuar, os instrumentos, o microfone, quiçá o sistema de compra e venda dos ingressos, a festa inteira era dependente da existência de uma rede de energia. As bebidas que seriam vendidas na festa, como ficariam sem energia para conservá-las geladas?

Os cajueirenses, no entanto, sequer se abalaram. “Todo ano isso. A energia sempre falta no dia da festa da padroeira”. Diante de um breu em que não se enxergava um palmo à frente do nariz, as estrelas se transformaram, elas mesmas, no espetáculo. A infinidade dos pontos luminosos enchia o vácuo deixado pela escuridão. Aos meus olhos desacostumados, se descortinava um céu em estado natural, longe da poluição que deixa o céu de Fortaleza na cor vermelha e pobre em estrelas.

No breu, ficávamos obrigados a meditar, a exercer a virtude da paciência e a esperar no incerto: quem sabe se ia ter festa mesmo ou se a animação se resumiria à ação preparatória para o show? Por que a urgência em saber no que iria dar aquilo? Era melhor ir retirando o repertório de anedotas, a noite no escuro prometia ser longa e não teríamos o socorro dos aparelhos eletrônicos para nos entreter. No mato, a cigarra continuava na sua festa particular, acompanhada pelo coaxar dos sapos.

Alguém, em algum lugar do Cajueiro, deveria estar aflito, ligando para a empresa de energia elétrica. A rede que alimenta o Cajueiro é instável e não suporta o aumento repentino de consumo de energia que irremediavelmente acontece durante a festa da padroeira. Às vezes, nem precisa de uma festa para a energia faltar. É suficiente um pequeno acidente para que as luzes sejam desligadas. A empresa fornecedora do serviço demora um

tempo até chegar ao local e resolver o problema: a distância entre o Cajueiro e a sede do Maranguape é usada como justificativa.

Em anos anteriores a situação era pior. Segundo Benilton Pontes,

Antigamente não tínhamos água encanada, mais ou menos há 14 ou 10 anos que começou a ter água encanada. Então era um sofrimento grande pra gente abastecer, tanto com água potável, pra beber, quanto pra tomar banho. Geralmente os cacimbões que são cavados no Cajueiro, as águas são salobras, não são águas próprias para beber. Então as pessoas sempre tiveram um senso de comunidade. Um cacimbão que dava água que era própria para uso, para beber, geralmente as pessoas cediam e os outros iam lá e pegavam água com o tambor de vinte litros, carregando numa bicicleta ou num jumento ou em galão pendurado nas costas, pra encher os potes. E as pessoas também usavam os açudes pra encher os tanques dentro dos banheiros pra poder tomar banho. E assim era a vida. Mas graças a Deus isso mudou. É muito raro você ver uma pessoa hoje pegando água pra beber, ou até mesmo usando água da chuva pra poder beber, as pessoas na verdade compram água lá, uma água que não é uma água mineral, é uma água adicionada de sais. Mas mesmo assim ele não tem mais aquele trabalho de estar pegando água no cacimbão, de estar coando no pano de prato e botando dentro de um pote pra fazer a sua ingestão. Muita coisa mudou pra melhor (BENILTON PONTES, 2021).

Antes de haver encanação de água no Cajueiro, os banheiros da comunidade deveriam ter um tanque. Esse tanque era abastecido todos os dias, geralmente era o menino da casa que fazia esse serviço de levar a água do cacimbão ou do açude e encher o tanque. A água do tanque seria usada ao longo do dia para tomar banho, lavar a louça e a casa. Outra água deveria ser armazenada em potes, era uma água que não poderia ser salobra, e seria coada com panos brancos e limpos antes de entrar no pote. Essa água serviria para cozinhar, escovar os dentes, e também serviria para abastecer os filtros de barro. A filtragem nesses equipamentos de barro ainda hoje é considerada uma das mais eficazes do mundo.

A rua principal do Cajueiro era de terra. A poeira era levantada a cada rajada mais forte de vento ou a cada carro que passava com velocidade na rua. Os móveis, o piso das casas, as roupas que ficavam estendidas, tudo era coberto pelo pó fino de areia branca que vinha da estrada. Era preciso varrer a casa pelo menos duas vezes por dia, senão seria como estar morando dentro de uma casa abandonada, coberta de poeira.

Essa situação mudou quando foi passada a pista, e a rua principal do Cajueiro se transformou na rodovia estadual CE 354.

Mas com essas mudanças, principalmente depois que passaram uma pista lá no Cajueiro, a criminalidade também começou a se aproximar. Antes a gente não tinha notícias de que pessoas lá da comunidade eram assaltadas, mas quando passou uma CE dentro da comunidade, que também interligou ao Amanari, isso facilitou a fuga dos criminosos, que começaram a fazer uma série de arrastões. Entram nas casas das pessoas, às vezes roubam também o celular ou roubam as pessoas nas paradas de ônibus, ou roubam as pessoas que estão bebendo no bar. Mas pelo menos lá no

Cajueiro a frequência disso é bem menor do que em outros locais. Isso deveu-se também a essa modernidade que foi alcançada, que foi o asfalto. Antigamente lá não tinha asfalto, era uma rua, a rua principal do Cajueiro era carroçável (BENILTON PONTES, 2021).

A associação de moradores do Cajueiro tem uma sede, que é usada para as reuniões e para abrigar, temporariamente, moradores que tenham problemas de habitação. “A priori a casa é para as pessoas se reunirem e debaterem os problemas internos da localidade”, diz Benilton. A associação procura captar demandas dos moradores e materializá-las, buscando a promoção do bem-estar comunitário.

Desde levar cursos do Senac para serem ofertados no Cajueiro até providenciar moradia temporária para os cajueirenses, a associação é uma instituição privada sem fins lucrativos que apreende as necessidades da população local e as apresenta para os representantes eleitos, que podem ser, por exemplo, vereadores, mas também a pauta pode ser debatida diretamente com o prefeito do Maranguape.

Inclusive, é um orgulho para os cajueirenses que o prefeito do Maranguape tenha raízes familiares assentadas na comunidade vizinha, a Forquilha. Essa situação, em que o prefeito é oriundo de uma comunidade, e não do distrito-sede, não é a mais usual. Em geral, o distrito-sede tem predomínio sobre a política local, conseguindo eleger a maioria dos representantes do Poder Legislativo municipal e também o representante do Poder Executivo. Como vemos, no Maranguape a situação é um pouco diferente.

O senso de comunidade no Cajueiro é muito forte e todo mundo se conhece, tudo o que você faz acaba todo mundo sabendo: fulano passou num concurso público, todo mundo fica sabendo; fulano casou, todo mundo fica sabendo; fulano adoeceu, foi pro Maranguape, todo mundo vai ficar sabendo. Lá as pessoas conversam, ficam na calçada, interagem, pedem ajuda um ao outro, pega uma fruta no jardim de outra pessoa, vende vassoura, vende água. As coisas são muito interligadas, as pessoas são interdependentes. São independentes em si, mas ao mesmo tempo mantêm um laço entre elas que deixa elas interligadas, através da compra de alguma coisa ou da prestação de algum serviço, seja público ou privado. É assim que funciona no Cajueiro (BENILTON PONTES, 2021).

O Cajueiro só possui ensino público. Os cajueirenses se sentem honrados pelo fato de terem moradores locais, que estudaram no Cajueiro, com formação em nível superior em diversas áreas: nutrição, direito, gastronomia, enfermagem, licenciaturas, pedagogia, entre outras. Também técnicos em eletricidade e técnicos em enfermagem, motoristas de ônibus, que exercem a função em grandes empresas maranguapenses. Mas o Cajueiro conta, principalmente, com um grande contingente de aposentados, sobretudo aqueles que se aposentam como agricultores.

É uma terra com prosa própria, senso de pertencimento e de identidade. Existe não apenas como ponto no mapa ou como casas alocadas aleatoriamente numa beira de estrada. Falar no Cajueiro para muitas pessoas é referir-se a um lugar amado, ao lar onde foram vividos momentos importantes e histórias de vida. “O Cajueiro é tudo pra mim. Não tenho o que falar do meu local, não”, diz Dona Nair, considerada uma das primeiras moradoras.

Foi esse lugar que, num gesto de desatenção ou desconhecimento, ignorando uma história construída ao longo de décadas, foi classificado de povoado.

O caso é que a placa errada não durou muito. Poucos dias depois voltei ao Cajueiro, também numa sexta-feira, também à noite e fatigado por uma semana de trabalho. A placa, entretanto, estava ostensivamente e irreversivelmente alterada. A mão de alguém, mão anônima, havia rasgado o adesivo, riscando o nome Povoado com um X.

No gesto não vi revolta nem vingança. Foi um ato de correção, como o de pais que ensinam o filho a andar. Pode ser até que a rasura tenha sido feita pelos mesmos que haviam instalado a placa errada. Provavelmente nunca saberemos quem fez o gesto que a elevou ao nível de precisão merecido. O fato é que a placa foi corrigida. Alguns dias depois, a riscada foi trocada por outra.

Hoje, quem entra no Cajueiro em qualquer uma das duas entradas da comunidade, vai notar que não entra num povoado, mas no Cajueiro. Mão anônima corrigiu a placa errada. “Mão artesanal e anônima. Mão do povo” (AMADO, 2009, p. 640).

### 3 A POLÍTICA

Com a Covid-19, vírus e política caminham lado a lado e até se misturam. O vírus Sars-CoV-2 adentrou nas sociedades humanas em 2019 e passou a exigir respostas oriundas de áreas tão diversas, porém conectadas, quanto a sociologia, a economia, a epidemiologia e a política. Não foi a primeira vez que a humanidade teve de lidar com a potência matadora de um vírus - nem será a última. Não foi sequer a primeira vez que os seres humanos tiveram de lidar com uma enfermidade causada por um coronavírus: o Sars-CoV-2 é ulterior ao Sars-CoV e parente próximo do Mers-CoV.

Desarranjo institucional e luta por conceitos e valores como a igualdade estiveram no centro do debate público brasileiro, num episódio que ocorre ainda agora. Um episódio que já é tido como um atentado à vida e à saúde dos brasileiros como jamais visto. O passado de subfinanciamento do SUS, em que a saúde não foi considerada prioridade na agenda de figurões da política, veio cobrar uma herança maldita. O fato de o Brasil ter sido considerado durante boa parte da pandemia como o epicentro da doença não é uma desgraça natural, é uma desgraça que foi sendo construída por palavras, ações e omissões humanas.

Foi num súbito: acordei em sobressalto. É que no meu rosto senti o bafo quente das infernezas. Olhei para o lado e quase desfaleci: ali mesmo, onde estava a terra, não havia nada senão um imenso abismo. Já não havia paisagem, nem sequer chão. Estávamos na margem de um infinito buraco (COUTO, 2005, p. 144).

#### 3.1 O vírus

Quando foi descoberto, no final de 2019, o vírus Sars-CoV-2, durante alguns meses conhecido simplesmente como novo coronavírus, se apresentou como um mal novo, contra o qual a humanidade não possuía os anticorpos necessários. No entanto, embora possamos dizer que o Sars-CoV-2 é uma novidade, não é correto afirmar que os seres humanos foram pegos totalmente de surpresa com o aparecimento desse novo vírus (UJVARI, 2011), nem é correto dizer que a humanidade não tinha protocolos ou estratégias para lidar com esse mal (UJVARI, 2011).

O Sars-CoV-2 faz parte da mesma família de outro vírus, o Sars-CoV, com o qual a humanidade teve de lidar em 2003, num surto provavelmente iniciado nas matas do Sudeste asiático e propalado para o restante do mundo (UJVARI, 2011). Sars é uma sigla para referir-se a *Severe acute respiratory syndrome*: a Síndrome respiratória aguda grave. O CoV diz

respeito a Coronavírus, “uma grande família de vírus que causam doença respiratória, que varia em gravidade desde um resfriado comum até pneumonia fatal” (TESINI, 2020).

Coronavírus, portanto, diz respeito a uma família de vírus, reunindo vírus chamados de zoonóticos, ou seja, que passam dos animais para os seres humanos, causando infecções (LIMA, 2020). A nomenclatura científica da família é *Coronaviridae*, por possuírem uma morfologia aparentando uma coroa, em latim *corona* (LIMA, 2020).

A primeira vez que a humanidade isolou um coronavírus foi em 1937, mas apenas em 1965 esses vírus foram descritos como tal (LIMA, 2020). Contudo, especula-se que um gato com febre e inchaço abdominal na Alemanha de 1912 ficou doente devido a um coronavírus, naquela que, hoje, é tomada como a primeira descrição do poder de um coronavírus de causar enfermidades em animais (CYRANOSKI, 2020). Na época, o coronavírus causou mortes em criações de galinhas e porcos, mas os estudiosos não conseguiram descobrir a origem do mal (CYRANOSKI, 2020). O berço do primeiro coronavírus na natureza ainda é desconhecido, especula-se que possa ter surgido há 10 mil ou há 300 milhões de anos (CYRANOSKI, 2020).

Desde que a família *Coronaviridae* foi descrita na década de 1960, o planeta vivenciou surtos causados por esses vírus em cachorros, gatos, porcos, etc., podendo ser fatais para esses animais (CYRANOSKI, 2020). Porém, segundo os pesquisadores da época, causando sintomas leves para os seres humanos (CYRANOSKI, 2020). A primeira vez que a humanidade se deparou com o potencial matador do coronavírus em humanos foi no surto de 2003, quando tivemos de lidar com a Síndrome respiratória aguda grave, a Sars (CYRANOSKI, 2020).

Os cientistas já detectaram pelo menos sete coronavírus causadores de doenças em humanos: quatro dos quais são causadores de resfriados comuns (OC43 e HKU1, originados em roedores; 229E e NL63, com origem em morcegos) (CYRANOSKI, 2020). Os outros três coronavírus conhecidos causam enfermidades severas nos seres humanos, podendo ser fatais: o Sars-CoV, identificado em 2002 e causador da Sars (TESINI, 2020); o Mers-CoV (*Middle East respiratory syndrome*, síndrome respiratória aguda grave do Oriente Médio), identificado em 2012 (TESINI, 2020) e o Sars-CoV-2, causador da Covid-19 (CYRANOSKI, 2020).

Tabela 1 – Coronavírus causadores de enfermidades em humanos

<b>CORONAVÍRUS CAUSADORES DE ENFERMIDADES EM HUMANOS</b>	
<b>Resfriados comuns</b>	<b>Enfermidades severas</b>
OC43, originado em roedores	Sars-CoV, causador da síndrome respiratória aguda grave, detectado em 2002
HKU1, originado em roedores	Mers-CoV, causador da síndrome respiratória aguda grave do Oriente Médio, identificado em 2012
229E, originado em morcegos	Sars-CoV-2, causador da Covid-19, encontrado no final de 2019
NL63, originado em morcegos	

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados de Cyranoski (2020) e Tesini (2020).

Os coronavírus têm a capacidade de infectar células de diferentes tipos nos seres humanos, mas são mais capacitados a causar infecções respiratórias, com a diferença de que os coronavírus causadores de resfriados comuns atacam principalmente o trato respiratório superior (CYRANOSKI, 2020). O Mers-CoV e o Sars-CoV têm mais dificuldade em atingir o trato respiratório superior, mas conseguem mais facilmente atingir os pulmões (CYRANOSKI, 2020).

O Sars-CoV-2 tem facilidade em infectar tanto as células do trato respiratório superior quanto as dos pulmões (CYRANOSKI, 2020). Segundo Cyranoski (2020), essa característica do Sars-CoV-2 explica o fato de a Covid-19 se apresentar de formas tão diferentes em cada infectado. De fato, o Sars-CoV-2 pode causar infecções em órgãos tão diversos quanto o cérebro, o coração, o intestino e o olho (CYRANOSKI, 2020).

### **3.2 Medidas e protocolos de enfrentamento a infecções**

Na Antiguidade, as civilizações humanas atribuíam o surgimento de certas infecções à ação dos deuses. No Antigo Testamento da Bíblia, o extermínio de mais de cem mil inimigos de Jerusalém por uma epidemia de vírus é entendido como uma obra do Senhor (UJVARI, 2020, p. 8).

Para os gregos, as doenças eram enviadas pelo deus Apolo e a cura, por Asclépio,

filho de Apolo, e conhecedor do poder das plantas medicinais (UJVARI, 2020). O culto a Asclépio durou por quase mil anos na civilização grega e, “no altar, sua figura era representada tendo nas mãos um bastão ao qual se enrolara uma serpente” (UJVARI, 2020, p. 8). O símbolo da medicina atualmente provém dessa imagem.

Asclépio tinha duas filhas, Higeia e Panacea. O nome de Higeia deu origem à palavra higiene, e essa personalidade está relacionada à manutenção e restauração da saúde (UJVARI, 2020). Panacea era relacionada às substâncias empregadas para a cura de doentes (UJVARI, 2020).

Ujvari (2020) identifica que o primeiro passo para uma compreensão menos religiosa das infecções ocorreu em solo grego a partir do surgimento da filosofia (UJVARI, 2020). Em Mileto, atualmente localizada na Turquia, apareceram pensadores, com destaque para Tales de Mileto, que se empenhavam na interpretação da natureza sem o apoio do pensamento mitológico e das crenças, mas em termos naturais (UJVARI, 2020).

O grego Hipócrates é considerado por Ujvari (2020) como o pai da medicina, e identificava que o ser humano era constituído por quatro líquidos, os humores: sangue, bile negra, bile amarela e fleuma (UJVARI, 2020). Os humores “deveriam estar em quantidades e proporções adequadas para o bom funcionamento do corpo. Qualquer alteração causaria doenças” (UJVARI, 2020, p. 11).

A teoria de Hipócrates foi amplamente utilizada no conhecimento médico até o século XIX, juntamente com outra hipótese de Hipócrates, a chamada teoria dos miasmas, cuja origem remonta aos etruscos, os primeiros habitantes da península itálica (UJVARI, 2020). O povo etrusco “dava enorme importância à saúde pública, com a realização da drenagem dos pântanos e o suprimento de água limpa e potável” (UJVARI, 2020, p. 20), pois era entendido que os pântanos eram os grandes responsáveis pela ocorrência das febres.

A teoria dos miasmas de Hipócrates relacionava o surgimento de doenças a gases venenosos vindos do solo, os miasmas (UJVARI, 2020). Hoje, sabemos que essas febres eram causadas por mosquitos que se proliferavam em regiões alagadas, portanto, a drenagem ou aterro dos pântanos eliminava os mosquitos (UJVARI, 2020).

Durante o período medieval, voltou com mais força “a velha crença de que as epidemias eram castigo de Deus” (MARTELLI, 1997 p. 3). Nessa época, o cuidado com os enfermos passou a ser visto como uma tarefa de caridade, própria dos cristãos:

Com a finalidade de auxiliar os doentes, foram construídas pensões temporárias, que depois se transformaram nas obras do *nosocomium*. Eram as primeiras edificações com esboço de hospital para abrigar os enfermos e tratá-los, e delas originou-se o

termo nosocomial (relativo a hospital) (UJVARI, 2020, p. 35).

Anexo aos mosteiros, espaços serviam como *nosocomium* para enfermos e necessitados, um serviço de caridade que não conseguiu evitar o crescente aparecimento de doenças (UJVARI, 2020). A partir do reflorescimento das cidades medievais e do comércio, as diferentes regiões da Europa passaram a se comunicar novamente, o que propiciou o surgimento de epidemias, inclusive aquela que é considerada ainda hoje a pior de todas e a epidemia a partir da qual se disseminou o uso da quarentena: a peste bubônica (UJVARI, 2020).

Só na Europa a peste bubônica matou “cerca de um terço da população em apenas três anos” (UJVARI, 2020, p. 50). A peste surgiu num contexto de crise agrária, “com boa parte da população desnutrida, predisposta a doenças” (UJVARI, 2020, p. 50), e, na época, a doença foi atribuída a Deus, que “estava enraivecido pela quantidade de blasfêmia, avareza, usura, luxúria, cobiça e falsidade cometidas pelos mortais” (UJVARI, 2020, p. 53).

Na Universidade de Paris, entretanto, surgiu uma teoria para tentar explicar a peste baseada na hipótese dos miasmas: “a emanação venenosa teria ocorrido por fenômenos naturais de conjunção de planetas e cometas” (UJVARI, 2020, p. 54).

Com base na teoria dos miasmas, a população passou a valer-se de medidas como: máscaras, fogueiras nas esquinas, queima dos pertences dos doentes, isolamento das casas dos infectados, cadáveres enterrados rapidamente, uso de aromatizantes, trancamento de janelas e passagens de ar, limpeza das ruas e dos mercados (UJVARI, 2020).

Durante a peste, quem podia fugiu para vilas longe dos centros urbanos, “para esperar a passagem daquele mal que acreditavam ser transmitido pelo ar: lembremos a teoria dos miasmas” (UJVARI, 2020, p. 51). É dessa época a escrita do Decamerão de Giovanni Bocaccio, trazendo histórias contadas por jovens isolados num castelo ao fugirem da peste bubônica em Florença, na Itália. Segundo Ujvari (2020), também é dessa época a propagação da quarentena no Ocidente.

Devido ao retorno da peste bubônica pelas embarcações procedentes do Mediterrâneo, Veneza resolveu tomar uma atitude radical. Sua administração urbana decidiu que todas as embarcações permanecessem isoladas na baía por quarenta dias antes que seus ocupantes pudessem desembarcar - era a “quarentena” (UJVARI, 2020, p. 51).

As medidas tomadas pela administração de Veneza estavam baseadas em conhecimentos descritos na Bíblia, que relata vários momentos em que a unidade de tempo

quarenta é utilizada (UJVARI, 2020). De fato,

O número quarenta é o número bíblico da provação, considerado número arquétipo e cabalístico: Jesus permaneceu quarenta dias no deserto; os hebreus vagaram durante quarenta anos entre o Egito e a Terra Prometida; o dilúvio foi provocado por uma chuva de quarenta dias; no Levítico (12:2 I 5), a purificação de parturientes se processava em 40 dias, quando davam à luz um menino e, se fosse menina, seria de duas vezes 40. Também no tantrismo budista, o "serviço" da mulher está dividido em provações de 40 dias (MARTELLI, 1997 p. 3)

O número 40, portanto, era usado com motivações religiosas durante a época de surgimento da quarentena em Veneza, em alusão às passagens bíblicas que referenciam o quarenta como medida necessária para a prova e o martírio. Atualmente, o termo quarentena não faz referência necessariamente ao número 40, mas diz respeito ao tempo de isolamento necessário de acordo com o período de transmissibilidade da doença (MARTELLI, 1997).

Segundo a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, a transmissibilidade da Covid-19 ocorre geralmente no intervalo de 12 a 20 dias (MONT'ALVERNE, 2021). Em razão disso, no Ceará, o governo do Estado renovava os decretos de distanciamento social (quarentena) em média a cada 15 dias, período a partir do qual as medidas poderiam ser reforçadas ou relaxadas a depender dos números de infectados, da disponibilidade de leitos de UTI, de óbitos, entre outros quantitativos. Da quarentena em Veneza contra a peste bubônica até os dias de Covid-19, as infecções se tornaram cada vez mais mundializadas: o aumento na velocidade dos transportes, da destruição da natureza e da ingerência do ser humano na vida animal possibilitaram a ocorrência cada vez maior de pandemias (UJVARI, 2011).

Os epidemiologistas atualizaram os protocolos de enfrentamento às infecções, e atualmente a humanidade conta com a Organização Mundial de Saúde (OMS), fundada em 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU). A OMS se descreve como uma instituição “dedicada ao bem-estar de todas as pessoas e orientada pela ciência” (WHO, 2021). Dentre as atribuições da organização está a de dirigir e coordenar, a nível mundial, as respostas em casos de emergência em saúde pública (WHO, 2021).

A indicação científica das medidas de distanciamento e isolamento social para contenção de doenças como a Covid-19 é feita a partir de abordagens como a apresentada por Werneck e Carvalho (2020). Esses autores dividem as medidas de resposta à Covid-19 em quatro fases: i) contenção, ii) mitigação, iii) supressão e iv) recuperação.

A contenção é iniciada antes do registro de casos de contaminados dentro de um país ou região, e tem como medidas “o rastreamento ativo de passageiros vindos do exterior e seus contatantes, visando a evitar ou postergar a transmissão comunitária” (WERNECK &

CARVALHO, 2020). A segunda fase envolve a mitigação, iniciada “quando a transmissão sustentada da infecção já está instalada no país” (WERNECK & CARVALHO, 2020). Nessa fase, o objetivo é diminuir os níveis de transmissão da doença, e envolve cancelamento de grandes eventos, de atividades escolares, fechamento de teatros, cinemas, shoppings, etc (WERNECK & CARVALHO, 2020).

Segundo Werneck e Carvalho (2020), caso as medidas implementadas nessas duas fases não sejam exitosas, parte-se para a supressão. Nessa fase toda a população passa a ser isolada, com a implementação de medidas rígidas, ocasionando repercussões econômicas, sociais e psicológicas (WERNECK & CARVALHO, 2020). A última fase, a de recuperação, acontece quando há um consistente declínio da epidemia, e envolve a necessidade de se reestruturar o país (WERNECK & CARVALHO, 2020).

Garcia e Duarte (2020) indicam que as intervenções não-farmacológicas (INF) podem ser do tipo individual, ambiental ou comunitária. As medidas individuais envolvem desde a lavagem de mãos até o uso de máscaras. As medidas ambientais “referem-se ao arejamento e exposição solar de ambientes, à limpeza rotineira de ambientes e superfícies” (GARCIA & DUARTE, 2020, p. 2), entre outras.

#### As intervenções não-farmacológicas de teor comunitário

incluem restrição ao funcionamento de escolas, universidades, locais de convívio comunitário, transporte público, além de outros locais onde há aglomeração de pessoas como eventos sociais, esportivos, teatros, cinemas e estabelecimentos comerciais, que não são caracterizados como prestadores de serviços essenciais (GARCIA & DUARTE, 2020, p. 2).

Tais medidas são levadas adiante por gestores, líderes comunitários ou empregadores (GARCIA & DUARTE, 2020). No caso da Covid-19, as intervenções comunitárias foram imprescindíveis tanto devido à gravidade da doença quanto ao alto índice de transmissão comunitária (GARCIA & DUARTE, 2020).

No Brasil, a Lei 13.979/2020, a Lei da Quarentena, dispõe sobre as intervenções não farmacológicas comunitárias, permitindo que autoridades públicas determinem o isolamento, a quarentena, restrições em portos e aeroportos. Exemplo de medida de intervenção não farmacológica individual contra a Covid-19 foi a instituída pela Lei 14.019, de 2 de julho de 2020, que versa sobre o uso obrigatório de máscaras.

Segundo estudo de Ferguson et al. (2020), a última vez que a humanidade havia se deparado com um problema respiratório de magnitude semelhante ao da Covid-19 foi na pandemia de influenza H1N1 de 1918 e 1919 (FERGUSON et al., 2020). Na época, a resposta

de vários países, sobretudo os Estados Unidos, foi a implementação das intervenções não farmacológicas, “medidas destinadas a reduzir a transmissão ao reduzir as taxas de contato entre a população como um todo” (FERGUSON et al., 2020, p. 3, tradução minha). As cidades que providenciaram prontamente medidas de distanciamento físico apresentaram menos óbitos e experienciaram redução no número de infecções (FERGUSON et al., 2020).

Medidas de enfrentamento à Covid-19 sugeridas por estudos como o coordenado por Neil Ferguson indicam a necessidade de se efetivar pelo menos quatro intervenções não farmacológicas conjuntamente: 1) distanciamento social de toda a população; 2) isolamento de casos (suspeitos e confirmados); 3) quarentena domiciliar e 4) fechamento de escolas e universidades (FERGUSON et al., 2020). Essas medidas envolvem o que os autores chamam de supressão e visam ao estabelecimento de uma taxa de reprodução  $R$  do vírus abaixo de 1.

O número de reprodução  $R$  diz respeito ao potencial de propagação de um vírus dentro de uma população (CARTHAUS, 2020). Quando esse número está acima de 1, significa que, em média, cada infectado transmite o vírus a 1 pessoa ou mais. Se o número estiver abaixo de 1 ( $R < 1$ ), indica a possibilidade de que o vírus esteja sendo suprimido (CARTHAUS, 2020).

O estudo de Ferguson et al. (2020) destacou duas estratégias fundamentais de os governos lidarem com o vírus: i) mitigação, que busca declinar, mas não necessariamente interromper a propagação da doença; e ii) supressão, com o objetivo de reverter o crescimento das infecções, reduzindo os casos a números exíguos (FERGUSON et al., 2020).

Analisando os exemplos do Reino Unido e dos Estados Unidos ainda no início da pandemia nos países ocidentais (o estudo é de 16 de março de 2020), Ferguson e equipe (2020) avaliaram que as medidas de supressão eram as únicas viáveis naquele momento e deveriam ser adotadas urgentemente. Caso medidas drásticas não fossem tomadas, o estudo previa a morte de mais de 2 milhões de pessoas por coronavírus nos Estados Unidos e 500 mil óbitos no Reino Unido (FERGUSON et al., 2020). Na data de publicação do estudo, o mundo ainda não havia se deparado com os números pavorosos de mortes causadas pelo Sars-CoV-2.

Ao final do artigo, a equipe informou que “os resultados desse estudo vêm sendo utilizados para a elaboração de políticas públicas no Reino Unido e em outros países desde as últimas semanas” (FERGUSON et al., 2020, p. 16, tradução minha). De fato, por essa época o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, mudou a estratégia de lidar com a pandemia e passou a falar em estratégias de supressão e não mais na tática da imunidade de rebanho, nem em medidas de mitigação (CORONAVÍRUS: O QUE DIZ..., 2020).

Vários países em todo o mundo passaram a adotar medidas semelhantes, e, no

Brasil, na segunda semana de março de 2020, várias unidades da Federação adotaram medidas de intervenção não farmacológica comunitárias: por exemplo, os Estados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina e o Distrito Federal (GARCIA & DUARTE, 2020). No Ceará, foi instituído no dia 13/3/2020 um Comitê Estadual de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus (Decreto 33.509/2020), e as medidas de distanciamento físico foram iniciadas no dia 16/3/2020 por meio do Decreto 33.510/2020, e intensificadas no dia 19/3/2020 com o Decreto 33.519/2020.

A Covid-19, portanto, se apresentou como um problema de saúde coletiva requerendo medidas urgentes que envolvessem o poder público e a elaboração de políticas públicas emergenciais. O problema se apresentava como uma questão tanto política quanto social, econômica e epidemiológica: a ausência de vacinas ou medicamentos comprovadamente eficazes colocava a pandemia da Covid-19 emergencialmente e prioritariamente na seara política e social, e cada governo ao redor do mundo precisou apresentar uma resposta na tentativa de proteger a vida e a saúde das populações (FONSECA; GREER; KING, 2021).

A Covid-19 reforçou a indispensabilidade de análises interdisciplinares para que se chegue à compreensão das ameaças globais à saúde, assim como as respectivas soluções (FONSECA; GREER; KING, 2021). Essa enfermidade não pode ser vista como um problema puramente natural: a doença está ajuntada ao sistema antissocial em que estamos vivemos, de neoliberalismo e capitalismo financeiro (ANTUNES, 2020).

Nesse sentido,

uma das lições já aprendidas com a pandemia em curso é a necessidade de valorizarmos a gestão pública e o tempo de resposta nos critérios de aferição da capacidade instalada para o enfrentamento de crises sanitárias e humanitárias emergenciais (LIMA; BUSS; PAES-SOUSA, 2020, p. 3).

Efetivamente, países europeus como Reino Unido, Itália, Espanha e França, embora contem com pessoal altamente qualificado no combate a enfermidades e sejam o berço dos sistemas nacionais de saúde e dos modelos de proteção social, apresentaram elevado número de óbitos (LIMA; BUSS; PAES-SOUSA, 2020). Do mesmo modo, os Estados Unidos, que são a maior economia do planeta, apresentaram uma resposta consideravelmente menos efetiva do que a de países como Nova Zelândia e China (LIMA; BUSS; PAES-SOUSA, 2020).

Assim, “a resposta rápida, consistente e sustentável de lideranças políticas também foi fundamental nos países que apresentaram os melhores resultados no combate à

COVID-19” (LIMA; BUSS; PAES-SOUSA, 2020, p. 3). Para Abrucio et al., “crises sanitárias exigem forte coordenação governamental, sobretudo em países federativos” (ABRUCIO et al., 2020, p. 664), e o Brasil vinha enfrentando um processo de mudança nas relações intergovernamentais desde a emergência do governo Bolsonaro, cujos “efeitos se intensificaram durante a pandemia, quando a necessidade de um papel coordenador da União ficou mais evidente” (ABRUCIO et al., 2020, p. 664). Para os autores, “esse desarranjo federativo foi uma das principais causas para os péssimos resultados alcançados” (ABRUCIO et al., 2020, p. 673).

Na América Latina, a Covid-19 encontrou um continente enfraquecido: baixo crescimento econômico; investimentos em saúde, educação e pesquisa reduzidos por políticas de austeridade fiscal; ascendente instabilidade política e vínculos regionais em deterioração (LIMA; BUSS; PAES-SOUSA, 2020). No Brasil, o desmoronamento do direito do trabalho, unido à terceirização, à informalidade e à flexibilidade das relações trabalhistas, deixou escancarada a situação de total desproteção dos trabalhadores durante a Covid-19 (ANTUNES, 2020).

### **3.3 Lições deixadas pelo surto de 2003**

No final de 2002 foi detectada na China uma virose que depois ficaria conhecida como Síndrome respiratória aguda grave (Sars, na sigla em inglês) (TESINI, 2020). O vírus causador da Sars provavelmente foi originado em civetas, um animal que, embora selvagem, tem a carne consumida pelos chineses (UJVARI, 2011). Fezes, urina, sangue e secreções do animal selvagem provavelmente atingiram os trabalhadores de restaurantes por meio das mãos contaminadas e levadas aos olhos, nariz ou boca (UJVARI, 2011).

O vírus, então, passava a se espalhar pelo território chinês, sendo transportado no interior dos corpos das pessoas infectadas, “e por ser um vírus novo, toda a população era suscetível” (UJVARI, 2011, p. 9). Mãos contaminadas por meio da tosse e do espirro se transformavam em mecanismo de repassar o vírus adiante, um meio de contaminação que é idêntico ao “da gripe suína que estamos cansados de conhecer por rádios e jornais” (UJVARI, 2011, p. 9).

Em janeiro de 2003, uma equipe de médicos e cientistas havia sido convocada pelo governo chinês para analisar o surto da doença (naquele mês ainda completamente misteriosa) na cidade de Guangzhou, onde pacientes infectados com o mal desconhecido estavam internados desde dezembro de 2002 (UJVARI, 2011). Ao final da investigação, os

cientistas e médicos não conseguiram descobrir qual vírus ou bactéria havia causado o surto, e emitiram um relatório tranquilizador, “tudo o que o governo chinês queria” (UJVARI, 2011, p. 10).

A doença continuou se proliferando de tal modo que, no dia 20 de janeiro de 2003, novamente uma equipe de médicos e cientistas foi destacada para investigar de que se tratava aquele mal, o qual na data já alcançava três grandes centros urbanos chineses (UJVARI, 2011). Um novo relatório foi emitido, indicando que “Guangdong vivia uma epidemia altamente contagiosa, cuja transmissão era aérea e sua causa desconhecida” (UJVARI, 2011, p. 11).

Foram emitidos os protocolos para impedir que a infecção se alastrasse ainda mais: isolamento dos infectados; lavagem frequente das mãos por parte da população; aqueles que necessitassem entrar em contato com pessoas infectadas deveriam se valer de gorros, luvas, máscaras e aventais (UJVARI, 2011). Apesar do relatório ter sido incisivo quanto à severidade da doença, o governo chinês optou por não divulgar a informação à população e não emitiu “nenhum alerta de epidemia às agências internacionais de saúde” (UJVARI, 2011, p. 11).

Nos hospitais e órgãos governamentais chineses relacionados à área da saúde, a doença foi tratada como segredo de estado, o que “contribuiu para retardar a implementação das medidas profiláticas e conter a epidemia” (UJVARI, 2011, p. 11). No dia 11 de fevereiro de 2003, a epidemia em Guangdong foi oficialmente comunicada à OMS, por meio de um documento que “induziu certa tranquilidade e desencorajou qualquer medida mais enérgica para conter o avanço do número de casos” (UJVARI, 2011, p. 11).

Após a comunicação à OMS, o infectologista italiano Carlo Urbani foi convocado para investigar a doença, já que “a estranha infecção não mostrava indícios de melhora” (UJVARI, 2011, p. 15). Urbani foi o primeiro médico a identificar que se tratava de uma nova doença altamente contagiosa, tendo relatado a suspeita à Organização Mundial de Saúde (UJVARI, 2011). No entanto, a informação tinha vindo tarde demais: mais de trinta profissionais de saúde já estavam infectados e a enfermidade já estava em solo vietnamita (UJVARI, 2011). Carlo Urbani faleceu vítima da doença que ajudou a identificar.

Diante do documento de Urbani, a OMS emitiu um alerta internacional, posteriormente repassado pelos jornais de todo o mundo (UJVARI, 2011). Em Hong Kong, cidade chinesa que é rota internacional de comércio e turismo e, na época, foi a mais afetada pela epidemia, a rotina mudou:

Os hotéis se esvaziaram: a cidade era o último destino de turistas e comerciantes. O pânico circulava pela imprensa internacional, a OMS já desencadeara o alerta da nova doença e notificava as áreas contaminadas pelo planeta. Hong Kong estava em primeiro lugar no ranking de risco, e suas ruas testemunhavam habitantes com um novo acessório: máscaras cirúrgicas nas faces. Escolas foram fechadas e os estudantes permaneciam em casa. Ruas desertas e lojas vazias eram atípicas na cidade fervilhante de quase 7 milhões de moradores (UJVARI, 2011, p. 16).

O pânico generalizado ainda durou pelos meses seguintes: março, abril e maio foram considerados como o pico da doença (UJVARI, 2011). Até que, em julho de 2003, se extinguiu abruptamente, e “o planeta livrou-se de uma epidemia que matou, em média, 10% dos doentes. Um vírus extremamente letal para o que estamos acostumados” (UJVARI, 2011, p. 20). Ao todo, a Sars infectou mais de 8 mil pessoas e matou mais de 900, tendo se espalhado por 30 países e atingido principalmente a China (UJVARI, 2011).

A explicação para o desaparecimento da Sars está, segundo Ujvari (2011), no alerta emitido pela OMS em 2003, a partir do qual países de todo o mundo passaram a adotar protocolos para a barrar a disseminação do vírus:

Suspeitos da doença eram imediatamente isolados em leitos específicos. Profissionais da saúde entravam em seus quartos com gorros, luvas, aventais, máscaras e óculos especiais. Pessoas que mantinham contato próximo com os doentes eram monitoradas, orientadas a permanecer em casa e procurar o hospital ao primeiro sintoma. Portos e aeroportos eram patrulhados em busca de recém-chegados com sintomas da doença. Aqueles que retornavam das áreas afetadas eram orientados a procurar um médico caso iniciassem os sintomas. Quanto mais cedo isolar o doente contagioso mais fácil controlar a epidemia (UJVARI, 2011, p. 20).

Com o sucesso das medidas de isolamento, a busca ativa por pacientes infectados em portos e aeroportos, o monitoramento de casos suspeitos, o Sars-CoV acabou ficando sem organismos humanos para infectar e se replicar (UJVARI, 2011) e “nenhum caso foi relatado mundialmente desde 2004” (TESINI, 2020).

Esse foi o fim da epidemia de 2003, não sem antes deixar o aviso: havia grandes chances de epidemias semelhantes surgirem (UJVARI, 2011). Em 2011, Ujvari indicava que “a possibilidade de uma nova epidemia por algum vírus semelhante ao de 2003 é considerável e virá, provavelmente, dos morcegos” (UJVARI, 2011, p. 24).

### **3.4 Trajetória institucional da política de distanciamento: a luta pelos conceitos**

Segundo Rodrigues (2016), com a trajetória institucional de uma política pública, é possível “perceber descompassos entre as concepções presentes na formulação da política e

aquelas acionadas quando da sua implementação” (RODRIGUES, 2016) e “detectar mudanças ocorridas durante o trajeto da política pelas vias institucionais” (RODRIGUES, 2016, p. 109). A trajetória institucional aborda, portanto, as múltiplas significações de uma política à medida que essa política transita pelas instituições (RODRIGUES, 2016).

Conforme Gussi (2008), o programa/política “não tem um sentido único e está circunscrito a ressignificações, segundo seus distintos posicionamentos nos vários espaços institucionais que percorre” (GUSSI, 2008, p. 34). Pelo conceito de trajetória institucional de Gussi (2008), emergem embates políticos entre os distintos sujeitos, de maneira a influenciar nos rumos tomados pela política à medida que ela caminha pelas instituições.

A política de distanciamento social do governo do Estado do Ceará foi embasada em orientações e protocolos fornecidos por organizações internacionais, como a OMS; teve como base a Portaria 188/2020 do ministério da saúde, que decreta Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e foi assinada pelo então ministro Mandetta. A política se alinha a orientações de instituições produtoras de conhecimento científico, como a Faculdade de Medicina da UFC. A Universidade Federal do Ceará, inclusive, implementou, por meio de portarias e provimentos, uma política interna de distanciamento social a partir de 13/3/2020 (UFC..., 2020).

De modo avesso à implementação dessa política no Ceará, assim como às demais políticas de distanciamento adotadas por governadores e prefeitos, esteve a presidência da república, que emitiu discursos, entrevistas e documentos na tentativa de derrubá-las.

Há, portanto, um alinhamento mínimo no que diz respeito a discursos e protocolos emitidos pela OMS, pesquisas e notas emitidas por instituições de produção de conhecimento como a Famed/UFC e o governo do Ceará. Há uma frontal discordância por parte da presidência da república, que tentou até mesmo interferir no ministério da saúde a fim de inviabilizar qualquer alinhamento desse ministério quanto à ocorrência das políticas.

### ***3.4.1 Da China ao Ceará: trajetória das políticas de distanciamento contra a Covid-19***

Em dezembro de 2019, jornais de diversos países começaram a publicar notícias de pacientes sendo internados em Wuhan, na China, vítimas de uma pneumonia de origem desconhecida (CHINESE..., 2019). Na época, circulou nas redes sociais o boato de que a pneumonia se tratava de um novo surto da Sars, a síndrome respiratória aguda grave, já identificada em 2003 (CHINESE..., 2019).

As autoridades de saúde chinesas, no entanto, afirmavam que a doença

provavelmente estava ligada a outro tipo de pneumonia severa causada por um vírus, embora ainda não soubessem de qual pneumonia estavam falando (CHINESE..., 2019). Os pacientes infectados em Wuhan foram isolados e aqueles que haviam tido contato recente com eles ficaram sob investigação, assim como o mercado de animais vivos de Wuhan, de onde as autoridades sanitárias suspeitavam que a pneumonia havia surgido (CHINESE..., 2019).

Com o fechamento do mercado, “todos os animais foram sacrificados para conter a epidemia e, com eles, a chance de identificarmos o animal intermediário responsável pelo contágio” (UJVARI, 2020, p. 320). Uma semana após o fechamento do mercado, o agente etiológico fora identificado como um novo coronavírus, da mesma família dos vírus causadores de Sars e Mers (UJVARI, 2020, p. 320).

No surto de Sars em 2003, as autoridades chinesas se esquivaram de reconhecer e alertar sobre a gravidade do problema, o que permitiu que o vírus se espalhasse e atingisse outras regiões do país e do mundo (UJVARI, 2011). A atitude do governo chinês ficara marcada, e em 2019 os jornais fizeram questão de lembrar esse fato (CHINESE..., 2019).

Em 31/12/2019, a OMS foi alertada pelo governo chinês da pneumonia de etiologia desconhecida e o mercado de animais vivos de Wuhan foi fechado no primeiro dia do ano de 2020 (WHO, 2020a). No dia 5/1/2020, a OMS comunicou aos países a existência da pneumonia de origem desconhecida, mas não recomendou quaisquer medidas específicas para viajantes nem restrições para a entrada e a saída do território chinês (WHO, 2020a).

No dia 10/1/2020, a OMS publicou um roteiro com perguntas para as autoridades dos países, no intuito de terem ciência das suas capacidades e fraquezas na detecção e resposta ao novo coronavírus, informado como um vírus zoonótico e causador de doenças respiratórias (WHO, 2020d). O roteiro de perguntas pretendia, portanto, sinalizar de que modo os diversos países ao redor do mundo deveriam se preparar para enfrentar o novo mal surgido em 2019.

No documento, a OMS informou que o roteiro havia sido baseado na resposta internacional às infecções de Sars e Mers, e sugeria investigações envolvendo desde o sistema laboratorial do país, até os sistemas de vigilância e sistemas de resposta em saúde pública a doenças infecciosas (WHO, 2020d).

No Brasil, em 16/1/2020, o Boletim Epidemiológico - Semana 51, da secretaria de vigilância em saúde (SVS) do ministério da saúde, citava evento de monitoramento internacional na China: pneumonia de etiologia desconhecida (BRASIL, 2020d). O documento destacava que ainda não havia evidências de infecção de uma pessoa para outra, mas alertava para as medidas já adotadas pelo governo chinês, tais como: pesquisas,

investigações epidemiológicas e buscas retrospectivas em prontuários; busca ativa de casos e rastreamento de contatos; isolamento de casos em unidades de saúde; suspensão das atividades do mercado de Wuhan; comunicação no intuito de conscientização pública (BRASIL, 2020d).

Segundo o documento do ministério da saúde, o governo brasileiro já estava adotando as medidas recomendadas pela OMS (as quais não eram, cabe frisar, as atitudes que estavam sendo tomadas pelo governo chinês, que eram mais precisas e severas do que as orientações da OMS na época) (BRASIL, 2020d). O governo informou também realizar notificações para secretarias de saúde dos estados e municípios, órgãos de vigilância sanitária, portos e aeroportos, relatórios diários da situação para os órgãos, entre outras medidas (BRASIL, 2020d).

No dia 23/1/2020, Wuhan entrou em isolamento social por ordem do governo chinês (WUHAN..., 2020). As medidas foram anunciadas no dia anterior, 22 de janeiro, e implementadas a partir das 10h do dia 23 (uma quinta-feira), quando ficou proibido entrar e sair da metrópole (SANTIRSO, 2020). Na data, autoridades informavam 17 óbitos e 561 casos confirmados de infecção pelo novo coronavírus em todo o mundo (SANTIRSO, 2020).

Com a quarentena na China, países de todo o mundo passaram a repatriar os seus cidadãos (UJVARI, 2020). O governo federal repatriou brasileiros que estavam em Wuhan em fevereiro de 2020. Foi a partir dessa atividade de repatriação que foi criada e promulgada uma Lei da Quarentena para o país, a Lei 13.979/2020 (VENTURA; AITH; RACHED, 2020).

No dia 28/1/2020, no documento *Situation Report - 8*, a OMS avisou que os relatórios que havia divulgado nos dias 23, 24 e 25 de janeiro estavam errados ao considerar o novo coronavírus como de risco moderado (WHO, 2020b). Ao admitir o erro, a OMS declarou que o risco era muito alto para a China, alto para os países da região próxima à China, e alto para o restante do mundo (WHO, 2020b).

Baseado nos protocolos de enfrentamento ao surto de Sars de 2003 e ao surto de Mers de 2012, o documento da OMS também passou a recomendar: distanciamento de pessoas afetadas por infecções respiratórias; lavagem frequente das mãos; uso de proteção adequada para lidar com animais selvagens ou em fazendas, e protocolos mais rígidos de prevenção e controle de infecções em hospitais, sobretudo nas emergências (WHO, 2020b).

O documento informava que com a Sars e a Mers “a transmissão de humano para humano ocorreu por meio de gotículas, contato e fômites, indicando que o modo de transmissão do 2019-nCoV pode ser semelhante” (WHO, 2020b, tradução minha). Os fômites são objetos ou substâncias capazes de transportar agentes infecciosos, e atualmente já se sabe

que a probabilidade de infecção pelo novo coronavírus por meio de fômites é baixa (CORACCINI, 2021).

No Ceará, em 29/1/2020, a Secretaria de Saúde do Estado (Sesa) divulgou um Nota Técnica para profissionais de saúde de estabelecimentos públicos e privados, no intuito de alertar sobre a ocorrência de casos do novo coronavírus no mundo (CONASS, 2020). A Nota Técnica definia sintomas e fornecia um passo a passo para a notificação de casos suspeitos. O documento também trazia medidas de prevenção e controle: ficar em casa quando estiver doente, limpar e desinfetar superfícies de objetos com frequência, lavar as mãos, evitar tocar nos olhos, nariz e boca, etc. (CEARÁ, 2020a).

Em 30/1/2020, a enfermidade causada pelo novo coronavírus foi declarada pela OMS como emergência em saúde pública de importância internacional: ESPII (WHO, 2020c). No discurso, o diretor-geral da OMS destacou positivamente as medidas adotadas pela China: “a velocidade com que a China detectou o surto, isolou o vírus, sequenciou o genoma e o compartilhou com a OMS e o mundo é impressionante, e indescritível.” (WHO, 2020c, tradução minha).

Na data, o diretor-geral informou que havia 98 casos confirmados em países fora da China, sendo que todos os 170 óbitos confirmados haviam ocorrido em território chinês (WHO, 2020c), e alertou: “Devemos lembrar que são pessoas, e não números” (WHO, 2020c, tradução minha).

A ESPII é um conceito abordado pelo Relatório Sanitário Internacional (RSI), um documento em que os países se comprometem a implementar os protocolos recomendados pela OMS (UCHÔA & UCHÔA, 2020, p. 445). A ESPII é considerada como a “pedra angular” (PAGOTTO, 2018, p. 216) dos mecanismos e instrumentos para o enfrentamento da propagação internacional de doenças. O conceito de ESPII é fornecido pelo RSI de 2005, atualmente em vigor, o qual, no artigo 1, define-a como

um evento extraordinário que, nos termos do presente Regulamento, é determinado como: (i) constituindo um risco para a saúde pública para outros Estados, devido à propagação internacional de doença e (ii) potencialmente exigindo uma resposta internacional coordenada (ANVISA, 2009, p. 14).

Cabe ao diretor-geral da OMS determinar quando começa e termina uma ESPII (PAGOTTO, 2018). Ao declarar a situação de emergência, o diretor-geral pode emitir recomendações para os Estados, visando à contenção ou à redução da propagação da enfermidade pelo mundo, e incluindo medidas com vistas ao “desenvolvimento, o

fortalecimento e a manutenção de capacidades básicas de saúde pública nos níveis local, regional e nacional” (PAGOTTO, 2018, p. 205). As recomendações indicam a necessidade de uma resposta a nível internacional, no entanto, não têm o poder de impor sanções aos Estados que as desobedecerem (VENTURA; AITH; RACHED, 2020).

Exemplos de outras ESPII foram as de gripe H1N1 (2009-2010), Ebola (2014-2016 e novamente em 2019, ainda vigente), Zika (2016) e Poliomielite (declarada em 2014 e ainda vigente) (PAGOTTO, 2018). Conforme o RSI de 2005, antes de formalizar a ESPII, o diretor-geral da OMS precisa convocar um Comitê de Emergências, que fica responsável por emitir um parecer sobre o evento “e decidir propostas de recomendações temporárias aplicáveis ao caso” (PAGOTTO, 2018, p. 206). Ventura, Aith e Rached criticam os comitês de emergências da OMS pela “opacidade de seus processos decisórios” (VENTURA; AITH; RACHED, 2020, p. 108), apesar de reconhecerem a enorme importância do mecanismo para o combate a infecções.

O Comitê de Emergências do 219-nCoV (nome utilizado para se referir ao Sars-CoV-2 antes da divulgação da nomenclatura oficial do vírus) havia emitido parecer recomendando a ESPII e sugerindo que o vírus poderia ser barrado caso os países adotassem medidas rigorosas de detecção, isolamento e tratamento de casos confirmados, além da promoção de medidas de distanciamento social compatíveis com o risco de disseminação do agente infeccioso (WHO, 2020f).

Caminho semelhante a esse foi seguido prontamente pela Coreia do Sul, (UJVARI, 2020). O governo sul-coreano implementou um plano de contingência que já estava previamente estabelecido, bem antes da emergência da Covid-19. A resposta sul-coreana ocorreu de forma célere: no dia 20/1/2020, a triagem nos aeroportos do país localizou uma jovem com sintomas da doença, e o plano foi imediatamente colocado em execução (UJVARI, 2020).

A resposta do país asiático incluiu: i) “todos os suspeitos de ter contraído a covid-19, por menor que fossem os sintomas, eram isolados e testados: eram postos em quarentena” (UJVARI, 2020, p. 325); depois disso: ii) “os órgãos de saúde rastreavam todas as pessoas que tiveram tido contato prévio com o doente, localizavam-nas e novamente as testavam mesmo que não apresentassem qualquer sintoma” [...] (UJVARI, 2020, p. 325).

Além disso, qualquer sul-coreano, por menor que fosse o sintoma, deveria ser testado para a Covid-19 nos mais de 600 locais de triagem instalados pelo país (que tem aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados de extensão, praticamente do tamanho do estado de Pernambuco) (UJVARI, 2020). O governo elaborou mapas indicando os locais

frequentados pelos infectados, os quais eram esterilizados e divulgados à população, a fim de que se tomassem as medidas preventivas e de alerta (UJVARI, 2020). O trabalho, portanto, envolvia testagem ampla e massificada na população e busca ativa de possíveis infecções, percorrendo toda a cadeia de contato dos pacientes, impondo isolamento o quanto antes (UJVARI, 2020).

A junção de um vigoroso sistema TTIS (trace-test-isolate-support) às intervenções não farmacológicas (INF) configurou o coração das políticas engendradas por países onde a Covid-19 menos avançou (FONSECA; GREER; KING, 2021). Países como Vietnã e Nova Zelândia, inclusive, conseguiram eliminar a enfermidade por algum período a partir da junção de ambos os sistemas, TTIS e INF (FONSECA; GREER; KING, 2021).

O Brasil, no entanto, atuou na direção oposta. Werneck e Carvalho identificam no país a “ausência de um sistema de testagem amplo estabelecido logo no início da epidemia” (WERNECK & CARVALHO, 2020). Em nota técnica, a Fiocruz identifica que o Brasil falhou na testagem em massa da população, ocasionando “o aumento de casos graves que levou a um grande número de óbitos, grande parte desses evitáveis” (FIOCRUZ, 2020, p. 18).

No dia 3/2/2020, o ministério da saúde publicou a Portaria 188, assinada pelo ministro Luis Henrique Mandetta. A portaria declarou que o Brasil vivia uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) devido à infecção humana causada pelo novo coronavírus (BRASIL, 2020a). O país já possuía um regulamento para agir quando ocorresse uma ESPIN: o Decreto 7.616 de 2011 prevê que cabe ao ministério da saúde a tarefa de planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas, assim como articular-se junto aos gestores estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2011).

No dia 4/2/2020, a OMS publicou o documento *2019 Novel Coronavirus (2019-nCoV): Strategic Preparedness and Response Plan*, em que assinalava que o novo coronavírus apresentava riscos de alto nível para o mundo inteiro, devido à probabilidade de propagação acelerada; ao grave impacto à saúde das pessoas; à dificuldade de implementar medidas de enfrentamento por parte de alguns países e à disseminação de informações falsas por meio das redes sociais (WHO, 2020e).

O documento citava as medidas adotadas pelo governo chinês de implementação de quarentena em algumas cidades e de bloqueio nas conexões entre determinados centros urbanos do país (WHO, 2020e). A OMS também citava a necessidade de os países avaliarem o custo-benefício na implementação de medidas restritivas, as quais poderiam causar danos econômicos e dificultar a chegada de bens e insumos, mas também poderiam permitir que os

países ganhassem tempo para se preparar para o enfrentamento à infecção (WHO, 2020e).

Segundo Ujvari, nesses meses iniciais de 2020 “descobríamos que nenhuma nação estava preparada para a quantidade súbita de doentes necessitados de UTI” (UJVARI, 2020, p. 324) por uma doença que, embora atingisse a maioria das pessoas com sintomas leves, elevava de modo rápido e exponencial a quantidade de pacientes necessitando de oxigênio ou cuidados intensivos.

Em 11/2/2020 o vírus já havia sido isolado, identificado e nomeado: o Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus (ICTV) passou a adotar a nomenclatura oficial de Sars-CoV-2, deixando de nomeá-lo simplesmente como o novo coronavírus de 2019, ou 2019-nCoV (NAMING...,2020).

A nomenclatura Sars-CoV-2 foi escolhida porque o vírus de 2019 tem relações genéticas com o vírus de 2002, o Sars-CoV, embora os vírus não sejam os mesmos, mas se tratem de vírus diferentes (NAMING...,2020). Em fevereiro, a Organização Mundial de Saúde, responsável por nomear as doenças, classificou a enfermidade causada pelo Sars-CoV-2 como COVID-19, sigla para *coronavirus disease 2019*, o mal do coronavírus de 2019, em referência ao ano em que a doença foi primeiramente identificada em seres humanos (NAMING...,2020).

Em 7/3/2020, a OMS publicou uma recomendação indicando as respostas que deveriam ser adotadas pelos países que entrassem na fase da transmissão comunitária do Sars-CoV-2 (WHO, 2020g). O documento destacava que, como ainda não havia vacina nem tratamento contra a Covid-19, as medidas não-farmacológicas indicadas eram as ferramentas mais eficazes de reduzir e evitar a transmissão (WHO, 2020g). Desse modo, a OMS recomendava a definição de parâmetros e fundamentações para a instituição de medidas de distanciamento social, como, por exemplo, o fechamento de escolas e a suspensão de eventos com aglomerações de pessoas (WHO, 2020g).

No documento a OMS também recomendava: higienização das mãos, uso de máscaras para indivíduos sintomáticos, isolamento e tratamento de pessoas infectadas, assim como o monitoramento de pessoas que entraram em contato com doentes (WHO, 2020g). A depender de avaliação específica para cada localidade, o documento também recomendava: evitar a ocorrência de aglomerações, efetivar o fechamento de escolas, de transportes públicos, de escritórios e outros locais de trabalho, além de realizar quarentena e isolamento social (WHO, 2020g).

O Brasil foi o primeiro país latino-americano a confirmar casos do novo coronavírus, no dia 26/2/2020 (OLIVEIRA & ORTIZ, 2020). No dia seguinte à confirmação

do primeiro caso, o Brasil já tinha 132 suspeitos de estarem infectados (GONÇALVES et al., 2020). Segundo investigação da secretaria de saúde do Ceará, no entanto, Fortaleza já tinha casos de Covid-19 desde janeiro de 2020 (KERR et al., 2020).

Primariamente, consideravam-se suspeitos indivíduos que haviam viajado para o exterior, até que, em 23/3/2020, o ministério da saúde passou a considerar que o Brasil havia entrado na fase da transmissão comunitária, quando “não era mais possível identificar a origem da infecção” (GONÇALVES et al., 2020, p. 155).

Menos de quatro meses depois, em junho de 2020, o Brasil se tornava o segundo país do mundo com o maior número de óbitos causados por Covid-19 (GONÇALVES et al., 2020), perdendo apenas para os Estados Unidos (JOHN HOPKINS, 2020). No final de 2021, são mais de 600 mil brasileiros mortos no segundo país que mais mata por Covid no planeta (JOHN HOPKINS, 2021). O Ceará tem mais óbitos do que países inteiros, como Japão, Portugal, China, Coreia do Sul e Austrália (JOHN HOPKINS, 2021). Esses números, no entanto, não servem para, sozinhos, comprovarem algo; cada morte é uma tragédia. Os números nos situam na amplidão do buraco em que estamos.

As cidades mais afetadas no primeiro momento da pandemia no Brasil foram São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza (GONÇALVES et al., 2020). Durante algum tempo Fortaleza apareceu como “a cidade com maior índice proporcional de contaminação no país (34,7 casos a cada 100 mil habitantes)” (GONÇALVES et al., 2020, p. 155). O Brasil se destacou negativamente como um dos epicentros do novo coronavírus, e Fortaleza esteve na infeliz marca de uma das cidades relativamente mais infectadas do Brasil.

Como cidade por onde transitam rotas nacionais e internacionais de aviação, sobretudo pela presença de um *hub* aéreo (centro de conexões aéreas), Fortaleza esteve entre os núcleos urbanos mais expostos à propagação do novo vírus, e “é possível que ter um *hub* tenha sido um dos grandes fatores de disseminação inicial da doença” (GONÇALVES et al., 2020, p. 155). Santos e Finatti (2020) também levantam a possibilidade de que cidades “mais cosmopolitas ou *hub* aeroviários ou portuários” (SANTOS & FINATTI, 2020, p. 143) estão mais propícias a serem primeiramente atingidas pela Covid-19.

Segundo Kerr et al. (2020), “um dos problemas que agravou a ocorrência da COVID-19 no Nordeste foi a precocidade da entrada do vírus na região, neste caso, no estado do Ceará” (KERR et al., 2020, p. 4117). Os autores destacam que mesmo as autoridades cearenses tendo adotado medidas efetivas de combate à enfermidade logo no início da confirmação de casos, em março de 2020, investigação da secretaria de saúde (SESA) do Ceará, averiguando casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), “mostrou que 50

casos de COVID-19 haviam sido confirmados na capital um dia após a notificação de Wuhan à OMS em janeiro” (KERR et al., 2020, p. 4117).

Ou seja, antes do Carnaval de 2020 e mais de dois meses antes do início da política de distanciamento, o vírus, segundo a SESA, já circulava na capital cearense sem ser detectado (KERR et al., 2020). Quando os primeiros casos foram notificados oficialmente, em 15/3/2020, o Ceará já tinha “1.160 casos confirmados por COVID-19, e cerca de 1/3 dos municípios do interior já apresentavam casos” (KERR et al., 2020, p. 4117). O alto número de infecções e óbitos por Covid-19 no Ceará, portanto, segundo Kerr et al. (2020), não seria atribuído ao fracasso das políticas de distanciamento, mas a uma falha no sistema de vigilância epidemiológica, que tem dificuldades em reconhecer sintomas e enfermidades a partir da rede privada de saúde (KERR et al., 2020).

Além desses fatores, Fortaleza se destaca como uma das cidades mais desiguais do mundo, “fator crucial para a maneira como os habitantes da cidade vivenciaram o isolamento social e, por conseguinte, para as taxas de contaminação” (GONÇALVES et al., 2020, p. 156). O fato de Fortaleza ter, proporcionalmente, tamanho volume de infecções de Covid-19 afetou outros municípios e localidades, sobretudo os integrantes da Região Metropolitana, como Maranguape. A comunidade de Cajueiro, à 70km de Fortaleza, tem parte da população trabalhando na capital, ficando, portanto, diretamente exposta às infecções adquiridas na cidade.

Por meio das redes sociais, o governador do Ceará, desde o início das medidas de distanciamento em março de 2020, destacava a necessidade do isolamento social e da prevenção contra o alastramento da Covid-19. Como o Estado estava em plena vigência de uma política estadual de distanciamento, o governador do Estado passou a adotar a estratégia de veicular pronunciamentos ao vivo nas redes, como Facebook, Youtube e Instagram. Em março, período de instituição das medidas, foram proferidos pronunciamentos nos dias 22, 24, 29 e 30.

Chamados pelo governador Camilo Santana de “*lives*”, os discursos iniciavam com a listagem das medidas mais recentes adotadas pelo governo do Estado para o enfrentamento ao novo coronavírus, tais como isenção de pagamento de água para famílias de baixa renda, aquisição de leitos em hospitais e em hospitais de campanha, proibição de cortes de água e luz pelos três meses seguintes no Estado, facilidades para o pagamento de impostos por parte das empresas, pagamento de Auxílio Emergencial para trabalhadores informais, aprovado pelo Poder Legislativo federal (Lei 13.982 de 2 de abril de 2020).

Ao final das *lives*, Camilo Santana reforçava a importância das medidas de

distanciamento, alegando estar baseado em dados científicos e técnicos e em experiências vividas por outros países, além de estar sendo orientado por especialistas de saúde e pela OMS.

As *lives* do governador também incluíam embates aos pronunciamentos e discursos do presidente da república. No dia 29/3/2020, por exemplo, Camilo Santana disse:

O isolamento social tem sido a experiência mais exitosa para evitar catástrofes, como nós estamos acompanhando em alguns países. A nossa reivindicação, enquanto governadores, é pela unidade do Brasil, é pela orientação nacional, mas, enquanto isso não estiver acontecendo, nós governadores vamos tomar as nossas decisões para proteger, para proteger as famílias e a população (CEARÁ, 2020c).

O governador, portanto, cobrava do governo federal uma política nacional de distanciamento social. No dia 24/3/2020, o presidente da república havia emitido pronunciamento nas rádios e televisões de todo o país para criticar a quarentena imposta pelos governadores. A afirmação de Camilo Santana representa uma alteração à postura presidencial de criticar as políticas de distanciamento: o que Camilo Santana expressava era que o presidente, ao invés de criticar os governadores, deveria instituir uma política de abrangência nacional capaz de orientar, de maneira centralizada, as políticas implementadas em Estados e municípios. O modelo em que a União dá as diretrizes nacionais e age em cooperação com Estados e municípios, que implementam a política, vem sendo usado pelo SUS pelo menos nos últimos trinta anos (FERNANDEZ & PINTO, 2020).

Enquanto o governo do Estado seguia a linha indicada pela OMS, o governo federal, especificamente a instituição presidência da república, adotava uma postura diversa: em pronunciamentos e entrevistas o presidente tentava minimizar a importância da pandemia, enquanto circulava pelo país causando aglomerações e pondo em descrédito as medidas indicadas pelos governadores e pela OMS.

Em meio a uma emergência em saúde pública, o governo federal trocou o ministro da saúde mais de uma vez, e passou boa parte do tempo com um ministro interino, um general especializado em logística, o qual seria depois efetivado no cargo de ministro da saúde. Desse modo, no âmbito nacional, o Brasil teve de enfrentar a pandemia descoordenadamente (SANTOS & FINATTI, 2020) e descentralizadamente (MORAES, 2020).

Ventura e Reis (2021) denunciam que não houve apenas negligência ou incompetência do governo federal no combate à sindemia, mas sim “o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional”

(VENTURA & REIS, 2021, p. 7). Segundo as autoras, estamos lidando com uma estratégia institucional de disseminação do Sars-CoV-2, sob a liderança da presidência da república, uma estratégia que ocorreu de forma declarada, “com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo” (VENTURA & REIS, 2021, p. 7).

Elas classificam a gestão da sindemia pelo governo federal como “uma violação sem precedentes do direito à vida e do direito à saúde dos brasileiros” (VENTURA & REIS, 2021, p. 7), configurando “crimes contra a saúde pública, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade” (VENTURA & REIS, 2021, p. 7). Segundo Deisy Ventura e Rossana Reis, o governo federal atuou de forma sistemática, de modo a promover a propagação do vírus pelo território nacional, e essa atuação enfrentou “tentativas de resistência dos demais Poderes, dos entes federativos, de instituições independentes e da sociedade” (VENTURA & REIS, 2021, p. 2).

Fonseca et al. (2021) analisam como o Brasil, apesar de, antes da pandemia, ter sido apontado pelo Global Health Security Index como o país latino-americano melhor preparado para responder a emergências em saúde pública, se apresentou como incapaz de lidar de forma célere e efetiva com a emergência causada pela Covid-19 (FONSECA et al., 2021).

Segundo esses autores, ao contrário dos governos estaduais e municipais, o governo federal, sob o comando da presidência da república, decidiu se distanciar das diretrizes da OMS e de políticas exitosas de outros países, primando pela adoção de políticas públicas atreladas à pseudociência ou meramente à negação (FONSECA et al., 2021). Fonseca et al. (2021) indicam que o presidente da república buscou arruinar os esforços implementados no Brasil pela efetivação de medidas baseadas em diretrizes científicas de prevenção e tratamento da Covid-19, e esse esforço presidencial enfrentou a resistência do ministro Mandetta e de governadores de Estados (FONSECA et al., 2021).

À medida que a pandemia avançava pelo país e passava a atingir as populações mais vulneráveis, os governadores dos Estados adotaram a postura de promover ostensivamente medidas de distanciamento social, alinhados às recomendações do ministro Mandetta e da OMS, com isso obtendo popularidade por parte da população e cólera por parte do presidente e seus apoiadores (FONSECA et al., 2021). Durante os períodos mais críticos da Covid-19 no país, Bolsonaro e apoiadores promoveram aglomerações para protestar contra a permanência do distanciamento social (FONSECA et al., 2021).

Enquanto a OMS, o governo do Ceará e instituições de produção de conhecimento se apoiavam no aprendizado adquirido e armazenado pela humanidade para enfrentamento a

infecções como a Covid-19, o governo federal se negava a reconhecer a importância de seguir as medidas e os protocolos indicados, se instituindo oficialmente contra tais medidas por meio de documentos, pronunciamentos e entrevistas, negando as medidas indicadas e se apegando a deliberações sem comprovação científica, como a propaganda do uso da hidroxiclороquina (VENTURA & REIS, 2021).

O apego ao negacionismo e à pseudociência levaram ao distanciamento entre o ministro da saúde Mandetta e o presidente Bolsonaro: “enquanto o ministro defende o isolamento, como recomenda a OMS, Bolsonaro defende o fim do ‘confinamento em massa’ e a reabertura do comércio” (VIVAS; FALCÃO; MATOSO, 2020). A imprensa vinha noticiando que Mandetta estava sendo ameaçado de demissão pelas divergências com o presidente, e a demissão de fato aconteceu no dia 16/4/2020, quando foi substituído por Nelson Teich (MATOSO & RODRIGUES, 2020).

A trajetória do novo ministro não foi longa: Teich deixou o cargo antes de finalizar o primeiro mês e depois de fazer parte da famosa reunião interministerial de 22/4/2020: enquanto o país lidava com altos índices de morte e infecção por Covid-19, o ministro do meio ambiente defendeu que o governo deveria aproveitar que a atenção dos jornais estava voltada para a doença e passar a boiada, mudar a legislação ambiental (MINISTRO..., 2020).

O presidente e o ministro Nelson Teich discordavam publicamente de vários pontos: i) o presidente defendia o uso da cloroquina, mesmo sem comprovação científica, enquanto Nelson Teich, à semelhança de Mandetta, havia publicado em rede social que o uso da cloroquina requer cuidados; ii) Bolsonaro publicou em edição extra do DOU (Diário Oficial da União) a ampliação das atividades essenciais (ou seja, atividades que mais dificilmente poderiam ser atingidas pelos decretos de distanciamento e isolamento social dos governadores e prefeitos), e o ministro foi pego de surpresa com a informação de que a medida já havia sido oficializada (ANDRADE, 2020).

No lugar de Teich, entrou o general Eduardo Pazuello, que ficou célebre pela frase “um manda, o outro obedece”. A máxima foi proferida pelo general em uma transmissão ao vivo nas redes sociais do presidente da república no dia 22/10/2020 (MAZUI, 2020).

Dois dias antes, no dia 20/10/2020, Pazuello esteve em reunião com governadores dos Estados e havia anunciado a compra de 46 milhões de doses da vacina CoronaVac (MAZUI, 2020). No dia seguinte, no entanto, Bolsonaro disse em entrevista a jornalistas: "Já mandei cancelar [o protocolo de intenção de compra]. O presidente sou eu, não abro mão da minha autoridade. Até porque estaria comprando uma vacina que ninguém está interessado

por ela, a não ser nós" (DIAS & RIBEIRO JR., 2020). No dia 22/10/2020, ao lado do presidente e sorrindo, o ministro da saúde confirmou o cancelamento: “É simples assim: um manda, o outro obedece” (MAZUI, 2020).

General do exército e especializado em logística, Pazuello confessou só vir a saber o que era o SUS após ocupar o cargo mais importante da administração pública brasileira da área da saúde. De fato, em coletiva de imprensa para lançar o Outubro Rosa em 2020, o general confessou:

Eu nem sabia o que era o SUS, porque eu passei a minha vida sendo tratado, também em instituição pública, mas do Exército. Vim conhecer o SUS, a partir desse momento da vida, e compreendi a magnitude dessa ferramenta que o Brasil nos brindou (ANDRÉ, 2020).

Como ministro, Eduardo Pazuello preencheu a pasta da saúde com militares, numa gestão marcada pelo negacionismo científico e estratégias de ocultação de dados (SOUZA, 2021). Foram suspensas campanhas informativas e as coletivas de imprensa, que haviam marcado a gestão do ex ministro Mandetta (SOUZA, 2021). Pazuello se utilizou da estratégia do chamado Placar da Vida, em que o destaque era o do número de recuperados da Covid-19, deixando em segundo plano o número assombroso de óbitos (SOUZA, 2021).

A mesma estratégia foi utilizada na organização do evento Brasil Vencendo a Covid-19, em 24/8/2020, em que o presidente da república, para uma plateia de médicos e políticos, afirmou que a Covid-19 já tinha um medicamento: a cloroquina (BOLSONARO DIZ..., 2020). No evento, o presidente da república explicou que havia retirado o ministro Mandetta do comando da saúde após o médico ter se negado a indicar a cloroquina para todos os casos, e não apenas para casos graves (BOLSONARO DIZ..., 2020).

A ordem do presidente foi acatada pelo novo ministro: ““O Pazuello resolveu mudar a orientação e botou ali 'em qualquer situação, receitar-se a cloroquina', de modo que o médico pudesse ter a sua liberdade" (BOLSONARO DIZ..., 2020). Em 14/7/2021, agora com o médico Marcelo Queiroga como ministro da saúde, a pasta emitiu documento em que admite que a cloroquina é ineficaz no combate à Covid-19 (SERPA, 2021).

### ***3.4.2 Os pronunciamentos presidenciais em cadeia nacional de rádio e televisão***

Durante o primeiro ano de Covid-19 no Brasil, Jair Messias Bolsonaro se tornou o presidente brasileiro, desde a redemocratização em 1985, com mais discursos nacionais em cadeia de rádio e televisão (FREIRE, 2020). Os pronunciamentos se concentraram

principalmente durante os meses de março e abril, momento crucial para a doença por ser o início do alastramento do vírus pelo território nacional.

A formação de uma cadeia nacional de rádio e televisão (CNRT) foi instituída em 1963 pelo presidente João Goulart e pode ser convocada: pelo presidente da república, pelo presidente da Câmara dos Deputados, pelo presidente do Senado Federal, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e pelos ministros de Estado (OLIVEIRA & CHAVES, 2013).

Por serem concessões públicas, todas as emissoras de rádio e televisão de sinal aberto são obrigadas a atender à solicitação de integrar a CNRT, que “trata-se de um espaço privilegiado, em que o governo dispõe de um amplo acesso às diversas camadas sociais” (OLIVEIRA & CHAVES, 2013, p. 2). A CNRT é revestida de autoridade pública: é um momento em que toda a programação normal dos veículos de comunicação é suspensa para que seja emitido o discurso de uma sumidade.

A partir da análise do discurso dos pronunciamentos em cadeia nacional de rádio e televisão do presidente da república realizados em março e abril de 2020, Coimbra e Carvalho (2020) afirmam que o presidente se utilizou dos discursos “como forma de legitimação do seu poder diante da população” (COIMBRA & CARVALHO, 2020, p. 15), atuando diretamente no modo como as pessoas perceberam a crise, organizaram os seus pensamentos e comportamentos (COIMBRA & CARVALHO, 2020).

A presidência escolheu concentrar o maior número de pronunciamentos oficiais durante o período em que o vírus estava primeiramente se disseminando no país, e no qual as políticas de distanciamento estavam começando a ser instaladas por governadores e prefeitos (COIMBRA & CARVALHO, 2020).

A estratégia da presidência da república foi a de criar uma realidade paralela ou distorcida, em que o Sars-CoV-2 não deveria ser motivo para preocupação, tanto por não ser um vírus tão grave ou letal, quanto por haver medicamentos capazes de barrar a ação da doença no organismo (COIMBRA & CARVALHO, 2020). As pessoas deveriam continuar suas vidas normalmente.

De todos os pronunciamentos emitidos pelo presidente da república em 2020, o do dia 24 de março foi o mais emblemático. Foi nesse pronunciamento que o presidente classificou, em CNRT, a doença causada pelo novo coronavírus como uma gripezinha.

No dia 6/3/2020 foi veiculado o primeiro pronunciamento presidencial em CNRT relacionado ao novo coronavírus. O discurso apresentou Bolsonaro com um tom sereno, pedindo união nacional, dizendo que o momento não era para pânico e conclamando a população a seguir rigorosamente as recomendações dos especialistas (CORONAVÍRUS...,

2020).

No dia seguinte, 7/3/2020, Bolsonaro viajou para Miami, Estados Unidos, para um encontro com o presidente estadunidense Donald Trump (SANCHES, 2020). Na data o Brasil contava com 13 infectados e 768 casos suspeitos (CORONAVÍRUS..., 2020). Da comitiva que viajou com o presidente para Miami, pelo menos 23 integrantes retornaram para o Brasil infectados pelo novo coronavírus (SOBE..., 2020).

No segundo pronunciamento, de 12/3/2020, Bolsonaro elogiou o fato de a OMS ter declarado a doença como uma pandemia; pediu que as pessoas não entrassem em pânico; reforçou recomendação das autoridades sanitárias a fim de evitar aglomerações e pediu aos apoiadores que repensassem a ocorrência dos movimentos de rua marcados para o dia 15 de março de 2020 (MATOSO, 2020).

As manifestações de rua dos apoiadores de Bolsonaro não apenas ocorreram na data marcada como também contaram com a presença do próprio presidente da república e do presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) na época, Antonio Barra Torres (BOLSONARO IGNORA..., 2020). Bolsonaro compareceu às manifestações de rua quando, por recomendação das autoridades sanitárias do país, deveria estar em quarentena domiciliar por ter entrado em contato, na semana anterior, com pessoas infectadas (BOLSONARO IGNORA..., 2020).

Foi no pronunciamento em CNRT do dia 24/3/2020 que o discurso presidencial mudou drasticamente de tom. Na data, o mundo já havia se deparado com o grande número de vítimas na Itália. Inclusive, a imprensa internacional já noticiava que o país europeu se preparava para negar unidades de terapia intensiva para pacientes acima de 80 anos, prevendo que as UTIs disponíveis não seriam suficientes para suprir a demanda (DI BLASI, 2020). Além disso, o ministério da saúde já havia declarado que o Brasil entrara na fase da transmissão comunitária.

Em CNRT, no dia 24/3/2020, o presidente Bolsonaro se utilizou do ocorrido na Itália para dizer que a imprensa tentava espalhar uma sensação de pavor na população; no pronunciamento, alegava que o clima italiano era diferente do brasileiro, e a Itália contava com grande número de idosos ('GRIPEZINHA...', 2020).

Bolsonaro classificou o novo coronavírus como “uma gripezinha ou resfriadinho” e questionou o fechamento de escolas; criticou o tratamento dado pela mídia à pandemia: “um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país” ('GRIPEZINHA'..., 2020).

Elogiou o trabalho do ministro da saúde Luis Henrique Mandetta, mas criticou a

quarentena estabelecida pelos governadores e prefeitos: “Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa” (‘GRIPEZINHA’..., 2020). Fez pouco caso da gravidade da doença:

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão”<sup>3</sup> (‘GRIPEZINHA’..., 2020)

Além disso, fez publicidade sobre uma suposta eficácia do medicamento cloroquina no tratamento da Covid-19 (‘GRIPEZINHA’..., 2020). O presidente também criou um debate de termos: a diferença entre distanciamento social ampliado ou horizontal, que seria um distanciamento para toda a população, e o distanciamento social restrito ou vertical, que atingiria apenas idosos e pessoas com comorbidades.

Bolsonaro disse: “O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas?” (‘GRIPEZINHA’, 2020). No dia seguinte ao pronunciamento, em 25/3/2020, em entrevista coletiva, o presidente reafirmou: “A orientação vai ser o [isolamento] vertical daqui pra frente” (MAIA, 2020). Para justificar o que chamou de isolamento vertical, usou o argumento da economia: “O que estão fazendo no Brasil alguns poucos governadores e alguns poucos prefeitos é um crime, estão arrebatando com o Brasil, estão destruindo os empregos” (MAIA, 2020).

O uso da cloroquina como remédio contra a Covid-19 foi reforçado em pronunciamento oficial em CNRT no dia 31/3/2020, quando o presidente citou-a por duas vezes como remédio promissor no combate à doença (EM PRONUNCIAMENTO..., 2020). Na fala, criticando as medidas de distanciamento, Bolsonaro afirmou: “Repito: o efeito colateral das medidas de combate ao coronavírus não pode ser pior que a própria doença” (EM PRONUNCIAMENTO..., 2020).

No dia 8/4/2020, novo pronunciamento em cadeia nacional, quando o presidente responsabilizou os governadores por medidas restritivas e argumentou que se deveria observar o problema do desemprego simultaneamente à crise do novo coronavírus (VEJA...,2020).

---

<sup>3</sup> Bolsonaro provavelmente fez referência a comentário de Drauzio Varella, publicado nas redes sociais do médico em 30/1/2020, quando o vírus ainda não havia chegado ao Brasil, e em que o cancerologista afirmou que a doença não causaria grandes perturbações para os brasileiros (AFONSO, 2020). O posicionamento de Drauzio Varella, no entanto, mudou radicalmente e publicamente à medida que o vírus avançou pelo país (AFONSO, 2020). Na data do pronunciamento de Bolsonaro, Drauzio Varella já havia admitido publicamente que estava errado quando subestimou a capacidade do novo vírus, e o vídeo de 30 de janeiro já havia sido retirado da página do médico no Youtube (AFONSO, 2020).

Disse que “os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar o seu pão de cada dia. As consequências do tratamento não podem ser mais danosas que a própria doença.” (VEJA...,2020).

Também fez apologia do uso da cloroquina no tratamento à enfermidade:

Há pouco conversei com o doutor Roberto Kalil. Cumprimentei-o pela honestidade e compromisso com o Juramento de Hipócrates ao assumir que não só usou a hidroxicloroquina, bem como a ministrou para dezenas de pacientes. Todos estão salvos (VEJA...,2020).

Naquele mesmo dia 8 de abril, o ministro do STF Alexandre de Moraes havia decidido que “o governo federal não pode derrubar decisões de estados e municípios sobre isolamento social, quarentena, atividades de ensino, restrições ao comércio e à circulação de pessoas” (VIVAS; FALCÃO; MATOSO, 2020). A medida foi crucial para que Estados e municípios mantivessem as políticas de distanciamento em curso (FONSECA et al., 2021).

A decisão de Alexandre de Moraes foi proferida devido a uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pedindo que o STF obrigasse Bolsonaro a respeitar as políticas implementadas pelos governadores, a não fazer interferências junto ao trabalho do ministério da saúde e a seguir os protocolos indicados pela OMS (VIVAS; FALCÃO; MATOSO, 2020). Como resposta, a presidência lançou decreto alargando a lista das atividades consideradas essenciais e os serviços que deveriam permanecer abertos mesmo na vigência de uma política de distanciamento, incluindo igrejas, academias, atividades industriais, entre outras (FONSECA et al., 2021).

No dia 9/4/2020, a Faculdade de Medicina da UFC lançou uma Nota Técnica em que defendeu a importância do distanciamento social ampliado (FAMED, 2020a). Na nota, a Faculdade alegou que “a experiência de flexibilização das medidas de distanciamento social apresentou resultados dramáticos em países como Itália, Inglaterra e Estados Unidos” (FAMED, 2020a). A Famed também entrou na discussão levantada pelo presidente acerca do distanciamento social restrito e do ampliado. Quanto ao assunto, a Famed defendeu:

O foco apenas em ações voltadas para os casos sintomáticos respiratórios e/ou para populações de maior risco, como pessoas idosas, é reconhecidamente uma estratégia insuficiente, permitindo o agravamento das consequências danosas da pandemia à saúde e vida da população (FAMED, 2020a, p. 1).

Mais de um mês depois, em 27/5/2020, a Famed lançou uma Carta Aberta novamente defendendo as medidas de distanciamento, alegando que a medida “representa a

principal estratégia confirmada com vistas a modelar a tendência de ‘achatamento’ da curva epidêmica” (FAMED, 2020b). No documento, a Famed trouxe dados da abrangência da infecção no Estado do Ceará, alegando que o distanciamento social mais intensificado adotado em maio no município de Fortaleza teve como efeito provável a estabilização do número de casos e óbitos na capital (FAMED, 2020b).

Na Carta Aberta, a Famed afirmou corroborar com a recomendação da OMS de um planejamento responsável para a flexibilização das medidas de distanciamento e defendeu que esse planejamento deve ser baseado em evidências, como: redução sustentada no número de novos casos, capacidade do sistema de saúde de detectar, testar, tratar e isolar casos, além da adoção de medidas preventivas em locais de trabalho (FAMED, 2020b).

O isolamento social rígido a que se referiu o documento foi adotado no município de Fortaleza pelo Decreto 33.574 de 5 de maio de 2020, que instituiu uma política de fechamento total de 8 a 20 de maio de 2020, estabelecendo “o dever geral de permanência domiciliar no município de Fortaleza” (CEARÁ, 2020d).

Houve, portanto, intenso embate público pelos conceitos atinentes à política de distanciamento social. Esse embate não foi verificado apenas na discussão pública veiculada pelos meios de comunicação, mas também se refletiu na emissão dos marcos legais.

### **3.5 Marcos legais: os conceitos da política**

A análise dos marcos legais da política de distanciamento do governo do Ceará que propomos está baseada em Rodrigues (2016), que define para essa análise três dimensões que considera centrais: os objetivos, os conceitos (os valores) e a coerência interna (RODRIGUES, 2016). Para essa análise, é importante fazer o levantamento da legislação que embasa a política, de modo a perceber o entrelaçamento entre a legislação vigente no país e o texto da política em si, ou seja, de maneira a ser possível captar a coerência da política, aliada aos objetivos e às bases conceituais (RODRIGUES, 2016).

Dois tópicos ganham relevância quando o assunto são os conceitos da política de distanciamento: i) a igualdade, que é um princípio do SUS e é também um valor a nortear os direitos de segunda geração, os direitos sociais; ii) o arranjo federativo da cooperação, em que a União fornece os parâmetros nacionais a guiar, cooperativamente, os entes subnacionais. Esse arranjo norteou as políticas de saúde brasileiras pelo menos desde a promulgação da CF/88, mas foi descomposto na atual gestão da presidência da república (ABRUCIO et al., 2020).

No Brasil, três marcos legais são imprescindíveis para a compreensão da política de distanciamento contra a Covid-19: o Decreto 7.616/2011, que aborda as emergências em saúde pública de importância nacional; a Portaria 188/2020, em que o ministério da saúde sinaliza que o país vive uma ESPIN decorrente do novo coronavírus; e a Lei 13.979/2020, a Lei da Quarentena, que possibilita que governantes constituam uma política de distanciamento no Brasil como forma de combate ao novo vírus.

Tabela 2 – Marcos legais do governo federal

<b>MARCOS LEGAIS DO GOVERNO FEDERAL</b>	
<b>Decreto 7.616</b> , de 17 de novembro de 2011	Dispõe sobre a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), e delimita as responsabilidades do Ministério da Saúde durante o período de emergência: planejamento, organização, coordenação, controle das medidas implementadas, além de articulação com os governos estaduais, distritais e municipais do SUS.
<b>Portaria 188</b> , de 3 de fevereiro de 2020	Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional devido ao novo coronavírus.
<b>Lei da Quarentena</b> , Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020	Institui a possibilidade de efetivação de uma política de isolamento social no país decorrente da crise do novo coronavírus.

Fonte: elaborado pelo autor.

### **3.5.1 A igualdade como valor**

A Constituição Federal de 1988 determina, no artigo 196, que

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Portanto, diante da ameaça de um novo vírus como o Sars-CoV-2, é necessário que o Estado brasileiro tome medidas, sob o formato de políticas públicas, que visem à redução do risco de infecção pela população brasileira. De acordo com a CF/88, as ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação na área da saúde devem se dar de maneira universal e igualitária (BRASIL, 1988).

A universalidade e a equidade, junto à integralidade, são os princípios sob os quais está assentado o SUS (VIEIRA DA SILVA et al., 2020). A saúde, vista como direito constitucionalmente garantido, possibilita a difusão do acesso aos serviços nessa área, oferecendo resguardo jurídico para lutas cidadãs, para a judicialização no acesso, por

exemplo, a remédios e tratamentos, e para manifestações em canais de comunicação, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência crítica na população (PAIM, 2018).

Além de ser um direito social, a saúde também é percebida sob um olhar que Vieira da Silva et al. (2020) chamam de ampliado, em que a saúde não pode mais ser vista apenas pelo prisma biológico ou curativo, mas inclui “a promoção da saúde e prevenção das doenças até o tratamento, cura e ressocialização dos sujeitos” (VIEIRA DA SILVA et al. 2020, p. 18), o que implica na necessidade de observar condicionantes sociais.

Pelo texto da Constituição, as ações em saúde devem ser voltadas para todos, sem exceção, não permitindo a exclusão de indivíduos que, por suas condições socioeconômicas, apresentem maiores dificuldades no acesso às políticas públicas. Num contexto de políticas neoliberais, em que quarenta anos de ataques aos direitos dos trabalhadores em todo o mundo tornaram dominante o grupo dos trabalhadores precários e informais, “a indicação por parte da OMS para trabalhar em casa e em auto isolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome” (SANTOS, 2020, p. 12).

No Brasil, o projeto de universalização do acesso à saúde deu mostras de avanços nesta área, no entanto, o país ainda permanece entre os mais desiguais do mundo, com uma das maiores concentrações de renda (DEMENECH et al., 2020). Desse modo, os “avanços na saúde também são desiguais, tendo menor evolução entre os subgrupos em pior posição socioeconômica” (DEMENECH et al., 2020, p. 3). Com a Covid-19 ficou assente a influência da desigualdade socioeconômica relativamente às taxas de mortalidade e incidência, sendo mais afetadas as regiões mais desiguais (DEMENECH et al., 2020).

Gonçalves et al. (2020) mostram a diferença na vivência do distanciamento social entre as classes sociais em Fortaleza, apontando que as classes com mais recursos tiveram mais meios de efetivar a medida, “saindo menos para trabalhar, não usando transporte público e vivendo em situações com menos aglomerações de pessoas (GONÇALVES et al., 2020, p. 167).

A menor possibilidade de adesão ao distanciamento é influenciada por fatores como: qualidade da moradia, necessidade de sair para trabalhar, acesso a atividades variadas de lazer (GONÇALVES et al., 2020). Esses fatores foram influentes para que pessoas com menor acesso a renda apresentassem menores taxas de distanciamento social (GONÇALVES et al., 2020).

A Covid-19, portanto, é uma problemática complexa a envolver fatores como: “saúde, educação, emprego e renda, saneamento básico, moradia e alimentação saudável”

(VIEIRA DA SILVA et al., 2020, p. 18). Por isso o uso do conceito de sindemia, ao invés de pandemia: é imprescindível aperceber-se da combinação de vários fatores, sobretudo os sociais e econômicos, sob os quais está assentada a desigualdade, a constituir vulnerabilidades (HORTON, 2020).

Arruda e Santos (2020) relatam que o efeito da Covid-19 sobre a renda foi mais severo em indivíduos com vínculos empregatícios mais precários, como os trabalhadores informais, enquanto trabalhadores com vínculos mais fortes, como servidores públicos e militares, praticamente não tiveram alteração nos níveis de renda (ARRUDA & SANTOS, 2020). Para Kerr et al. (2020), as altas taxas de trabalhadores informais levam à procura diária por renda, “e, conseqüentemente, à baixa adesão às medidas de distanciamento social, refletindo em altas taxas de transmissão da doença” (KERR et al., 2020, p. 4116).

Para os trabalhadores informais, uma das medidas mais importantes do Estado brasileiro como combate à Covid-19 foi a implementação do Auxílio Emergencial, o qual contribuiu para que esses trabalhadores tivessem queda menos acentuada nos níveis de renda durante a pandemia (ARRUDA & SANTOS, 2020).

O Auxílio Emergencial é um programa que fornece R\$600 a trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais, sendo que o valor pode chegar a R\$1.200 para o caso de mães com filhos dependentes (ARRUDA & SANTOS, 2020).

Entretanto, o Auxílio Emergencial não conseguiu, sozinho, “impedir com que os segmentos subalternizados da sociedade fossem compulsoriamente obrigados a arcar com os ônus mais evidentes da pandemia no Brasil” (ARRUDA & SANTOS, 2020, p. 151), o que implicou em conseqüências severas para esses indivíduos, tais como maiores taxas de incidência e mortalidade causadas pela enfermidade (ARRUDA & SANTOS, 2020).

Com a instituição do Auxílio, as pessoas se aglomeraram nas portas da Caixa Econômica Federal para buscar informações (ARRUDA & SANTOS, 2020). A implementação do Programa previa uma operacionalização por meios virtuais, de modo a desestimular as pessoas a saírem de suas casas e evitar a formação de aglomerações (ARRUDA & SANTOS, 2020).

No entanto, o fato é que longas filas foram formadas nas portas dos bancos justamente em razão do Auxílio, quer seja devido a “uma série de falhas operacionais” (KERR et al., 2020, p. 4116), quer seja porque as medidas operacionalizadas por meios virtuais não são práticas para o contexto das pessoas que necessitam do programa (ARRUDA & SANTOS, 2020).

A política do Auxílio Emergencial, portanto, apresentou o efeito mortífero de criar

aglomerações nas portas dos bancos, tornando aquelas pessoas suscetíveis à infecção pela Covid-19 e até mesmo colocando em descrença a viabilidade de uma política de distanciamento social no país (ARRUDA & SANTOS, 2020).

Além disso, a necessidade de bancarização prejudicou indivíduos moradores de áreas rurais ou distantes de centros urbanos, em que não há bancos, obrigando, portanto, as pessoas a se moverem para outras localidades, objetivo totalmente contrário à instituição de uma política de distanciamento social em que se prega a importância de permanecer em casa (ARRUDA & SANTOS, 2020).

Outra importante política voltada para os trabalhadores foi o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, direcionado para os trabalhadores formais, instituído pela Medida Provisória 936, de 1º de abril de 2020, e posteriormente convertido na Lei 14.020, de 6 de julho de 2020. O programa previa um benefício a ser pago para os trabalhadores formais em casos de redução da jornada de trabalho e suspensão do contrato trabalhista, decorrente da paralisação e da redução das atividades econômicas impostas pelas medidas de distanciamento (OLIMPIO et al., 2020).

Criado com o objetivo de proteger o emprego dos trabalhadores formais, o programa age como um subsídio para os empregadores, e desobriga, durante a vigência do benefício, do pagamento do FGTS e da contribuição previdenciária, pois considera que o benefício tem natureza indenizatória (OLIMPIO et al., 2020). “Ironicamente, socializando os prejuízos empresariais decorrentes da pandemia de COVID-19 com aqueles que não possuem capacidade nem de superar suas próprias carências” (OLIMPIO et al., 2020, p. 86).

### ***3.5.2 Combate à Covid-19 e desarranjo federativo no Brasil***

O Brasil é signatário do anteriormente chamado Regulamento 21 da OMS, e hoje intitulado Relatório Sanitário Internacional (RSI) de 2005, em que “196 países se comprometeram em colocar em prática protocolos recomendados pela OMS” (UCHÔA & UCHÔA, 2020, p. 445), embora, como se sabe, as recomendações da OMS não tenham o poder de impor nenhum tipo de sanção aos signatários (VENTURA; AITH; RACHED, 2020).

O artigo 2 do RSI apresenta-o com o propósito de: “prevenir, proteger, controlar e dar uma resposta de saúde pública contra a propagação internacional de doenças” (ANVISA, 2009, p. 18), com respostas proporcionais ao tamanho do agravo, e de maneira a evitar interferências desnecessárias ao comércio e ao tráfego entre países. No artigo 3, o RSI se diz pautado “pelo pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais

das pessoas” (ANVISA, 2009, p. 18), obedecendo à Carta das Nações Unidas e da OMS, e seguindo a meta da aplicação universal, a fim de proteger todos os povos contra a propagação internacional de enfermidades (ANVISA, 2009).

O artigo 13 do RSI determina que cada Estado desenvolverá e manterá “capacidades para responder pronta e eficazmente a riscos para a saúde pública e a emergências em saúde pública de importância internacional” (ANVISA, 2009, p. 24). No Brasil, o Decreto 7.616/2011 dispõe sobre a ESPIN, a emergência em saúde pública de importância nacional, estabelecendo as responsabilidades, a organização e os deveres de cada esfera para lidar com uma situação emergencial relativamente à saúde pública.

A OMS declarou no dia 30/1/2020 que a situação gerada pelo novo coronavírus se constituía como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, e passou a emitir recomendações. No Brasil, foi declarada uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) no dia 3/2/2020, a partir da Portaria 188/2020 do Ministério da Saúde.

Pelo § 1º do artigo 10 do Decreto 7.616/2011, um representante do Ministério da Saúde deverá ser instituído para planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas de enfrentamento à situação emergencial, em articulação com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, além de “divulgar à população informações relativas à ESPIN” (BRASIL, 2011).

O modelo federativo em que se assenta a ESPIN é, portanto, o descrito por Fernandez e Pinto (2020) como o utilizado pelo SUS e pelas políticas de saúde nos últimos 30 anos: a coordenação da política a nível nacional cabe ao governo federal, agindo em cooperação com os governos subnacionais de estados e municípios (FERNANDEZ & PINTO, 2020).

Nesse sentido, a análise de Abrucio et al. (2020) indicam que o governo federal instituiu um desarranjo federativo, totalmente contrário à necessária coordenação indicada pelo Decreto 7.616/2011, e tal desarranjo foi, segundo os autores, uma das principais causas para o fracasso do Brasil no combate ao vírus (ABRUCIO et al., 2020).

Segundo Moraes (2020), o desarranjo institucional colocado pelo governo federal torna o Brasil incapaz de responder satisfatoriamente à emergência imposta pela Covid-19. Com a ausência de uma política nacional, governadores e prefeitos tiveram de montar políticas próprias e variadas, o que “não é suficiente para conter uma pandemia e minimizar os danos que dela decorrem” (MORAES, 2020).

Abrucio et al. (2020) argumentam que sob a presidência de Bolsonaro o país

esteve submetido a um modelo de federalismo que diverge daquele implementado pela Constituição Federal de 1988 (ABRUCIO et al., 2020). Segundo os autores, a CF/88 apresenta estrutura de “características cooperativas e forte coordenação federal” (ABRUCIO et al., 2020, p. 664). Assim, os governos de Estados e municípios atuaram em cooperação com a União, sendo este o ente responsável pela coordenação das medidas (ABRUCIO et al., 2020).

No entanto, oposto a essa concepção cooperativa, o presidente Bolsonaro buscou instituir um federalismo a partir de “uma visão fortemente centralizadora e hierárquica sobre questões com impacto nacional e dualista em relações intergovernamentais” (ABRUCIO et al., 2020, p. 664). Pela concepção bolsonarista, verificou-se “o confronto intergovernamental e a luta constante contra adversários reais ou imaginados” e o “pouquíssimo espaço para diálogo, negociação ou participação subnacional em programas federais” (ABRUCIO et al., 2020, p. 669).

Exemplo desse embate do governo federal com os governos estaduais e prefeituras foi o da decisão do STF que afirmou a competência concorrente da União, Estados e municípios para agir em questões sanitárias, inclusive podendo instituir medidas restritivas sem que, para tanto, precisassem de autorização do governo federal (ABRUCIO et al., 2020). Ou seja, para que as medidas de distanciamento não fossem desconstituídas no país, foi necessária a interferência direta do Poder Judiciário.

Outro exemplo citado pelos autores foi o do Fórum de Governadores e do Consórcio do Nordeste, os quais “fortaleceram a cooperação horizontal e supriram lacunas deixadas pela União” (ABRUCIO et al., 2020, p. 670).

Fernandez e Pinto (2020) afirmam que nos últimos trinta anos o SUS foi edificado sob um modelo baseado na coordenação federal, em cooperação com estados e municípios, situação que foi drasticamente modificada com o governo do presidente Bolsonaro, em que ocorre “um cenário de crescente embate político e de inédita perda de capacidade de coordenação do Governo Federal tanto das ações sanitárias quanto intersetoriais” (FERNANDEZ & PINTO, 2020, p. 8), um cenário em que se verifica

grande contradição nas orientações dadas pelo Governo Federal, a insuficiência de ações que, de fato, enfrentem razoavelmente a pandemia ou mesmo coordene e apoie as ações dos estados, combinadas à incapacidade do governo federal de produzir espaços de diálogo com os governos subnacionais (FERNANDEZ & PINTO, 2020, p. 11).

Nessa conjuntura, os governos estaduais e municipais precisaram adotar maior

protagonismo na política a nível nacional e o Consórcio Nordeste atuou como “ferramenta política para tratar de potencializar o papel dos executivos estaduais nessa região” (FERNANDEZ & PINTO, 2020, p. 8). O Consórcio foi criado em 2019, tem personalidade jurídica de direito público e alberga todos os estados da região (FERNANDEZ & PINTO, 2020).

Montado com o objetivo de promoção do desenvolvimento sustentável, o Consórcio se viu diante da crise da Covid-19 e passou a atuar no combate à doença, tendo instituído diversas ações em 2020, como, por exemplo, uma Brigada Emergencial de Saúde, um Comitê Científico de Combate ao Coronavírus (C4NE), recomendações aos estados referentes a como lidar com a pandemia, além de compras conjuntas de instrumentos como respiradores, equipamentos de proteção individual e outros insumos (FERNANDEZ & PINTO, 2020). O Consórcio Nordeste foi responsável até mesmo por ações como o “modo e o tempo de implementação do isolamento social” (FERNANDEZ & PINTO, 2020, p. 15).

No Boletim 19, por exemplo, o C4NE constata que, no dia 26/8/2021, a situação da pandemia no Ceará era de “aparente controle” (C4NE, 2021, p. 20), embora devesse haver preocupação com a circulação das variantes, como a Delta, “o que exige das autoridades sanitárias maior controle no combate à pandemia” (C4NE, 2021, p. 20). Como recomendação para todos os estados da região, o Comitê alertava para “o não-relaxamento das medidas restritivas em face do avanço no Nordeste da variante delta do vírus SARS-CoV-2” (C4NE, 2021, p. 1), e a necessidade de aplicação da “dose de reforço da vacina para idosos com 80 anos ou mais” (C4NE, 2021, p. 1).

Desse modo, vemos como foi desmontado o pacto federativo de cooperação conforme instituído pela CF/88, o que exigiu que estados e municípios adotassem medidas por eles mesmos, descoordenadamente; favorecendo, portanto, a intensificação das desigualdades regionais (ABRUCIO et al. 2020) e configurando uma resposta incapaz de conter a propagação do vírus (MORAES, 2020). A falta de coordenação também deverá ter fortes implicativos para a fase de recuperação, quando a sociedade brasileira precisará ser reestruturada (ABRUCIO et al. 2020).

### ***3.5.3 A Lei da Quarentena***

Em 3/2/2020, o Ministério da Saúde, à época sob a coordenação do então ministro Luiz Henrique Mandetta, determinou, por meio da Portaria N. 188/2020, que o país vivia uma ESPIN. Na data de publicação da portaria, o Brasil ainda não apresentava casos confirmados

da doença, mas monitorava 14 pacientes suspeitos (GOVERNO..., 2020).

Na Portaria 188/2020, o Ministério da Saúde destacava que o evento tinha caráter complexo e demandava esforço conjunto de todo o SUS. O Ministério também destacava a necessidade de fazer um plano de resposta, além de medidas urgentes de prevenção, controle e contenção de riscos. Pela portaria, o ministério estabeleceu que o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública [COE-nCoV] atuaria como um “mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional” (BRASIL, 2020a).

A portaria estabelecia que deveria haver uma articulação entre o Centro de Operações e os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, além da divulgação de informações relativas à emergência em saúde pública, aquisição de bens e serviços e até mesmo a requisição de bens e serviços de particulares, assegurada a indenização.

Em 4/2/2020, o dia seguinte à publicação da Portaria 188/2020, o Ministério da Saúde enviou ao Congresso Nacional projeto de lei que consentia que as autoridades adotassem, como medida de enfrentamento à Covid-19, estratégias de isolamento, quarentena, exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáveres como medidas de intervenção não farmacológicas, além de determinação compulsória de exames, tratamentos e vacinação.

O projeto de lei foi aprovado e se transformou na Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, dispondo sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública do novo coronavírus. A chamada Lei da Quarentena foi “elaborada em menos de uma semana, com dois dias de tramitação entre as duas casas do Congresso Nacional” (VENTURA; AITH; RACHED, 2020, p. 8), tramitando em tempo recorde, segundo site do governo federal. Tanto a Portaria 188 quanto a Lei 13.979 preveem a relativização de direitos fundamentais como forma de enfrentamento à Covid-19.

Embora tenha sido criada com foco na situação dos brasileiros que estavam em Wuhan, a lei da quarentena é significativa por afirmar que medidas de distanciamento sejam tomadas como mecanismo de enfrentamento ao Sars-CoV-2, e também por destacar os conceitos de isolamento e quarentena, seguindo os mesmos conceitos descritos pelo RSI de 2005. A lei define quarentena como

restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus (BRASIL, 2020b).

O isolamento é conceituado como “separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais

afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus” (BRASIL, 2020b). São, portanto, três termos explicitados: i) quarentena, ii) distanciamento social; iii) isolamento social.

A quarentena, conforme expressa pela lei, “corresponde tecnicamente ao distanciamento social” (ALVES, 2020, p. 458). Pela Lei da Quarentena, portanto, compreendem-se quarentena e distanciamento social como sinônimos, já que a lei não prevê especificamente a diferenciação entre esses dois termos (ALVES, 2020).

Relativamente a quarentena e isolamento, a principal discriminação está em que a quarentena é descrita como medida preventiva, a fim de que a contaminação não chegue a se concretizar, enquanto o isolamento é “medida sanitária que requer a confirmação da contaminação, sendo necessária, inclusive, prescrição médica, conforme previsto na Portaria n. 454, de 20 de março de 2020” (ALVES, 2020, p. 459).

Esses termos, no entanto, não são assim conceituados pelos profissionais da área da saúde, que os distinguem de modo diverso do apresentado na Lei 13.979. Dias et al. (2020), por exemplo, assim conceituam os termos: i) quarentena:

condição determinada àquelas pessoas com sintomas da doença à espera da confirmação por testes e pessoas testadas positivamente assintomáticas ou com sintomas leves, além daquelas que tiveram contato direto com essas pessoas, as quais devem, obrigatoriamente, ficar confinadas em suas casas (DIAS et al., 2020, p. 3)

ii) distanciamento social: “medida preventiva em que as pessoas devem passar a manter a distância mínima de um metro e meio entre elas e evitar aglomerações” (DIAS et al., 2020, p. 3), e deve ser aplicada em associação com medidas de quarentena e isolamento (DIAS et al, 2020); iii) isolamento social: “medida em que as pessoas são orientadas a não saírem ou saírem pelo tempo estritamente necessário de suas casas, a fim de tentar impedir a propagação de um vírus pelo contato entre indivíduos infectados e não infectados” (DIAS et al, 2020, p. 3).

De todo modo, para a aplicação da política de combate à Covid-19 na Administração Pública, ficou assentada a terminologia utilizada na Lei 13.979, que iguala os termos quarentena e distanciamento, diferenciando-os do isolamento, que é específico para pessoas confirmadamente infectadas com o vírus (ALVES, 2020). Pela Portaria 356, de 11/3/2020, que regulamenta a Lei 13.979/2020, a quarentena “será adotada pelo prazo de até 40 (quarenta) dias, podendo se estender pelo tempo necessário para reduzir a transmissão comunitária e garantir a manutenção dos serviços de saúde no território” (BRASIL, 2020c). A

Portaria 356/2020 preconiza sanções para aqueles que descumprissem as medidas de isolamento e quarentena: “o descumprimento das medidas de isolamento e quarentena previstas nesta Portaria acarretará a responsabilização, nos termos previstos em lei” (BRASIL, 2020c).

Uchôa e Uchôa (2020) afirmam que a celeridade com que foi aprovada a Lei da Quarentena, embora justificável diante da iminência da chegada do vírus em território brasileiro, “enfraquece o processo de legitimação perante a sociedade das ações e serviços de saúde pública ligados à lei” (UCHÔA & UCHÔA, 2020, p. 452). Segundo Uchôa e Uchôa é indispensável a inclusão da sociedade na discussão relativamente à implementação das medidas restritivas, já que tais medidas afetam direitos fundamentais (UCHÔA & UCHÔA, 2020).

Ventura, Aith e Rached destacam que a Lei 13.979/2020 foi instituída sem a ocorrência de um debate democrático, “exceto durante escassas horas de discussão no plenário da Câmara dos Deputados, premidas pela tramitação do texto em regime de urgência, solicitado pela própria casa legislativa” (VENTURA; AITH; RACHED, 2020, p. 8).

Os autores afirmam que “a urgência na tramitação da lei foi uma condição imposta pelo Poder Executivo para repatriar os brasileiros que se encontravam em Wuhan, China” (VENTURA; AITH; RACHED, 2020, p. 8), na tentativa de dar segurança jurídica para a imposição de um regime de quarentena direcionado para esses cidadãos. Em janeiro de 2020, o presidente da República listava as inconveniências de se trazerem os brasileiros isolados na China: primeiro porque custaria caro, segundo porque o país teria uma lacuna legislativa no que diz respeito à imposição de quarentena (VILELA, 2020).

A Lei 13.979/2020 “não apresenta soluções jurídicas para as pesadas consequências que uma quarentena, um tratamento compulsório ou um isolamento podem ter para as relações de trabalho” (VENTURA; AITH; RACHED, 2020, p. 30), limitando-se a considerar como faltas justificadas o período de tempo que decorresse das medidas compulsórias.

Os autores destacaram também a falta de uma regulamentação acerca do “exercício dos direitos inalienáveis de velar e de se despedir dos mortos” (VENTURA; AITH; RACHED, 2020, p. 30).

A Lei 13.979/2020 preconiza, portanto, medidas impositivas, mas, em inciso acrescentado pela Câmara dos Deputados (VENTURA; AITH; RACHED, 2020), levanta os valores da dignidade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais:

Art. 3º §2º: Ficam assegurados às pessoas afetadas pelas medidas previstas neste artigo: inciso III: o pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas, conforme preconiza o Artigo 3 do Regulamento Sanitário Internacional” (BRASIL, 2020b).

Importante salientar que a Lei 13.979 delimita que o alcance das medidas de enfrentamento ao novo coronavírus só pode permanecer enquanto perdurar a situação de emergência internacional em saúde pública declarada pela OMS. Esse dispositivo, previsto no parágrafo terceiro do artigo primeiro da Lei, impõe um limite de tempo às medidas emergenciais e excepcionais, e também foi incluído pela Câmara dos Deputados (VENTURA; AITH; RACHED, 2020).

### ***3.5.4 Os marcos legais cearenses***

No Ceará, o alerta governamental ocorreu no dia 16/3/2020 (Decreto 33.510/2020) e foi intensificado no dia 19/3/2020 com o Decreto 33.519/2020. Antes disso, em 26/2/2020, a SESA já havia publicado um Plano Estadual de Contingência para Resposta às Emergências em Saúde Pública, com fortes semelhanças com o *Strategic Preparedness and Response Plan* da OMS (WHO, 2020e).

Em 16/3/2020, o governo do estado decretou situação de emergência e suspensão de aulas em escolas e universidades públicas e recomendação de suspensão de aulas em escolas e universidades privadas; suspensão de eventos com mais de 100 pessoas apoiados pelo ente público; obrigatoriedade de higienização dos transportes públicos; pedido à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e à Anvisa de suspensão de voos internacionais para o Ceará; suspensão de férias de servidores da saúde do estado; entre outras medidas (CEARÁ, 2020f).

Na data, o Ceará contava oficialmente com nove casos confirmados de Covid-19, dos quais oito na capital e um em Aquiraz (GOVERNO...,2020). No entanto, a suspeita é a de que esses números já eram bem maiores (KERR et al., 2020).

As medidas de distanciamento físico foram intensificadas no dia 19/3/2020 com o Decreto 33.519. Por esse decreto ficavam suspensos por 10 dias em todo o Ceará: bares, restaurantes, lanchonetes, igrejas, cinemas, museus, academias, comércios, lojas, shopping centers, indústrias, entre outros estabelecimentos e serviços. A desobediência a essa suspensão ensejava multa diária de até 50 mil reais (CEARÁ, 2020b).

Pelo menos a cada 15 dias o governo renovava os decretos de distanciamento até

chegar ao ápice das medidas, o chamado *lockdown*. No dia 8/5/2020, Fortaleza iniciou a fase do isolamento social rígido, o *lockdown*: bloqueio total. Após Fortaleza, outras cidades cearenses também entraram em *lockdown* em 2020: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo, Iguatu, Sobral, Tianguá, Maracanaú, entre outras (JOGOS...,2020). Como resultado desse isolamento mais rígido, as pesquisas sugerem que houve diminuição nas taxas de mortalidade por Covid-19 (ALMEIDA et al., 2020).

Quase um ano depois, em 4/3/2021, após detectar um “avanço preocupante da doença em diversos municípios do Estado nas últimas semanas, especialmente em Fortaleza” (CEARÁ, 2021a), foi instituída na capital cearense, novamente, a política de isolamento social rígido, com o Decreto 33.965. Uma semana depois, em 12/3/2021, o governo do Estado adotou a medida inédita, no Ceará, de ampliar o isolamento social rígido para todo o território estadual, considerando “o cenário preocupante da pandemia que se vem observando também em praticamente todos os municípios do Estado” (CEARÁ, 2021b). A medida foi publicada no Decreto 33.980/2021.

Para determinar a situação de emergência estadual, o Decreto 33.510/2020 destacou o direito à saúde conforme expresso pela CF/88, a declaração de ESPII pela OMS, a declaração de ESPIN pelo ministério da saúde, o aumento de casos já confirmados do novo vírus e a necessidade de adoção de normas de biossegurança (CEARÁ, 2020f). Para intensificar as medidas, o Decreto 33.519 considerou a emergência estadual decretada em 16 de março, e considerou

a vida do cidadão é o direito fundamental de maior expressão constitucional, sendo obrigação do Poder Público, em situações excepcionais, agir com seu poder de polícia para a proteção desse importante direito, adotando todas as ações necessárias, por mais que, para tanto, restrições a outros direitos se imponham (CEARÁ, 2020b).

O Decreto 33.519/2020, em que uma série de medidas drásticas seriam adotadas pelo governo estadual, também considerou que as medidas de distanciamento estavam sendo recomendadas pela OMS e já haviam sido adotadas em outros países, além de serem, também, aconselhadas pela comunidade científica (CEARÁ, 2020b).

Os decretos instituidores da política de distanciamento no Ceará embasavam-se, portanto, na saúde como um direito constitucionalmente garantido, inclusive devendo ser viabilizado mediante o poder de polícia do estado quando fosse necessário, além de apoiar-se em valores como o conhecimento científico, a necessidade de seguir as recomendações de instituições internacionalmente estabelecidas como a OMS e também seguir políticas já

adotadas em outros países, as quais tinham obtido resultados favoráveis.

Tabela 3 – Marcos legais do governo estadual (Ceará)

<b>MARCOS LEGAIS DO GOVERNO ESTADUAL (CEARÁ)</b>	
<b>Plano Estadual de Contingência para Resposta às Emergências em Saúde Pública</b> , de 26 de fevereiro de 2020	Apresentado pela secretaria de saúde do Ceará com o objetivo geral de “viabilizar as ações de prevenção e controle da doença de modo oportuno e eficaz diante a identificação de casos suspeitos” (CEARÁ, 2020e).
<b>Decreto 33.510</b> , de 16 de março de 2020	Governo do Estado do Ceará decreta situação de emergência em saúde e implementa, por 15 dias, medidas de distanciamento social (CEARÁ, 2020f).
<b>Decreto 33.519</b> , de 19 de março de 2020	Intensifica as medidas de distanciamento, suspendendo o funcionamento de restaurantes, bares, igrejas, academias, clubes, shopping centers, grande parte das indústrias e outros estabelecimentos (CEARÁ, 2020b).

Fonte: elaborado pelo autor.

Dessa forma, a partir de 16/3/2020, o Ceará passou a contar com uma política de distanciamento social para combater o novo coronavírus, intensificada a partir de 19/3/2020, “um conjunto tecnicamente sólido e efetivo de ações preventivas desde o início em que se detectou os primeiros casos” (KERR et al., 2020, p. 4117).

Junto aos decretos ordenando a manutenção de uma política de distanciamento, com previsível prejuízo econômico para grandes parcelas da população cearense, o governo estadual lançou uma série de medidas de apoio. No dia 30/3/2020, o governador Camilo Santana anunciou um pacote com medidas atendendo a demandas do setor produtivo, no intuito de “aquecer a economia e, conseqüentemente, ajudar a proteção dos empregos” (HERCULANO, 2020).

As medidas foram, entre outras: a) suspensão de pagamento de impostos das micro e pequenas empresas no Simples Nacional; b) suspensão do pagamento do Refis, o programa de Recuperação Fiscal; c) prorrogação da validade de certidões negativas, o que facilitou a participação de algumas empresas em processos licitatórios; d) suspensão nas inscrições da dívida ativa do Estado; e) prorrogação dos regimes especiais de tributação (HERCULANO, 2020).

O governador já havia anunciado, no dia 23/3/2020, isenção no pagamento da conta de água das famílias de baixa renda, suspensão da taxa de contingência para Fortaleza e

região metropolitana, antecipação do pagamento do Cartão Mais Infância para famílias carentes (HERCULANO, 2020). O governador também comemorou a possibilidade da instituição do Auxílio Emergencial por parte do Poder Legislativo Federal, e alertou para “a importância em dar rapidez ao projeto, e para que possa entrar em vigor o mais rápido possível” (HERCULANO, 2020).

Essas medidas foram anunciadas ainda em março de 2020, o primeiro mês da instituição das políticas de distanciamento no Ceará, o que buscou possibilitar que as pessoas, desde o início da pandemia, pudessem ter alguma possibilidade de seguir o distanciamento. À medida que a política de distanciamento foi se estendendo ao longo dos anos de 2020 e 2021, outras medidas foram anunciadas.

Como exemplo, o vale gás social, iniciado com o objetivo de “reduzir os efeitos da pandemia no território cearense” (CARDOSO; UCHOA; STILLE, 2021), e transformado em 2021 em política permanente no Ceará. Como política permanente, o governo afirmou que o vale gás social vai possibilitar, três vezes por ano, a compra de botijão de gás pelas famílias mais vulneráveis, quer seja por meio da distribuição de gás em botijão, quer pela distribuição de um vale gás de cozinha (CARDOSO; UCHOA; STILLE, 2021).

Outras diligências adotadas foram: a) vale alimentação para estudantes da rede pública estadual de ensino, a partir do final de abril de 2020, no valor de R\$80 (CEARÁ, 2021c); b) auxílio catador no valor de um quarto de um salário mínimo para catadores de materiais recicláveis, uma política que em 2021 se tornou política permanente do governo cearense, atendendo 2.500 beneficiários (CEARÁ, 2021c); c) fornecimento de chips de Internet para os estudantes da rede estadual, devido às aulas remotas (CEARÁ, 2021c); d) auxílio no valor de R\$1.000 dividido em duas parcelas de R\$500 para trabalhadores desempregados de bares e restaurantes, e também para trabalhadores do setor de eventos (CEARÁ, 2021c); e) isenção da conta de água de bares e restaurantes em março, abril e maio de 2021 (CEARÁ, 2021c); f) auxílio cesta básica para famílias que tiveram perda de renda em razão da pandemia, no valor de R\$200, sendo distribuído em duas parcelas de R\$100 (CEARÁ, 2021c); g) auxílio voltado para bugueiros, guias turísticos, motoristas de aplicativo, taxistas e mototaxistas, ambulantes, feirantes, despachantes, trabalhadores do transporte alternativo e escolar (CEARÁ, 2021c). O governo também criou o Programa Ceará Credi, um crédito que vai de R\$500 a R\$5 mil para microempreendedores e trabalhadores cearenses (CEARÁ, 2021c).

Houve, portanto, a preocupação por parte do governo estadual de instituir medidas para refrear os efeitos nocivos da política de distanciamento junto à população, em

consonância com os conceitos da CF/88 e da Lei 8.080/1990, a lei de instituição do SUS, que apregoam o dever do Estado de promover a igualdade e a universalidade do direito à saúde, garantido, inclusive, por meio de políticas econômicas e sociais (BRASIL, 1990).

Entretanto, também é possível dizer que o governo estadual, diante da gravidade do quadro, deveria ter implementado políticas de distanciamento mais rígidas desde o início, “considerando também alguns fatores que já colocavam o estado do Ceará na possibilidade de epicentro da doença” (NERI et al., 2020, p. 9).

A dificuldade das famílias mais vulneráveis em seguir o distanciamento social também está relacionada à situação das moradias, problema agravado em cidades como Fortaleza, a capital com maior densidade demográfica do país (NERI et al., 2020) e uma das cidades mais desiguais do mundo (GONÇALVES et al., 2020).

Em entrevista, o então secretário de saúde do Ceará, Carlos Roberto Martins, o Dr. Cabeto, anunciou, em 25/3/2020, que o governo do Ceará estudava, junto à Associação dos Hotéis, ocupar leitos de hotéis para abrigar as pessoas mais vulneráveis (GOVERNO DO CEARÁ ESTUDA..., 2020). A medida seria voltada para as populações mais propensas a riscos, como grávidas e idosos habitando em residências onde é inviável manter um isolamento adequado (GOVERNO DO CEARÁ ESTUDA..., 2020). A proposta, que poderia ter efetivamente mudado os rumos da pandemia no Ceará ao possibilitar locais adequados de distanciamento social, não foi adiante.

Em 2021, no entanto, o governo estadual fez um chamamento público para alugar um hotel, com o intuito de transformá-lo numa Casa de Cuidados do Ceará, proporcionando a desospitalização de pacientes em recuperação da Covid-19 (HOTEL..., 2021).

As medidas efetivadas pelo governo cearense não são suficientes para possibilitar que todos tenham acesso efetivo às políticas de distanciamento (OLÍMPIO et al. 2020). De fato, a concessão de benefícios e auxílios, embora tenham se mostrado medidas sem as quais as políticas de distanciamento seriam completamente inviáveis, também se apresentaram como exíguas: “as mudanças necessárias se ampliam aos aspectos estruturais da sociedade, em especial à distribuição de renda, o acesso à educação e a seguridade no trabalho” (OLÍMPIO et al. 2020, p. 88).

Também insuficiente se mostrou o Plano Estadual de Contingência para Resposta às Emergências em Saúde Pública, lançado pela SESA em 26/2/2020, cujo objetivo era “viabilizar as ações de prevenção e controle da doença de modo oportuno e eficaz diante a identificação de casos suspeitos” (CEARÁ, 2020e).

O Plano veiculou informações técnicas acerca dos mecanismos de infecção pelo

novo vírus, informando a inexistência de vacinas e buscando orientar, antecipadamente, gestores estaduais e municipais para uma possível pandemia e “também na organização de fluxos para o enfrentamento de situações que saem da normalidade” (CEARÁ, 2020e).

O Plano foi publicado quando o novo coronavírus já era considerado uma emergência em saúde pública de importância internacional, mas o Brasil ainda não tinha casos confirmados do novo vírus. Foi constituído de modo a ter as atenções voltadas para o atendimento hospitalar, indicando de que modo os profissionais de saúde deveriam agir quando se deparassem com casos suspeitos (CEARÁ, 2020e). O documento se voltou para os mecanismos de detecção do vírus: modos de execução dos exames, laboratórios em que seriam realizados, recomendações acerca da disponibilização de kits de exames, orientações para acondicionamento de amostras (CEARÁ, 2020e).

Previu a comunicação de casos suspeitos entrando no Ceará a partir de portos e aeroportos, já que, até aquele momento, a doença ainda não havia sido oficialmente detectada no país (CEARÁ, 2020e). Indicou medidas de comunicação e publicidade, que seriam efetivadas pela Assessoria de Comunicação, e seriam “ações de comunicação integrada e transparente para informar a população, a imprensa e profissionais de saúde com rapidez, clareza e objetividade” (CEARÁ, 2020e). À Ascom caberia o papel de divulgação de casos suspeitos e confirmados, sensibilização da sociedade acerca de hábitos preventivos, monitoração de boatos, rumores e informações falsas nas redes sociais (CEARÁ, 2020e).

Ao celebrar os 30 anos de instituição do SUS, Paim (2018) diz que o Sistema tem aspectos negativos a embaciar-lhe o desenvolvimento, e podemos afirmar que o Plano Estadual de Contingência está embebido desses aspectos, e talvez por isso tenha sido tão limitado. Trata-se da

reprodução do modelo médico hegemônico, centrado mais na doença que na saúde, no tratamento que na prevenção ou promoção, no hospital e nos serviços especializados, e menos na comunidade, no território e na atenção básica (PAIM, 2018, p. 1725).

Um plano que tivesse maior foco na saúde, na prevenção, na comunidade, no território e na atenção básica nos deixaria menos expostos ao alastramento da doença pelo território cearense. Como visto, países como Coreia do Sul possuíam planos mais focados na comunidade, no território e na prevenção, e foram casos de países menos afetados pelo Sars-CoV-2.

De todo modo, o Plano Estadual de Contingência cearense seguia as diretrizes

apresentadas pelo plano de resposta da OMS, lançado em 4/2/2020, o *2019 Novel Coronavirus (2019-nCoV): Strategic Preparedness and Response Plan* (WHO, 2020e). No Ceará, assim como em outras regiões do Ocidente, estávamos despreparados para uma enfermidade com as características da Covid-19. O Plano de preparação apresentado pelo governo do estado foi incapaz de prever respostas tão amplas e com consequências tão intensas como as que foram necessárias nos meses seguintes, e isso ocorreu apesar de o governo do Ceará ter seguido rigorosamente as recomendações da OMS.

### **3.6 O contexto: neoliberalismo e destruição dos direitos sociais**

A avaliação do contexto conduz à compreensão do modelo político e econômico a reger o Brasil. Com efeito, “ganha destaque, nesse eixo analítico, a apreensão do modelo político/econômico vigente no país” (RODRIGUES, 2016, p. 109), a considerar a política como “parte de um conjunto de ações que expressa, de forma mais abrangente, um modo de conceber a política” (RODRIGUES, 2016, p. 109). Portanto, o modo como se entende quais rumos o país deve tomar em determinado momento histórico é determinante para os sentidos que são tomados pelas políticas públicas surgidas naquele contexto (RODRIGUES, 2016).

O Brasil está inserido, pelo menos desde as últimas décadas do século XX, no modelo neoliberal, instituído dentro do capitalismo financeirizado, em que o país se assenta como duplamente dependente: plataforma de valorização financeira e produtor de *commodities* (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Nesse modelo, os investimentos sociais, como em políticas sociais e de saúde, são tomados como dispensáveis (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Essa realidade entra em choque com as demandas dos movimentos populares que reivindicam a materialização dos direitos de segunda geração (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

Com a chegada do vírus Sars-CoV-2 ao Brasil, o país foi pego de calças curtas: anos seguidos de desinvestimentos e cortes de direitos. Às vésperas da chegada do novo vírus, o país vivia com mais de 40% dos trabalhadores no mercado informal, sem contar a imensa quantidade de trabalhadores uberizados, terceirizados, intermitentes e precarizados (ANTUNES, 2020).

As crises de 1968-1973 e, mais recentemente, a crise de 2008-2009, intensificaram as mais lúgubres tendências do sistema do capital: “ritmos estonteantes de corrosão do trabalho; destruição ilimitada da natureza; degradação do mundo rural, (...) segregação urbana e social, etc.” (ANTUNES, 2020, p.8). Antunes (2020) destaca o aumento

nas tendências ao racismo, xenofobia, opressão de gênero, desprezo à ciência, culto à ignorância e eugenia social (ANTUNES, 2020).

Foi nesse contexto que a Covid-19 nos encontrou. Totalmente despreparados, portanto, para enfrentar uma doença que vai além de ser um problema biomédico: a Covid-19 “não está desconectada do sistema de metabolismo antissocial vigente” (ANTUNES, 2020, p. 18).

### ***3.6.1 “Copa não se faz com hospital”***

O Brasil conta com um sistema de saúde universalista, adentrado numa concepção ampla da Seguridade Social: Previdência, Assistência e Saúde, financiada por impostos e contribuições (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017). O projeto instituído principalmente a partir da CF/88 deu mostras de avanços sociais relativamente à área da saúde (DEMENECH et al., 2020). No entanto, esses avanços ocorreram e continuam a ocorrer circundados por muitos obstáculos (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017).

Nos anos 1990, políticas econômicas e a agenda neoliberal, centrada na reforma do Estado, impingiram uma série de derrotas aos avanços do SUS, dificultando a ampliação de políticas sociais (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017). Carvalho, Milanez e Guerra afirmam que, pelo menos desde o final do século XX, vivemos, a nível mundial, a fase do capitalismo financeirizado, o que exige diferentes padrões de ajuste por parte dos países, e em que o Brasil se situa como duplamente dependente (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

Pelo menos desde os anos 1990, o Estado ajustador, aquele que se encaixa às exigências do capital, convive com o Estado democrático, em que uma democracia subordinada às lógicas do capital têm de lidar com as tensões dos movimentos sociais (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Reafirmando a dominância do Estado ajustador brasileiro nos anos 1990 e 2000, o Estado se ampliou de maneira a cumprir o que é exigido pelo mercado, “fragilizando o Estado democrático, minando suas condições de cumprir os direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 23).

O primeiro signo dessa dependência situa o Brasil como plataforma emergente de valorização financeira, “a garantir ganhos inigualáveis - um dos maiores do mundo - mediante elevação das taxas de juros” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 20). No segundo signo da dependência, o Brasil se insere como produtor de *commodities*, principalmente

agrícolas e minerais, numa “inserção internacional periférica e subordinada nos processos de acumulação por espoliação” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 20). O modelo rentista-neoextrativista coloca o Brasil num contexto de dependência redobrada (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

Partindo dos centros hegemônicos, via Consenso de Washington, até países periféricos, se instauraram no Brasil dos governos de Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) as chamadas políticas de ajuste: “privatização, liberalização, desregulamentação, abertura massiva ao capital estrangeiro” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 23). O período foi marcado pelo corte de verbas e o atrasamento da materialização dos direitos sociais elencados na CF/88, mesmo diante da oposição de movimentos sociais e setores progressistas (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Na área da saúde, ganharam destaque setores políticos e econômicos contrários à concepção original do SUS, portanto contrários aos princípios de universalidade, equidade e integralidade, e embasados na ideia de aperfeiçoamento de gestão (DE SOUZA MORAES; DOS SANTOS; BOTELHO, 2020).

Na campanha presidencial de 2002, o então candidato Luis Inácio Lula da Silva lançou a Carta aos Brasileiros, em que enfatizou o compromisso de continuar com a política de estabilização monetária implementada por Fernando Henrique Cardoso (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017). O governo Lula (2003-2010) se inseriu, assim, por meio de amplas alianças com setores políticos e sociais os mais diversos, e é caracterizado pela persistência do modelo de ajuste determinado pelo capital financeiro, embora aliado a políticas de enfrentamento à pobreza (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018), a políticas anticíclicas, como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), e à amplificação de investimentos sociais (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017).

Por meio do consumo, o governo Lula procurou inserir grupos marginalizados que vivenciavam a pobreza extrema, com políticas que efetivaram mudanças no tecido social (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). O governo Lula foi, então, assinalado pela conciliação de classes, em que se efetivou “uma adesão passiva das massas” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 25) e em que se evitaram “temas polêmicos como as reformas política e a tributária” (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017, p. 153).

Foi nessa época que importantes programas foram criados, como o Fome Zero (2003-2004) e o Programa Bolsa Família, “considerado o maior programa de transferência de renda com condicionalidades do mundo” (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017, p. 153). Também dessa época são a expansão dos campi de universidades federais, programas de bolsa

para estudantes de baixa renda de universidades particulares e uma reforma da previdência que atingiu os servidores públicos, sinalizando importante perda de direitos para essa categoria (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017).

Na área da saúde, os governos Lula deram início aos programas Brasil Sorridente, SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), Farmácia Popular e expandiram o PSF (Programa Saúde da Família) (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017). No entanto,

embora os programas e iniciativas descritos tenham sido relevantes para a expansão da cobertura e escopo das ações em áreas críticas, problemas estruturais do sistema de saúde não foram adequadamente enfrentados no período (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017, p. 153)

Na área da saúde, portanto, os governos Lula efetivaram “elementos de continuidade e inovações incrementais” (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017, p. 153). Faltou, a esses governos, oferecer prioridade para a materialização do direito à saúde, ficando esta área em segundo plano na agenda governamental, assinalada pela ausência de enfrentamento aos problemas estruturais (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017). Lula terminou o mandato com imensa popularidade, tanto entre os eleitores brasileiros quanto no cenário internacional, e foi sucedido por Dilma Rousseff, também do PT, a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente da República (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017).

Durante o início do governo Dilma, a China já apresentava indícios de desaceleração, e outros países também apresentavam incapacidade de sair da crise econômica iniciada em 2008 (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017). Em 2011 e 2012, enquanto o mundo amargava recessão econômica, o Brasil se apresentava como uma potência econômica emergente, “que parecia fazer o país pairar altaneiro, em meio ao mundo inteiro” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 26).

Os governos da presidente Dilma (2011-2016) foram responsáveis por: investir em programas de habitação popular; dar continuidade e expandir políticas de combate à pobreza; abolir a aposentadoria integral dos novos concursados do serviço público federal e lançar, por meio de Medida Provisória, regras de restrição às pensões e ao seguro-desemprego (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017).

Foi durante o primeiro governo Dilma que ocorreram as manifestações conhecidas como Jornadas de Junho de 2013, “as quais revelam múltiplas inconformidades, oposições e resistências ante políticas e posicionamentos estatais, sem a devida consideração e resposta do Estado” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 48).

Braga (2013) identifica as áreas de saúde, educação e participação popular como as mais caras aos manifestantes de junho de 2013. Segundo Braga (2013), apesar de, em termos absolutos, os gastos sociais terem se elevado, em termos relativos esses gastos declinaram durante os governos petistas. Portanto, “a questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para entendermos as bases sociais da maior revolta popular da história brasileira” (BRAGA, 2013, p. 56).

Enquanto nas ruas os manifestantes das Jornadas pediam a ampliação dos direitos sociais, o ex-jogador Ronaldo Fenômeno foi a público defender os gastos da presidenta Dilma Rousseff em estádios de futebol no padrão Fifa. Ao se apresentar como membro do Conselho de Administração do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo, em 18/6/2013, Ronaldo Fenômeno afirmou: “Copa não se faz com hospital, mas com estádios” (LOGATO, 2013).

Assim como nos dois governos Lula, nos governos Dilma os problemas estruturais na área da saúde não foram resolvidos: a política de saúde “foi marcada por continuidades em algumas áreas – atenção básica, vigilâncias – e pela adoção de programas específicos como marcos de governo” (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017, p. 154). Por meio da defesa do SUS possível, os governos Lula e Dilma deram continuidade a movimentos de neoliberalização da saúde, distanciando-se da concepção original do SUS, embora, reconhecidamente, esses governos tenham implementado os maiores avanços na política de saúde pública no período pós-redemocratização (DE SOUZA MORAES; DOS SANTOS; BOTELHO, 2020).

Nos governos Dilma tiveram destaque programas como a expansão das UPAS (Unidades de Pronto Atendimento) e a implementação do Programa Mais Médicos, o qual provocou “intensa reação negativa da corporação médica, representada pelos conselhos profissionais” (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017, p. 155) e resultou em custo político para o já fragilizado governo.

Em 2014, foi iniciada a Operação LavaJato, com denúncias de corrupção em diversos partidos políticos, tendo ampla atenção dos veículos de comunicação (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017). Na área da economia, o início do segundo governo Dilma “mudou o rumo da política econômica e passou a defender medidas de austeridade” (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2017, p. 154), inclusive buscando implementar a agenda do candidato derrotado do PSDB, Aécio Neves, e viabilizando a primazia dos interesses do rentismo (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

A presidenta sofreu um processo de impeachment, iniciado em dezembro de 2015 e concluído em agosto de 2016, quando teve início o governo do vice-presidente Michel

Temer. O governo Temer (2016-2018) deu início, e teve a continuidade com o seu sucessor, Bolsonaro, a um novo movimento de ataques aos princípios e bases do SUS (DE SOUZA MORAES; DOS SANTOS; BOTELHO, 2020). Com a emenda constitucional (EC 95/2016) de congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, o governo Temer “aprofundou a hegemonia contrária ao SUS, tornando-o ainda mais reduzido, com o risco de se tornar um simulacro” (PAIM, 2018, p. 1724).

O SUS já vinha sofrendo de um subfinanciamento crônico desde que foi criado, mas esse subfinanciamento ganhou status constitucional com a emenda 95/2016 (PAIM, 2018). A partir do governo Temer, ocorreu uma proposta explícita de desconstruir programas e ações nacionais e destruir a “proposta original do SUS, incidindo duramente sobre os princípios doutrinários da saúde” (DE SOUZA MORAES; DOS SANTOS; BOTELHO, 2020, p. 3).

Com Temer, além dos cortes orçamentários no já subfinanciado Sistema, foram aprofundadas as contrarreformas e acelerado o desmonte de um SUS público e universal (BRAVO; PELAEZ; DE MENEZES, 2020). Bravo, Pelaez e de Menezes (2020) marcam a saúde no governo Temer: i) pela proposição de um Plano de Saúde Popular, alegando que o Brasil não tem condições financeiras de prover a saúde como um direito universal; ii) pela revisão na política nacional de atenção básica sem a análise do Conselho Nacional de Saúde; iii) pela possibilidade de organização de equipes multiprofissionais de saúde sem a presença dos agentes comunitários; iv) por propostas na Política de Saúde Mental que ameaçam o que foi conquistado pela Reforma Psiquiátrica brasileira; v) pelo documento Coalização Saúde Brasil, em que propôs maior ingerência da iniciativa privada na gestão dos serviços de saúde; vi) pelo subsídio fiscal de mais de 9 bilhões de reais para o óleo diesel, em resposta à greve dos caminhoneiros de maio de 2018, o que representou um desfalque direto no financiamento e na prestação de serviços na área da saúde (BRAVO; PELAEZ; DE MENEZES, 2020).

Em 2019, tomou posse o atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, que foi o candidato que, em plena campanha, afirmou que se eleito ia “dar uma canetada, mandando 14 mil médicos lá para Cuba. Quem sabe ocupando Guantánamo, que está sendo desativada para atender os petistas que vão para lá” (EM CAMPANHA..., 2020).

Com apenas quatro páginas de propostas para a área da saúde e citando o SUS uma única vez, o programa de governo do então candidato apresentou “grande inconsistência e ausência de aprofundamento sobre a política de saúde e de propostas a respeito” (BRAVO; PELAEZ; DE MENEZES, 2020, p. 199). Foi com este presidente que o Brasil se viu diante do maior colapso sanitário e hospitalar da história (CASTRO, 2021).

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Avaliação de políticas públicas: do positivismo à emergência de um *sentiment* pós-construtivista

O Sr. Choakumchild dizia que a menina tinha uma cabeça péssima para números; que, ao ter uma ideia geral do globo, não demonstrara o menor interesse em conhecer-lhe as medidas exatas; que era lenta ao extremo para decorar datas, a não ser que, por acaso, algum incidente lamentável estivesse relacionado; que irrompia em lágrimas quando lhe pediam para a calcular imediatamente (por processo mental) o custo de duzentos e quarenta e sete toucas de musselina a quatorze centavos cada; que estava tão mal na escola quanto se podia; que, após oito semanas de introdução à economia política, ela fora corrigida, ainda ontem, por um tagarelinha de menos de um metro de altura por ter respondido à pergunta “Qual é o primeiro princípio desta ciência?” com o absurdo “Fazer pelos outros o que desejo que façam por mim” (DICKENS, 2014, p. 71).

Cecilia Jupe, a menina que tinha o defeito de ser péssima em números e não entender os princípios da economia política; que era filha de um palhaço de circo e tinha uma cabeça cheia de imaginação, mas desprovida dos respeitáveis Números, era uma sem jeito. Estudava numa escola em que os estudantes não podiam ser chamados pelos nomes, então Cecilia era conhecida como a Menina Número Vinte.

Ainda assim, mesmo com o esforço dos educadores, ela permanecia desconhecadora de tudo. Certa vez, ao ser perguntada pelo professor o que ela achava da proporção de, durante um ano, apenas 25 pessoas morrerem de fome nas ruas de uma cidade cuja população é de 1 milhão de habitantes, Cecilia respondeu errado novamente, para infelicidade do professor e da própria Cecilia: “Eu disse - porque não consegui pensar em nada melhor - que achava que a situação era ruim para os que morrem de fome, não importando se os demais fossem um milhão ou um bilhão. E eu estava errada novamente” (DICKENS, 2014, p. 74).

A história contada por Charles Dickens se passa no final do século XIX, quando a Inglaterra vivia a Revolução Industrial e a condição de vida dos trabalhadores se deteriorava. Os Números e Medidores percorreram um longo caminho para ainda permanecer sacrossantos no Brasil dos anos 1990, quando, nos caminhos de uma Nova Gestão Pública, os governos passaram a preocupar-se intensamente com a agenda da avaliação de políticas e programas (GUSSI & OLIVEIRA, 2017). Tal animosidade não surgiu do nada nem de uma vontade individual de um governante. O caso é que

a avaliação de políticas públicas tornou-se exigência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, que passaram a condicionar empréstimos, notadamente na área social, a indicadores de resultados, a serem produzidos por avaliações sistemáticas de políticas e programas governamentais (GUSSI & OLIVEIRA, 2017, p. 84).

Instituições como o Banco Mundial estão, por conseguinte, na cabeceira do crescimento pelo interesse na avaliação de políticas públicas em países como o Brasil da última década do século XX (GUSSI & OLIVEIRA, 2017). Essas organizações internacionais de fomento se entendem como propagadoras de avaliações isentas, que se dizem amparadas em certa robustez da pesquisa científica e capazes de promover racionalidade técnica, ordem econômica e progresso material para as sociedades subdesenvolvidas dos países do Sul (JANUZZI, 2016). No entanto, o fato é que tais avaliações não são neutras, mas, na verdade, são instituídas com uma concepção de Estado específica, a concepção de Estado neoliberal (GUSSI & OLIVEIRA, 2017).

Ao condicionarem empréstimos à efetivação de uma agenda avaliativa de cunho tecnicista e positivista, instituições de fomento como o Banco Mundial levaram políticos, e logo técnicos, a se verem enleados na necessidade de produzir indicadores numéricos, “a seguir a cartilha prévia da avaliação de impacto, qualquer que seja a natureza da intervenção, viabilidade operacional do delineamento ou os princípios éticos a obedecer” (JANUZZI, 2016, p. 121-122). Essa cartilha prévia, neoliberal, deu-se no contexto da configuração da Nova Gestão Pública.

Nova Gestão Pública (*New Public Management*) é um termo que se refere à transposição de mecanismos de gestão da iniciativa privada para a administração pública, aliada à tentativa de redefinição do papel do Estado (RAMOS & SCHABBACH, 2012). Tal movimento surgiu nos países ditos desenvolvidos e foi posteriormente sendo implementado nos países ditos em desenvolvimento (RAMOS & SCHABBACH, 2012).

No Brasil, é símbolo dessa Nova Gestão a Emenda Constitucional N. 19 de 1998, também conhecida como Emenda da Reforma Administrativa, promovida pelo governo federal, chefiado à época por Fernando Henrique Cardoso (RAMOS & SCHABBACH, 2012). Entre outras medidas, a EC 19/1998 elevou o princípio da eficiência, destacando-o explicitamente e constitucionalmente no regramento jurídico da Administração Pública (RAMOS & SCHABBACH, 2012).

No contexto da Nova Gestão Pública, o Estado passou a entender a si próprio não como ente monopolista, mas como um ator rodeado por outros atores, numa “rede articulada de agentes competitivos, gerenciados por provedores privados ou públicos, mas não

exclusivamente estatais.” (GUSSI & OLIVEIRA, 2017, p. 86), e em que a avaliação e o monitoramento das políticas públicas se viam intrincadas num “complexo jogo de interesses em que a administração pública é apenas um dos múltiplos atores” (GUSSI & OLIVEIRA, 2017, p. 86). Ganhou volume, então, o conceito de *accountability*, a prestação de contas, a partir do qual passou a orientar-se a avaliação de políticas públicas (GUSSI & OLIVEIRA, 2017, p. 86).

Desse modo, a propagação do campo da avaliação de políticas públicas esteve primariamente afeito aos ditames de instituições internacionais e orientada por modelos avaliativos preconcebidos com forte cunho técnico-formal, alinhados aos marcos políticos neoliberais (GUSSI & OLIVEIRA, 2017). São avaliações apegadas a valores expressos numericamente, como se a única linguagem que as avaliações conseguissem captar fosse a linguagem matemática, ou amarradas à concepção falaciosa de que a produção tecnocientífica é neutra ou infalível (JANUZZI, 2016).

Entretanto, “dados e indicadores resultam de uma série de escolhas políticas (sobre que aspectos observar e medir) e preferências metodológicas (sobre como observá-los e medi-los)” (JANUZZI, 2016, p. 125). Além disso, tais modelos avaliativos buscam a redução da complexidade e multidimensionalidade da avaliação das políticas a fim de que elas caibam nos valores de replicabilidade e confiabilidade, e não firam restrições de ordem econômica e financeira (JANUZZI, 2016). Desse modo,

quase sempre reduzidas à dimensão econômica, essas avaliações têm por intuito demonstrar o sucesso ou fracasso das políticas a partir da construção de indicadores, notadamente estatísticos, que revelam a otimização da relação custo-benefício, previamente calculada, em relação ao investimento realizado na execução das políticas (GUSSI & OLIVEIRA, 2017, p. 87).

Essas avaliações neoliberais e tecnicistas, afeitas a números e a indicadores estatísticos, são incapazes de conceber os diversos ângulos, dimensões, faces, texturas concernentes às políticas públicas, e, por isso, trabalham de modo a tornar essas problemáticas complexas em questões unidimensionais (GUSSI & OLIVEIRA, 2017). São avaliações atentas a um modelo do Estado regulatório de cunho neoliberal, incapazes de “construir marcos emancipatórios, de cunho democrático, rumo à universalização de direitos, entre critérios de igualdade e equidade, que se impõem a partir dos movimentos da sociedade civil” (GUSSI & OLIVEIRA, 2017, p. 87).

Essas abordagens de avaliação de políticas públicas, classificadas como abordagens hegemônicas pela capacidade de movimentar recursos financeiros e interesse

político, são orientadas pelo paradigma positivista, prioritariamente enfocando valores como "mensuração, descrição e julgamento" (GASPARINI, 2020, p. 22), e estão afeitas à tarefa de "transportar para o campo da análise das intervenções públicas os métodos científicos tradicionais, centralmente os modelos experimentais e quase-experimentais tidos como capazes de identificar com rigor a causalidade das intervenções públicas" (GASPARINI, 2020, p. 22).

São avaliações interessadas na replicação de metodologias e concepções científicas retiradas das ciências físicas e naturais, por isso são norteadas por técnicas e procedimentos de experimentos como os realizados em laboratórios (JANUZZI, 2016). "Tal como um medicamento, Política Pública precisaria passar pelo ensaio epidemiológico típico de caso-controle de laboratório (de econometria, vale acrescentar) [...]" (JANUZZI, 2016, p. 123). Nessas avaliações hegemônicas, os estudos em avaliação de políticas públicas seriam "uma subdisciplina da Física Social, cabendo aos pesquisadores e agentes dessas escolas a busca de 'leis universais' acerca do funcionamento das Políticas Públicas" (JANUZZI, 2016, p. 118).

A política de cunho neoliberal encontrou em valores como eficiência, eficácia e efetividade a razão de existir das políticas públicas, estabelecendo para um campo secundário ou inexistente motivações e concepções mais complexas e menos generalizantes (CRUZ, 2019). Muitas vezes, é como se tudo o que o Estado devesse se preocupar pudesse ser resumido no questionamento: essa política alcançou o índice numérico esperado, utilizando-se da menor quantidade de dinheiro possível? São avaliações que optam por limitar-se "à busca de efeitos previstos, desconsiderando os não previstos, encarados como obstáculos a superar" (CRUZ, 2019, p. 168).

Segundo Gasparini (2020), no entanto, a avaliação responsiva proposta por Robert Stake na década de 1970 foi fundamental para apresentar caminhos críticos aos modelos positivistas, o que possibilitou uma ampliação do espectro avaliativo (GASPARINI, 2020). Cruz afirma que "sendas têm sido abertas nas últimas décadas, por onde adentra a interdisciplinaridade" (CRUZ, 2019, p. 162), com enfoques contra-hegemônicos,

um campo que se debruça para problematizações sobre políticas públicas e, para tanto, além de indicadores estatísticos, fontes bibliográficas e documentais, lança mão de dados empíricos, coletados na pesquisa de campo. Isso requer do pesquisador um esforço artesanal, pois não significa somente manejar técnicas (qualitativas, quantitativas ou mistas), mas, sobretudo, coletar e analisar dados que revelem o modus operandi do Estado e da própria noção de avaliação. (CRUZ, 2019, p. 162)

Portanto, a avaliação de políticas públicas possui um campo hegemônico, ou seja, há um modelo predominantemente financiado e difundido, mas esse modelo não é ímpar, nem indiscutível, nem absoluto, mas é um dentre outros. Não é o caso de dizer que essas avaliações hegemônicas devem ser abolidas, mas o de compreender que as avaliações hegemônicas não são as únicas.

Assim, “não há só um modelo aceitável” (CITÓ, 2018, p. 54), mas persiste uma “simultaneidade dos vários tipos de avaliação” (CITÓ, 2018, p. 54). Fala-se, então, em modelos contra-hegemônicos, que se opõem ao modelo hegemônico tecnicista, positivista e orientado pelo Banco Mundial e congêneres. Os modelos contra-hegemônicos pretendem afastar-se da ideia de que números e estatísticas apresentam a verdade imutável e completa, e buscam incluir dados diversos, ricos e complexos (CRUZ, 2019), e entendem que “assim como a realidade é múltipla, há múltiplas formas de avaliá-la” (CITÓ, 2018, p. 61).

O campo das políticas públicas passa, então, a procurar romper com noções de neutralidade, assumindo que a ideia de um avaliador neutro a operacionalizar avaliações que não se baseiam em interesses é basicamente uma noção falaciosa, em geral utilizada para esconder uma ideologia específica e interesses que podem não ser os mesmos dos sujeitos para os quais a política pública foi concebida (GASPARINI, 2020). Portanto, “a análise crítica acerca da epistemologia da avaliação constitui um exercício necessário, capaz de desvelar projetos de poder em um campo de natureza transdisciplinar e pluralista” (GASPARINI, 2020, p. 28).

Raul Lejano (2012) explicita como a avaliação de políticas pode compreender um abismo entre o texto e o contexto das políticas, o centro e as periferias, e esse hiato advém de um modelo regulatório de governo, em que

posicionamos um foco central de tomada de decisões (o Estado) e um foco periférico de implementação (o campo). A política, nesse modelo, precisa apenas ser moldada no centro e exportada (como texto) por todo o campo e simplesmente aplicada” (LEJANO, 2012, p. 194-195).

Tal modelo, então, inviabiliza que o projeto evolua a partir da ação, ou impossibilita que os sujeitos para quem a política foi criada possam infundir, diretamente, com suas próprias concepções e visões de mundo, na formulação da política (LEJANO, 2012, p. 195). O modelo do Estado regulador cria, segundo Lejano (2012), determinadas dificuldades, pelo fato de o texto da política ser criado distante do contexto: são políticas elaboradas num centro e, a partir desse centro, espargidas para as diversas periferias. É

impossível que os vários contextos nos quais a política será aplicada sejam todos idênticos (LEJANO, 2012). A política, como um texto, será lida, relida, interpretada e reinterpretada de diversas maneiras, de acordo com os vários contextos em que for aplicada: "alguém possivelmente não pode construir um texto que permaneça o mesmo em todos os lugares e tempos" (LEJANO, 2012, 193).

Para o Estado regulador, o valor primordial é o da conformidade procedimental (JANUZZI, 2016). O Estado já opera a política com normas procedimentais previamente acordadas, e apenas quer verificar se a política está sendo implementada em completa justeza com os valores e procedimentos previamente denotados (JANUZZI, 2016). As políticas públicas, nesse modelo de Estado, são “sistemas fechados, operados como organizações burocráticas hierarquizadas, com controle centralizado no governo” (JANUZZI, 2016, p. 131). Tudo o que escapar às normas previamente acordadas é passível de punição: “tribunais e órgãos de controle cuidariam para ‘colocar em ordem’ as Políticas Públicas” (JANUZZI, 2016, p. 131).

Os modelos hegemônicos de avaliação de políticas públicas visualizam uma política sendo criada num centro de poder e aplicada nos vários campos, nas periferias desse poder (LEJANO, 2012). Lejano (2012) explica como essas políticas são propaladas por um poder normatizador, num modelo que "possui suas raízes no nivelamento do campo, para que toda a jurisdição seja mantida alinhada com o projeto central" (LEJANO, 2012, p. 195). As particularidades e especificidades de cada contexto são, então, contidas em nome de uma regulação totalizante e homogeneizante (LEJANO, 2012). As idiosincrasias apresentadas pelos campos são engendradas como um atravanco (LEJANO, 2012).

O centro se prende à ideia de reduzir as potencialidades dos campos periféricos, no esquema: o centro determina e a periferia obedece (LEJANO, 2012). Contudo, segundo Lejano (2012), essa noção "negligencia a possibilidade de que o projeto possa evoluir da ação ou que as periferias possam ter influência na formulação da política" (LEJANO, 2012, p. 195). Nesse modelo "o controle é absoluto, e o estado é onipresente" (LEJANO, 2012, p. 195).

Segundo Lejano (2012), essa representação de uma avaliação de políticas totalizante e homogeneizante é uma maneira de desconsiderar a importância do contexto e tem "raízes em nossos pressupostos epistemológicos mais fundamentais" (LEJANO, 2012, p. 195).

Tais pressupostos foram apresentados por Danielle Cruz (2019) ao encontrar, na ciência moderna em contraposição à ciência antiga, “uma virada de chave sobre a visão de

mundo” (CRUZ, 2019, p. 165), que é a inauguração de uma ciência moderna que “passa a ter o caráter mecanicista, quantitativo e utilitário” (CRUZ, 2019, p. 165). Leis gerais e imutáveis passaram a ser percebidas como as normas a regular o mundo todo, fortemente apoiadas pela “noção quantitativa e matemática que baliza o olhar para os objetos e movimentos da realidade, passíveis de mensuração por meio de fórmulas e modelos matemáticos” (CRUZ, 2019, p. 165), descambando para o positivismo do século XIX.

No paradigma positivista, a lógica universalizante recai sobre todas as realidades, como se o mundo inteiro fosse formado por uma única e imutável forma de pensar e perceber tudo o que existe: “respaldado pela lógica das ciências físicas e naturais, o paradigma positivista compreende a realidade como única, objetiva e exterior, regida por leis gerais e passível de manipulação a partir de procedimentos lógicos” (CRUZ, 2019, p. 166).

Contrário a essa lógica positivista, está o que Citó e Cavalcante (2020) nomeiam como o *sentiment* pós-construtivista, um conceito valioso para o desenvolvimento dos trabalhos de Raul Lejano na área da avaliação de políticas públicas (CITÓ & CAVALCANTE JR., 2020). O *sentiment* pós-construtivista não se restringe à crítica ao paradigma positivista, mas pretende ir além das proposições do paradigma construtivista (CITÓ & CAVALCANTE JR., 2020). Cabe realçar que, como observado por Citó e Cavalcante Jr. (2020), o sentimento pós-construtivista de que fala Lejano (2012) não diz respeito apenas a uma questão emocional: inclui um conceito mais amplo, que pode envolver um misto entre sentimentos, pensamentos, sensações, influenciando comportamentos (CITÓ & CAVALCANTE JR., 2020).

Lejano (2012) critica tanto os modelos construtivistas quanto os positivistas. Para ele, “ambos estão inseridos na mitologização da política” (LEJANO, 2012, p. 206), entendendo-se a mitologização como o distanciamento entre texto e contexto, ou uma política voltada apenas para si própria, sem a consideração da existência de um contexto.

Ao criticar as abordagens construtivistas, Lejano (2012) afirma que, nessas abordagens, “o texto é uma construção, esquema de classificação, ou teoria que impomos na natureza” (LEJANO, 2012, p. 195), e cuja “operação é conduzida não importando a extensão de qual natureza pode ou não caber na construção” (LEJANO, 2012, p. 195). Ou seja, numa alocação do contexto em posição subalterna ou inexistente, como se não importasse o que o contexto pudesse nos indicar: o essencial seria encontrar uma construção preestabelecida que pudesse ser aplicada àquela realidade (LEJANO, 2012). No modelo construtivista, o sujeito constrói o texto político e assume-lhe a autoria, formulando uma análise baseada no artifício, e em “o que conta é o poder de uma narrativa política” (LEJANO, 2012, p. 206).

Para os construtivistas, “o projeto e o modelo de execução do Estado devem ser pactuados num grande consenso entre o maior número possível de envolvidos sob uma perspectiva individual” (CITÓ & CAVALCANTE JR., 2020, p. 134). Nessa concepção, “às vezes parece que as verdades políticas são constituídas por quaisquer histórias inventadas por aqueles que melhor desempenham o ‘jogo’ da política” (LEJANO, 2012, p. 14). A política, então, é vista como discurso. No entanto, não “podemos tratar simplesmente como discurso o funcionamento das instituições e práticas que evoluem em torno dessas condições reais” (LEJANO, 2012, p. 14). No construtivismo, portanto, a avaliação é incapaz de captar a política a partir do imediatismo e da complexidade do cotidiano (LEJANO, 2012).

Lejano (2012) critica o positivismo por esse paradigma assentar que "a realidade é algo que simplesmente observamos e, na verdade, medimos" (LEJANO, 2012, p. 195), numa tentativa de tornar tudo um objeto a ser mensurado, sendo, por isso, incapaz de captar "fenômenos como confiança, esperança, ganância, imaginação e outras coisas que são naturalmente imensuráveis" (LEJANO, 2012, p. 196).

O mais importante para Lejano (2012) é que tanto o paradigma positivista quanto o construtivista estão imersos na mitologização da política, em que o texto da política é voltado de si para si mesmo. Por se afastarem do contexto, tais modelos não captam a experiência concreta dos sujeitos políticos (LEJANO, 2012).

Estamos, por conseguinte, diante da constatação de que hegemonicamente a avaliação de políticas públicas trabalha "com uma perda irreparável de dimensionalidade" (LEJANO, 2012, p. 196), em análises permeadas por uma estreiteza que as leva a se tornarem incapazes de contribuir para "uma descrição densa da política" (LEJANO, 2012, p. 203).

Na concepção experiencialista de Lejano (2012), o contexto é imprescindível de ser observado, de tal forma que "o que está faltando é um mecanismo pelo qual a consideração do contexto pode influenciar ou guiar a formulação do texto" (LEJANO, 2012, p. 193). Efetivamente, o modelo proposto por Lejano (2012) compreende uma avaliação de políticas públicas em que o campo tem primazia, de maneira que o contexto possa influenciar a criação e a recriação do texto.

Lejano propõe, então, “o retorno pragmático ao local onde as coisas realmente importam” (LEJANO, 2012, p. 198), e essa busca vai permitir ao analista o encontro com o verdadeiro contexto em que as políticas públicas são aplicadas, atinando “em seu sentido cotidiano, complexo, multidimensional" (LEJANO, 2012, p. 198).

Essa concepção de uma avaliação de políticas públicas que oriente e reorienta a formulação da política a partir do contexto é um modelo em que as pessoas que experienciam

a política na prática são percebidas como sujeitos na formulação da política (LEJANO, 2012). Ao invés de serem vistas como o público inerte que recebe políticas públicas formuladas num centro de poder qualquer, as pessoas são compreendidas como sujeitos de direitos, e também como essenciais para a compreensão da política: "as pessoas trazem a política à realidade e, deliberadamente ou não, são co-participantes da construção da política" (LEJANO, 2012, p. 202) e por isso "temos de encontrar caminhos para diminuir a distância entre o projeto político e a ação da política" (LEJANO, 2012, p. 202). Dito de outro modo, derrubar o grande abismo existente entre o texto e o contexto.

A concepção de que os indivíduos que experienciam a política pública devem influir diretamente na avaliação e, portanto, na concepção, na orientação e na reorientação das políticas, é uma maneira de tentar compreender de fato as políticas públicas, num esforço de apreensão, e não apenas numa concepção formulada por cima, generalizante, homogeneizante e rasa (LEJANO, 2012). Assim,

se tivermos que entender por que algumas políticas parecem funcionar e outras não, ou por que uma política parece funcionar algumas vezes e não em outras, temos que nos esforçar mais seriamente para entrar no mundo dessas pessoas para as quais a política está sendo moldada (LEJANO, 2012, p. 202).

A política vai sendo vivenciada e, ao mesmo tempo, reorientada de acordo com as múltiplas experiências das populações para as quais e ao redor das quais está sendo formulada (LEJANO, 2012). Categoricamente pode-se dizer que "as populações em questão, que em alguns círculos são conhecidas como 'populações alvo', não podem mais ser tratadas como receptoras passivas da política" (LEJANO, 2012, p. 202).

Nesse sentido, a perspectiva pós-constitutivista "não intenciona somente decalcar um modelo de Estado dado, ela quer participar, observar e descrever como a experiência ocorre" (CITÓ & CAVALCANTE JR., 2020, p. 134). É uma perspectiva que pretende alterar muitas das bases sob as quais a formação do Estado está assentada, sobretudo no que diz respeito à distância entre aqueles que formulam a política e aqueles que a vivem cotidianamente, num "ethos de avaliação que não se reduz à política e à cientificidade, ou a uma ideologia de Estado" (CITÓ & CAVALCANTE JR., 2020, p. 134). É uma postura de avaliação de políticas públicas em que se pretende captar a força da experiência ao estar-se aberto a movimentos, processos e objetivos amplos (CITÓ & CAVALCANTE JR., 2020).

Para tanto, é necessário ao analista retirar-se, mesmo que momentaneamente, da teoria e da ideologia e adentrar no campo da prática: "entrar na realidade cognitiva do

indivíduo e tentar compreender como esta realidade é experienciada" (LEJANO, 2012, p. 200). Para tanto, o avaliador deve ter em mente que "as pessoas podem vivenciar a política de maneiras muito diferentes do que é assumido pelo *policymaker*" (LEJANO, 2012, p. 202), sendo afetadas por circunstâncias diversas e, portanto, estando aptas a fornecer uma gama rica e complexa de dados e concepções sobre aquela política, concepções que o centro de poder não conseguiu vislumbrar e possivelmente não foi capaz de captar.

Os valores atinados pelo criador da política podem, e certamente serão, amplamente diferentes dos valores experienciados pelos sujeitos para os quais a política foi feita (LEJANO, 2012). Portanto, a avaliação da política deve conceber que os sujeitos que experienciam a política, para quem a política foi concebida, devem também ser envolvidos na formulação (LEJANO, 2012).

A avaliação deve ater-se a valores como complexidade, multidimensionalidade e experiência, e entender a primazia do contexto relativamente ao texto, ou da periferia relativamente ao centro. Em suma, "o sentimento do que este capítulo, e livro, reflete, é uma preocupação renovada com a natureza múltipla e complexa da experiência, a necessidade e papel principal do contexto, e o campo da prática" (LEJANO, 2012, p. 201). Assume-se "uma postura intuitiva capaz de alcançar objetivos aparentemente não interligados entre si, mas que sejam capazes de acessar a potência da experiência" (CITÓ & CAVALCANTE JR., 2020, p. 134).

Desse modo, os modelos de avaliação de políticas públicas, surgidos no Brasil na década de 1990 durante a emergência de uma gestão pública de caráter neoliberal, são modelos tecnicistas e embasados no paradigma positivista, o que classifica a população envolvida na política como público passivo e inerte, reduzido a números e medidas. Esses modelos são os chamados hegemônicos, em oposição aos quais são instituídos modelos contra-hegemônicos, incluindo uma grande quantidade de abordagens avaliativas. Algumas dessas abordagens contra-hegemônicas estão adentradas no *sentiment* pós-construtivista de Raul Lejano (2012), que prima pela imprescindibilidade do contexto e pela alocação das pessoas que vivenciam a política numa posição de sujeitos e coautores da política, ao chamar atenção incisivamente para a importância da experiência.

## 4.2 Conceitos

### 4.2.1 *Experiência*

A avaliação de políticas públicas envolve em si própria, do texto para o texto em si mesmo, sem a proeminência do campo, é o que Lejano (2012) chama de mitologização da política, e o “resultado disso é uma analítica política que pode ser abstrata, reducionista, simplista e destituída de contexto” (LEJANO, 2012, p. 205). No combate a tal problema, Lejano (2012) propõe uma avaliação de políticas públicas que seja embasada “no contexto e na complexidade de situações políticas reais” (LEJANO, 2012, p. 205), no modelo de avaliação de políticas públicas que vem sendo nomeado de modelo experiencialista.

Nesse modelo, “o objetivo é partir da riqueza da experiência e refletir isso em uma riqueza paralela de perspicácia analítica” (LEJANO, 2012, p. 205). O conceito de experiência utilizado por Lejano (2012) engloba “o modelo de conhecimento da pessoa (ou grupo) inserido na situação política” (LEJANO, 2012, p. 205). Nessa concepção, os contextos políticos somente serão “compreendidos por alguém que os tenha experimentado” (LEJANO, 2012, p. 210). O avaliador, então, tem como objetivo abrir a sua avaliação aos mais diferentes conhecimentos e representações, à “entrada em diferentes mundos experienciais pela aproximação a eles por meios diferentes, por exemplo, entrevistas, pesquisas de artefatos escritos, técnicas de observação participante, etc.” (LEJANO, 2012, p. 211).

Ao assumir que “não há análise fora do contexto” (LEJANO, 2012, p. 205), o modelo experiencialista pretende respeitar “absolutamente o conhecimento, sentimentos e até a autoridade moral daqueles que estão dentro da situação política” (LEJANO, 2012, p. 205), e tem o analista como um peixe que nada no oceano, e não como um pensador distanciado olhando a maré (LEJANO, 2012). O analista se entende como completamente imerso na situação política e realiza a avaliação a partir de um olhar subjetivo, distante da pretensão de observador neutro (LEJANO, 2012). Os valores destacados são os de autenticidade, complexidade e multidimensionalidade (LEJANO, 2012).

Os reducionismos das avaliações mitologizadas são como uma cabaça que tenha sua sombra refletida por uma lanterna. Ao colocarmos uma luz acima da cabaça, a sombra que será apresentada será aproximadamente um círculo ou uma elipse: uma figura unidimensional. A simplicidade de uma elipse seria capaz de abarcar a complexidade de uma cabaça real? Com certeza não. Como fruto, cada cabaça é única: será impossível encontrar uma cabaça que seja exatamente igual à outra. A cabaça não é um produto industrializado feito numa esteira de

fábrica, é um elemento da natureza, não é mecânico. A parte externa de uma cabaça é diferente da parte interna, desde as cores até as texturas. Ao longo do fruto, saliências se sobressaem, há cores esparsas espalhadas, não há uma cor única a envolver toda a cabaça.

Cabaças me lembram a minha avó indo para uma cabaceira, na zona rural de Jaguaribe (CE), retirar os frutos que seriam trabalhados para se tornarem cuias. Com as cuias tomei banho, recolhi água, carreguei sabonete, retirei farinha de grandes sacos armazenados numa despensa. A cabaça tem significados tão diversos quanto as experiências que se fazem desse fruto, e a complexidade que a envolve não poderia ser inteiramente compreendida pela sombra em formato de elipse: essa sombra é uma representação válida, porém parcial e limitada. Existe uma multidimensionalidade envolvendo a experiência, caso não a queiramos representar unidimensionalmente como uma sombra.

As análises mitologizadas avaliam as políticas públicas de maneira a centrar-se na sombra, “tomando uma situação de pura complexidade e simplificando-a de forma que caiba em uma construção pré-existente” (LEJANO, 2012, p. 206), uma representação que não é uma má representação, “é apenas uma representação parcial” (LEJANO, 2012, p. 206).

Relativamente à experiência, Lejano (2012) afirma que

Se fizermos essa analogia com a experiência, podemos, de maneira parecida, pensá-la como algo caracterizado por múltiplas dimensões (por exemplo, sensoriais, normativas, emocionais, etc.), ângulos e particularidades. Situações políticas reais, por analogia, são também incrivelmente complexas, a ponto de impedir uma descrição completa (LEJANO, 2012, p. 206).

Desse modo, a avaliação será sempre incompleta e parcial, e nunca poderá pretender-se acabada e finalizada (LEJANO, 2012). Dada a complexidade envolvendo o contexto e a prática, a tentativa de compreender esse contexto é sempre uma tentativa de aproximar-se tanto quanto possível dessa complexidade, mas saber-se incapaz de apreendê-la completamente (LEJANO, 2012). Nesse modelo, “aspiramos sair do plano da redução e aproximamo-nos do complexo corpo de experiência” (LEJANO, 2012, p. 206).

A política como experiência se compreende no campo da ação (LEJANO, 2012). Não há uma diferenciação robusta a distinguir a fase de criação e a fase de implementação da política, na verdade a política vai se fazendo, refazendo e sendo implementada, simultaneamente, por meio da avaliação (LEJANO, 2012). Dessa maneira, é no campo da ação que a política pode ser apreendida, numa fusão entre a formulação e a implementação, um conceito que Lejano (2012) nomeia de ação política, ao constatar que “a formulação de uma política ocorre em meio à ação, em uma espécie de aprendizado embasado” (LEJANO,

2012, p. 208).

Fundamentando o modelo experiencialista estão autores como Paulo Freire, que “tentou reverter o tradicional direcionamento da educação” (LEJANO, 2012, p. 209), saindo do modelo hegemônico em que um especialista deposita conhecimentos em indivíduos leigos, e propondo uma “comunidade de especialistas embasados ou educadores nativos” (LEJANO, 2012, p. 210).

A conceituação de Freire influenciou sobremaneira o campo do aprendizado e ainda outras áreas como da teoria do desenvolvimento e pesquisa, e deu origem a práticas atuais de formulação de políticas e desenvolvimento de projetos que são chamadas pelos nomes de “diagnóstico rural participativo”, “pesquisa de ação participativa”, e outros (LEJANO, 2012, p. 210).

Lejano (2012) reconhece, portanto, a importância de Paulo Freire na montagem do modelo experiencialista. De fato, os conceitos de Paulo Freire vão perpassando toda a obra de Lejano (2012), são autores que apresentam similitudes. Exemplificadamente, encontramos Freire em Lejano em quesitos como: afastar a ideia de um observador neutro e distanciado; destacar a importância do valor da experiência da política para poder avaliá-la; chamar atenção para a necessidade de uma analítica que traga a riqueza e a diversidade da experiência para o contexto do processo político (LEJANO, 2012).

Enfim, no modelo experiencialista tem-se a consciência de que o avaliador tem uma subjetividade realizada em relação aos outros e ao ambiente (LEJANO, 2012), similarmente aos dizeres de Freire de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 69).

O educador Paulo Freire aborda o saber de experiência feito, que “aponta para a valorização da palavra do povo, daqueles e daquelas que sofrem um conjunto de opressões que culmina no calar-se (ser calado) diante do mundo” (PEREIRA, 2017, p. 114). Mulheres e homens são, então, submetidos a um movimento diferente da política usual, a política do silenciamento. Na política conforme sugerida por Paulo Freire (1987), mulheres e homens aparecem como sujeitos políticos não no ato de serem silenciados, mas “no momento em que dizem a sua palavra” (PEREIRA, 2017, p. 114).

Paulo Freire (1987) se opõe à educação do tipo bancária, em que os educadores depositam conhecimento nos educandos, de modo que o educador “será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem” (FREIRE, 1987, p. 58). No conceito de Paulo Freire (1987), a educação bancária ocorre em moldes hierarquizados, com o educador numa posição superior e o educando numa posição de submissão: “o educador

escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele” (FREIRE, 1987, p. 58).

Lejano (2012) traz para o campo das políticas públicas a perspectiva de que as avaliações hegemônicas acontecem em perspectivas semelhantes às da educação bancária, em que um indivíduo, que é o sujeito (e pode ser o educador no caso da educação bancária, ou o tecnocrata, no caso da avaliação de políticas públicas), submete outro indivíduo e o transforma em objeto (o educado, num caso, o sujeito que vivencia a política pública, no outro caso). “O educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos” (FREIRE, 1987, p. 59).

Para reverter a lógica da educação bancária, Paulo Freire (1987) propõe uma educação libertadora, “isto é, que possibilite libertar os sujeitos das amarras da opressão” (SARTORI, 2015, p. 170, tradução minha), encarando o ato pedagógico como um ato político (SARTORI, 2015). A educação libertadora de Paulo Freire (1987) “afirma a dialogicidade e se faz dialógica” (FREIRE, 1987, p. 69), em oposição à educação que apenas pretende “dissertar, expor, estender, entregar, dar” (SARTORI, 2015, p. 171, tradução minha). Pela educação libertadora, “os seres humanos têm a vantagem de converter-se em seres capazes de se apropriarem de seus destinos, de seu conhecimento” (SARTORI, 2015, p. 171, tradução minha). Uma educação dialógica e de encontro com o outro, onde “não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais” (FREIRE, 1987, p. 87).

Lejano (2012) reforça que a perspectiva de se avaliar a política por meio da experiência não significa apenas “dispensar nossas teorias e métodos e permitir um processo livre no qual tudo e qualquer coisa contam” (LEJANO, 2012, p. 212). Na verdade, “requer que empregemos múltiplas ‘linguagens’ políticas ou modos de descrição, mas, de forma mais específica, que empregemos os modos que melhor se encaixem à situação política” (LEJANO, 2012, p. 212). O avaliador precisa ir em busca de lentes ou linguagens nativas para tentar compreender cada situação política, na tentativa de compreender os modos como estão experienciando aqueles que se encontram inseridos na política pública (LEJANO, 2012). A avaliação requer, portanto, partir do próprio contexto em que a política está sendo implementada: deve partir dos afetados, e não o contrário (LEJANO, 2012).

Nesse contexto, o avaliador, ao utilizar-se da entrevista como método, deve ater-se a entrevistas que se aproximem mais de entrevistas abertas, “simplesmente deixando o entrevistado falar, encorajando-o a incrementar mais a resposta quando assim o desejasse” (LEJANO, 2012, p. 213). O avaliador vai dar espaço para que os sujeitos que vivenciam a

política possam livremente expor suas experiências.

Nesse movimento, ao captar os diferentes relatos, ao avaliador não será possível imbuir-se de ter captado a experiência da política como um todo, o relato final da experiência, ou a Verdade daquela política pública (LEJANO, 2012). Entretanto, “o testemunho da pessoa pode nos fornecer vislumbres do todo” (LEJANO, 2012, p. 215), um movimento que já é demasiadamente importante. E a análise, no modelo experiencial, vai significar a integração das várias peças de informação: “a fusão de diferentes linhas de informação de modo a termos uma percepção mais completa do todo” (LEJANO, 2012, p. 220).

Essa análise vai atinar para o valor da autenticidade da descrição relativamente à experiência da política, e ter como objetivo a ação, e não apenas uma prova estatística, como é o caso de avaliações nos moldes positivistas (LEJANO, 2012). Ao fim, espera-se que a complexidade da experiência seja expressa por meio da complexidade dos resultados obtidos com a avaliação, resultados que muitas vezes podem ser contraditórios, se contraditória for a realidade (LEJANO, 2012).

Lejano (2012) propõe, ainda, que o entrevistador incentive o entrevistado a apresentar quais ações poderiam ser levadas adiante a partir das reflexões apreendidas por ambos (LEJANO, 2012), na concepção da política que se implementa, se avalia e se refaz simultaneamente. Desse modo, “os diferentes conhecimentos podem ser usados para sustentar rotas de ação” (LEJANO, 2012, p. 214), na realização do contexto influenciando no texto. A avaliação conterà, portanto, propostas políticas altamente relevantes e com amplas dimensionalidades, intimamente conectadas com a experiência da política e, por isso mesmo, necessariamente presentes na avaliação (LEJANO, 2012). Com efeito, “a noção é que a complexidade da experiência, quando articulada a rotas de ação, produz uma complexidade paralela nas recomendações políticas” (LEJANO, 2012, p. 224), num “tipo de análise baseado na experiência e direcionado à ação” (LEJANO, 2012, p. 225).

É importante ressaltar que, no modelo experiencialista, o “projeto específico do processo analítico muda em cada situação” (LEJANO, 2012, p. 225), porque o objetivo do analista é entender o problema como ele é, e onde ele está” (LEJANO, 2012, p. 225). Dessa maneira, a avaliação está aberta a alterações amplas dependendo do contexto que for analisado. Para se ter o devido respeito ao contexto, há de se reconhecer que cada contexto específico é capaz de fazer brotar uma avaliação diferente, de maneira que o contexto não esteja sendo submetido a uma ideia que o anteceda: é o contexto quem deve moldar as ferramentas de avaliação, e não o contrário (LEJANO, 2012).

#### 4.2.2 Sindemia

A canção de Belchior anuncia: “o passado é uma roupa que não nos serve mais”. A música é dos anos 1970, foi cantada por Elis Regina, mas foi na voz do sobralense que ficou conhecida até hoje. O anúncio da canção, o da inadequação do passado frente à realidade presente, continua fremente. Falar de sindemia é ouvir na voz do assum preto: “o passado nunca mais”.

A doença causada pelo vírus Sars-CoV-2 foi declarada pela OMS como uma emergência em saúde pública internacional em 30/1/2020. Nessa data, a enfermidade ainda não tinha um nome oficial, o qual só veio a ser mundialmente divulgado em fevereiro de 2020: Covid-19, abreviação para *coronavirus disease 2019* (NAMING...,2020). Em 11/3/2020, a doença foi declarada como uma pandemia. No entanto, o que é uma pandemia? Qual a diferença de uma pandemia para uma epidemia e uma endemia? Por que é importante observar a Covid-19 sob o aspecto de sindemia?

Os termos epidemia e endemia têm origem grega (MARTELLI, 1997). Etimologicamente, epidemia refere-se ao “aumento de doença em determinada população” (MARTELLI, 1997, p. 2) e endemia à “doença originária de um país” (MARTELLI, 1997, p. 2). A principal característica da epidemia é a do “elevado número de casos novos e sua rápida difusão” (REZENDE, 1997, p. 153). Já a endemia é caracterizada como uma doença “peculiar a um povo, país ou região” (REZENDE, 1997, p. 153).

A palavra pandemia também tem origem na Grécia antiga, tendo sido usada pelos filósofos Platão e Aristóteles “no sentido genérico, referindo-se a qualquer acontecimento capaz de alcançar toda a população” (REZENDE, 1998, p. 154). Foi o médico grego Galeno quem utilizou a palavra para referir-se a “doenças epidêmicas de grande difusão” (REZENDE, 1998, p. 154). Com o aumento da interferência do ser humano na natureza e a velocidade dos transportes, cada vez mais a humanidade está sujeita à ocorrência de pandemias, a atingir países em continentes distintos (UJVARI, 2011).

A Covid-19 foi declarada como uma pandemia pela OMS no dia 11/3/2020, devido ao aumento expressivo e assustador de casos ao redor do mundo, e pela perspectiva de que a doença se espalharia ainda mais nas semanas seguintes (WHO, 2020h). Descrita como a primeira pandemia causada por um coronavírus, a Covid-19 foi anunciada como um mal que a humanidade poderia controlar, desde que tomadas medidas severas e em caráter de urgência, configurando não apenas uma crise de saúde pública, mas uma crise a envolver toda a sociedade (WHO, 2020h).

A Covid-19, no entanto, não será satisfatoriamente compreendida se observada como pandemia: é essencial a utilização do conceito de sindemia (HORTON, 2020).

Entender a Covid-19 como uma sindemia requer que o olhar se volte para as Ciências Humanas, ademais da Biomedicina e das Ciências da Saúde, para compreender e lidar com essa enfermidade (SEVERINO, 2021). Em primeiro lugar, convém reconhecer que as mortes não são números numa tabela, nem vidas que foram encurtadas por “alguns dias ou algumas semanas” (PEREIRA, 2021): são histórias arbitrariamente emudecidas, “narrativas silenciadas” (SEVERINO, 2021, p. 143) por um mal que poderia ser evitado.

Diferente da epidemiologia tradicional, a concepção de sindemia implica no reconhecimento das Ciências Humanas, da Cultura e das Artes como primordiais para a construção de novos futuros pós-Covid: ao invés de se buscar a volta de uma normalidade imaginada, uma normalidade anterior ao surgimento do Sars-CoV-2, o conceito de sindemia requer romper com essa dita normalidade e, além do mais, questionar se de fato queremos esse normal (SEVERINO, 2021). A ideia de que poderíamos algum dia voltar a viver como vivíamos é desfeita: “a tarefa desafiadora agora é criar, não apenas um novo futuro, mas uma forma de criar um futuro” (SEVERINO, 2021, p. 140).

O termo sindemia tem origem na antropologia da medicina, e foi cunhado por Merrill Singer na década de 1990 (HORTON, 2020). A palavra é a junção de sinergia, do grego *synergos*, com o sufixo demia, também de origem grega, significando povo (*demos*) (MENDES, 2020). A sinergia é quando 1 mais 1 não é igual a 2, mas sim a 3, 4, 5,.... É quando os agentes “trabalham juntos para determinar um efeito maior que a soma de cada um deles operando isoladamente” (MENDES, 2020, p. 15).

Por essa abordagem, entender como se dá a interação entre as relações sociais e biológicas, assim como os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, é parte integrante para a consecução de tratamentos e para o desenvolvimento de políticas públicas (SINGER et al., 2017). Pelas lentes da sindemia, a Covid-19 não é entendida apenas como uma doença que possui agravantes para aqueles que carregam comorbidades: é percebida como uma enfermidade com origem social (HORTON, 2020). Portanto,

não importa quão eficaz seja um tratamento ou quão protetora seja uma vacina, a procura por uma solução puramente biomédica para a COVID-19 vai falhar. A menos que os governos criem políticas e programas para reverter as profundas disparidades sociais, nossas sociedades nunca estarão verdadeiramente livres da COVID-19 (HORTON, 2020, p. 874, tradução minha).

Singer e equipe utilizaram o exemplo da sindemia de HIV/Aids, que nomeiam

como SAVA, sigla em inglês para abuso de substâncias, violência e Aids (SINGER et al., 2017). Na SAVA, verifica-se a junção de condições interdependentes, encontradas nos corpos das pessoas e no meio social, possibilitando a conjunção sinérgica de epidemias de Aids a outros problemas de saúde, como tuberculose, hepatite, cirrose, suicídio, mortalidade infantil, mas também a desemprego, pobreza, falta de moradia, ruptura de laços sociais e de redes de apoio (SINGER et al., 2017). A SAVA, como sindemia, está entrelaçada por um conjunto de fatores político-econômico-sociais, que vão desde a marginalização à estigmatização das populações afetadas (SINGER et al., 2017).

Na Covid-19, o problema da desigualdade social foi mostrado em diversos estudos, como o de Demenech et al. (2020), Gonçalves et al. (2020), Vieira da Silva et al. (2020), Kerr et al. (2020), Arruda e Santos (2020). Tais estudos relacionam vulnerabilidade econômica e social ao aumento nos índices de infecção e morte, e deixam claro que a desigualdade está diretamente intrincada à maior probabilidade de ser infectado pelo Sars-CoV-2 e, ao ser infectado, de morrer.

Especificamente na política, Abrucio et al. (2020), Lima, Buss e Paes-Sousa (2020), Ventura e Reis (2020), Fonseca, Greer e King (2021), Fonseca et al. (2021), Fernandez e Pinto (2020), Santos e Finatti (2020), Moraes (2020), entre outros, demonstram a importância da política na formulação de respostas contra a propagação da enfermidade. Inclusive, o trabalho de Ventura e Reis (2020) chama atenção para a estratégia institucional declarada da presidência da república (portanto, um órgão do Estado brasileiro), de propalar o vírus o mais rápido possível pelo território nacional (VENTURA & REIS, 2021).

Como sindemia, a Covid-19 não será combatida com ferramentas estritamente biomédicas: é necessário enlargar o modo como enxergamos as possíveis respostas a essa enfermidade, vislumbrando mudanças sociais profundas e estruturais. Reconhecer a sindemia implica, então, na necessidade de nos recolocarmos como “sujeitos históricos” (SEVERINO, 2021, 143), de entender que “as nossas sociedades precisam de esperança” (HORTON, 2020, p. 874), de se perceber a importância das Ciências Humanas e o seu “potencial instrumental de crítica e de mudança” (SEVERINO, 2021, 149), instrumental capaz de fornecer as bases para novos modos de pensar o futuro.

### ***4.2.3 Comunidade***

Revisitando o conceito de comunidade e sociedade em Ferdinand Tönnies, Brancaleone (2008) define comunidade como uma união formada pela vontade natural, em

que as relações entre as pessoas têm valor por elas mesmas, independentes de propósitos exteriores (BRANCALEONE, 2008). A vontade natural, persistente na formação da comunidade, seria diferente da vontade arbitrária, que é voltada para o exterior, é artificial e racionalizada, e predominante na formação de laços societários (BRANCALEONE, 2008). Para exemplificar ambas as vontades, Brancaloneo (2008) se utilizou do exemplo do chefe de família, caracterizado pela vontade natural, em contraposição ao comerciante, pela vontade arbitrária, direcionada para o exterior, pelo desejo de “transpor territórios” (BRANCALEONE, 2008, p. 100).

As sociabilidades comunitárias são originadas na “consciência da dependência mútua, determinada pelas condições de vida comum, pelo espaço compartilhado e pelo parentesco” (BRANCALEONE, 2008, p. 100). São caracterizadas por uma “comunidade de bens e males, esperanças e temores, amigos e inimigos, mobilizada pela energia liberada por sentimentos envolvidos como afeto, amor e devoção” (BRANCALEONE, 2008, p. 100). Na comunidade, as pessoas podem se conhecer intimamente e possuir certa inclinação emocional recíproca, como membros de uma família, habitantes de uma aldeia, um grupo de amigos, e até mesmo uma cooperativa de trabalhadores numa grande cidade (BRANCALEONE, 2008).

Partindo de três núcleos de convívio (a casa, a vila e a amizade), a sociabilidade comunitária pode ser exemplificada a partir dos laços de consanguinidade, coabitação territorial e afinidade espiritual (BRANCALEONE, 2008, p. 100). Pode-se imaginar a predominância da sociabilidade de consanguinidade na casa, de coabitação territorial na vila e de afinidade espiritual na amizade, no entanto, o fato é que cada um dos três padrões está imbricado nos demais, de modo que em cada um desses núcleos existem os demais laços, em menor ou menor proporção (BRANCALEONE, 2008, p. 100).

Segundo Brancaloneo (2008), a sociabilidade comunitária ou societária não ocorre de maneira uniforme em determinado espaço ou núcleo, mas o que ocorre é a predominância de relações de um tipo ou de outro. Nenhum lugar é unicamente guiado por sociabilidades comunitárias ou societárias, mas há predominância de uma ou outra sociabilidade (BRANCALEONE, 2008).

O município do Maranguape é predominantemente urbano pelo menos desde o Censo 2000 do IBGE (MENDES, 2006). No entanto, o município, sobretudo comunidades pequenas e distantes da sede municipal como o Cajueiro, ainda é marcado por traços de ruralidade, “evidenciados na paisagem, no estilo e padrão de vida dos moradores, o que o torna, de certo modo, peculiar ao apresentar uma forte intersecção entre uma realidade urbana e características tipicamente rurais” (MENDES, 2006, p. 34).

No Cajueiro, segundo os entrevistados, as pessoas conhecem umas às outras pelo nome, sabem do histórico familiar (quem é o pai, a mãe, os avós, os irmãos), e dividem uns com os outros fatos da vida em comum (o casamento de um cajueirense é um evento que não passa incólume para os outros moradores, um episódio de ebriedade pode passar despercebido desde que ocorra distante dos olhos e ouvidos de todos). Quando um cajueirense é infectado com Covid-19 fica difícil que os demais habitantes desconheçam o acontecimento, e o sentimento de perda pela morte de um cajueirense é sentido nos quatro-cantos da comunidade.

Para núcleos com esse tipo de sociabilidade, permeada por “relações de parentesco, vizinhança e amizade” (FLOSS et al., 2020, p. 3) a se fazerem presentes desde em ambientes de trabalho e até mesmo na própria vida, com uma noção de pertencimento, fica mais difícil levar adiante a recomendação de se manter o distanciamento social (FLOSS et al., 2020). No Cajueiro, a convivência em grupo constitui “vida, trabalho e lazer” (FLOSS et al., 2020, p. 3).

#### ***4.2.4 O SUS como vitória coletiva dos brasileiros***

O Sistema Único de Saúde não foi instituído de repente, nem por um herói único que o inaugurou. De fato, foram décadas de lutas até que se configurasse no Brasil a saúde como direito universal, e se instituísse um sistema que se propõe a fornecer a todos, indistintamente, esse direito.

O SUS nasceu ao final da década de 1980, mas esse sistema foi assim instituído devido à história das organizações dos serviços de saúde brasileiros que o antecederam. Passando por um passado de fragmentariedade, com diversos sistemas e subsistemas convivendo simultaneamente; restrições de oferta a determinadas categorias, naquilo que se chamou de cidadania regulada<sup>4</sup>; além de uma completa desorganização, a tal ponto de ser apelidado de um não-sistema, os serviços de saúde no Brasil puderam desenvolver-se e compôr-se como um sistema único de saúde. Isso ocorreu por meio de lutas sociais, um esforço coletivo da população brasileira, e não de um único governante ou partido.

Durante a Primeira República, a saúde passou a ser vista como o grande problema, mas também a grande solução nacional (LIMA, FONSECA; HOCHMAN, 2005).

---

<sup>4</sup>O conceito de cidadania regulada foi formulado pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, pesquisador célebre por ter denunciado o golpe de 1964 no Brasil. O conceito foi originalmente exposto no livro *Cidadania e justiça* (1979) e retomado em textos posteriores. A cidadania regulada de Wanderley Guilherme dos Santos referencia, entre outras ideias, um sistema de estratificação ocupacional. Nas palavras de Kerbauy, pela cidadania regulada “são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei” (KERBAUY, 1980, p. 167).

Como problema e solução para o país, a saúde na Primeira República foi tomada como uma área que não era arredada da política, mas, sim, um campo relacionado ao ideal de construção de uma civilização que abrangesse todo o território nacional (LIMA, FONSECA; HOCHMAN, 2005). Em torno do tema da saúde, foram concebidas instituições, políticas e ideias que estão imbricadas na concepção de um Estado Nacional e do conceito de cidadania (LIMA, FONSECA; HOCHMAN, 2005).

O debate intelectual, envolvido na construção da nacionalidade brasileira, buscava esboçar projetos de organização nacional que se estendessem a todo o país (LIMA, FONSECA; HOCHMAN, 2005). O Estado deveria estar em todos os lugares como motor da civilização e do progresso (LIMA, FONSECA; HOCHMAN, 2005), se fazendo presente onde a iniciativa privada não conseguisse estar, obedecendo, assim, a concepção de um Estado liberal (PAIM, 2009).

Inovações como linhas de telégrafo - “um cabo telegráfico transatlântico já havia sido estendido através do fundo do Oceano Atlântico, ligando o Brasil à Europa em 1874” (CHASTEEN, 2001, p. 126) -, a máquina a vapor e a eletricidade levaram as elites latino americanas a se preocuparem com o modo como as elites europeias as enxergavam. “Eles achariam a América Latina destituída de Progresso?” (CHASTEEN, 2001, p. 126).

Essas inovações afetaram profundamente a vida dos indivíduos no final do século XIX e início do século XX, a ideia de Progresso passou a se espalhar por todo o planeta como uma religião e uma questão de bom senso, algo de que não se poderia nem se deveria fugir (CHASTEEN, 2001).

A partir de 1910, ganhou força o movimento do saneamento rural ou saneamento dos sertões (LIMA, FONSECA; HOCHMAN, 2005). Também são marcantes do período as campanhas sanitárias lideradas por figuras como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Emílio Ribas, além da implementação de códigos sanitários e a criação de instituições científicas voltadas para a pesquisa (PAIM, 2009).

No entanto, prevalecia um não-sistema de saúde, em que se diferenciavam as ações de saúde pública e a assistência médico-hospitalar, com intensa fragmentariedade: “cada parte que compunha a organização sanitária não estabelecia relações com as outras, atuando de forma estanque e com propósitos bastante diversos, às vezes fazendo as mesmas coisas” (PAIM, 2009, p. 28).

Em 1923, foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões, por meio da Lei Eloy Chaves, conferindo estatuto legal a iniciativas já executadas por organizações de trabalhadores, que visavam à garantia de pensão em casos de acidente de trabalho e doença, e

providenciavam até mesmo o estabelecimento de uma aposentadoria (REIS, ARAÚJO; CECÍLIO, 2009).

Com a Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e a emergência do Estado Novo em 1937, inaugurou-se em países como o Brasil a industrialização por substituição de importações (CHASTEEN, 2001). Foi instituída uma vasta legislação trabalhista levada adiante por Getúlio Vargas, por meio de uma relação paternalista com os trabalhadores: o governo criava sindicatos, mas proibia-lhes de organizar greves, e as reclamações dos trabalhadores deveriam ser julgadas como válidas ou não pelo próprio governo (CHASTEEN, 2001).

Sob Vargas, foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que “podem ser vistos como resposta, por parte do Estado, às lutas e reivindicações dos trabalhadores no contexto de consolidação dos processos de industrialização e urbanização brasileiros” (REIS, ARAÚJO; CECÍLIO, 2009, p. 32).

Prevalencia a divisão da saúde em dois ministérios: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), para os trabalhadores formais, considerados privilegiados dentro de um contexto de miséria e informalidade; e o Mesp (Ministério da Educação e Saúde Pública), para os trabalhadores informais, os desempregados e os mais pobres, os pré-cidadãos, naquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de cidadania regulada (LIMA, FONSECA; HOCHMAN, 2005). Era como se o país pudesse ser dividido em cidadãos de primeira e de segunda classes.

Relativamente à medicina previdenciária, os serviços foram iniciados com as CAPS (Caixas de Aposentadorias e Pensões), que foram posteriormente substituídas pelos IAPS (Institutos de Aposentadoria e Pensões) a partir de 1930, até serem fundidos sob a sigla do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), englobando os trabalhadores formais (PAIM, 2009). Coexistiam vários IAPS dos trabalhadores formais: comerciários (IAPC), bancários (IAPB), industriários (Iapi) marítimos (IAPM), servidores do Estado (Ipase), etc., até serem unificados sob a sigla do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (PAIM, 2009).

O INPS é emblemático por concretizar “o modelo assistencial hospitalocêntrico, curativista e médico-centrado, que terá uma forte presença no futuro SUS” (REIS, ARAÚJO; CECÍLIO, 2009, p. 32). Esses são os chamados “aspectos negativos na construção do SUS” (PAIM, 2018, p. 1725), em que se verifica a concentração de um modelo hegemônico no SUS até os nossos dias: um modelo que é mais centrado na doença que na saúde, no tratamento que na prevenção, no hospital que na comunidade (PAIM, 2018).

Outro problema apontado por Paim (2009) era o do desvio de recursos. Com dinheiro desviado da previdência dos trabalhadores foi construída

a Siderúrgica Nacional na ditadura Vargas; a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica e a Usina de Itaipu no período militar; e nos momentos de democracia os recursos da previdência foram utilizados na construção de Brasília (tempos de JK) e no pagamento da dívida aos bancos (governos FHC e Lula) (PAIM, 2009, p. 34).

Como vemos, inclusive durante os anos mais recentes de democracia, o dinheiro investido por trabalhadores foi desviado para favorecer o interesse de governantes, como FHC e Lula, que deram destaque para o pagamento de juros aos bancos e deixaram a saúde em plano subsidiário.

Em 1975, durante a V Conferência Nacional de Saúde, um estudo censurado pelo regime militar

indicava, só na área federal, 71 órgãos desenvolvendo ações de saúde. Se a estes forem acrescidos os organismos estaduais e municipais, além dos serviços liberais, empresariais e filantrópicos, têm-se uma ideia do tamanho do desafio da reorganização do sistema de saúde no Brasil a partir do SUS (PAIM, 2009, p. 38).

O estudo censurado pelo regime militar classificava o sistema de saúde brasileiro como “insuficiente; mal distribuído; descoordenado; inadequado; ineficiente; ineficaz” (PAIM, 2009, p. 39), características para as quais Paim (2009) ainda acrescenta: “autoritário, centralizado, corrupto e injusto” (PAIM, 2009, p. 39). Em 1975, foi sancionada a lei que criou o Sistema Nacional de Saúde, o qual “caracterizou-se pelo predomínio financeiro das instituições previdenciárias e pela hegemonia de uma burocracia técnica que atuava no sentido da mercantilização crescente da saúde” (SCOREL, NASCIMENTO; EDLER, 2005, p. 60).

Na segunda metade da década de 1970, entidades comunitárias, sindicais e profissionais passaram a construir o movimento da Reforma Sanitária Brasileira, “também conhecido como movimento sanitário ou movimento pela democratização da saúde” (PAIM, 2009, p. 40). Integrando esse movimento, estavam instituições como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) (PAIM, 2009); profissionais, como médicos e intelectuais de formação comunista, socialista e liberal (SCOREL, NASCIMENTO; EDLER, 2005). Também estiveram envolvidos no movimento da Reforma Sanitária: movimentos populares, como os das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica; as faculdades de medicina, sobretudo as ligadas a uma visão de medicina social; os partidos políticos progressistas e as

prefeituras preocupadas com o compromisso social (CARVALHO, 2013).

Em 1986, durante a VIII Conferência Nacional de Saúde, quase cinco mil participantes debateram estudos e propostas para a Reforma Sanitária Brasileira (PAIM, 2009). Tais debates deram origem à Seção II - Da Saúde, da Constituição Federal de 1988, cujos capítulos seriam depois desdobrados nas leis de criação do Sistema. Assim, o SUS nasceu por meio de lutas coletivas, implementadas pela Reforma Sanitária Brasileira e possibilitadas pelos diversos antecedentes históricos da saúde no Brasil, permitindo que se configurasse um sistema cuja ideia central é a de que todos têm direito à saúde.

#### ***4.2.5 Estado em Marx e Mészáros***

No Manifesto do Partido Comunista, publicado pela primeira vez em 1848 em Londres, Marx faz o traçado da relação entre a economia e a política desempenhada pela classe burguesa ao longo da História. Como classe “com papel eminentemente revolucionário” (MARX, 2001, p. 2), a burguesia evoluiu ao longo da História e, concomitantemente, evoluiu politicamente por meio de novas formações sociais: de comuna a república urbana, a burguesia finalmente alcançou o mercado mundial por meio da indústria, no que se refletiu a soberania sobre o Estado representativo, chegando ao ponto de Marx afirmar que “o governo moderno não é senão um comitê político para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX, 2001, p. 2).

De fato, Marx afirma que

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna; aqui, república urbana independente, ali, terceiro estado, tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno (MARX, 2001, p. 2).

No pensamento marxiano, as configurações políticas e do Estado estão atreladas às configurações econômicas da classe burguesa, de modo que é como se os dois sistemas, o econômico e o político, fizessem parte de um todo indissociável, de tal forma que o Estado se sente incapaz de “contrariar os imperativos objetivos do capital” (ANDRADE, 2012, p. 26).

O pensamento marxiano é baseado na ideia de que as classes estão em permanente luta, nas quais estão presentes interesses indissociáveis (ANDRADE, 2012). Em Marx, o

surgimento da propriedade privada passa a ideia de uma ruptura entre os interesses dos indivíduos e os interesses da comunidade (ANDRADE, 2012). A burguesia, como detentora do poder na “nossa época, a época da burguesia” (MARX, 2001, p. 2), impele a uma configuração social entre duas classes antagônicas e em disputa: a burguesia e o proletariado. O proletariado é formado por aqueles “que só podem viver se encontrarem trabalho” (MARX, 2001, p. 5). Dos homens livres dos burgos medievais surgiu o germe para a classe burguesa (MARX, 2001).

Nesse sistema burguês, pode-se encontrar que “a essência do sistema capitalista é a busca e a garantia do máximo possível da extração do trabalho excedente dos produtores” (ANDRADE, 2012, p. 19), de maneira que as noções de extração da mais-valia em prol da propagação do capital vão sendo incorporadas a todas as esferas da vida em sociedade, pois “a burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados” (MARX, 2001, p. 3).

Para Mészáros, o sistema do capital colocou na mesma lógica cega questões que vão da saúde ao comércio, da educação à agricultura, atingindo globalmente todos os aspectos da vida, de maneira que “não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema do capital globalmente dominante” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96), que é “o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível” (MÉSZÁROS, 2011, p. 97), o que acaba por causar “a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão” (MÉSZÁROS, 2011, p. 97), tanto para os trabalhadores, quanto para os capitalistas mais ricos, para quem o poder de controle no sistema do capital é “absolutamente insignificante” (MÉSZÁROS, 2011, p. 98).

Dessa maneira, o trabalho no sistema capitalista não possui a função de satisfazer as necessidades humanas vitais mais básicas (ANDRADE, 2012). Pelo contrário: deve servir à geração da mais-valia e da ampliação e reprodução do sistema do capital (ANDRADE, 2012). Com efeito,

No sistema capitalista, os capitalistas, proprietários privados dos meios de produção e de subsistência, para valorizarem o capital, compram a força de trabalho no mercado e a utilizam na produção de mercadorias. Tal utilização permite que o consumo da mercadoria força de trabalho crie valor e valor maior do que ela mesma custa; valor este que não é pago ao trabalhador, mas apropriado pelo capitalista na forma de mais-valia. Assim sendo, a relação entre capital e trabalho demonstra, por um lado, que, no modo de produção capitalista, a produção está voltada não para a satisfação das necessidades humanas vitais, mas, ao invés, para a geração da mais-

valia de modo que seja garantido o processo contínuo da acumulação de capital e, por outro lado, o lugar que os indivíduos ocupam nessa relação está subordinado à “estrutura hierárquica de comando do capital”, e aparecem como “personificações” do capital, ou do trabalho (ANDRADE, 2012, p. 18-19).

Os indivíduos, portanto, estão duplamente submetidos à lógica do capital, quer seja como tendo as horas e os trabalhos submetidos a uma lógica cujos interesses lhes são estranhos e muitas vezes contrários; quer seja porque são alocados numa esfera de inferioridade e submissão frente a este capital (ANDRADE, 2012). O trabalho, portanto, não apenas não é direcionado para atender aos interesses dos próprios trabalhadores, mas, pior do que isso, age numa lógica segundo a qual o próprio trabalhador deva se alocar numa situação submissa frente a interesses estranhos e maiores (ANDRADE, 2012).

De fato, “o sociometabolismo do capital constitui uma estrutura de organização e controle de todas as esferas da sociedade, que submete o trabalho ao seu domínio e ajusta os seres humanos às suas necessidades de produção/reprodução” (RIBEIRO, 2014, p. 27). Na imposição sutil de um lógica em que tudo deve se reduzir ao binômio lucro/ausência de lucro, os interesses dos trabalhadores acabam sendo suprimidos em favor do capital (RIBEIRO, 2014). Até mesmo a sacralidade de certas instituições, como o casamento, passaram a ser abertamente entendidas como uma relação monetária (MARX, 2001). Segundo Marx (2001, p. 3) “a burguesia rasgou o véu de sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a simples relações monetárias”.

Nesse sentido, Mészáros (2015) entende que capital, trabalho e Estado são forças intrinsecamente unidas. Para o autor, “capital, trabalho e o Estado estão profundamente interligados no todo orgânico do metabolismo social historicamente constituído. Nenhum deles pode ser derrubado sozinho, nem ser ‘reconstituído’ separadamente” (MÉSZÁROS, 2015).

Mészáros entende como o modo de produção capitalista passa a ser internalizado pelos próprios trabalhadores, de modo que eles consideram esse modo de produção como algo natural, que sempre existiu e sempre existirá, incapacitados de imaginar a configuração de uma nova sociedade (RIBEIRO, 2014). Danielle Ribeiro destaca que

Para Mészáros o papel da ideologia dominante no processo de internalização, pelos trabalhadores, dos limites e restrições objetivas do sistema do capital fica evidente quando a classe trabalhadora é levada a considerar o modo de funcionamento do sistema capitalista (suas contradições, a subordinação estrutural do trabalho ao capital, a produção crescente da miséria, etc.) como leis naturais incontestáveis (RIBEIRO, 2014, p. 50).

Nesse sentido, Mészáros (2011) analisa como os partidos verdes tentaram de certo modo reformar o sistema do capital em prol das questões ambientais. Para o autor, esses movimentos ambientais falharam nessa tentativa, na medida em que “o sistema do capital se mostrou impermeável à reforma, até mesmo de seu aspecto obviamente mais destrutivo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 95). Mészáros (2011), portanto, explicita o quanto o reformismo não apenas falhou no intento de tornar o capitalismo um sistema menos destrutivo, quanto trabalhou também no sentido de naturalizar esse sistema, de modo a passar a ideia de que o capitalismo é natural e próprio à sociedade humana, e não uma construção histórica e datada (MÉSZÁROS, 2011).

Como solução para o problema do capital, Mészáros (2011, 2015) não visualiza transformações parciais. Ao comentar sobre a democracia direta como alternativa à democracia participativa e como tentativa de diminuir o mal estar social, Mészáros (2015) não se isenta de criticar tal alternativa, pois, para o autor:

Apesar dos seus méritos relativos em comparação com a democracia representativa, a ideia da democracia direta é também muito problemática. Ao se colocar como alternativa à democracia representativa no domínio político, ela ainda está muito longe de começar a perceber a grande tarefa histórica da transformação radical do metabolismo social em sua totalidade (MÉSZÁROS, 2015).

Desse modo, Mészáros (2011, 2015) entende que tem de haver uma transformação profunda e total, e quaisquer tentativas de alterações parciais tenderão a ser necessariamente falhas. Segundo Mészáros (2011), houve um tempo em que foi possível determinados ganhos, quer seja por meio de sindicatos, quer seja por grupos parlamentares, e tais ganhos se reverteram em melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores, porque “o capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele” (MÉSZÁROS, 2011, p. 95).

Hoje, entretanto, é o período “quando a autoexpansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam” (MÉSZÁROS, 2011, p. 95), e nos deparamos com um sistema do capital em que persiste a “inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 95).

Parece lógico, portanto, que movimentos como o de Junho de 2013 no Brasil sejam encarados não como uma luta pontual por este ou aquele benefício. De fato, parece que realmente não é apenas por vinte centavos: há questões mais profundas e enraizadas, que perpassam até mesmo pela concepção de Estado e pelas relações de trabalho (MÉSZÁROS,

2015). Para Mészáros,

Esses movimentos de protesto são certamente *prelúdios* de uma necessária mudança fundamental. A magnitude dessa mudança fundamental exigida é indicada não apenas pelas demonstrações de massa que inequivocamente dizem ‘*não*’ à perpetuação de múltiplas injustiças, mas também pela subsequente expressão de simpatia e solidariedade das massas que ainda não estão nas ruas. (MÉSZÁROS, 2015).

Como vemos, Mészáros (2015), comentando os movimentos de rua que abalaram a América Latina em 2013 e 2014, percebeu que tais movimentos indicavam a necessidade de mudanças amplas e profundas, e, embora nesses movimentos não tenha sido possível vislumbrar saídas concretas nem propostas para a configuração dessa nova sociedade, já que “é sempre mais fácil dizer ‘*não*’ ao que existe de prejudicial do que elaborar uma alternativa positiva a ele” (MÉSZÁROS, 2015), o passo para entender a necessidade de mudanças totais já foi anunciado.

Não são apenas pequenas mudanças nem lutas parciais: a “tarefa que se apresenta é a da necessidade de mudança radical do sociometabolismo reprodutivo como um todo de uma ordem de *desigualdade substantiva* para outra de *igualdade substantiva*” (MÉSZÁROS, 2015).

O Estado, nesse sistema sociometabólico do capital, “se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais” (MÉSZÁROS, 2011, p. 98). O Estado aparece como complemento indispensável ao sistema sociometabólico do capital, um poder essencial para a manutenção desse sistema (MÉSZÁROS, 2011).

Com o sistema do capital estando acima das necessidades humanas mais básicas e o Estado sendo entendido como complemento indispensável e essencial do sistema sociometabólico do capital, Mészáros (2011) identifica como, hoje, o Estado de bem estar social que surgiu no pós-guerra já não tem mais lugar para o sistema do capital, e está sendo substituído por uma

“previdência social dirigida”, em que predomina “a designação atual da avaliação da rentabilidade, com suas cínicas pretensões de “eficiência econômica” e “racionalidade”, adotadas até pelo antigo adversário social-democrata sob o slogan de “novo realismo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 104).

Nesse capitalismo avançado identificado por Mészáros, até

mesmo os países mais ricos têm de oferecer sopões e outros benefícios miseráveis “para os pobres merecedores”, bastante revelador da eficiência decrescente e da insuficiência crônica do antes inquestionável método perfeito de extração do trabalho excedente [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 104)

Até os poucos benefícios extraídos em países que puderam ver montados estados de bem estar social estão agora sendo esfacelados em nome de um sistema do capital que não consegue mais permitir essa apropriação por parte dos trabalhadores (MÉSZÁROS, 2011). O Estado, então, ganha uma nova configuração, e essa configuração passa, inclusive, a pôr em questão a razão histórica a partir da qual foi construída a ideia do sistema do capital como naturalmente benéfica (MÉSZÁROS, 2011).

Identificando o Estado moderno como necessário “para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106), Mézáros (2011) entende que “a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106-107).

Mézáros (2011) identifica as contradições do sistema destacando-as em três: i) contradição entre a produção e seu controle; ii) produção e consumo adquirem independência; iii) contradição entre produção e circulação. Para o autor, a função do Estado hoje “é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital – a falta de unidade em todos os três aspectos referidos [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 107).

De acordo com Mézáros, o Estado aparece como figura indeclinável para o sistema do capital, “pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente” (MÉSZÁROS, 2011, p. 109) desse sistema, “afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente” (MÉSZÁROS, 2011, p. 109).

Relativamente às questões de trabalho, que Mézáros delimita na contradição entre produção e controle no sistema, o autor analisa que

a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica (MÉSZÁROS, 2011, p. 107-108).

Assim, o Estado age protegendo a permanência do trabalho alienado, em que produção e controle se encontram em polos opostos e contraditórios (MÉSZÁROS, 2011).

Sem a presença dessa retificação estatal no mundo do trabalho, o qual é antagonicamente estruturado, Mészáros (2011) identifica que seria impossível ao sistema do capital manter uma potencial eficiência econômica, de modo que se pode verificar a imprescindibilidade do Estado na manutenção desse trabalho alienado e desigual.

Para Marcos Del Roio, baseado nas ideias de Mészáros, “a ação do capital desorganizou a classe do trabalho em todos os aspectos” (DEL ROIO, 2014, p. 11), de maneira que “é preciso contabilizar experiências comunais e movimentos emancipatórios por todo o mundo, criar alianças que afrontem os interesses do Estado, do capital, da divisão social do trabalho” (DEL ROIO, 2014, p. 11), possibilitando efetivar a “desestabilização do sociometabolismo do capital” (DEL ROIO, 2014, p. 11).

Essa desestabilização teria como objetivo criar não apenas outro socialismo de Estado, o qual “já foi feito e falhou miseravelmente” (DEL ROIO, 2014, p. 14), mas “atualizar e empreender uma estratégia já esboçada por Marx, Lennin, Rosa, Gramsci, Luckás” (DEL ROIO, 2014, p. 14). Uma estratégia de formação de “um poder popular, que é um poder social, que subtrai as funções administrativas do poder político, que esvazia o Estado, cujas funções são assumidas pela sociedade civil” (DEL ROIO, 2014, p. 14).

Mészáros (2015) oferece a ideia de uma democracia substantiva, que

é um caso de processos decisórios vitais em *todos os domínios* e em *todos os níveis* do processo de reprodução social, com base numa *igualdade substantiva*. E isso exige a alteração radical no metabolismo social como um todo, substituindo o seu caráter alienado e a superimposição alienante de todo o processo de decisão política do Estado sobre a sociedade. Esse é o único modo em que a democracia substantiva pode adquirir e manter o seu significado (MÉSZÁROS, 2015).

Mészáros, portanto, avalia que iniciativas como democracia representativa e democracia direta não são suficientes para mexer nos pilares da ordem sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2015). É, pois, premente, para Mészáros (2015), o aparecimento de uma igualdade substantiva, que vai além da “sugestão bem-intencionada de pagar a esses delegados o mesmo que se paga aos trabalhadores de fábrica” (MÉSZÁROS, 2015).

A igualdade substantiva e a democracia substantiva, segundo Mészáros (2015), exigem decisões em todos os níveis do processo de reprodução social, e essas decisões devem estar amparadas por meio de uma sociedade substantivamente igual, uma igualdade que vai além daquela expressa em códigos ou Cartas Magnas, a exemplo do Artigo 5º da CF/88.

### 4.3 Objetivos

A pesquisa teve como ponto de partida a indagação: como os moradores da comunidade do Cajueiro (Maranguape/CE) experienciaram as políticas de distanciamento social? Iniciativas como a do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro trabalharam na tentativa de recolher, virtualmente, testemunhos das pessoas sobre o momento histórico da síndrome da Covid-19, com o objetivo de reunir “informações sobre esse período histórico a partir da ótica dos indivíduos e seu cotidiano” (AGCRJ, 2020), iniciativa importante para a formulação de “uma leitura mais abrangente desse evento” (AGCRJ, 2020).

Portanto, essa dissertação tem o objetivo geral de avaliar a política pública de distanciamento social numa comunidade afastada dos grandes centros urbanos brasileiros, a comunidade de Cajueiro, no município de Maranguape (CE). Especificamente, os objetivos são: i) refletir sobre a política de distanciamento social com uma parcela da população do Cajueiro, Maranguape-CE, num conjunto selecionado aleatoriamente que não pretende ser estatisticamente representativo da totalidade da população local; ii) compreender, junto aos habitantes do Cajueiro, impactos da política de distanciamento social no contexto cotidiano; iii) levantar, a partir das entrevistas, discussões que possibilitem refletir sobre o Estado e a capacidade de controle da propagação do vírus Sars-CoV-2.

### 4.4 Método para coleta de dados

Para o alcance desses objetivos, utilizei entrevistas semiestruturadas executadas exclusivamente por WhatsApp. As conversas foram em tempo real, em períodos do dia ou da noite, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados e a partir do esforço de que a entrevista não fosse a aplicação de um questionário, mas a busca por “uma escuta cada vez mais atenta da pessoa que fala” (KAUFMANN, 2018, p. 36). As entrevistas foram realizadas em dois momentos durante o ano de 2021: no primeiro, em conversas de texto e áudio por WhatsApp; no segundo, em ligações telefônicas de áudio, também pelo WhatsApp.

Dessa maneira, “escolhemos as plataformas que usaríamos de acordo com a familiaridade dos participantes” (FARIA, 2020), e a ferramenta de comunicação WhatsApp vem se consolidando como uma ferramenta política (DOS SANTOS SILVA, 2017). O aplicativo foi criado em 2009 e é caracterizado pela troca de mensagens instantâneas sem que seja preciso pagar pelo envio de SMS.

No Brasil, é comum que os planos de operadoras de telefonia móvel incluam o

uso do WhatsApp de forma ilimitada: é possível mandar e receber mensagens pelo aplicativo sem gastar os dados móveis. Ferramentas como Facebook, Instagram e Youtube não são ofertadas como de uso ilimitado, e por isso consomem os dados a cada imagem e texto recebido ou emitido. Desse modo, durante o mês inteiro, mesmo que os dados móveis já tenham sido completamente utilizados para aquele período, o consumidor com uso ilimitado ainda poderá utilizar o WhatsApp, mas não conseguirá mais acessar Facebook, Instagram, nem Youtube.

Com tais características, o WhatsApp vem se fortalecendo como ferramenta política, apropriada pelas pessoas para organizar protestos, fazer campanhas, promover ativismo político e social, levantar discussões, debater assuntos (DOS SANTOS SILVA, 2017). Durante a vigência da política de distanciamento social, o WhatsApp foi ainda mais usado para atividades como: comemorações de aniversário, reuniões familiares, reuniões de trabalho, reuniões entre amigos, aulas online, etc. No Cajueiro, em 2021 o leilão da igreja católica, tradicionalmente realizado em agosto como parte da comemoração do dia da padroeira local, foi realizado através de um grupo de WhatsApp.

Desse modo, “a tela é uma espécie de novo mundo que se nos oferece repentinamente um imenso universo onde uma infinidade de testemunhos e de debates de todos os tipos são facilmente acessíveis” (KAUFMANN, 2018, p. 94). Diante de uma política de distanciamento, em que os encontros físicos devem ser evitados e a distância entre as pessoas é caracterizada como uma das mais importantes ferramentas de combate a uma doença grave e letal, a pesquisa social precisou adaptar-se e ater-se às telas, passando “por significativas mudanças para se adequar às novas limitações impostas pelo distanciamento social” (FARIA, 2020).

Os testemunhos e debates oferecidos pelos meios virtuais não devem ser afastados pelo pesquisador como se sequer existissem, quando, na verdade, o que se encontra é que cada vez mais “os mundos online e offline estão conectados” (DOS SANTOS SILVA, 2017, p. 3). Encontros, debates, protestos, conversas, atos e falas online muitas vezes se transformam em encontros, debates, protestos, conversas, atos e falas offline, ou o oposto. Portanto, “seria um erro o pesquisador se privar disso” (KAUFMANN, 2018, p. 94).

#### **4.4.1 As entrevistas**

As conversas por WhatsApp foram guiadas pelo conceito de entrevista reflexiva de Heloísa Szymanski (2018) e entrevista compreensiva de Jean-Claude Kaufman (2013;

2018). Para Szymanski (2018), a entrevista é concebida como “um momento de organização de ideias e de construção de um discurso para um interlocutor” (SZYMANSKI, 2018, p. 14), permeada por “um caráter reflexivo, num intercâmbio contínuo entre os significados e o sistema de crenças e valores, perpassados pelas emoções e sentimentos dos protagonistas” (SZYMANSKI, 2018, p. 14).

Nesse conceito, os entrevistados acabam por serem instados a se colocar diante de pensamentos inéditos, tanto para o entrevistador quanto para o entrevistado, pois “o movimento reflexivo que a narração exige acaba por colocar o entrevistado diante de um pensamento organizado de uma forma inédita até para ele mesmo” (SZYMANSKI, 2018, p. 15).

Ao entrevistador, cabe a postura de sujeito ativamente envolvido nas questões: quanto mais envolvido o entrevistador se mostra, a tendência é que mais envolvido também se apresente o entrevistado (KAUFMANN, 2018). Os entrevistados são considerados “como informantes e não como elementos constitutivos de uma amostra representativa” (KAUFMANN, 2013, p. 246). A diferença entre as idades, classes, profissões, entre outras características, não são vistas como “medida comparativa entre diferentes categorias, mas uma garantia da variedade das experiências coletadas” (KAUFMANN, 2013, p. 246). Nessa pesquisa, a entrevista, portanto, foi um encontro de subjetividades.

A coleta dos dados do Capítulo 1 foi feita pelo WhatsApp com os cajueirenses Narly Andrade e Benilton Pontes, que são uma parte da minha família cajueirense, com a qual eu me abriguei em junho de 2020. Além deles, entrevistei, por WhatsApp, o agente comunitário de saúde do Cajueiro, Leandro de Lima Silva, uma das técnicas de enfermagem do posto de saúde, Iranda Luz, para confirmar dados e informações. Também por WhatsApp, realizei uma entrevista com a presidente da Associação de Moradores do Cajueiro, conhecida como Toinha Luz.

Para a escrita do Capítulo 4, entrevistei dez cajueirenses de variadas faixas etárias e profissões, a seguir especificados em pseudônimos. Os jovens adultos: Ari Ribeiro, que trabalha com alimentação, teve perdas financeiras importantes e não conseguiu o Auxílio Emergencial; Riyan Barbosa, que está iniciando a carreira como trabalhador da área de administração. Os adultos: Gumercindo Silva, trabalhador da área de transporte de passageiros; Gisela Martins, trabalhadora da área da educação; Ísis Silva, que também trabalha com educação; Cristiane Ribeiro, do ramo da alimentação, tinha três empregos antes do distanciamento e acabou ficando desempregada em 2020; Célio de Sousa, que em 2020 teve de se reestruturar profissionalmente e passou a trabalhar como comerciante. As idosas:

Dona Soraia, trabalhadora rural aposentada; Dona Arlete, vive do benefício conhecido pelo nome de LOAS; Veronika Cavalcante, funcionária governamental aposentada. A pedido dos entrevistados, os nomes usados no Capítulo 4 são fictícios.

As entrevistas foram realizadas inteiramente pelo WhatsApp, contemplando conversas em áudio e texto, ocorridas de forma síncrona. As perguntas e respostas foram realizadas de acordo com a dinâmica da comunicação e a percepção do entrevistador e dos entrevistados. Após as entrevistas, realizei a decupagem dos áudios e copiei para arquivos de texto a reunião de todas as respostas. Num segundo momento, as entrevistas foram realizadas por ligação de áudio no WhatsApp, cuja gravação foi posteriormente transformada em arquivo de texto.

Os números de telefone foram conseguidos por meio da ajuda da professora Narly Andrade, que se prontificou a conversar, por meio das redes sociais, com os moradores que ela achou que gostariam de participar da pesquisa, quer seja pela disponibilidade em responder às perguntas, quer seja pela proximidade que ela possui com o cajueirense.

Depois da primeira conversa que ela teve com os cajueirenses, ela me forneceu os números de WhatsApp dos que concordaram em participar. A partir de então eu passei a me comunicar diretamente com as pessoas a serem entrevistadas. A entrevista contemplou uma breve apresentação do entrevistador e do objeto da pesquisa, e tinha uma primeira pergunta, gravada em áudio, que era padrão para todas as entrevistas. Depois da primeira pergunta, a entrevista seguia um roteiro semi estruturado, e com isso quero dizer que eu tinha algumas perguntas que gostaria de fazer, mas nas quais não me prendia. Assim, de minha parte busquei que a conversa online fosse o mais natural possível, com liberdade de respostas e perguntas.

A segunda entrevista foi mais livre, e se configurou como uma conversa em que pedi aos entrevistados para comentar e aprofundar o conteúdo da primeira entrevista, e para falar sobre como estavam vivendo o momento atual da pandemia.

Acompanhando as entrevistas, eu escrevia um Diário de Bordo em que anotava os meus sentimentos enquanto entrevistador e enquanto afetado pela política de distanciamento. As entrevistas, portanto, não foram de modo algum despojadas de emoções. Pelo contrário, assim como os entrevistados, eu também refleti sobre o período que vivemos, sorri e chorei. A imagem de um pesquisador desapaixonado ou de um avaliador de políticas públicas distanciado e desinteressado não condiz com a concretude dessa pesquisa.

Tendo realizado essas entrevistas por meio de aparelhos eletrônicos, seguindo o distanciamento requerido pela política, posso afirmar que a comunicação em meios virtuais deixa muitos signos de fora: a ausência de uma comunicação não-verbal não é

satisfatoriamente suprida pelo uso de *emoticons* e muito menos *Stickers* de WhatsApp. As conversas por áudio também deixam de fora signos importantes: o tom da voz, transmitido pelo WhatsApp, não vem acompanhado do olhar, do toque, dos gestos. Os ruídos na comunicação são muitas vezes causados por falhas nos aparelhos de celular e falhas na rede de internet, motivos estranhos se comparados ao que ocorreria numa comunicação presencial.

Entendo que uma conversa virtual jamais será capaz de alcançar toda a potência de uma comunicação presencial. Os meios eletrônicos não são capazes de substituir a presença, o olho no olho, o cheiro, o toque, a voz escutada sem a necessidade de um aparelho eletrônico de comunicação como canal entre o emissor e o receptor.

De toda forma, as conversas foram essenciais para o levantamento de discussões e para a compreensão da política pública. Na vigência de uma política de distanciamento social, em que aniversários, festas de casamento, reuniões familiares, aulas, seminários, encontro entre amigos, ficaram todos reduzidos a comunicações mediatizadas por equipamentos eletrônicos, as entrevistas foram um meio eficaz de captar, à queima roupa, as angústias e os anseios daqueles que, como todos os brasileiros em maior ou menor grau, estão vivenciando uma política de Estado que visa ao distanciamento dos indivíduos em suas casas. Estamos vivenciando um triste momento histórico, do qual essas entrevistas podem ser concebidas como um registro.

Após realizadas as entrevistas, decupados os áudios e transformadas as perguntas e respostas em arquivos de texto, comecei a tarefa de classificar as respostas a partir de categorias. Lendo o conteúdo das respostas, pude perceber que havia pelo menos três grandes categorias principais. As três categorias de discussão levantadas foram: i) o cotidiano da política pública; ii) desinformação, pós-verdade e Covid-19; iii) Estado e combate à Covid-19.

#### **4.5 Método de análise dos dados**

A análise dos dados se deu mediante os conceitos oferecidos por Szymanski (2018) e Kaufmann (2013; 2018). De acordo com Kaufmann (2018), “durante a análise de conteúdo, a interpretação do material não é evitada, mas, ao contrário, constitui o elemento decisivo” (KAUFMANN, 2018, p. 40).

O conceito de entrevista compreensiva de Kaufmann (2018) percebe-a como “de uma riqueza profunda e de uma complexidade infinita, cuja compreensão total é estritamente impensável” (KAUFMANN, 2018, p. 40). Dessa maneira, a análise do conteúdo da entrevista

é percebida como um movimento de fatal redução, e não como uma tentativa de descortinar a verdade oculta nas respostas dos entrevistados (KAUFMANN, 2018).

A análise, então, tem como destaque os elementos: subjetividade; relevância do contexto social do entrevistado; percepção da análise como um processo, já que a entrevista está sujeita a “várias intercorrências, não é asséptica, não está sob o controle total do entrevistador” (SZYMANSKI, 2018, p. 71); registro contínuo de percepções e sentimentos do entrevistador, registrados num Diário de Bordo (ou diário de campo), o que adita um teor de reflexividade ao pesquisador.

Essa reflexividade, conforme explorada por Dowling (2006), pode ser construída com anotações em um diário, e se configura como uma atitude de atenção analítica para o papel do pesquisador (DOWLING, 2006). Essa atitude envolve a tomada de consciência daquilo que está influenciando o pesquisador, tanto os fatores internos quanto os fatores externos, ao mesmo tempo em que o pesquisador procura estar ciente da sua própria relação com o tema pesquisado e, ademais, da sua relação com os demais participantes da pesquisa (DOWLING, 2006).

Muitos dos entrevistados são cajueirenses que conheço desde longos anos, alguns tive o privilégio de conhecer no momento em que se dispuseram a participar da pesquisa. Como qualquer pessoa e como os entrevistados, eu também experienciei e vivi a política de distanciamento social. A reflexividade, portanto, permitida pela escrita do Diário de Bordo, foi um passo valioso.

Após realizadas as entrevistas, passei para a categorização, a qual “concretiza a imersão do pesquisador nos dados e a sua forma particular de agrupá-los segundo a sua compreensão” (SZYMANSKI, 2018, p. 73). Tais categorias foram utilizadas para a discussão de temas, com trechos dos depoimentos sendo usados como suporte às interpretações (SZYMANSKI, 2018). Nesse movimento, “os conceitos são emergentes e oriundos de situações concretas” (KAUFMANN, 2013, p. 247).

## 5 OS CAJUEIRENSES

### 5.1 Com direito a banda de forró

Estava tudo combinado: uma banda de forró ia tocar no velório. Seria formada por no mínimo um triangulista, um zabumbeiro e, é claro, um sanfoneiro. A cantora ou o cantor era importante, porém não essencial. Tinha de haver uma banda. Haveria de começar de manhã e seguir pela tarde adentro, as pessoas iriam dançar, contar anedotas, tomar chá de erva doce, chá de cidreira, caldo de carne moída, caldo de caridade, cachaça. Durante os meses seguintes, ou até mesmo durante os anos e décadas posteriores, ninguém conseguiria deixar de falar no acontecimento. As pessoas comentariam aquele velório que teve música, banda de forró e gente dançando.

“Achei uma insensibilidade da família ter tocado música daquele jeito em pleno velório”, diriam uns.

“Eu achei desrespeitoso”, outros comentariam.

“Foi o velho quem pediu!” - alguém esclareceria.

“Que velho apresentado aquele, com banda de forró e tudo!”

Naturalmente, estavam enganados. Vovô Airton não se considerava um velho: a palavra correta era ancião.

O meu avô foi a pessoa que mais gostou de velórios que eu já conheci. Sempre estranhei esse gosto, eu achava errado alguém gostar de velório. Antes de as empresas funerárias terem tomado conta das cidades do interior do Ceará, numa época em que os defuntos eram banhados pelos amigos, pelos familiares ou por alguém da comunidade que se dispusesse a fazer o último favor, a última lavagem; antes de termos empresas especializadas no financiamento desse serviço, cobrando dinheiro para tal, os corpos dos finados eram arranjados em caixões muitas vezes dispostos em cima de cadeiras, não haviam os suportes de ferro que hoje suspendem os esquifes. As mesmas cadeiras que depois seriam usadas para se sentar.

O morto ficava ali a noite inteira, o adequado era que se passasse pelo menos uma noite velando. Tinha que se chamar a todo instante finado Fulano, finado Beltrano. Pois o morto poderia muito bem se entender como vivo, não aceitar que estava morto e continuar por ali, pairando, atrapalhando os vivos. O morto deveria se compreender no seu novo estado. Ademais, não se podia esquecer as rezas, pelo menos um rosário deveria ser desfiado.

Os velórios eram motivo de tristeza, sim, mas também eram motivo de festa, principalmente para os amigos ou familiares que não fossem tão próximos. Servia-se muito chá, muito café, bolachas, caldo de carne e caldo de caridade, refrigerante de caju. Também se bebia cachaça, principalmente depois da meia-noite, quando as crianças já tinham deixado o recinto do velório (em geral era a sala da casa), e só restavam alguns poucos a acompanhar a última homenagem. Depois da meia noite, a conversa rolava mais solta, já saíam piadas, contavam casos da vida do defunto. As situações mais desagradáveis se tornavam histórias de fazer rir. A vida daquele que estava sendo velado era posta a limpo ali mesmo. Sim, a vida foi boa, o finado viveu mesmo. “Finado Fulano gostava da piada do...”

Meu avô era uma estrela nesses eventos. Ele amava velórios. Hoje eu entendo, antes eu não entendia, achava que era insensibilidade, coisa de gente antiga. Meu avô e sua sabedoria profunda, saber adquirido não em livros de folhas mortas, como diz David Kopenawa (2015) sobre o saber da leitura.

Meu avô por certo sonhava que ia ter um velório de rei, amigos não iam faltar. Meu avô esteve em muitos velórios, homenageou muitas pessoas. Na vez dele, meu avô não teve velório nenhum<sup>5</sup>. Os anos vão se passar e a história que vai ficar é esta: o meu avô não teve velório. Mas meu avô viveu, teve uma vida muito boa, as suas histórias me fazem rir até hoje, sozinho me lembrando. Suas piadas acompanham rodas de conversa, não morreram. Vovô, hoje eu lhe entendo.

## 5.2 A sentinela é quase uma festa

“O morto é um pretexto apenas, a sentinela é quase uma festa” (AMADO, 2010, p. 154). Na história de Jorge Amado, sentinela é uma palavra usada como sinônimo de velório, e os trabalhadores de uma roça de cacau estão velando um colega trabalhador como eles, que faleceu de choque elétrico enquanto trabalhava. O livro de Jorge Amado é repleto de denúncia social sobre a condição de morte a que estão sujeitos os trabalhadores, e a insistência deles na alegria e na vida.

Eu jamais encontrei o meu avô triste. Em nenhuma situação ele se martirizava. Era sempre contando piadas, achando graça nas coisas mais bestas, que ele tocava a vida. Ele era bem ancião, ia fazer 94 anos. Era um piadista contumaz. Sentado no alpendre da casa dele

---

<sup>5</sup> A Justiça do Ceará, em 20/3/2020, proibiu a realização de velórios de pessoas cujas mortes tenham sido causadas pela Covid-19. A determinação foi integrada à política de distanciamento do Estado (MORTOS..., 2020).

no sítio Palha, interior do município de Jaguaribe (CE), contando anedotas, histórias dos tempos mais antigos, em que a cidade de Salvador era a cidade de San Salvador e o Rio de Janeiro, a capital do Brasil.

Um repertório que incluía relatos de malandragens, espertezas, sabedorias sobre como se desviar de problemas. Um saber amplo, adquirido com a vida. Saber de quem amava conversar. Nós éramos muito diferentes em muitas coisas, até antagônicos, mas isso não foi um problema.

Fiquei sabendo pela minha avó que o último sonho dele era morrer em casa, na Palha. Pela minha mãe, nora dele, soube que ele queria que uma banda de forró tocasse no velório. Ele morreu num hospital de Jaguaribe, sem conseguir respirar, tão longe da Palha. O meu avô não teve velório.

Minha avó me disse depois que aqueles foram os piores dias da vida dela. Uma vida que não é curta: ela tem mais de 80 anos e carrega uma trajetória de vários sofrimentos, desde as secas até a perda de um filho em acidente de moto. E aqueles foram os piores dias da vida dela.

Quando o meu avô morreu eu fui avisado por telefone. Eu estava em Fortaleza e não ia haver tempo para ir até Feiticeiro (distrito de Jaguaribe) acompanhar o corpo, pois o meu avô não teve velório.

Ao invés da família reunida, das piadas, da história da vida dele sendo passada a limpo; das risadas, do choro; ao invés de ter gente suada, gente se acotovelando, gente pedindo para vê-lo por uma última vez, gente se abraçando, gente se despedindo...

O corpo do meu avô passou correndo no carro direto para o cemitério. Tudo o que eu tive foi um vídeo enviado pelo Whatsapp, em que eu podia ler de modo bem vistoso a logomarca da empresa funerária.

### **5.3 Histórias**

Certa noite, o meu avô, ainda jovem e solteiro, estava num forró numa quadra de piso de terra. Ele contava que, nessas festas, mais ou menos no meio do evento, tinha de ser feito um intervalo, quando a música e a dança ficavam suspensas para que os organizadores molhassem o chão. O intuito era diminuir a poeira que subia com a dança.

Naquela noite, ele convidou para dançar a morena mais bonita do forró, sem saber que ela já estava na mira do valentão da festa. O valente do forró, armado até a alma, vendo

que a morena aceitou o convite de vovô Airton e eles já estavam era dançando, passava perto do meu avô e dava-lhe um pisão no pé, querendo atrapalhar a dança e convidar para a desgraceira. A cada pisão, no entanto, era um pedido de desculpas. “Assim dancei a noite inteira com aquela morena, com o pé pisado e pedindo desculpas. E não teve briga”.

O meu avô me contou que deixou o Ceará para viver na cidade do Rio de Janeiro, numa viagem que durou dez dias na carroceria de um caminhão. A roupa que ele usava chegou ao Rio de Janeiro tão fedida e suja que nem para lavar serviria. Acompanhou, no Palácio do Cadete, a aglomeração e o clamor das pessoas quando Getúlio Vargas morreu em 1954. Sendo garçom na capital do país, sentia-se um desditado e só pensava em voltar para o Ceará.

Quando finalmente retornou, veio trazendo palavras. A água que pedia tinha de ser *frappé*.

“O que é água *frappé*?”

“Gelada, mas nem tanto”.

Conhecia as capitais do Brasil de cor, mesmo com mais de noventa anos de idade. Sábio, repetia que tudo era possível, só não era possível haver dois altos sem uma baixa no meio. Entrava em qualquer carro pedindo para ligar o som. A música era a que trazia consigo: um CD de instrumental de sanfona, tocado centenas de vezes.

“Ô meu, você não vai pra missa hoje? Cosma foi, mais Adão”. A história da missa de Cosma, repetida como uma fórmula, não tinha qualquer sentido lógico e explicável. Não importava muito o sentido: importava era que nos fazia aglomerar ao redor da história para rir. A felicidade era o prazer de estar junto. A insistência em viver.

Uma ou duas semanas depois que vovô Airton passou para o outro plano, eu tive um sonho. No sonho eu entrava num bar. No alto da porta do bar, uma placa escrita em letras garrafais: PARAÍSO. Lá dentro, numa mesa redonda, cercado de amigos e contando anedotas, vovô Airton bebia cachaça. Até essa noite do sonho eu não sabia se no Céu tinha cachaça - agora eu sei.

#### **5.4 Política é cotidiano**

Era final de junho de 2020, o primeiro isolamento social rígido de Fortaleza tinha passado. Estávamos desde março daquele ano vivendo o cotidiano de uma política de distanciamento de corpos no Ceará. Decidido a passar um tempo desse distanciamento no Cajueiro, fiquei completamente trancado em casa, em Fortaleza, durante duas semanas, o

período de transmissão do vírus (caso houvesse algum vírus no meu corpo). Esse período de isolamento total auto imposto era necessário para diminuir o risco de infectar outras pessoas ou de levar o vírus de Fortaleza para a comunidade.

Depois de quinze dias durante os quais eu saí de casa talvez duas vezes, e rapidamente, eu me certifiquei de que não sentia nenhum dos sintomas: dor de cabeça, tosse, febre, cansaço, desarranjo intestinal. Não sentia nada disso. Mesmo assim, era um risco, o vírus às vezes se manifesta sem que o infectado sinta coisa alguma. O mais provável, porém, era que eu não o carregava.

Mesmo numa política de distanciamento, é necessário fazer tarefas como supermercado e farmácia. No meu *lockdown* auto imposto, até mesmo dessas atividades procurei me afastar. Fiz todas as compras necessárias para passar as duas semanas sem sair de jeito nenhum. Poucas coisas me assustavam mais do que entrar em contato com alguém e infectar essa pessoa. Assim era a vida naqueles dias infernais em que a doença estava no auge.

Fui para o Cajueiro naquele junho de 2020, enquanto no noticiário o Brasil se aproximava dos 50 mil óbitos e a Covid já era a doença que mais matava brasileiros. Todos tinham medo das pessoas que moravam em Fortaleza: a cidade era uma das mais afetadas, tinha sido classificada como uma das portas de entrada do Sars-CoV-2, o número de óbitos e casos confirmados já era altíssimo. Havia uma marca de desgraça em ser fortalezense naqueles dias.

O vírus partia de Fortaleza e se espalhava pelos demais municípios, naquilo que se denominou de interiorização da doença. Nos meses seguintes, seria divulgado que a enfermidade havia entrado em terras cearenses pelo menos desde janeiro de 2020, e foi se espalhando sem que ninguém percebesse; a doença já havia atingido o interior do Estado muito antes daquele mês de junho.

A experiência de estar em distanciamento social no Cajueiro era diversa da de estar em distanciamento em Fortaleza. No Cajueiro o espaço era maior, uma casa com terreiro, plantas, animais, o muro baixo não impedia de ver a rua. As cores se reuniam em solenidade para anunciar o fim do dia. O céu era amplo. Quando o Sol esfriava, as aves voavam aglomeradas, em bandos, eram uma atração. Para onde iam? De onde vinham? As fronteiras só existem para os humanos.

De noite, o brilho das estrelas, o voo dos vagalumes incendiando a escuridão. O barulho dos grilos era uma canção de tranquilidade: apesar de o mundo se despedaçar lá fora, os grilos não abriam mão da festa incessante. O vento fazia um carinho doce, consolava. Nada disso eu tinha em Fortaleza. A quantidade de muros, construções, paredes só me permitia ver

um céu repartido, um pedacinho de céu e nada mais, um céu de presídio.

Em grandes cidades, para muitos moradores, sair de casa significa que dificilmente vai encontrar conhecidos pelo caminho, cruzar com amigos ou parentes, a não ser que tenha sido combinado. O vizinho é quase sempre um anônimo. Em comunidades como o Cajueiro, os moradores todos se conhecem por nome, filiação e história de vida. Quando você coloca os pés fora de casa está se deparando com rostos familiares, parentes, amigos de infância e colegas de trabalho. O anormal é encontrar um desconhecido: “Quem é aquele?”

Isso influencia a maneira de viver o distanciamento. Não há um modo de vivenciar essa política, mas vários modos. Numa comunidade em que todos se conhecem, muitos precisam da ajuda uns dos outros para atividades do dia a dia, e a política do “fica em casa” é muitas vezes contraposta pela assertiva: “eu não posso fechar a minha porta”. Ficar em casa pode ser encarado como um ato de egoísmo, uma individualidade que não cabe nas relações de um morador de comunidades.

Evitar o aperto de mãos também segue caminhos tortuosos: o gesto pode ser entendido como uma desconfiança daquele que se nega ao cumprimento. A Covid é deixada de lado e tudo o que o rejeitado vai pensar: “será que eu tenho cara de doente?”, “ele deve se achar melhor do que eu para se negar a apertar minha mão”, “ele acha que eu sou irresponsável e estou com Covid”. Negar um aperto de mãos pode significar perder uma amizade, arranjar uma intriga, cortar relações.

Certa tarde, estávamos em casa no Cajueiro quando chegou a notícia de um falecimento numa comunidade próxima. Como a causa da morte não era Covid, houve velório. Entretanto, diante da perspectiva de aumento de casos e de uma inevitável aglomeração, o ideal seria não ir, sobretudo pessoas do grupo de risco. “Eu não posso deixar de ir nesse velório, ela foi no velório do meu marido, me ajudou quando eu precisei e estive de luto, como eu posso faltar agora que ela precisa de mim?”

Em comunidades como o Cajueiro as relações entre os moradores são constituídas de laços fortes, pessoas que se conhecem desde sempre e convivem umas com as outras numa inevitável cotidianidade. Os acontecimentos da vida de um afetam a vida dos demais. Trancar-se em casa, não cumprimentar com um aperto de mãos, deixar de frequentar velórios são atitudes muito custosas para quem vive ali.

Houve um sacrifício para se efetivar o distanciamento, custos sociais, psicológicos e econômicos para os cajueirenses. Isso não significa que a política não deveria ter ocorrido: significa que ela foi levada adiante por brasileiras e brasileiros corajosos, abandonaram princípios e costumes, foram dilacerados nas suas relações sociais, tiveram perdas econômicas

importantes.

A política de distanciamento do governo do Ceará não vislumbrou nuances: era uma política que se pretendia uniforme para o território como um todo, como se fosse possível igualar numa só régua todos os modos de ser cearense. Para um morador de Fortaleza, é comum - e até recomendado - que, ao entrar em casa, tranque a porta com chave. No Cajueiro trancar-se à chave pode ser visto como indício de alguma falha. Como requerer que populações e modos de vida díspares efetuem uma política de distanciamento de modo idêntico? Algo não iria funcionar.

A política de distanciamento partiu da capital do Estado e se pretendeu uniforme, como se esperasse que o Ceará inteiro se transformasse de repente numa grande extensão da cidade de Fortaleza, ou melhor, numa extensão de um modo específico de ser fortalezense. As idiossincrasias de cada modo de ser e viver não foram contempladas: comunidades indígenas, quilombolas, vilas de pescadores, favelas, moradores de rua, comunidades rurais, cidades de tamanho médio, todos reduzidos a uma determinação que se pretendia unívoca.

A presidente da Associação de Moradores do Cajueiro, durante o distanciamento social, suspendeu parte das atividades. Os encontros, antes mensais, foram suspensos: muitos dos agricultores não tinham familiaridade com o uso de internet e redes sociais. Permaneceu o trabalho de entrega de presentes e lembrancinhas relacionadas a datas comemorativas.

Aos poucos, eu como presidente, ia fazendo as visitas, e entregando alguns mimos: festa das mães, eu ia nas casas, só até o portão. Eu sou do grupo de risco, eu sou diabética. Mas eu gosto muito, eu não queria deixar as pessoas desamparadas, eu ia até a casa dos sócios e ia entregando os mimos: dia das mães, dia dos pais. E agora quando deu pra gente se encontrar [sócios da associação], a gente está se encontrando, um mês sim e outro não (TOINHA, 2021).

Com o passar dos dias, os veículos de comunicação começaram a divulgar com frequência a importância das intervenções não-farmacológicas: lavar as mãos, evitar o contato com outras pessoas e passar álcool. Essas informações estão adentradas no imaginário dos cajueirenses, de maneira que os entrevistados, num momento ou outro da conversa, descreveram com facilidade o que é preciso para se evitar a infecção. O texto da política saiu do decreto e adentrou nas casas, infiltrou-se nas mentes, se espelhou nos atos e falas. O modo verbal vinha no imperativo: “fique em casa” era uma ordem ou um convite?

Desguarnecidos da presença do Estado, os cajueirenses que estavam em distanciamento viam aqueles que não se distanciavam, os que continuavam a se aglomerar e não se esquivavam de sair de casa mesmo nos momentos mais mortíferos da infecção: “Faltou

fazer valer o decreto do governador” (GUMERCINDO SILVA, 2021). Gumercindo, trabalhador da área de transporte de passageiros, tem um pai com mais de 90 anos e, para protegê-lo, se afastou dele por oito meses. Durante esses meses, quantos encontros entre pai e filho foram perdidos? Quantas conversas foram reduzidas a chamadas telefônicas? “Sinto falta daquele abraço e beijar eles [os pais] sem máscara 😭.” (GUMERCINDO SILVA, 2021).

Gumercindo perdeu Natal e Ano Novo em família, e foi por causa desse cuidado que, apesar de ter sido infectado pelo Sars-CoV-2, não colocou a vida dos pais em risco. Estava se programando para visitá-los quando gripou. “Eu deixei pra ir [para a casa dos pais] nesse final de semana agora que passou, mas apareceu essa gripe aqui em mim aí eu também não fui” (GUMERCINDO SILVA, 2021). Alguns dias depois dessa entrevista, a gripe que fez Gumercindo fazer um auto isolamento rígido provou ser o que ele suspeitava: estava com Covid-19.

Gumercindo não reclama do sacrifício, mas da falta de rigor com que foram tratados os que não se empenharam na redução do vírus e fizeram a política de distanciamento precisar se estender por tanto tempo:

Eu passo o dia todinho tendo trabalho com o pessoal querendo embarcar nos ônibus sem máscara. Às vezes embarca com a máscara, quando eu dou fé está lá sem máscara dentro do ônibus. É o dia todinho me estressando com esse tipo de coisa (GUMERCINDO SILVA, 2021).

Para Gisela Martins, cajueirense trabalhadora da educação, viver uma política de distanciamento é viver “de incertezas, medo, preocupações, estresse, angústias” (GISELA MARTINS, 2021). A vida que Gisela Martins gosta de ter é outra, bem diversa: “trabalhar, sair de casa, ver os amigos” (GISELA MARTINS, 2021), “é muito bom a gente conversar, rir, poder sair” (GISELA MARTINS, 2021). Como mora sozinha, o distanciamento para ela significou conviver consigo mesma por dias, às vezes semanas, e chegar à conclusão: “A gente tem que ter realmente o convívio com as pessoas” (GISELA MARTINS, 2021).

Acompanhada apenas de si mesma, Gisela Martins, como tantos, precisou encontrar o outro transmitido nas telas dos dispositivos eletrônicos: aumentou a frequência das conversas por aplicativos e redes sociais, passou a assistir TV com mais assiduidade. Nesses tempos, o medo era companheiro fiel, sussurrou-lhe inquietudes: “o medo que faz é você contrair a doença e não ter quem lhe socorra naquele momento” (GISELA MARTINS, 2021); “se realmente a doença...faltar ali a questão do oxigênio...aí é complicado” (GISELA

MARTINS, 2021). Nesses momentos em que o medo lhe sussurrava, a comunidade vinha e, ao final, derrubava-o, impunha-se: “eu sei que eu tenho pessoas que se eu precisar elas irão me ajudar. Eu tenho certeza disso” (GISELA MARTINS, 2021). Dominava a murmuração de ambiguidades. Triunfava:

O bom de morar onde eu moro, no Cajueiro, é que realmente você tem pessoas da infância, aqueles com quem a gente nunca perdeu o contato. Eu sei que essas pessoas, se eu disser ‘estou precisando’, eu tenho certeza que elas me estendem a mão. Mesmo com Covid! (GISELA MARTINS, 2021).

Para Ísis Silva, que trabalha com educação, o distanciamento causou danos psicológicos: "Está sendo um momento muito difícil onde não podemos socializar uns com os outros e isso meche com nosso psicológico" (ÍISIS SILVA, 2021). A cajueirense ficou “triste, abatida e com medo” (ÍISIS SILVA, 2021): o risco de perder alguém da família a qualquer momento para uma doença ainda desconhecida era uma perturbação a dividir com ela o cotidiano. Com o distanciamento, “aprendi a dar muito mais valor às pessoas que amo, e que precisamos sempre estar juntos de mãos dadas para assim encontrar apoio um no outro” (ÍISIS SILVA, 2021). Naquele momento, dar as mãos era mais um gesto negado, junto à demonstração de afeto poderia vir a doença.

Na turbulência daqueles dias, Ísis encontrou o apoio da família. Deixou a vida atribulada de trabalhos fora de casa e passou a conviver mais com os filhos e o marido. Trabalhadora da rede pública de ensino, Ísis não precisou recorrer ao Auxílio Emergencial, exercia suas funções na cozinha de casa, transformada em ambiente de trabalho improvisado, e continuou a receber a quantia integral de salário.

“A gente trabalha fora de casa, quando chega vai cuidar das coisas de casa pra depois dar atenção aos filhos, e percebi que isso não é bom” (ÍISIS SILVA, 2021). Antes do distanciamento, saía cedo pela manhã, voltava para o almoço e depois saía de novo para o trabalho. À noite, chegando em casa, uma série de tarefas domésticas lhe esperava, o tempo para a família acabava ficando para quando desse certo. “Não tínhamos muito tempo de conviver mais perto um do outro” (ÍISIS SILVA, 2021).

Durante o distanciamento, o cotidiano mudou. Como estava em casa o tempo todo, podia trabalhar, fazer as tarefas domésticas e dedicar parte do dia à convivência familiar. Foi algo inédito na vida de Ísis que a família dela estivesse toda em casa durante tantos meses. Para o filho pequeno, ter a mãe por perto o dia todo foi um momento especial. Mãe e filho passaram manhãs e tardes inteiras “brincando, contando história, fazendo atividades” (ÍISIS SILVA, 2021). Para a atarefada Ísis (2021), foi “muito prazeroso tudo isso, ver o

desenvolvimento do meu filho”. Ainda em isolamento, ela contou que estava “tendo tempo de estar com ele [o filho pequeno]. Se não fosse o isolamento estaria no trabalho e não tinha muito tempo pra ele” (ÍISIS SILVA, 2021).

Para Ari Ribeiro, que trabalha no ramo da alimentação, a política de distanciamento causou perdas econômicas relevantes. O cajueirense estava se preparando para a Páscoa, quando faz, de modo artesanal, ovos de chocolate para vender. Ari tinha adquirido todo o material para fazer os ovos, a Páscoa é um feriado que movimenta a área em que trabalha: depois do jejum da Sexta-Feira da Paixão, no Domingo de Páscoa a celebração é regada a chocolate. Em Páscoas anteriores à Covid-19, os ovos de chocolate de Ari fizeram fama na região do Cajueiro.

Com a política de distanciamento, o cajueirense não se sentiu seguro para realizar as vendas, que ele faz entregando na casa dos compradores, de uma mão para a outra. Como forma de precaução, decidiu que em 2020, ano de início da política de distanciamento, não haveria ovos de chocolate: “Não tinha noção da gravidade da doença e não queria colocar ninguém em risco” (ARI RIBEIRO, 2021). Ari é microempreendedor individual (MEI), o que o coloca no grupo daqueles que têm direito a receber o Auxílio Emergencial. No entanto, não conseguiu receber o direito.

Ari se diz injustiçado e explica: durante a política de distanciamento, colegas de profissão, vivendo, portanto, na mesma situação que ele, receberam o Auxílio. Além disso, pessoas que, segundo Ari, não se enquadravam nos requisitos do Programa, receberam o direito. O cajueirense lamentou a situação de arbitrariedade, igualmente vivida por centenas de milhares de brasileiros: “Eu realmente estava precisando [do Auxílio]” (ARI RIBEIRO, 2021).

As pessoas foram pegas de surpresa com a política de distanciamento, trabalhadores que têm o cotidiano marcado pela necessidade de fazer malabarismos com o dinheiro que ganham para cumprir com as diversas obrigações. O distanciamento anunciado pela política foi um distanciamento de corpos, não de dívidas, que continuaram a chegar com o mesmo rigor de sempre. Apesar da política do governo do Ceará, que isentou usuários de baixa renda do pagamento das contas de energia e água; a alimentação, a moradia, o lazer ainda eram necessidades (e direitos) a serem pagas com dinheiro. Tantos outros, por não se enquadrarem nos critérios do governo estadual, não tiveram direito à isenção nem ao menos das contas de água e luz.

Como ganhar dinheiro em casa? Nem todos os trabalhadores tiveram o direito ao sonho - e ao pesadelo - de transformar as próprias residências em ambiente de trabalho. O

Auxílio Emergencial foi, então, o primeiro passo básico para que pudéssemos falar de distanciamento social no Brasil. Esses trabalhadores, no entanto, não tiveram um caminho sem espinhos, e vários, como Ari, tiveram o direito negado, ficaram totalmente à deriva.

Nos primeiros dias de distanciamento, Ari Ribeiro chegou a sonhar que as pessoas se transformariam, se tornariam melhores, mais unidas; que sairíamos da pandemia como uma sociedade diferente. No entanto, quanto mais o distanciamento se prolongava, mais Ari ficava desesperançado: “Vejo que não mudou quase nada, então eu aprendi a esperar menos dos outros e fazer sempre minha parte” (ARI RIBEIRO, 2021).

Cristiane Ribeiro, irmã de Ari, também trabalha com alimentação e conta que o principal problema com o qual teve de lidar devido à política de distanciamento foi o da “questão financeira mesmo” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021). De uma hora para outra, a cajueirense se viu sem fontes de renda. Como o distanciamento pegou a todos de surpresa, para alguns foi como dormir com emprego e acordar demitido, sem dar qualquer justa causa para isso.

Antes da pandemia, eu tinha três fontes de renda, eu sou uma profissional autônoma. Então como parou o funcionamento de clínica, de academia, até de uma empresa também que eu presto serviço, parou o funcionamento de tudo isso. Nenhum conseguiu me dar assistência, mesmo tendo contrato, porque eles pararam também, ficaram no prejuízo. Eu fiquei sem nada realmente (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

De mulher batalhadora, exercendo funções em mais de um local de trabalho, correndo para dar conta das demandas, Cristiane se viu diante de uma virada abrupta: deveria trancar-se em casa, sem garantia financeira alguma. Voltou para a residência dos pais. O pai, porém, estava desempregado. Apareceu o Auxílio Emergencial, no qual Cristiane não se inscreveu de imediato: “Um dos critérios do Auxílio Emergencial era o de que não poderia ter três pessoas da mesma família” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021). Para dar chance ao irmão e ao pai, Cristiane optou por não se inscrever: “Eu não queria tirar o direito dos dois, do meu pai e do meu irmão” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Quando Ari Ribeiro teve o Auxílio negado, foi a vez de Cristiane tentar, “porque aí eu já não tiraria a vaga dele, ele já não tinha conseguido mesmo” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021). Para a felicidade de Cristiane, o Auxílio foi aprovado. “Cheguei a receber duas parcelas” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021). Na terceira parcela, que seria a derradeira (já que, de início, o programa previa o pagamento de três parcelas de 600 reais), “a última já foi cortada, já não veio” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021). Pior: Cristiane recebeu uma mensagem orientando-a a devolver os valores recebidos anteriormente: “inclusive veio uma mensagem

agora para devolver” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021). “Então eu consegui, mas não recebi três parcelas, recebi duas de 600 reais” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Mesmo para quem recebeu o Auxílio e não precisou devolver, Cristiane considera que os valores foram insuficientes. Trabalhadora do ramo da alimentação, Cristiane entende que o valor não consegue suprir a demanda básica de uma família pelo direito social, constitucionalmente previsto, a se alimentar adequadamente. “Não falo só por mim, mas tem famílias que têm cinco pessoas e uma pessoa recebeu, e acredito que isso não dá nem pra se alimentar direito” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Mesmo no distanciamento, as contas não paravam de chegar, as necessidades mais básicas ainda estavam atreladas a um pagamento em dinheiro. “Não tem como. Não tem como suprir conta, conta acumulando e ter que se alimentar. Então no meu caso eu tive o suporte da minha família, porque, se eu não tivesse, não daria” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Além das críticas ao valor insuficiente, a cajueirense entende que o programa apresentou graves falhas operacionais e conceituais.

A maneira que foi distribuída também foi muito irresponsável. Por exemplo, o meu irmão de início seguiu todos os critérios e ele teria esse direito, ele paga imposto pra caso aconteça alguma coisa assim ele teria esse benefício, e ele não conseguiu. Quando a gente vê notícias de que pessoas que não precisam receberam isso causa revolta. Então a gente viu que pessoas que precisavam realmente pra comer e pra coisas básicas, não conseguiram receber o benefício, e pessoas que não precisavam, que já tinham uma condição financeira boa, recebendo. Então, eu não acho que é suficiente a quantia e nem a maneira como foi feita, como foi distribuída, achei muito injusto (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

No meio de tantos problemas, Cristiane Ribeiro se viu apresentando episódios de ansiedade, um problema com o qual ela já havia tido de lidar antes e havia voltado durante o distanciamento. Em casa e sem trabalhar, acostumada a uma rotina em que atuava em três locais de trabalho diferentes, se sentia pressionada a produzir, mas “eu não tinha cabeça pra fazer” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021). Queria ler, produzir, realizar, fazer algo, mas não conseguia. Frustrada, ficava ainda mais ansiosa. “Foi mais até uma certa culpa por não estar conseguindo fazer, mesmo tendo muito tempo” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Com a cabeça assolada por um “turbilhão de coisas” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021), Cristiane sentia culpa. O crescente número de mortos pela Covid-19 não ajudava: “Eu ficava vendo notícia direto e muita gente morrendo e os números aumentando, aumentando, aumentando, e eu não tinha certeza se eu ia...A gente ficava com medo de pegar e acontecer o pior” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Um período marcado pelas más novas: “era muita notícia, era muita coisa, era

muita coisa ruim acontecendo na TV, no vizinho, em casa, em todo canto” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021). Sentindo-se sem forças para modificar aquilo que via e ouvia de errado, e para “preservar a minha saúde mental” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021), Cristiane optou por distanciar-se dos noticiários e das relações indesejadas. Passou a consumir o tempo com uma programação que não lhe era costumeira.

Hoje em dia eu me permito coisas que eu não me permitia, uma alienação, uma coisa bem fútil, uma coisa que me faça fugir de tudo isso, de toda notícia e de tudo o mais, e eu não vou ser uma pessoa pior por isso, uma pessoa menos informada. É só uma maneira de manter a minha paz e a minha saúde mental (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Deixou de expor a opinião nas redes sociais, de tentar convencer as pessoas do absurdo de certos posicionamentos, de bater de frente com indivíduos de opiniões insensatas e violentas. Alijou-se. “Hoje eu quero mais paz” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Para a Dona Soraia, a pandemia mudou tudo.

A gente não pode sair de casa, a gente não pode beber água no copo dos outros, não pode pegar na mão, não pode abraçar, tudo faz mal. Se encostar o dedo numa pessoa já tá com medo de estar com a pandemia. Acabou com a vida de todo mundo. Não é só a minha, é a de todo mundo (DONA SORAIA, 2021).

A cajueirense, trabalhadora rural aposentada, conta que passou a viver os dias assombrada pela enfermidade. “Quer dizer, com a minha idade, que eu já tenho 60 anos, eu nunca tinha passado por um problema desses. Um problema não só pra mim, como pro Brasil inteiro” (DONA SORAIA, 2021). Nesse momento, ao fundo do áudio do Whatsapp, alguém corrige a Dona Soraia:

- A senhora tem 70! A senhora tem 70 anos!

No que ela emenda:

- Eu já tenho 70 anos, mas nunca tinha passado por isso. Nunca!

Para a Dona Soraia, a perversidade da doença só pode ter origens malignas: “Não sei se é verdade, o pessoal fala demais, mas sei que essa tal da pandemia só pode ter vindo do inferno. Mandada por Deus não foi” (DONA SORAIA, 2021). É na fé que a Dona Soraia se apoia para acreditar que a doença um dia terá fim: “Tenho fé em Deus que tudo vai mudar. Se Deus quiser a gente vai poder ter liberdade, sair, passear. A gente vive presa dentro de casa com medo de pegar a doença” (DONA SORAIA, 2021).

Após as declarações mais irritadas, Dona Soraia parece abrandar-se, passa a ter um tom nostálgico, quase triste, quando diz:

Sinto falta de chegar e abraçar os amigos, as minhas amigas. A gente não pode abraçar mais sequer nem um filho. Até um neto da gente a gente pega pra abraçar, beija e fica com medo, que não tenha transmitido uma coisa pra ele ou ele uma coisa pra gente. Quer dizer, nós estamos vivendo num mundo que nunca vivemos. Nunca! 60 anos, 70 anos nos couros, nunca no mundo tinha passado por isso! Maior é Nosso Senhor Jesus Cristo. Tenho fé em Deus que essa pandemia vai acabar. Ninguém pode dizer: “ah, pra mim eu não tô sentindo nada!” Não é só eu, não. É todo mundo. A gente vai sentar dentro de um ônibus, se levanta, tem que correr logo pra uma pia pra lavar a mão, passar gel na mão. Uma coisa que a gente nunca passou na vida. Nunca! Pra mim é a pior seca que tá tendo, essa pandemia no meio do mundo. A maior parte [do tempo passo] isolada, que se eu sair pra um canto, mas quando chegar tem que jogar a roupa no chão, tem que botar numa máquina pra lavar, tem que tomar banho, tem que desinfetar até os calçados que calça. O negócio não é fácil, não. A gente nunca passou por isso, é muito estranho isso aí (DONA SORAIA, 2021).

Gestos simples transformados em gestos de morte. O beijo pode vir carregado da doença; o amor, o afeto, o toque podem trazer a dor, a falta de fôlego, o perecimento. A quem apelar? De que forma se livrar dessa prisão, que mastiga os dias até transformá-los em infinitos caquinhos de desgosto? Na infância, a seca expulsou a Dona Soraia da fazenda onde nasceu. Com a Covid-19, para onde fugir? O mundo inteiro se despedaça. “Não é só eu, é o mundo inteiro, o pessoal do mundo inteiro” (DONA SORAIA, 2021).

Pelo noticiário televisivo, Dona Soraia tinha um vislumbre do que ocorria, o número assombroso de mortes: “A gente assiste essas coisas na televisão, perde até sono, de tanta morte que tá acontecendo.” Para se proteger, se utiliza das medidas de lavagem das mãos, distanciamento social e reza:

Por um motivo, por causa que eu às vezes assisto o jornal até tarde, um pedacinho da novela, depois eu vou rezar. Quando eu rezo...se eu me deitar cedo eu não durmo, eu perco o sono. Depois de onze horas, doze horas, aí eu já tenho assistido a televisão, já tenho rezado muito também para que Nosso Senhor Jesus Cristo acabe com essa pandemia (DONA SORAIA, 2021).

O sono, porém, não vem fácil. Em casa, sem poder agir, Dona Soraia consome as horas da noite pensando: “A gente fica só pensando. Eu penso mais na minha família, nos meus sobrinhos, no meu filho que mora em Fortaleza, andando e trabalhando em local que já morreu gente também. Aí é difícil, viu” (DONA SORAIA, 2021). Durante o dia, tenta “mudar o sentido, fazer alguma coisa dentro de casa, inventar qualquer coisa, fazer croché, pra poder se aguentar” (DONA SORAIA, 2021). As recordações, então, servem para reconfortar. “Lembrando das brincadeiras que a gente fazia, a gente se abraçava, botava o som pra tocar. Agora a gente não pode fazer mais isso. Maiores são os poderes de Deus. Deus vai ajudar que tudo vai mudar” (DONA SORAIA, 2021).

Quando o genro pegou Covid-19, a Dona Soraia, que é vizinha da filha, ficou isolada em casa com os netos, enquanto a filha e o genro se isolavam na casa deles. A filha vinha deixar o almoço, colocava num banco para a mãe pegar. Só se viam de longe. “A minha filha vinha deixar as coisas, deixava assim num banco e voltava, que ela ficava lá cuidando dele” (DONA SORAIA, 2021). “Mas rezei muito, graças a Deus que ele se recuperou, graças a Deus” (DONA SORAIA, 2021).

Amiga de Dona Soraia, a Dona Arlete diz não ter medo do vírus. Mesmo assim, também se viu forçada a praticar o distanciamento social. Dona Arlete teve de abandonar o costume de visitar os amigos e sair de casa; os filhos, que moram em Fortaleza, suspenderam as visitas à mãe no Cajueiro. “Eles têm medo de vir aqui porque acham que se vier pode ter uma pessoa contaminada e pegar” (DONA ARLETE, 2021). Por telefone, os filhos a orientam: “eu não posso sair de casa que eles dizem logo: ‘não é pra sair, tem que ficar em casa’” (DONA ARLETE, 2021).

Dona Arlete explica: “não sou aposentada, não. É pelo LOAS. LOAS, né. É só isso aí, essa mixaria” (DONA ARLETE, 2021). O LOAS é como ficou conhecido o BPC (Benefício de Prestação Continuada), regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei nº 8.242/1993 (ZAMBONI & ROSA, 2018).

A lei garante um salário mínimo àqueles que se enquadrem nos requisitos, dentre os quais o de ser idoso com mais de 65 anos e ter baixa renda, o que é identificado como uma renda familiar abaixo de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo por membro da família (ZAMBONI & ROSA, 2018). Diferente da aposentadoria, o benefício conhecido por LOAS não é um direito previdenciário, mas assistencial (ZAMBONI & ROSA, 2018). Para ter acesso ao benefício, não é necessário ter contribuído com o INSS e não há o direito a um décimo terceiro salário (ZAMBONI & ROSA, 2018).

Impedida de fazer o que mais gosta, Dona Arlete não pode passear nem visitar os amigos. “Nem as pessoas querem vir na casa da gente, nem dão chance da gente ir na casa deles, porque eles não querem, têm medo” (DONA ARLETE, 2021). Como um pássaro numa gaiola, Dona Arlete se diz trancafiada dentro de casa. “Amanheço e anoiteço em casa” (DONA ARLETE, 2021). Apenas a amiga Dona Soraia ainda a recebe: “A única casa que eu venho é aqui na casa dessa minha amiga. Uma vez perdida que eu venho aqui. E só” (DONA ARLETE, 2021).

Quando precisa sair para comprar alguma coisa, Dona Arlete apela para amigos e vizinhos: “Não saio” (DONA ARLETE, 2021). Os dias em que passou trancada em casa deixaram como lição a tristeza, que veio acompanhada da solidão. “A lição que eu aprendi até

hoje só é tristeza, que a gente tem muito é tristeza disso. Só isso” (DONA ARLETE, 2021).

Para Veronika Cavalcante, que é funcionária pública aposentada e também atua na área da educação, a política de distanciamento trouxe impactos sociais. Habituada a frequentes atividades fora de casa, sobretudo atividades de lazer agora que está aposentada, Veronika subitamente se viu privada de tudo isso.

Teve de abandonar os diversos grupos e encontros dos quais faz parte: encontros de atletismo, reuniões presenciais com os colegas de trabalho da escola, os encontros de zumba com as mulheres, encontros para a prática do treinamento funcional. “Foram muitos, meu amigo. 😞” (VERONIKA CAVALCANTE, 2021).

Teve de deixar de lado a característica que lhe é peculiar, a exuberante sociabilidade, e passou a fazer tudo sozinha. “Eu faço as coisas só: eu pedalo só, eu caminho só, eu corro só, eu faço meus exercícios só, sabe. É diferente. O mais importante de tudo isso é a gente estar sobrevivendo” (VERONIKA CAVALCANTE, 2021). Mesmo em distanciamento, Veronika está ansiosa para compartilhar, sociabilizar.

Durante a entrevista, não são poucos os vídeos e fotos que envia: Veronika e o marido tirando frutas de uma árvore, selfies dela sorrindo, uma foto dela com uma arara azul no braço, Veronika e o filho sorrindo; vídeo do marido dela chutando uma bola em direção a uma trave, um desafio criado por eles durante o distanciamento; vídeo do marido dela num balanço de pneu, que eles mesmos instalaram numa árvore dentro do terreno da casa. “Minha vida é assim” (VERONIKA CAVALCANTE, 2021). Para ela, a criatividade é a principal ferramenta para lidar com o distanciamento.

Não falta o que fazer dentro de uma casa. Basta você ser criativo. Já faz um ano, né, que nós estamos em isolamento? Eu praticamente já estou me acostumando, praticamente já estou me acostumando, porque eu sou criativa. Eu abro a televisão, faço os meus exercícios em casa numa boa, eu tenho um espaço aqui, eu corro no meu campo. Eu não gosto de correr em círculos, mas eu tenho que fazer isso. É a maneira. Então eu tenho que ser criativa, é a maneira que eu tenho que fazer. Ou é assim ou então não é. Ou você é criativo ou então você enlouquece. Então eu já estou me acostumando (VERONIKA CAVALCANTE, 2021).

Veronika conta que passou 33 anos num trabalho que a fazia andar de casa em casa no Cajueiro. Apesar disso, se diz acostumada ao novo momento, o de estar trancada, e agradece: “Graças a Deus estou sobrevivendo” (VERONIKA CAVALCANTE, 2021). Uma miríade de atividades para preencher os dias em isolamento: “exercícios, jogo da memória, dançar, assistir filmes com o companheiro, artes, balançar no balançador, receitas de comidas diferentes” (VERONIKA CAVALCANTE, 2021).

Manda vídeos e fotos, explica como se diverte com cada um dos equipamentos montados pelos dois durante o distanciamento. “Não tem aglomeração e a gente vive de boa nesse isolamento” (VERONIKA CAVALCANTE, 2021).

No entanto, reconhece que muitos não estão tendo a mesma facilidade. Segundo Veronika, em lugares pequenos do interior do Estado, como o Cajueiro, as pessoas são acostumadas a ter a comunidade inteira como lar: “Não sei se ficou bem claro pra você, mas era assim: no interior os filhos brincavam nas casas do vizinho, não eram criados dentro de casa” (VERONIKA CAVALCANTE, 2021). Com o isolamento, houve um embate cultural: o modo de ser e habitar deveria ser completamente alterado. “Quando chegou essa questão do isolamento ficou muito difícil, porque já eram criados na rua” (VERONIKA CAVALCANTE, 2021).

As casas dos cajueirenses, então, se tornaram prisões. A amplidão da comunidade estava proibida, o território permitido era apenas o dos lares individuais. “Pra muita gente o isolamento se tornou uma prisão” (VERONIKA CAVALCANTE, 2021). O costume antigo, passado de geração em geração, de viver no meio do mundo, estava repentinamente condenado:

Antigamente os pais criavam os filhos mais no meio do mundo, num dito popular. Não criava os filhos dentro de casa não, não tinha aquele vínculo familiar, era tudo no meio do mundo. Não se criava filho dentro de casa, conversando, dialogando. Então ficou muito difícil a questão do isolamento (VERONIKA CAVALCANTE, 2021).

A cajueirense compara: “É o mesmo que dizer assim: vai pra força” (VERONIKA CAVALCANTE, 2021). Um momento difícil em que os cajueirenses tiveram de abrir mão até dos hábitos e modos de ser mais arraigados, como o de habitar a comunidade. Para Veronika, esses dias deixaram uma lição:

Somos pobres, mas felizes. O importante é ser feliz, viver o hoje. Aprendi que tudo na vida é um aprendizado, que tudo passa, cada momento deve ser vivido e

respeitado. Ter paciência e fé.  Nós vamos vencer. Deus vai estar sempre do nosso lado (VERONIKA CAVALCANTE, 2021).

Respeitar e viver o momento faz com que Veronika tenha paciência para enfrentar o passar dos dias sem reclamar nem se maldizer, tentando aprender com o tempo que lhe foi dado e adaptar-se às imposições da política pública, esperançada e grata por estar sobrevivendo. Quem também precisou de adaptação foi Ryan Barbosa. Segundo o

cajueirense, o distanciamento trouxe consigo a necessidade de se reinventar no trabalho, no que ele chama de uma “adaptação ao ‘novo’ normal” (RYAN BARBOSA, 2021).

Ryan Barbosa, que trabalha no setor administrativo de uma grande empresa, conta o percurso que percorreu junto aos altos e baixos, flexibilizações e endurecimentos, das medidas de distanciamento ao longo da pandemia.

Eu comecei, fiquei em *home office* bem no início da pandemia. Passei acho que uns 3 meses. Depois fiquei no híbrido: dias em casa, outros dias eu estava lá na empresa. E agora estou no *home office* novamente. Eu falo assim: essa questão de adaptação porque é muito complicado, você sair, você só trabalhava na fábrica, na empresa, e em casa você tem que se adaptar a tudo. Tudo: ambiente, todos os aspectos (RYAN BARBOSA, 2021).

Segundo o cajueirense, o distanciamento deixou como lição a necessidade de pensar no consumo consciente e na organização do tempo. Para ele também ficou caracterizada a importância da família. Otimista, Ryan Barbosa diz: “Acredito que a humanidade sairá mais forte do isolamento: as perdas, os sentimentos, a convivência. Mudará o modo de pensar e de agir” (RYAN BARBOSA, 2021).

Célio de Sousa trabalhava com transporte de passageiros, mas perdeu o emprego em 2020. Depois de perder o emprego, montou uma venda no Cajueiro. Não recebeu nenhum auxílio do governo e conta que considera trabalhar como ponto essencial, “o trabalho é muito importante” (CÉLIO BARBOSA, 2021). Além disso, também sente falta de “andar tranquilo, sem sentir esse medo que a gente tem de pegar esse maldito vírus novamente. Como eu já peguei. E chegar a transmitir pra alguém da família” (CÉLIO BARBOSA, 2021).

Célio conta que, durante um tempo na pandemia, lidou diretamente com pessoas infectadas ou suspeitas de estarem infectadas pelo vírus. Durante essa época, teve de ter muito cuidado para não levar a doença para casa e não contaminar parentes nem amigos. “Tinha que ir trabalhar e o cuidado foi bastante pra não ter que passar pra alguém. Mas graças a Deus deu certo, eu não passei. Peguei o vírus mas não consegui passar pra ninguém, graças a Deus” (CÉLIO BARBOSA, 2021).

Segundo Célio, o período do distanciamento foi uma época de pesadelo: “A gente tem cuidado e torce muito para que esse período de...esse pesadelo passe o mais rápido possível. Tenho fé em Deus que vai dar certo” (CÉLIO BARBOSA, 2021). Sem Auxílio e precisando trabalhar, o cotidiano de Célio se transformou no pesadelo de passar a enfermidade para aqueles com quem ele ama conviver. Como trabalhava diretamente com o transporte de infectados e suspeitos, Célio sabia do sofrimento causado pela Covid-19, sabia da importância

de se proteger e de se distanciar. Sair de casa, no entanto, foi uma necessidade que ele teve de enfrentar, um pesadelo com o qual teve de lidar diariamente, de olhos bem abertos, desassistido por um Estado inapto de lhe garantir o básico: vida e saúde.

#### ***5.4.1 Efeito da vacina***

Enfileirados numa simetria que pretendia afastá-los uns dos outros em pelo menos um metro, os fiéis, todos de máscara, acompanhavam a missa campal em comemoração à padroeira do Cajueiro, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Era noite de sábado, 14 de agosto de 2021, e o padre interrompeu o momento da saudação da paz, que integra o Rito de Comunhão, para lembrar que não haveria o costumeiro cumprimento. O abraço da paz foi retirado da programação porque, mesmo que as celebrações das igrejas estivessem aos poucos voltando, esse retorno ainda se dava com limitações: redução no número de fiéis, preferência por celebrações em espaços abertos, distanciamento do público, etc.

Pouco depois, a missa seguiu para a comunhão, um dos momentos mais solenes. Aqueles que se sentiam preparados para recebê-la, estendiam as mãos para que uma pessoa da comunidade aplicasse álcool em gel. Uma cajueirense percorreu todas as cadeiras, distribuindo álcool para aqueles que estendessem as mãos. Logo após o álcool, o padre passava depositando a hóstia nas mãos higienizadas.

Ao final da celebração, no momento dos avisos, o celebrante pediu: "Viva à comunidade do Cajueiro, terra de Dona Merandolina!" Outro cajueirense, que participava da organização da festa, disse ao microfone: "Parabéns a todos vocês que estão seguindo todos os protocolos, mantendo o distanciamento social, usando máscara, seguindo todos os protocolos. Vacina sim!" A resposta foram sonoras palmas de júbilo.

Naquele dia, o Brasil chegava à marca dos 49,5 milhões com o esquema vacinal completo contra a Covid-19, cerca de 23,39% da população (COVID..., 2021). Na televisão, na internet, nos cartazes e nas conversas os brasileiros se sentiam esperançados, torcendo para que aquele fosse o começo do fim da sindemia.

Após ter a festa da padroeira completamente online em 2020, transmitida pelo Facebook e com a presença limitada ao padre e a dois ou três acompanhantes da comunidade, os cajueirenses puderam enfim voltar à igreja em 2021. O parque, que sempre aparece nas festas da padroeira, também veio neste ano de início da vacinação no Brasil. Era possível ver o sorriso aberto das crianças rodando nos carrinhos e nos dragões, se balançando na barca, e os adultos atirando com chumbinho nas barracas de tiro ao alvo.

Com o avanço da vacinação no Ceará, a diminuição sustentada no número de internações e óbitos, as medidas de distanciamento começaram a ser relaxadas. Para os cajueirenses, as atividades diárias puderam ser aos poucos retomadas. Gumercindo Silva pede “a Deus que não volte nunca mais algo parecido, que não aconteça nada de ruim a nenhum dos nossos parentes, da nossa família. Que Deus continue nos protegendo. Foi difícil pra todo mundo, viu” (GUMERCINDO SILVA, 2021).

Ari Ribeiro conta que conseguiu um emprego no ramo da alimentação em Fortaleza. Ele deixou a casa dos pais no Cajueiro e se mudou para a sede do Maranguape. Todos os dias, faz o trajeto Maranguape/Fortaleza/Maranguape. “Nesse período do isolamento eu procurei me reinventar, porque eu passei muito tempo parado” (ARI RIBEIRO, 2021).

Cristiane Ribeiro não trabalha mais em três locais, como antes das medidas de distanciamento. A cajueirense agora trabalha num único local, em que busca manter mais foco, e diz que recebeu alta do acompanhamento psicológico que iniciou durante o período de distanciamento. Ela conta que passou por momentos sérios de crise de ansiedade, pela incerteza com o futuro diante do cenário da pandemia. Novamente trabalhando, saiu da casa dos pais no Cajueiro e está morando na sede municipal.

Gisela Martins diz se sentir vitoriosa por ter sobrevivido ao ano de 2021, e complementa: “Continuo acreditando que se eu precisar vou ter pessoas da comunidade pra me ajudar. Eu tenho aquelas pessoas com quem eu posso sempre contar” (GISELA MARTINS, 2021). A cajueirense se diz preocupada com o vírus, não se sente completamente livre: “Ainda tem as variantes, então ainda não estamos livres desse vírus” (GISELA MARTINS, 2021). E completa:

Por mais que a gente já tenha se vacinado, muita gente relaxou e já estava vivendo como se tivesse surgido realmente a cura. Mas não apareceu cura ainda. Então tem que continuar a ter todo o cuidado. E torcer para que realmente a gente consiga vencer esse vírus, que não vencemos ainda (GISELA MARTINS, 2021).

Mesmo com a volta das atividades e a retomada da economia, o Cajueiro continua a ser uma comunidade cujo ponto negativo pode ser a falta de oportunidades. “Muitas vezes precisa sair pra procurar oportunidade em outros lugares. Então a coisa ruim é isso: ter que sair” (ÍISIS SILVA, 2021). A necessidade de deixar o Cajueiro é o que impede de o local ser completo: “Eu moro ali, meus filhos nasceram ali, se criou tudo ali. Coisa ruim não existe” (DONA SORAIA, 2021).

## 5.5 Uma enxurrada de desinformação

Na televisão as notícias não são nada boas. Os âncoras do telejornal noturno pedem um minuto de silêncio: o país havia chegado a 50 mil mortos por Covid-19 durante aquele dia de junho de 2020. O Ceará era o terceiro estado mais atingido do Brasil. Ali no Cajueiro a doença parecia chegar mais perto...e mais...e mais...e mais. Vinha se infiltrando aos poucos, de um corpo a outro, passando de mão em mão. Já não se podia dizer que era coisa de grandes cidades, de vez em quando chegava a notícia: outra família do Cajueiro ou das comunidades vizinhas havia sido atingida. Sentado em frente à televisão, os olhos arregalados, um aperto no peito, o medo.

Enquanto as muriçocas me tiravam o sangue e passavam zunindo pelos meus ouvidos, uma notificação no celular me desvia a atenção: uma nova mensagem no WhatsApp. Era de um colega que eu não via há meses, mas a mensagem não tinha um tom pessoal. Era uma mensagem encaminhada, provavelmente havia sido encaminhada e reencaminhada centenas de milhares de vezes por usuários de todo o Brasil. Tentava alertar sobre o uso de máscaras. Na mensagem o meu amigo me advertia de que usar máscara poderia me deixar com câncer de pulmão.

A comunicação trazia termos técnicos apresentados em tom científico, mas, para ser atrativa, trazia uma chamada praticamente impossível de não ser lida. Sentadas lado a lado, uma senhora de máscara e uma profissional de saúde, supostamente uma médica, conversavam. A médica dizia: “Senhora, você tem câncer de pulmão.” Ao que a senhora respondia: “Mas eu nem fumo.” E a médica: “Mas você usou máscara por vários meses.”

Após o diálogo, o texto: “Todas as formas de câncer apresentam duas condições básicas: acidose e hipóxia (falta de oxigênio). Os tecidos cancerosos são ácidos, enquanto os tecidos saudáveis são alcalinos.” A mensagem prosseguia, agora com números: “Privar uma célula de 35% do oxigênio por 48 horas e ela pode se tornar cancerosa.” Ao final, o texto era assinado por Otto Heinrich Warburg, ganhador do Nobel de Medicina de 1931.

A mensagem tinha tudo para ser valiosa e verdadeira: tinha sido enviada por um amigo, apresentava dados científicos, trazia números comprovando a afirmação da ciência, era assinada por uma grande personalidade, um vencedor do prêmio Nobel. Entretanto, como se sabe, a mensagem era apenas mais uma mentira, outra das inúmeras *fake news* criadas e compartilhadas, num trabalho intensivo de constituição de um contradiscurso a tudo o que se dizia e descobria sobre o coronavírus.

Para cada nova medida e orientação de instituições como a Organização Mundial

de Saúde ou universidades, para cada nova descoberta de um cientista pesquisando sobre a Covid-19, aparecia uma mentira correspondente, para colocar em descrédito ou enfraquecer a tentativa de combater o Sars-CoV-2. Era como se o próprio vírus tivesse criado mãos e cérebro, se sentasse em frente ao computador e fizesse montagens, elaborasse textos, trabalhasse imagens, fazendo cartazes no intuito de engendrar uma realidade paralela, para que ele, o vírus, pudesse se espriar cada vez mais livremente.

Nas conversas com os cajueirenses, a falta de informação e as *fake news* foram consideradas como as principais causas para o enfraquecimento da política de distanciamento social na comunidade. Segundo Gumercindo Silva, “muitos não confiam na doença” (GUMERCINDO SILVA, 2021) e acabam atribuindo as medidas de distanciamento a mero “jogo político” (GUMERCINDO SILVA, 2021). Seguir ou não seguir as medidas de distanciamento estariam no mesmo nível e na mesma seara de seguir ou não seguir determinado político.

A intensa proliferação de mentiras coloca em descrédito até mesmo a existência do vírus. Como acreditar naquilo que não se vê? Gisela Martins diz: “De cara eu observei que muitos não acreditavam nesse vírus, até que faleceu uma pessoa da comunidade” (GISELA MARTINS, 2021), no que concorda com Ísis Silva, a qual afirma: “Muitos só passaram a acreditar quando perderam um ente querido ou pegou o vírus” (ÍISIS SILVA, 2021). Para a Dona Arlete, muitos cajueirenses não estão se dispondo a acatar a política de distanciamento “porque eles acham que isso não exista, que isso é outra doença que apareceu aí e dá em quem tem de dar e pronto” (DONA ARLETE, 2021).

Para os entrevistados, muitos cajueirenses acham que a gravidade da doença está sendo ampliada. Ari Ribeiro diz: “Eu vejo que quem começou desrespeitando o isolamento continuou. Muita gente falando que a pandemia era exagero, ainda acham o mesmo” (ARI RIBEIRO, 2021). A enxurrada de mentiras levou as pessoas a se perguntarem: “Será que isso é grave mesmo? Será que é tudo isso mesmo? Ah, a mídia está exagerando!” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Nas conversas, os cajueirenses identificaram na figura do presidente da república o grande incentivador na divulgação das mentiras e na formulação de um contradiscurso capaz de debilitar a política de distanciamento. Ari Ribeiro diz que os cajueirenses veem “líderes políticos e pessoas públicas diminuindo a gravidade da pandemia. Algumas pessoas creem nesse discurso” (ARI RIBEIRO, 2021). O cajueirense complementa atribuindo a maior responsabilidade desse descrédito ao “presidente e os seus vários apoiadores” (ARI RIBEIRO, 2021).

Cristiane Ribeiro diz que o “péssimo exemplo” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021) do presidente e apoiadores é a maior causa para que os cajueirenses desacreditem do distanciamento social.

Se a figura que era pra estar reforçando o que os profissionais de saúde estão falando, o que os cientistas estão falando, que são as pessoas que realmente deveriam ser ouvidas, porque são da área. Mas não. Ele está lá pra contrariar tudo. Principalmente os apoiadores dele, o que ele falar já é uma certeza (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Segundo a cajueirense, até mesmo hábitos já arraigados na cultura local, como o hábito de se vacinar, estão sendo colocados em xeque. Cristiane diz que durante a pandemia se viu envolta em tamanho mar de mentiras que não era mais capaz de convencer as pessoas de que elas estavam acreditando em falácias. “O que estraga muito a minha paz é principalmente apoiadores do Bolsonaro, grupos de família, grupos de não sei o quê, isso tirava a minha paz porque eu ia até o final falando, falando, tentando mostrar” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021). Após começar a se sentir psicologicamente afetada, Cristiane diz que passou a optar pelo silêncio.

Mais otimista, Veronika Cavalcante diz que essa ignorância pode ser combatida aos poucos. A cajueirense conta um exemplo vivenciado por ela numa escola pública na comunidade de Vassouras, vizinha ao Cajueiro, enquanto participava da distribuição de kits de alimentação para famílias com estudantes matriculados na rede pública de ensino municipal. A iniciativa é do governo do município de Maranguape, como forma de impulsionar as famílias a seguirem a política de distanciamento. A máscara era exigida no momento de receber os kits.

Eu estava na escola entregando os kits de alimentação para os pais, que era a merenda. Aí chegou um pai sem a máscara. Eu fui e disse assim: o senhor esqueceu a máscara, mas eu vou lhe entregar o kit. Ele foi e disse assim: “não vou colocar aquilo na minha cara não” - que é a máscara - “porque eu não sou nem bode”. Porque antes colocava um saquinho de milho pros bodes comer. Eles colocavam antigamente. Aí eu fiquei assim: assustada. Quer dizer, é a ignorância. E você não pode bater de frente. Aos poucos você vai amolecendo a ignorância das pessoas (VERONIKA CAVALCANTE, 2021).

Ryian Barbosa atribui a baixa adesão ao distanciamento social dos cajueirenses porque, segundo ele, muitos acham, erroneamente, “que o vírus não se propaga tão fácil e rápido ou que não transmite tão fácil” (RYIAN BARBOSA, 2021). Para a Dona Soraia, o vírus pode muito bem ter sido criado em laboratório a mando do próprio presidente da

república: “Não sei se é verdade, mas diz até que foi ele quem fez o vírus, criado em laboratório” (DONA SORAIA, 2021). Abarrotada de tantas mentiras que chegam pelas redes sociais, a cajueirense reforça: “A gente não sabe de onde foi que veio essa doença. Um diz que foi feita em laboratório lá pro lado do governo, do presidente do Brasil” (DONA SORAIA, 2021).

Falcão e Souza (2021) destacam como, no momento atual, “a sociedade começa a vivenciar a desconfiança, a descredibilidade, as disputas pela narrativa da verdade que permeiam a disputa pelo poder” (FALCÃO & SOUZA, 2021, p. 57). As autoras identificam que vivenciamos numa era da Pós-Verdade, em que o apelo emocional e as crenças pessoais são mais relevantes do que fatos concretos, configurando um contexto de desordem informacional. Nesse contexto, as instituições e os meios de comunicação tradicionais são colocados em descrédito. A Pós-Verdade é o período que tem como uma das suas consequências a ocorrência massiva das notícias falsas (FALCÃO & SOUZA, 2021).

Para Vasconcellos-Silva e Castiel (2020), a produção e disseminação do conhecimento com bases científicas vem sendo apropriada por terceiros. Essa apropriação apresenta conceitos embasados numa cientificidade enganosa, com finalidades “persecutórias, ingênuas, preconceituosas, alinhadas a agendas políticas, criminosas ou meramente comerciais” (VASCONCELLOS-SILVA & CASTIEL, 2020, p. 2). Essa proliferação de mentiras acaba por gerar o aniquilamento dos centros de orientação e a descrença generalizada (VASCONCELLOS-SILVA & CASTIEL, 2020).

A infodemia da Covid-19, identificada pela OMS, agrava a pandemia, isso porque “dificulta que fontes idôneas e orientações confiáveis sejam encontradas por pessoas de modo geral, por responsáveis pela tomada de decisões e por profissionais de saúde, quando precisam” (FALCÃO & SOUZA, 2021, p. 64). A infodemia é quando há um excesso de informações sobre um assunto, multiplicadas exponencialmente e em pouco tempo, o que ocorre com a pandemia da Covid-19 por meio das redes sociais, como Facebook, WhatsApp e Twitter (FALCÃO & SOUZA, 2021).

Além do mau uso das redes, as mentiras receberam o apoio especial do presidente da república: discursos, aparições públicas, pronunciamentos em cadeia nacional de rádio e televisão (FALCÃO & SOUZA, 2021). Como resultado da escalada de mentiras, o baixo índice de isolamento social em todo o país, contribuindo para que o sistema de saúde ficasse sobrecarregado (FALCÃO & SOUZA, 2021).

Vasconcelos-Silva e Castiel (2020) identificam no batalhão formado por Cambridge Analytica, o ex-presidente norte-americano Donald Trump e o presidente

brasileiro Jair Messias Bolsonaro, o grupo de exploração das narrativas falsas relacionadas à Covid-19. Fértil de interesses políticos espúrios, tal batalhão acaba “servindo a projetos autoritários de poder, contaminam e debilitam a saúde das democracias” (VASCONCELOS-SILVA & CASTIEL, 2020, p. 9).

Embora no contexto de Pós-Verdade as mentiras estejam sendo potencializadas, ocorre que, no Brasil, as mentiras contaram com o apoio privilegiado da principal autoridade pública nacional (FALCÃO & SOUZA, 2021). Por meio das mentiras, um pedaço do Estado se moveu em prol da disseminação do vírus, propagou a morte nos mais desconvizinhos lugares do país.

## **5.6 Estado e combate à Covid-19**

Os cajueirenses levantaram pontos de discussão sobre o desempenho do Estado no desenvolvimento da política de distanciamento social. A pergunta era a seguinte: Se a senhora (ou o senhor) fosse governadora (governador) do Ceará ou presidente do Brasil, faria alguma coisa de diferente nessa política de distanciamento social?

Todos responderam haver necessidade de mudanças na política pública, e os pontos levantados incluíram: i) agir com a rigidez necessária para que a política seja de fato cumprida; ii) fornecer meios para que as pessoas consigam cumpri-la; iii) investir no cuidado dos pacientes acometidos pela Covid-19, além de investir no desenvolvimento de pesquisas para o tratamento e a prevenção; iv) ter respeito pelos doentes, pela gravidade da pandemia, pelas famílias atingidas pela doença.

Tabela 4 – Caminhos apontados pelos entrevistados para correção da política

<b>Se a senhora (o senhor) fosse governadora (governador) do Ceará ou presidente do Brasil, faria alguma coisa de diferente na política de distanciamento?</b>	
<b>1) Agir com rigidez para que a política seja cumprida</b>	Fiscalizar mais e com maior rigidez o cumprimento das medidas; aplicar multas para os que desobedecessem.
<b>2) Fornecer mecanismos para que as pessoas consigam cumprir com a política</b>	Viabilizar ajuda aos mais vulneráveis; elaborar políticas que viabilizem meios financeiros para que a população cumpra o distanciamento; ajudar os trabalhadores. Também foram notadas falhas operacionais no Auxílio Emergencial, apontado como um vetor de promoção de aglomerações em plena vigência de uma política de distanciamento.
<b>3) Investir no cuidado dos enfermos, na descoberta de conhecimento para a prevenção e o tratamento do vírus</b>	Investir mais em saúde, educação e pesquisas; investir na distribuição de EPIs (equipamentos de proteção individual) e insumos para hospitais; dar maior suporte às unidades básicas de saúde.
<b>4) Respeito</b>	Respeitar a gravidade da pandemia, as famílias atingidas e as pessoas infectadas.

Fonte: elaborado pelo autor a partir das entrevistas com os moradores do Cajueiro, Maranguape (CE).

Para Gumercindo Silva (2021), “faltou fazer valer o decreto do governador”. O cajueirense identifica a falta de fiscalização para o cumprimento das medidas de distanciamento como um problema da política. O cajueirense reforça:

A gente vê em Fortaleza, a polícia em cima cobrando, pra usar máscara, fazer o afastamento social. O que eu via, de dentro de casa trancado com a minha família, era os bares abertos, funcionando - alguns, não vou dizer que eram todos, mas tinha bares funcionando. A polícia passava lá em frente e não fazia nenhuma fiscalização. Na realidade não era nem pra funcionar, naquele tempo que estava fechado tudo. O que a gente via era isso, o pessoal caminhando, fazendo caminhada sem máscara, mesmo na época em que estava tudo parado. Era isso o que eu via. A gente era tão medroso que não saía nem de dentro de casa, com medo. E via outras pessoas que não estavam nem aí, nem preocupado. O que eu achei era isso, que faltou a fiscalização, o cumprimento do decreto (GUMERCINDO SILVA, 2021).

A falta de uma fiscalização para que se efetivasse o distanciamento também é apontada por Ari Ribeiro (2021) como um dos grandes problemas dessa política no Cajueiro. O cajueirense diz: “Eu acho que o Governador até fez um bom trabalho, só faltou fiscalizar as coisas e punir quem desobedeceu o isolamento. Principalmente aqui no interior que não tinha

fiscalização” (ARI RIBEIRO, 2021).

Junto a uma fiscalização mais rigorosa, os cajueirenses cobram a aplicação de multas para aqueles que descumprissem as medidas. Segundo Ryian Barbosa (2021). “sinceramente eu acho que multas para pessoas que não usam máscaras ou que organizam movimentos festivos irregularmente” (RYIAN BARBOSA, 2021). Opinião semelhante à de Cristiane Ribeiro, que diz

No caso do governador, eu só seria mais rígida em relação às multas. Eu teria multado se a pessoa não tivesse cumprido, por exemplo, o uso de máscara. Eu acho que infelizmente às vezes precisa pegar no bolso para as pessoas seguirem da maneira que tem que ser feito (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Ryian Barbosa (2021) cobra mecanismos mais rígidos de fazer cumprir o decreto governamental, aliados a campanhas amplas de conscientização. A rigidez na fiscalização para o cumprimento das medidas deve ser seguida, segundo os cajueirenses, por mecanismos que possibilitem as pessoas a cumprirem com o distanciamento social. Os cajueirenses perceberam que a política de fechamento terminaria por prejudicar os trabalhadores, que teriam de arcar com os custos do período em que muitos empreendimentos não puderam funcionar.

Gisela Martins diz que deve ser observada “a questão das pessoas carentes, que a gente observa que muita gente ficou sem receber esse dinheiro que foi dado aí” (GISELA MARTINS, 2021). Para Ísis Silva, seria necessário “mais investimentos na saúde, educação, programas voltados para os pobres”. Segundo a Dona Arlete, com a política de distanciamento,

Quem é pobre vai ficando cada vez mais lascado mesmo. Em São Paulo, é em todo canto que a gente escuta, quando eu falo com qualquer pessoa, é todo mundo num alarme maior do mundo, o pessoal não tem dinheiro e vive assim do que fazem, do trabalho deles. Então, eles fecham tudo. Quem tem vai viver bem. E quem não tem nada? Vai pedir esmola, vai chorar e lamentar. Só isso (DONA ARLETE, 2021).

A cajueirense cobra do governador do Ceará uma política de amparo aos trabalhadores:

Logo que ele chega e diz que vai fechar para as pessoas não poderem trabalhar, não fazer nada, ele é o primeiro a chegar junto, a ajudar as pessoas. Se ele não ajuda, ele não devia fazer uma coisa dessa, que é a maior covardia do mundo que ele faz (DONA ARLETE, 2021).

Veronika Cavalcante diz que “faria um projeto pra ajudar esses trabalhadores sem prejudicar” (VERONIKA CAVALCANTE, 2021). Ryian Barbosa sugere: “Dar um suporte melhor às unidades de saúde; dar assistência aos mais necessitados” (RYAN BARBOSA, 2021). Para Célio de Sousa, a política de distanciamento acabou levando o desemprego para muitos brasileiros. Em vista disso, o cajueirense diz que “nem todo mundo consegue fazer esse isolamento correto. Não tem como” (CÉLIO DE SOUSA). Pessoas que precisam trabalhar para garantir no dia a dia o sustento de si próprio e da família, ao se isolarem em casa, seriam fatalmente atingidas pelo desemprego e pela miséria.

Célio de Sousa questionou a possibilidade e a seriedade da política de distanciamento diante do fato de que o Auxílio Emergencial, que foi criado como um dos programas a viabilizar que as pessoas praticassem o distanciamento, foi, o próprio programa, um vetor de surgimento de aglomerações. O cajueirense explica:

Pra começar, numa fila de um banco ou de uma lotérica, não tem como você fazer um isolamento correto. Certo? É uma coisa necessária de você ir naquele canto, você só vai porque é obrigatoriamente. Então, as pessoas todas em cima uns dos outros. Enquanto lá só entra de cinco em cinco, a aglomeração já tá lá fora. Quem pegar algum vírus já vai ter que pegar na fila mesmo. Então aquele isolamento lá dentro do banco não existe, se você já tá aglomerado na fila. É isso aí que geralmente a gente acaba não concordando. Isso aí é um dos pontos, que nem todo mundo consegue fazer esse isolamento correto. Não tem como (CÉLIO DE SOUSA, 2021).

Em todo o país, as imagens apresentam filas de pessoas aglomeradas nas portas dos bancos, aglomerações geradas devido ao Auxílio Emergencial. É incoerente que uma política criada para que as pessoas pratiquem o distanciamento seja uma das principais causadoras de aglomerações nas cidades brasileiras. Uma falha operacional e conceitual imensa, a causar danos para a vida e a saúde de milhares de cidadãos.

Outro ponto levantado foi o do investimento nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento de pesquisas. Cristiane Ribeiro fala da importância de reverter os cortes feitos nas bolsas de pesquisa, além da necessidade de mais investimentos em saúde, como “distribuição para os Estados de insumos, de EPIs, de qualificação, até agora com a questão da vacina” (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

O item respeito também foi destacado pelos cajueirenses, que identificaram na postura de muitos uma falta de respeito consigo mesmo, mas, principalmente, identificaram na postura do presidente da república uma postura desrespeitosa. Segundo Ísis Silva, “se fosse presidenta pensaria diferente do atual, tinha outras atitudes, como respeitar as pessoas, ser mais humano” (ÍISIS SILVA, 2021).

Cristiane Ribeiro diz que, se ela fosse a presidente da república,

Depois que começaram os casos de Covid, eu não teria minimizado a questão da doença, não teria desrespeitado as famílias como ele fez. Teria dado exemplo: andaria de máscara, não ficaria incentivando a fazerem aglomeração, como ele fez. Não iria minimizar, iria agir de uma maneira que desse resultado (CRISTIANE RIBEIRO, 2021).

Para Ari Ribeiro, “se eu fosse presidente eu não diminuiria a gravidade da pandemia e teria o mínimo de respeito com as famílias que perderam algum ente querido. Porque num momento como esse deveria deixar as discussões políticas e ideológicas de lado” (ARI RIBEIRO, 2021).

Os cajueirenses traçaram o seguinte quadro: fiscalização e rigidez para o cumprimento das medidas; amparo para que os cidadãos consigam efetivar o distanciamento social, o qual é entendido como capaz de trazer desemprego e pobreza; investimentos em infraestrutura, tratamento, pesquisas; respeito à gravidade da pandemia. Esses passos, no entanto, não foram realizados ou foram realizados apenas parcialmente pelo Estado.

O Estado brasileiro se encontra enjaulado a interesses estranhos à população. Do alto dos palácios em Brasília, o presidente da república falava na necessidade de que a economia deveria ser salva, não poderia parar (“ECONOMIA...”,2020). Que conceito é esse de economia, em que o dinheiro existe por ele mesmo? Um conceito em que o capital tem vida própria, é sujeito, e os cidadãos, meras ferramentas. Enquanto a doença avançava e matava centenas de milhares de pessoas, o que poderia e deveria ter sido feito para que as vidas fossem salvas era deixado de lado ou atendido parcialmente. Em nome de quê?

## 5.7 Palavras

Na Moçambique literária de Mia Couto, estranhas explosões fazem soldados das Tropas de Paz da ONU sumirem repentinamente. O italiano Massimo Risi é o enviado para investigar o acontecimento. Até que, certo dia, não apenas os capacetes azuis estão se evaporando, o país inteiro desaparece dentro de uma infinita cova:

Árvore: nem sombra, nem sombra. Os ossos tinham-se ido no vazio. Como a inteira paisagem, a casa, a vila, a estrada, tudo engolido pelo vácuo. Que se passara? Um homem faz um grande buraco, sim. Muitos homens fazem um buraco muito enorme. Uma cova daquela dimensão, porém, aquilo era obra da sobrenatureza (COUTO, 2005, p. 144).

Diante do insólito episódio, o enviado da ONU, amarrado a futuros já pretéritos, só sabia indagar: “Os meus relatórios!!? Onde estão os meus *files*?” (COUTO, 2005, p. 144). Decerto ele não tinha palavras melhores para usar.

A Covid-19 salientou como vivemos num mundo em morte lenta e cada vez mais acelerada: junto à crise de saúde estão as crises econômica, social, política, ambiental, de credibilidade nas instituições, etc. O surgimento de um vírus como o Sars-CoV-2 é indicativo de que a falência generalizada não está mais apenas sinalizando a emergência de uma calamidade, é a própria ocorrência da calamidade, já agora - em nosso tempo presente.

No Brasil estamos pairando com um incalculável abismo sob os pés. Palavras como: políticos, eleições, democracia, democracia representativa, voto, igualdade material e igualdade formal, Estado; parecem todas palavras falidas, nomenclaturas mortas que não conseguiram impedir que a paisagem inteira sumisse.

Vidas perdidas, histórias destruídas, famílias dilaceradas e narrativas caladas. A normalidade dos dias que antecederam o aparecimento do Sars-CoV-2 nos trouxe até aqui. É preciso ter um pensamento doente para aceitar a volta desse “normal”.

David Kopenawa, xamã yanomami, fala que

Eu não tenho velhos livros como eles, nos quais estão desenhadas as histórias dos meus antepassados. As palavras dos *xapiri* estão gravadas no meu pensamento, no mais fundo de mim. São as palavras de *Omama*. São muito antigas, mas os xamãs as renovam o tempo todo. Desde sempre, elas vêm protegendo a floresta e seus habitantes. Agora é minha vez de possuí-las. Mais tarde, elas entrarão na mente de meus filhos e genros, e depois, na dos filhos e genros deles. Então será a vez deles de fazê-las novas. Isso vai continuar pelos tempos afora, para sempre (KOPENAWA & ALBERT, 2015, p. 62).

Talvez não exista, em nossa sociedade, a capacidade de reciclar as palavras, dando novos significados a instituições como democracia, Estado, capital e trabalho. Talvez seja preciso criar novas palavras, modificar totalmente o sistema sociometabólico do capital. Procurar uma nova forma de criar um futuro. Há palavras que ainda não existem. É chegada a hora de inventá-las.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há vários conceitos de Estado, e há também os conceitos de Estado que ainda não temos e estão esperando para serem criados. Uma coisa é certa: o conceito que tivermos de Estado estará inequivocamente entrelaçado aos modos como vamos avaliar as políticas públicas concebidas e executadas por esse Estado, de maneira que a avaliação de políticas públicas interfere no modo como entendemos o Estado e vice-versa. Ao criarmos novos modos de avaliação de políticas públicas estamos, conseqüentemente, propondo alterações estruturais no próprio Estado.

Se o conceito que temos enxerga as pessoas como números, é possível, então, comparar essas pessoas às dotações numéricas que expressam uma quantia financeira. Os seres humanos, assim percebidos, estão no mesmo patamar de importância ou desimportância do dinheiro, da máquina, da fortuna, do objeto, enfim, do instrumento. Esse é o chamado Estado neoliberal, que é o conceito atualmente usado no Brasil, e no qual torna-se possível e usual o argumento, tantas e tantas vezes escutado da boca dos grandes economistas e propalado pelos veículos da grande imprensa: não há dinheiro.

Há espaço, nesse conceito de Estado, para que as pessoas, principalmente os trabalhadores, morram, morram às centenas de milhares e numa velocidade tão grande que sequer há covas individuais disponíveis, tornando necessária a tarefa mal-afortunada de abertura de valas coletivas. Mas não há espaço para investir na garantia coletiva da vida e da saúde. Colocados no mesmo patamar, pessoas e dinheiro são nivelados: até quanto é possível gastar para salvar certa quantidade de gente? Do mesmo modo: quantos podem ser deixados para morrer a fim de que uma quantidade X de investimentos não seja perdida?

Quem gostaria de sacrificar a própria vida em oferenda para evitar uma queda abrupta da bolsa de valores? Quem seria cínico o suficiente para oferecer a vida de um parente para que o PIB não caia? Posto nesses termos, ninguém agiria dessa forma, mas é isso o que fazemos quando dizemos que não havia, não há ou não haverá condições para evitar a morte de uma pessoa porque é impossível alterar a estrutura sob a qual está assentado o conceito de Estado no capitalismo. Estamos tão habituados e já internalizamos tão eficientemente a lógica absurda que parece natural que se morra e deixe morrer em nome de não ofender as finanças. Pela mesma lógica, é comum acusar de antinaturais, ou esforço de tolos, as tentativas de alterar as estruturas desse sistema.

A discussão sobre a necessidade de distanciamento social e o fechamento de empresas, indústrias, órgãos governamentais, escolas, universidades, etc., fez com que alguns

defensores do atual sistema levantassem a bandeira de que a economia não pode parar. Surgiram outros com o argumento de que a vida era mais importante do que a economia. A questão, no entanto, talvez seja: qual é o conceito de economia que estamos usando, que pode ser concebida como apartada ou contraposta à vida? Só pode ser uma economia amarrada a interesses estranhos às pessoas e submetida a uma lógica turva.

Por um lado, o governo estadual do Ceará seguiu os protocolos de órgãos e instituições na tentativa de conter o vírus, e mesmo assim falhou em muitos quesitos e foi incompleto em outros tantos, porque muitas das medidas contrariavam os interesses do sistema do capital: quer seja porque, pela lógica mortífera, não seria possível garantir aos trabalhadores o básico para que conseguissem se proteger do vírus (como, por exemplo, redes socioeconômicas de proteção, e não apenas o que foi ofertado pelo Auxílio Emergencial); quer porque não haveria meios de engendrar uma fiscalização em todos os lugares (onde o Estado ainda sequer chegou ou existe num formato mínimo do mínimo); quer porque não seria possível - ou interessante - investir em saúde, educação e pesquisa para nos livrar da doença (investimentos para dirimir permanentemente o problema da falta de leitos, de equipamentos e de profissionais no SUS, por exemplo); quer seja porque não conseguimos modificar a estrutura de desigualdade sob a qual está assentada a sociedade.

Por outro lado, o chefe do Poder Executivo Federal se empenhou - e obteve um êxito extraordinário - em difundir o vírus para todos os lugares, de todos os meios imagináveis, de maneira a infectar o maior número de brasileiros o mais rápido possível. E daí que vão morrer tantos? Vão ficar chorando até quando mesmo? No Brasil, o vírus se tornou um aliado político, contou com o apoio anômalo da maior autoridade pública do país. O chefe do Poder Executivo Federal fez isso e continuou a ocupar a vaga de presidente da república.

A avaliação de políticas públicas que não queira estar nessa lógica de morte procura, então, trilhar outros caminhos. A busca por esses outros caminhos, ditos contra-hegemônicos porque se contrapõem à avaliação dominante, que é a positivista, é uma busca obstinada e já abriu várias sendas. Dentre as quais cito a avaliação experiencialista de Lejano (2012), a avaliação em profundidade de Rodrigues (2016) e a avaliação rizomática de Citó e Cavalcante Jr. (2020).

São avaliações em que as pessoas são pessoas, e não números. Diante da tamanha incongruência em que vivemos, a premissa de que pessoas são pessoas pode parecer radical ao ponto de desestruturar a concepção de Estado vigente, ou até mesmo de ultrapassar a necessidade da existência desse Estado. De todo modo, daqui da cova onde agora pairamos, há de resistir a faculdade de sonhar, de criar novos futuros, vislumbrar novas realidades,

nomear novos conceitos e inventar palavras novas.

Para que jamais nos esqueçamos: o Sars-CoV-2 não agiu sozinho. Mãos, falas, atos e omissões humanas o ajudaram em todos os passos. No cerne dessa ajuda, a característica do Estado neoliberal de atender os interesses do capital, mesmo que, para isso, a vida das pessoas seja colocada como imolação à divindade do dinheiro. Estamos diante de uma das maiores tragédias já registradas na história nacional, uma tragédia gerada e gerida pela política, socialmente construída e, quiçá, possa ser socialmente ultrapassada.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz *et al.* Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública** [online]. 2020, v. 54, n. 4, pp. 663-677. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200354x>. Epub 28 Ago 2020. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200354>. Acesso em 5 ago. 2021.
- AFONSO, Nathália. É antigo vídeo de Drauzio Varella minimizando isolamento contra novo coronavírus. **Yahoo! Notícias**, 23/3/2020. Disponível em [https://esportes.yahoo.com/noticias/ricardo-salles-drauzio-varella-coronavirus-133926549.html?guccounter=1&guce\\_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xILmNvbS8&gucce\\_referrer\\_sig=AQAAANo7\\_YPzH14ZxjSN-9ZiLxwcS6D8WX0Xw9iTvdFjzMKLyUR4m0-pigWqrhvi0\\_oFH\\_bnHDbyrk7oNsU5ZPprL2J2LWGmBcJM11UAU26lbgYZ9xew04KQFz6dV8sH5YI5J9Dix3kc8z2MBRJvc\\_ymCGFJiCaP13Rg3ZwIxuecK-h](https://esportes.yahoo.com/noticias/ricardo-salles-drauzio-varella-coronavirus-133926549.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xILmNvbS8&gucce_referrer_sig=AQAAANo7_YPzH14ZxjSN-9ZiLxwcS6D8WX0Xw9iTvdFjzMKLyUR4m0-pigWqrhvi0_oFH_bnHDbyrk7oNsU5ZPprL2J2LWGmBcJM11UAU26lbgYZ9xew04KQFz6dV8sH5YI5J9Dix3kc8z2MBRJvc_ymCGFJiCaP13Rg3ZwIxuecK-h) Acesso em 18 ago. 2021.
- ALMEIDA, Garces *et al.* Isolamento social rígido durante a pandemia de COVID-19 em um estado do nordeste brasileiro. **Acta Paul Enferm.** 2021;34:eAPE02531. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ape/a/38NvCBqz5ywXFBN8HntJBxG/?format=pdf&lang=pt> Acesso 18 ago 2021.
- ALVES, Cândice Lisbôa. Lei 13.979/2020: o embate político e sanitário acerca das políticas de isolamento e distanciamento social em contraposição à retomada das atividades laborativas. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia**, MG. v. 48 | n. 1 | pp. 458-462 | jan./jul. 2020 | ISSN 2178-0498 Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/55501> Acesso em 18 ago. 2021.
- AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras; 1ª edição, 2010. 360p. (e-livro).
- AMADO, Jorge. **Tieta do Agreste**. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 1ª edição, 2009 (e-livro).
- ANDRADE, Fabiano. Teich deixa o Ministério da Saúde antes de completar um mês no cargo e após divergir de Bolsonaro. **G1**. 15/05/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/teich-deixa-o-ministerio-da-saude-antes-de-completar-um-mes-no-cargo.ghtml> Acesso em 14 set. 2020.
- ANDRADE, Mariana Alves de. De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do Capital. In: PANIAGO, M. Cristina (Org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo, SP. Instituto Lukás, 2012.
- ANDRÉ, Natália. Pazuello diz que, antes do cargo no governo, não sabia o que era o SUS. **CNN**, 7/10/2020. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pazuello-diz-que-antes-de-cargo-no-governo-nao-sabia-o-que-era-o-sus/> Acesso em 28 set. 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Coleção Pandemia Capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2020 (e-livro).

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Regulamento Sanitário Internacional RSI-2005**. Versão em português aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo 395/2009. 1ª edição, 2009. Disponível em <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/regulamento-sanitario-internacional/arquivos/7181json-file-1> Acesso em 14 set. 2020.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). Testemunhos do isolamento. **Prefeitura do Rio de Janeiro**, 2020. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/testemunhos-do-isolamento> Acesso em 9 jul. 2020.

ARRUDA, Dyego de Oliveira & SANTOS, Caroline Oliveira. As políticas públicas e os corpos subalternizados em tempos de pandemia: reflexões a partir da implementação do auxílio emergencial no Brasil. **Ciências Sociais Unisinos**, 56(2):143-154, maio/agosto 2020. Unisinos - doi: 10.4013/csu.2020.56.2.03. Disponível [http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2020.56.2.03/60748099](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2020.56.2.03/60748099) Acesso 1 set. 2021.

BOLSONARO DIZ que cloroquina teria salvado vidas perdidas na pandemia. **R7**, 24/8/2020. Disponível em <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-diz-que-cloroquina-teria-salvado-vidas-perdidas-na-pandemia-24082020> Acesso em 21 set. 2021.

BOLSONARO IGNORA orientação e tem contato com 272 pessoas em ato. **Metrópoles**, 16/3/2020. Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-ignora-orientacao-e-tem-contato-com-272-pessoas-em-ato> Acesso em 13 ago. 2021.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, n. 34, nov. 2013. p. 51-61. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf#page=52> Acesso em 21 set. 2021.

BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/899> Acesso em 6 out. 2021.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 30 ago. 2021.

BRASIL. **Lei 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm) Acesso em 30 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto N. 7.616**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7616.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7616.htm) Acesso em 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério de Saúde. **Portaria N. 188**, de 3 de fevereiro de 2020a. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388> Acesso em 09 set. 2020.

BRASIL. **Lei 13.979** de 6 de fevereiro de 2020b. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#view](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#view) Acesso em 05 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 356** de 11 de março de 2020c. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20356-20-MS.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20356-20-MS.htm) Acesso em 05 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**. Volume 51 - Versão 2. 16/01/2020d. Disponível em <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/janeiro/15/Boletim-epidemiologico-SVS-01.pdf> Acesso em 05 ago. 2021.

BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; DE MENEZES, J. S. B. A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: Lutas e resistências. **SER Social**, [S. l.], v. 22, n. 46, p. 191–209, 2020. DOI: 10.26512/ser\_social.v22i46.25630. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/25630](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25630) Acesso em: 23 set. 2021.

C4NE. Consórcio Nordeste: Comitê Científico de Combate ao Coronavírus. **Boletim 19**, Nordeste, 26 de agosto de 2021. Disponível em <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/08/2021-08-26-Boletim-19-2.pdf> Acesso em 16/9/2021.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estud. av.**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 209-224, ago. 2020. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142020000200209&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200209&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 13 jul. 2020.

CARDOSO, Antonio; UCHOA, Nívia; STILLE, Tiago. Proposta do Governo do Ceará que transforma Vale Gás Social em política permanente é aprovada na Assembleia, 1/9/2021. **Portal do Governo do Estado do Ceará**. Disponível em <https://www.ceara.gov.br/2021/09/01/proposta-do-governo-do-ceara-que-transforma-vale-gas-social-em-politica-permanente-e-aprovada-na-assembleia/> Acesso em 10 set. 2021.

CARTHAUS, Anna. Coronavírus: o que é o número de reprodução R? **Uol**. 12/05/2020. Disponível em <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/deutsche-welle/2020/05/12/coronavirus-o-que-e-o-numero-de-reproducao-r.htm#:~:texto%20n%C3%BAmero%20efetivo%20de%20reprodu%C3%A7%C3%A3o,e%20o%20v%C3%ADris%20se%20dissemina>. Acesso em 25

ago. 2020.

CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. C. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017) In: **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. 1a. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2018, p. 19-57.

CARVALHO, Gilson. A saúde pública no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 7-26, 2013 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142013000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000200002&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 mar. 2020.

CASTRO, Regina. Observatório Covid-19 aponta maior colapso sanitário e hospitalar da história do Brasil. **Portal Fiocruz**, 17/3/2021. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/observatorio-covid-19-aponta-maior-colapso-sanitario-e-hospitalar-da-historia-do-brasil> Acesso em 23 set. 2021.

CEARÁ. Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. **Nota Técnica Novo Coronavírus (2019-nCoV)**. 29/01/2020a. Disponível em [https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/nota\\_tecnica\\_nCoV\\_-29\\_01\\_2020\\_v2.pdf](https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/nota_tecnica_nCoV_-29_01_2020_v2.pdf) Acesso em 31 ago. 2020.

CEARÁ. **Decreto N.º 33.519**, de 19 de março de 2020b. Intensifica as medidas para enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus. Diário Oficial do Estado, série 3, ano XII, N.º 056. Fortaleza, 19 de março de 2020b.

CEARÁ. **Portal do Governo do Estado do Ceará**. Coronavírus. Pronunciamentos oficiais do governo do Ceará. Governador Camilo Santana anuncia novas medidas de enfrentamento ao coronavírus no Ceará, 29/3/2020c. Disponível em <https://coronavirus.ceara.gov.br/aovivo/> Acesso em 18 ago. 2021.

CEARÁ. **Decreto N.º 33.574**, de 5 de maio de 2020d. Institui, no município de Fortaleza, a política de isolamento social rígido como medida de enfrentamento à Covid-19, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, série 3, ano XII, N.º 091. Fortaleza, 5 de maio de 2020d.

CEARÁ. **Plano Estadual de Contingência para Resposta às Emergências em Saúde Pública: Novo Coronavírus (2019-nCoV)**. Secretaria da Saúde, Governo do Estado do Ceará, fevereiro de 2020e. Disponível em [https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/02/plano\\_estadual\\_contigencia\\_corona\\_virus\\_2020.pdf](https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/02/plano_estadual_contigencia_corona_virus_2020.pdf) Acesso em 18 ago. 2021.

CEARÁ. **Decreto N.º 33.510**, de 16 de março de 2020f. Decreta situação de emergência em saúde e dispõe sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. Diário Oficial do Estado, série 3, ano XII, N.º 053. Fortaleza, 16 de março de 2020f.

CEARÁ. **Decreto N.º 33.965**, de 4 de março de 2021a. Restabelece, no município de Fortaleza, a política de isolamento social rígido como medida de enfrentamento à covid – 19, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, série 3, ano XIII, N.º 052. Fortaleza, 4 de março de 2021a.

CEARÁ. **Decreto N.º 33.980**, de 12 de março de 2021b. Amplia o isolamento social rígido para todos os municípios do Estado do Ceará, como medida necessária para enfrentamento da Covid-19, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, série 3, ano XIII, N.º 059. Fortaleza, 12 de março de 2021b.

CEARÁ. Ações de apoio às famílias cearenses. **Portal do Governo do Estado do Ceará**, 2021c. Disponível em <https://www.ceara.gov.br/acoes-de-apoio-as-familias-cearenses/> Acesso em 18 ago. 2021.

CEBES *et al.* **Covid 19 nas periferias urbanas, favelas e grupos sociais vulneráveis: Proposta de estratégias de ação.** 2020. Disponível em: <http://forumreformaurbana.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Documento-pol%C3%ADtico-unificado-vFINAL-3.pdf> Acesso em 9 jul. 2020.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo.** Editora Campus, 2001.

CHINESE officials investigate cause of pneumonia outbreak in Wuhan. **Reuters**, 31/12/2019. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-china-health-pneumonia-idUSKBN1YZ0GP> Acesso em 4 ago. 2021.

CITÓ, Renan Brasil Cavalcante & CAVALCANTE JR., Francisco Silva. Intensidades públicas na cartografia infinita: apontamentos de avaliação rizomática de políticas públicas. CAVALCANTE JR., Francisco Silva (Org.). **Infinito e Escrita Experimental.** Editora CRV. Curitiba, PR, 2020.

CITÓ, Renan Brasil Cavalcante. **Nós temos o poder de carismatizar o Estado: avaliação da parceria entre sociedade civil e Estado em uma experiência de saúde mental comunitária de Fortaleza.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

COIMBRA, Mayra Regina & CARVALHO, Willian José de. Uma análise das estratégias argumentativas nos pronunciamentos oficiais de Bolsonaro. **Intercom**, 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020. Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2016-1.pdf> Acesso 13/8/2021.

CONASS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Sesa divulga nota técnica para orientar profissionais sobre novo coronavírus.** 30/01/2020. Disponível em <https://www.conass.org.br/sesa-divulga-nota-tecnica-para-orientar-profissionais-sobre-novo-coronavirus/> Acesso em 08 set. 2020.

CORACCINI, Raphael. Exagera no álcool em gel? Risco de contágio não compensa esforço. **CNN Brasil**, 05/02/2021. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/preocupacao-com-limpeza-de-objetos-desperdica-esforcos-contra-virus-diz-estudo/> Acesso em 08 set. 2021.

CORONAVÍRUS: Bolsonaro pede união e diz que momento não é para pânico. **Uol**. 06/03/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/06/coronavirus-bolsonaro-pronunciamento-em.htm> Acesso em 23

set. 2020.

CORONAVÍRUS: O QUE DIZ modelo matemático que levou Reino Unido a mudar radicalmente combate à covid-19. **Terra**, 19/3/2020. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/coronavirus-o-que-diz-modelo-matematico-que-levou-reino-unido-a-mudar-radicalmente-combate-a-covid-19,1a2840f8842dd659c567a6aed6aca18fw0tr6uel.html> Acesso em 21 set. 2020.

COUTO, Mia. **O último voo do flamingo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1ª edição, fevereiro de 2005 (e-livro).

COVID: 49,5 milhões de brasileiros completam vacinação, 23,39% da população. **Uol**, 14/8/2021. Disponível em <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/08/14/vacinacao-covid-19-coronavirus-14-de-agosto.htm> Acesso em 28 nov. 2021.

CRUZ, Danielle Maia. Enfoques contra-hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas. **Revista AVAL**. Janeiro-junho, 2019. Vol. 1. N. 15. Disponível em [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49615/1/2019\\_art\\_dmcruz.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49615/1/2019_art_dmcruz.pdf) Acesso em 21 set. 2021.

CYRANOSKI, David. Profile of a killer: the complex biology powering the coronavirus pandemic. **Nature** 581, 22-26 (2020) doi: <https://doi.org/10.1038/d41586-020-01315-7> 04 May 2020. Acesso em 8 set. 2020.

DE SOUZA MORAES, Carlos Antonio; DOS SANTOS, Cristiane Medeiros; BOTELHO, Thaynara Moreira. Elementos para análise do desfinanciamento do SUS em Temer e Bolsonaro. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2020. Disponível <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33337> Acesso em 23 set. 2021.

DEL ROIO, Marcos. Prefácio. In: RIBEIRO, Danielle. **Estado e Capital em István Mészáros**. Editora UNESP, 2014. São Paulo, SP. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126221/ISBN9788579835742.pdf;sequence=1> Acesso em 12 fev. 2020.

DEMENECH, Lauro Miranda *et al.* Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online]. 2020, v. 23, e200095. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200095> ISSN 1980-5497. Acesso em 1 set. 2021.

DI BLASI, Erica. Italians over 80 'will be left to die' as country overwhelmed by coronavirus. **The Telegraph**. 14/03/2020. Disponível em <https://www.telegraph.co.uk/news/2020/03/14/italians-80-will-left-die-country-overwhelmed-coronavirus/> Acesso em 9 set. 2020.

DIAS, Carlos Henrique & RIBEIRO JR., Eduardo. 'Já mandei cancelar', diz Bolsonaro sobre protocolo de intenções de vacina do Instituto Butantan em parceria com farmacêutica chinesa. **G1**, 22/10/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2020/10/21/ja-mande-cancelar-diz-bolsonaro-sobre-protocolo-de-intencoes->

de-vacina-do-instituto-butantan-em-parceria-com-farmaceutica-chinesa.ghhtml Acesso em 16 ago. 2021.

DIAS, Joana Angélica Andrade *et al.* Reflexões sobre distanciamento, isolamento social e quarentena como medidas preventivas da Covid-19. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, 2020; 10: e 3795. Disponível em <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/3795> . DOI: <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v10i0.3795> Acesso em 20 set. 2021

DICKENS, Charles. **Tempos difíceis**. São Paulo, SP: Editora Boitempo, dezembro de 2014. 1ª Edição. 359p. (e-livro)

DOS SANTOS SILVA, Sérgio Barbosa. A vez do WhatsApp: novos espaços da política. **III Congresso Internacional do OBSERVARE** (Observatório de Relações Exteriores). 17, 18, 19 de maio de 2017. Fundação Gulbekian. Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal. Disponível em [http://observare.ual.pt/conference/images/congresso\\_2017/Acta\\_IIICongresso\\_SergioBarbosa.pdf](http://observare.ual.pt/conference/images/congresso_2017/Acta_IIICongresso_SergioBarbosa.pdf) Acesso em 7 out. 2021.

DOWLING, M. Approaches to reflexivity in qualitative research. **Nurse Res.** 2006;13(3):7-21. doi: 10.7748/nr2006.04.13.3.7.c5975. PMID: 16594366.

“ECONOMIA não pode parar”, diz Bolsonaro ao setor produtivo brasileiro. **Presidência da República**, 20/3/2020. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/economia-nao-pode-parar-diz-bolsonaro-ao-setor-produtivo-brasileiro> Acesso em 26 nov. 2021.

EM CAMPANHA, Bolsonaro citou ‘canetada’ para tirar médicos cubanos do país. **Poder 360**. 15/11/2018. Disponível em <https://www.poder360.com.br/governo/em-campanha-bolsonaro-citou-canetada-para-tirar-medicos-cubanos-do-pais/> Acesso em 14 dez. 2020.

EM PRONUNCIAMENTO na TV, Bolsonaro muda o tom e não critica o isolamento social. **G1**, 31/3/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/31/em-pronunciamento-na-tv-bolsonaro-muda-o-tom-e-nao-critica-o-isolamento-social.ghhtml> Acesso em 8 ago. 2021.

ESCOREL, Sarah; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; EDLER, Flavio Coelho. As Origens da Reforma Sanitária e do SUS. In: LIMA, Nísia Trindade *et al.* (org.). **Saúde e Democracia: História e Perspectivas do SUS**. Editora Fiocruz, 2005. Rio de Janeiro, RJ. 504p.

FALCÃO, Paula & SOUZA, Aline Batista de. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 55-71, jan./mar. 2021. e-ISSN 1981-6278. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/47085/2/2219-9461-1-PB.pdf> Acesso em 11 nov. 2021.

FAMED. Universidade Federal do Ceará. Comitê de Enfrentamento à Covid-19. **Nota Técnica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará sobre a Importância do Distanciamento Social Ampliado**. 9/4/2020a. Disponível em

<http://www.medicina.ufc.br/wp-content/uploads/2020/04/Nota-T%C3%A9cnica-da-FAMED-UFC.pdf> Acesso em 15 dez. 2020.

FAMED. Universidade Federal do Ceará. Comitê de Enfrentamento à Covid-19. **Carta aberta de posicionamento da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará sobre a importância da manutenção do distanciamento social intensificado no estado.** 27/05/2020b. Disponível em <http://www.medicina.ufc.br/wp-content/uploads/2020/05/carta2-comite-FAMED-UFC.pdf> Acesso em 15 dez. 2020.

FARIA, Louise Scoz Pasteur de. Etnografia na pandemia: algumas experiências de trabalho de campo. **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2020. Disponível em <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/etnografia-na-pandemia-algumas-experiencias-de-trabalho-de-campo-1> Acesso em 9 jul. 2020.

FERGUSON, Neil M. *et al.* Report 9: Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality an healthcare demand. **Imperial College.** Disponível em <https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/sph/ide/gida-fellowships/Imperial-College-COVID19-NPI-modelling-16-03-2020.pdf> Acesso em 25 ago. 2020.

FERNANDEZ, Michelle; PINTO, Hêider Aurélio. Estratégia intergovernamental de atuação dos estados brasileiros: o Consórcio Nordeste e as políticas de saúde no enfrentamento à Covid-19. **Revista Saúde em Redes** (ISSN 2446-4813), v. 6, Supl. 2 (2020):7-21. Disponível em <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3150> Acesso em 25 ago. 2021.

FIOCRUZ. Cobertura e positividade dos testes para Sars-CoV2: evolução, tendências recentes e recomendações. **Nota Técnica 16**, 28/12/2020. Disponível em [https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/nota\\_tecnica\\_16.pdf](https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/nota_tecnica_16.pdf) Acesso e, 26 ago. 2021.

FLOSS, Mayara *et al.* A pandemia de COVID-19 em territórios rurais e remotos: perspectiva de médicas e médicos de família e comunidade sobre a atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2020, v. 36, n. 7, e00108920. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00108920> . Acesso em 6 out. 2021

FONSECA, Elize Massard da *et al.* COVID-19 in Brazil: Denialism and the Subnational Government's Response. In: GREER, Scotty L. *et al.* **Coronavirus Politics: the comparative politics and policy of COVID-19.** University of Michigan Press, Ann Arbor (USA), 2021 (e-book).

FONSECA, Elize Massard da; GREER, Scott L.; KING, Elizabeth J. Introduction: Explaining Pandemic Response. In: GREER, Scotty L. *et al.* **Coronavirus Politics: the comparative politics and policy of COVID-19.** University of Michigan Press, Ann Arbor (USA), 2021 (e-book).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17<sup>a</sup> Edição. Editora Paz e Terra. 23<sup>a</sup> Reimpressão. Rio de Janeiro, RJ, 1987.

FREIRE, Sabrina. Bolsonaro é o presidente que mais fez pronunciamentos em 21 meses de governo. **Poder 360**, 8/9/2020. Disponível em

<https://www.poder360.com.br/midia/bolsonaro-e-o-presidente-que-mais-fez-pronunciamentos-em-21-meses-de-governo> Acesso em 13 ago. 2021.

GARCIA, Leila Posenato e DUARTE, Elisete. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** [online]. 2020, v. 29, n. 2, e2020222. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200009>. Epub 09 Abr 2020. ISSN 2237-9622. Acesso em 4 ago. 2021.

GASPARINI, Max Felipe Vianna. Bases filosóficas e epistemológicas da avaliação: caminhos a serem trilhados. **Revista AVAL**. Janeiro-junho, 2020. Vol. 3. N. 17. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/aval/article/view/60287> Acesso em 20 ago. 2021.

GONÇALVES, Danyelle Nilin *et al.* Estar em isolamento social: quando a desigualdade atua como fator. **Revista AVAL**. Janeiro-junho. Volume 3. Número 17, 2020. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/aval/article/view/60292> Acesso em 20 ago. 2020.

‘GRUPEZINHA’: leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. **Uol**. 24/03/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm> Acesso em 09 set. 2020.

GOVERNO declara emergência em saúde pública por surto de coronavírus. **Poder 360**. 04/02/2020. Disponível em <https://www.poder360.com.br/brasil/governo-declara-emergencia-em-saude-publica-por-surto-de-coronavirus/> Acesso em 27 ago. 2020.

GOVERNO DO CEARÁ decreta suspensão de aulas em escolas públicas e estado de emergência por causa do coronavírus. **G1**, 16/03/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/16/governo-do-ceara-decreta-suspensao-de-aulas-em-escolas-publicas-e-estado-de-emergencia-por-causa-do-coronavirus.ghtml> Acesso em 9 jul. 2020.

GOVERNO DO CEARÁ ESTUDA isolar grupos de risco do novo coronavírus em hotéis. **G1**, 25/3/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/25/governo-do-ceara-estuda-isolar-grupos-de-risco-do-novo-coronavirus-em-hoteis.ghtml> Acesso em 20 set. 2020.

GUSSI, Alcides Fernandes. Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **AVAL: Revista Avaliação de Políticas Públicas**, 1(1), 29-39, 2008. Disponível em <http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/5/17> Acesso em 8 ago. 2021.

GUSSI, Alcides Fernando & OLIVEIRA, Breynner Ricardo. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em debate**. Vol. 4. N. 1. 2016. Disponível em [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32515/1/2017\\_eve\\_afgussibroliveira.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32515/1/2017_eve_afgussibroliveira.pdf) Acesso em 8 ago. 2021.

HERCULANO, Daniel. Governo anuncia pacote de medidas econômicas para auxílio a empresas e manutenção de empregos. **Portal do Governo do Estado do Ceará**, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/03/30/governo-do-ceara-atende->

demandas-dosetor-productivo-e-anuncia-uma-serie-de-medidas-economicas/. Acesso em 15 mar. 2021.

HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. **The Lancet**. Vol. 396, September 26, 2020. Disponível em <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2932000-6> Acesso em 20 set. 2021

HOTEL receberá pacientes em recuperação da Covid-19 a partir de segunda-feira em Fortaleza. **Diário do Nordeste**, 16/6/2021. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/hotel-recebera-pacientes-em-recuperacao-da-covid-19-a-partir-de-segunda-feira-em-fortaleza-1.3098415> Acesso em 15 set. 2021

INUMERÁVEIS. **Memorial Inumeráveis**. Memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil. Disponível em <https://inumeraveis.com.br/> Acesso em 9 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. 2020. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 9 jul. 2020.

JANUZZI, Paulo de Martino. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. **Revista Desenvolvimento em Debate**. Vol. 4, N. 1, 2016. Disponível em [http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd\\_v\\_4\\_1\\_Paulo-Jannuzzi.pdf](http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_v_4_1_Paulo-Jannuzzi.pdf) Acesso em 14 de agosto de 2020.

JOGOS de futebol e barracas de praia são liberadas em Fortaleza; veja o que muda. **G1**, 13/07/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/07/13/jogos-de-futebol-e-barracas-de-praia-sao-liberados-em-fortaleza-veja-o-que-muda.ghtml> Acesso em 13 jul. 2020.

JOHN HOPKINS. Covid-19 Dashboard by the Center For Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU). **Johns Hopkins University**, Baltimore, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em 27 jun. 2020.

JOHN HOPKINS. Covid-19 Dashboard by the Center For Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU). **Johns Hopkins University**, Baltimore, 15 dec. 2021. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em 15 dez. 2021.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. Edufal, Maceió, AL. 1ª. Reimpressão, 2018.

KAUFMANN, Jean-Claude. **Primeira Manhã**: como nasce uma história de amor. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro - RJ, 2013.

KERBAUY, Maria Teresa Micheli. Resenha: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. **Perspectivas**, São Paulo, SP. 165-168. 1980. Disponível em <http://unesp.academia.edu> Acesso em 7 abr. 2020.

KERR, Ligia *et al.* COVID-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas dos governos dos estados. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 25, suppl 2] , pp. 4099-4120.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28642020>. ISSN 1678-4561. Acesso em 16 set. 2021.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 1ª. edição, 2015. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. 768p. (e-livro).

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas**: a fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte escrita, 2012.

LIMA, Claudio Márcio Amaral de Oliveira. Information about the new coronavirus disease (COVID-19). **Radiologia Brasileira** [online]. 2020, v. 53, n. 2, pp. V-VI. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-3984.2020.53.2e1>. Epub 17 Abr 2020. ISSN 1678-7099. Acesso em 13 jun. 2021.

LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina; HOCHMAN, Gilberto. A Saúde na Construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma Sanitária em Perspectiva Histórica. In: LIMA, Nísia Trindade *et al.* (org.). **Saúde e Democracia**: História e Perspectivas do SUS. Editora Fiocruz, 2005. Rio de Janeiro, RJ. 504p.

LIMA, Nísia Trindade; BUSS, Paulo Marchiori; PAES-SOUSA, Rômulo. A pandemia de Covid-19: uma crise sanitária e humanitária. **Cad. Saúde Pública**, 2020; 36 (7): e00177020. Disponível em <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static//arquivo/1678-4464-csp-36-07-e00177020.pdf> Acesso em 21 set. 2021.

LOGATO, Pedro. Ronaldo: 'Copa não se faz com hospital, mas com estádios'. **O Dia**, 18/6/2013. Disponível em <https://odia.ig.com.br/esporte/2013-06-18/ronaldo-afirma-nao-se-faz-copa-com-hospital-mas-com-estadios.html> Acesso em 21 set. 2021.

MACHADO, Cristiani Vieira; LIMA, Luciana Dias de; BAPTISTA; Tatiana Wargas de Faria. Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal. **Cad. Saúde Pública**, 2017; 33 Sup 2:e00129616. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33s2/1678-4464-csp-33-s2-e00129616.pdf> Acesso em 15 dez. 2020.

MAIA, Gustavo. Bolsonaro defende isolamento vertical e sugere que país pode 'sair da normalidade democrática'. **O Globo**, 25/3/2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-isolamento-vertical-sugere-que-pais-pode-sair-da-normalidade-democratica-24327038> Acesso em 20 ago. 2020.

MARTELLI, Celina Maria Turchi. Dimensão histórica das epidemias. **Revista de Patologia Tropical**. Vol. 26(I0)-OB. jan.-jun. 1997. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/11681/5/Artigo%20-%20Celina%20Maria%20%20Turchi%20%20Martell%20-%201997.pdf> Acesso em 7 jul. 2021.

MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. **Site da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL)**. 01/07/2001. Disponível em <https://www.portalabel.org.br/images/pdfs/manifesto-comunista.pdf> Acesso em 15 jan. 2020.

MATOSO, Filipe & RODRIGUES, Mateus. Mandetta diz que continua e que governo 'se reposiciona' para enfrentar coronavírus. **G1**, 6/4/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/06/mandetta-diz-que-continua-e-que-governo-se-reposiciona-para-enfrentar-coronavirus.ghtml> Acesso em 10 set. 2020.

MATOSO, Filipe. Bolsonaro diz que manifestações marcadas para o próximo domingo devem ser repensadas. **G1**, 12/3/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/12/bolsonaro-diz-que-manifestacoes-marcadas-para-o-proximo-domingo-devem-ser-repensadas.ghtml> Acesso em 5 ago. 2021.

MAZUI, Guilherme. 'É simples assim: um manda e o outro obedece', diz Pazuello ao lado de Bolsonaro. **G1**, 22/10/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/e-simples-assim-um-manda-e-o-outro-obedece-diz-pazuella-ao-lado-de-bolsonaro.ghtml> Acesso em 16 ago. 2021.

MENDES, Eugênio Vilaça. **O lado oculto de uma pandemia**: a terceira onda da Covid-19 ou o paciente invisível, 2020. Disponível em <https://redeaps.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Livro-Terceira-Onda-por-Euge%CC%82nio-Vilac%CC%A7a-Mendes.pdf> Acesso em 21 set. 2021.

MENDES, Marília Colares. **Metropolização e indústria**: Maranguape no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza-CE. Dissertação (mestrado). Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2006. Disponível em [http://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/60/2020/02/marilia\\_colares\\_dissertacao.pdf](http://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/60/2020/02/marilia_colares_dissertacao.pdf) Acesso em 6 out. 2021.

MÉSZÁROS, István. Mészáros: a disputa pelo Estado. Entrevista concedida a Leonardo Cazes. **Blog da Boitempo**. 22/04/2015. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/22/meszaros-a-disputa-pelo-estado/> Acesso em 08 jan. 2020.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Boitempo Editorial. São Paulo, SP. 1ª edição revista, 2011.

MINISTRO do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**, 22/5/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> Acesso em 27 set. 2021.

MONT'ALVERNE, Suzana. Por quanto tempo alguém com Covid-19 transmite o vírus? Infectologista da Sesa explica. **Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Ceará**, 16/03/2021. Disponível em <https://www.saude.ce.gov.br/2021/03/16/por-quanto-tempo-alguem-com-covid-19-transmite-o-virus-infectologista-da-sesa-explica/> Acesso em 5 ago. 2021.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Covid-19 e medidas legais de distanciamento social: tipologia de políticas estaduais e análise do período de 13 a 26 de abril de 2020. Nota Técnica. **Ipea**, abril de 2020. Disponível em [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10076/1/NT\\_18\\_Dinte\\_Covid\\_19%20e%20Medidas%20Legais\\_13%20a%2026%20abril%202020.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10076/1/NT_18_Dinte_Covid_19%20e%20Medidas%20Legais_13%20a%2026%20abril%202020.pdf) Acesso 18 ago. 2021.

MORTOS por coronavírus são proibidos de ter velórios, diz Justiça cearense. **Diário do Nordeste**, 21/3/2020. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/mortos-por-coronavirus-sao-proibidos-de-ter-velorios-diz-justica-cearense-1.2225455> Acesso em 25 nov. 2021.

NAMING the coronavirus disease (COVID-19) and the virus that causes it. **World Health Organization** (WHO), 2020. Disponível em Naming the coronavirus disease (COVID-19) and the virus that causes it (who.int) Acesso em 4 ago. 2021.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Souza. A memória em trânsito: uma leitura da Via Sacra enquanto construção coletiva. **SÆCULUM - Revista de História** [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 24-34, jul./dez. 2019, ISSNe 2317-6725. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/download/47240/28865/126072> Acesso em 20 out. 2021.

NERI, Giovane Rabelo *et al.* Cuidados com a transmissão: o que levou o Ceará ao epicentro da COVID-19? **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 33 (2020). Disponível em <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/11054> Acesso em 15 set. 2021.

OLÍMPIO, João Luís Sampaio *et al.* Desigualdade socioambiental e a capacidade de lidar com a pandemia de Covid-19: avaliação da geoespacialidade da vulnerabilidade em Fortaleza-CE. **Revista Casa da Geografia de Sobral** (RCGS), v. 22, n. 2, p. 70-89, 5 set. 2020. Disponível em <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/695> Acesso em 16 set. 2021.

OLIVEIRA, Elida & ORTIZ, Brenda. Ministério da Saúde confirma primeiro caso de coronavírus no Brasil. **G1**, 26/2/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/26/ministerio-da-saude-fala-sobre-caso-possivel-paciente-com-coronavirus.ghtml> Acesso 5 ago. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de; CHAVES, Fernando de Resende. Estratégias de Comunicação Pública: uma análise dos pronunciamentos da presidente Dilma Rousseff direcionados às cidadãs brasileiras em cadeia nacional de televisão. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF**. ISSN 1981 - 4070. Vol. 78, N. 2, 2013. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21079/11454> Acesso 8 ago. 2021.

PAGOTTO, Barbara Frossard. O Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005) na agenda de cooperação em saúde do Mercosul e a emergência do vírus zika. **Site do Ministério da Saúde**, Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde, 22/10/2018. Disponível em [https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/outubro/22/12\\_Barbara\\_Pagotto.pdf](https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/outubro/22/12_Barbara_Pagotto.pdf) Acesso em 8 ago. 2021.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é SUS**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, RJ. 2009. (e-livro)

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2018, v. 23, n. 6, pp. 1723-1728. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.09172018>. ISSN 1678-4561. Acesso em 23 set. 2021.

PEDROSA, Nathália & ALBUQUERQUE, Nila. Análise Espacial dos Casos de COVID-19 e leitos de terapia intensiva no estado do Ceará, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. 25. 2020. 2461-2468. 10.1590/1413-81232020256.1.10952020. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-81232020006702461&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232020006702461&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 15 dez. 2020.

PEREIRA, Filipe. Bolsonaro diz Covid só encurtou vidas de vítimas em "alguns dias ou algumas semanas". **O Povo**, setembro/2021. Disponível em <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/09/24/bolsonaro-diz-covid-so-encurtou-vidas-de-vitimas-em-alguns-dias-ou-algumas-semanas.html> Acesso em 21 set. 2021.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. A vida ensina: o “saber de experiência feito” em Paulo Freire. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** E-ISSN 1517-1256, Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 112-125, junho, 2017. Disponível em <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6896/4519> Acesso em 08 abr. 2021.

RAMOS, Marília Patta & SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, 46(5). Setembro-outubro, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/?lang=pt&format=pdf> Acesso 21 set. 2021.

REIS, Denizi Oliveira; ARAÚJO, Eliane Cardozo de; CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. Políticas Públicas de Saúde no Brasil: SUS e pactos pela Saúde. **Módulo Político Gestor**. São Paulo: UNIFESP, 2009. Disponível em [https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\\_virtual/esf/1/modulo\\_politico\\_gestor/Unidade\\_4.pdf](https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_4.pdf) Acesso em 6 out. 2021.

REZENDE, J. M. de. Epidemia, endemia, pandemia, epidemiologia. **Revista de Patologia Tropical/ Journal of Tropical Pathology**, [S. l.], v. 27, n. 1, 1998. DOI: 10.5216/rpt.v27i1.17199. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/iptsp/article/view/17199> Acesso em 21 set. 2021.

RIBEIRO, Danielle. **Estado e Capital em István Mészáros**. Editora UNESP, 2014. São Paulo, SP. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126221/ISBN9788579835742.pdf;sequence=1> Acesso em 12 fev. 2020.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em Debate**, v.4, n.1, p.103-115, 2016. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31893> Acesso em 18 ago. 2021.

SANCHES, Mariana. Recordista de viagens aos EUA, Bolsonaro jantará com Trump e terá agenda militar e comercial. **BBC News Brasil**, 7/3/2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51777884> Acesso 18 ago 2021.

SANTIRSO, Jaime. Wuhan, uma cidade de 11 milhões de pessoas em quarentena contra a propagação do coronavírus. **El País**. 23/01/2020. Disponível em

<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-23/wuhan-uma-cidade-de-11-milhoes-de-pessoas-em-quarentena.html> Acesso em 08 set. 2020.

SANTOS, Anderson Cristopher dos; FINATII, Rodolfo. A emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e as respostas governamentais ao redor do mundo. **Revista AVAL**. Janeiro-junho. Volume 3. Número 17, 2020. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/aval/article/view/60292> Acesso em 20 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2020 (e-livro).

SARTORI, Jerônimo. Educación bancaria/educación problematizadora. STRECK, Danilo (Coord.); REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Diccionario Paulo Freire**. Lima, Perú. CEAAL (Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe), 2015. ISBN 978-9962-9021-2-6

SERPA, Marília. Ministério da Saúde admite ineficácia da cloroquina e de medicamentos do ‘Kit Covid’. **O Povo**, 14/7/2021. Disponível em <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2021/07/14/ministerio-da-saude-admite-ineficacia-da-cloroquina-e-de-medicamentos-do-kit-covid.html> Acesso em 28 set. 2021.

SEVERINO, Fulvio César Garcia. Breve ensaio sobre o silêncio. **Cadernos da Pedagogia**, v. 15, n. 32, p. 139-150, Maio-Ago/2021. ISSN 1982-4440. Disponível em <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1643> Acesso em 21 set. 2021.

SINGER, Merrill *et al.* Syndemics and the biosocial conception of health. **The Lancet**, Vol 389 March 4, 2017; 941–50. Disponível em <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2817%2930003-X> Acesso em 21 set. 2021.

SOBE para 23 o total de pessoas que estiveram com Bolsonaro nos EUA e têm coronavírus. **G1 & TV Globo**, 23/3/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/23/sobe-para-23-o-total-de-pessoas-que-estiveram-com-bolsonaro-nos-eua-e-tem-coronavirus.ghtml> Acesso em 20 ago. 2020

SOUZA, Rodriane de Oliveira. A saúde no Brasil recente: elementos da política de (não) enfrentamento à Covid-19. **Humanidades & Inovação**. Palmas, Tocantins, v.8; n. 35; fev-2021. ISSN 2358-8322. Disponível em <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/106> Acesso em 20 ago. 2021

SZYMANSKI, Heloisa (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília, DF. Liber Livro Editora, 5 ed., 2018. Série Pesquisa, 4.

TESINI, Brenda L. Coronavírus e Síndromes respiratórias agudas (COVID-19, MERS e SARS). Março de 2020. Site da Rede Global de Bancos de Leite Humano - **Fundação Oswaldo Cruz** (Fiocruz). Disponível em [https://rblh.fiocruz.br/sites/rblh.fiocruz.br/files/usuario/80/coronavirus\\_e\\_sindromes\\_respiratorias\\_agudas\\_covid-19\\_mers\\_e\\_sars\\_-\\_infecoes\\_-](https://rblh.fiocruz.br/sites/rblh.fiocruz.br/files/usuario/80/coronavirus_e_sindromes_respiratorias_agudas_covid-19_mers_e_sars_-_infecoes_-)

\_manual\_msd-versao\_saude\_para\_a\_familia.pdf Acesso em 13 jun. 2021.

UCHÔA, Silvia Beatriz Beger & UCHÔA, Bruno Beger. Coronavírus (COVID-19) – Um Exame Constitucional e Ético das Medidas Previstas na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 13, n. 2 COVID-19, p. 441, 2020. DOI: 10.9771/cp.v13i2 COVID-19.36163. Disponível em: [periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36163](http://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36163). Acesso em 30 ago. 2021.

UFC torna públicas medidas de prevenção ao novo coronavírus e orienta comunidade universitária e sociedade. **UFC**, 13/3/2020. Disponível em <https://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2020/14405-ufc-torna-publicas-medidas-de-prevencao-ao-novo-coronavirus-e-orienta-comunidade-universitaria-e-sociedade> Acesso em 20 set. 2021.

UJVARI, Stefan Cunha. **História das epidemias**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 1a. edição, setembro de 2020. ISBN-10: 6555410086 (e-livro).

UJVARI, Stefan Cunha. **Pandemias: a humanidade em risco**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 1a. edição, fevereiro de 2011. ISBN-10: 857244632X (e-livro).

VASCONCELOS-SILVA, Paulo R. & CASTIEL, Luis David. COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. **Cadernos de Saúde Pública [online]**. 2020, v. 36, n. 7. e00101920. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101920> ISSN 1678-4464. Acesso em 19 nov. 2021.

VEJA e leia na íntegra o pronunciamento de Jair Bolsonaro. **Uol**. 08/04/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/08/veja-e-leia-na-integra-o-pronunciamento-de-jair-bolsonaro.htm> Acesso em 23 set. 2020.

VENTURA, D. de F. L.; AITH, F. M. A.; RACHED, D. H. A Emergência do Novo Coronavírus e a “Lei de Quarentena” no Brasil. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Ahead of Print. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/49180/32876>. Acesso em: 20 mar. 2021.

VENTURA, Deisy & REIS, Rossana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. In: **Boletim N. 10: direitos na pandemia**. São Paulo, 20/1/2021. Disponível em [https://www.fsp.usp.br/site/wp-content/uploads/2021/05/Boletim\\_Direitos-na-Pandemia\\_ed\\_10.pdf](https://www.fsp.usp.br/site/wp-content/uploads/2021/05/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf) Acesso em 21 jan. 2021.

VIEIRA DA SILVA, M. D. *et al.* O olhar ampliado em saúde no enfrentamento de pandemias. **Cadernos ESP - Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 17–23, 2020. Disponível em: [//cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/334](http://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/334). Acesso em 20 set. 2021.

VILELA, Pedro Rafael. Bolsonaro lista dificuldades para trazer brasileiros da China. **Agência Brasil**, Empresa Brasil de Comunicação, 31/1/2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-01/bolsonaro-lista-dificuldades-para-trazer-brasileiros-da-china> Acesso em 20 mar. 2021.

VIVAS, Fernanda; FALCÃO, Márcio; MATOSO, Filipe. Ministro do STF proíbe governo federal de derrubar decisões de estados e municípios sobre isolamento. **G1**. 08/04/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/08/governo-federal-nao-pode-derrubar-decisoes-de-estados-e-municipios-sobre-isolamento-decide-ministro-do-stf.ghtml> Acesso em 10 set. 2020.

WERNECK, Guilherme Loureiro & CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00068820, 2020. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2020000500101&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000500101&lng=en&nrm=iso) Acesso em 21 ago. 2020.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **Pneumonia of unknown cause – China**. 05/01/2020a. Disponível em <https://www.who.int/csr/don/05-january-2020-pneumonia-of-unknown-cause-china/en/> Acesso em 31 ago. 2020.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **Situation Report – 8: Novel Coronavirus (2019-nCoV)**. 28/01/2020b. Disponível em [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200128-sitrep-8-ncov-cleared.pdf?sfvrsn=8b671ce5\\_2](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200128-sitrep-8-ncov-cleared.pdf?sfvrsn=8b671ce5_2) Acesso em 31 ago. 2020.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **WHO Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV)**. 30/01/2020c. Disponível em [https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ih-er-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ih-er-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov)) Acesso em 31 ago. 2020.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **National capacities review tool for a novel coronavirus (nCoV)**, 9/1/2020d. Disponível em <https://www.who.int/publications/i/item/national-capacities-review-tool-for-a-novelcoronavirus> Acesso em 5 ago. 2021.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **2019 Novel Coronavirus (2019-nCoV): Strategic preparedness and response plan**, 4/2/2020e. Disponível em <https://www.who.int/publications/i/item/strategic-preparedness-and-response-plan-for-the-new-coronavirus> Acesso em 5 ago. 2021.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **Statement on the second meeting of the International Health Regulations (2005) Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV)**, 30/1/2020f. Disponível em [https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov)) Acesso em 5 ago. 2021.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **Responding to community spread of COVID-19: interim guidance**, 7/3/2020g. Disponível em <https://www.who.int/publications/i/item/responding-to-community-spread-of-covid-19> Acesso em 5 ago. 2021.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19**, 11/3/2020h. Disponível em

<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020> Acesso em 21 set. 2021.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **About WHO**, 2021. Disponível em <https://www.who.int/about> Acesso em 5 ago. 2021.

WUHAN, epicentro do coronavírus, é isolada para conter disseminação. **Uol**. 22/01/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/01/22/wuhan-epicentro-do-coronavirus-e-isolada-para-conter-disseminacao.htm> Acesso em 08 set. 2020.

ZAMBONI, Cibele Santos da Cruz & ROSA, Jaqueline S. Vaz. **Dúvidas frequentes sobre o benefício assistencial “LOAS”**. Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo. São Paulo - SP, 2018. Disponível em <https://www.oabsp.org.br/comissoes2010/gestoes-antiores/acao-social/cartilhas/Questoes%20Sobre%20LOAS.pdf/download> Acesso em 8 nov. 2021.

**APÊNDICE A – O CAJUEIRO EM IMAGENS**

Na primeira imagem, a igreja católica e a praça do Cajueiro. Na segunda, a igreja evangélica Assembleia de Deus. FOTOS: arquivo pessoal, 14/8/2021.



Primeira imagem: vista da rodovia estadual que corta o Cajueiro.

Segunda imagem: cemitério público da comunidade.

Terceira imagem: campo público, para a prática de esportes.

FOTOS: arquivo pessoal, 14/8/2021.





Primeira imagem: Escola Municipal Antonio Januário de Oliveira.

Segunda imagem: Unidade Básica de Saúde Merandolina Januário de Paula.

Terceira imagem: comércio de peixe fresco no Cajueiro.

FOTOS: arquivo pessoal, 14/8/2021.





Na primeira imagem, o Cajueiro no inverno, em janeiro de 2018. Na segunda, a placa de entrada e saída da comunidade, em 14/8/2021. FOTOS: arquivo pessoal.



Na primeira imagem, as anjinhas na Coroação de Nossa Senhora na comunidade do Cajueiro, em data indefinida. Abaixo, a imagem da santa padroeira da comunidade, durante a festa de agosto de 2021, que contou com presença controlada de público. Na última imagem, o parque volta   comunidade para a festa da padroeira, foto de 14/8/2021. FOTOS: arquivo pessoal.



Um pé de caju na comunidade do Cajueiro. A lenda diz que o nome Cajueiro surgiu do costume dos moradores de se reunirem aos pés de uma árvore como essa, ao entardecer. FOTO: arquivo pessoal, 14/8/2021.

## Mapa à mão da comunidade do Cajueiro

